



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Pedro Cesar Dutra Fonseca

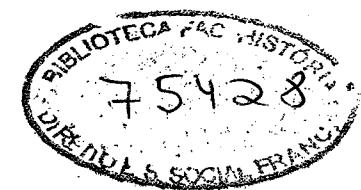
EDITORA DA UFRGS

Diretora
Jusamara Vieira Souza
Conselho Editorial
Ana Eligia Lia de Paula Ramos
Cassilda Colin Costa
Cornelia Eckert
Flávio A. de O. Camargo
Iara Conceição Bitencourt Neves
José Roberto Iglesias
Lúcia Sá Rebello
Mônica Zieliinsky
Nalú Farenzena
Sílvia Regina Ferraz Petersen
Tânia Mara Galli Fonseca
Jusamara Vieira Souza, presidente

Repensando as relações internacionais

Fred Halliday

Segunda Edição



TRADUÇÃO
Cristina Soreanu Pecequilo

CONSULTORIA TÉCNICA DA TRADUÇÃO
Paulo Fagundes Visentini


UFRGS
EDITORIA



© de Fred Halliday

1^a edição: 1999

Título original: *Rethinking international relations*. London: Macmillan Press, 1994.

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto

Revisão e editoração eletrônica: Paulo Ricardo Furasté Campos

Série Relações Internacionais e Integração

Coordenada por Paulo G. Fagundes Visentini

Fred Halliday

Acadêmico britânico, é professor de Relações Internacionais na London School of Economics. Publicou vários livros sobre o Oriente Médio, bem como sobre a Guerra Fria e as revoluções no Terceiro Mundo. Foi membro do Transnational Institute (Amsterdam) e editor da *New Left Review*.

H188r Halliday, Fred

Repensando as relações internacionais / Fred Halliday; tradução de Cristina Soreanu Pecequilo; consultoria técnica da tradução de Paulo Fagundes Visentini.
– 2.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

(Série Relações Internacionais e Integração).

Título original em inglês: *Rethinking international relations*.

Inclui prefácio à edição brasileira e à edição inglesa.

Inclui apêndices.

1. Ciência política. 2. Direito internacional privado. 3. Economia internacional. 4. Relações internacionais. 5. História contemporânea. 6. Guerra fria. 7. Fundamentalismo. 8. Materialismo histórico. 9. Marxismo. 10. Mulher – Direitos humanos. I. Halliday, Fred. II. Pecequilo, Cristina Soreanu. III. Visentini, Paulo Fagundes. IV. Título. V. Série.

CDU 327

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.

(Ana Lucia Wagner – CRB10/1396)

ISBN 978-85-7025-947-9

Agradecimentos da edição inglesa

O autor e os editores agradecem aos *Routledge Journals* e aos editores de *Economy and Society*; aos editores de *Millennium, The Journal of International Studies*; a Cambridge University Press; aos editores de *New Left Review*; Blackwell Publishers e aos editores de *Political Studies*; e aos editores de *Review of International Studies* por permitirem a reprodução do material de *copyright*.

Sumário

Nota do editor

Incluímos como apêndices ao livro, com a permissão do autor, três artigos representativos no contexto de sua obra. Os dois primeiros, escritos durante a crise terminal do campo soviético, enfatizaram premonitoriamente as dificuldades internacionais que adviriam. O segundo, inclusive, inexplicavelmente foi excluído da tradução brasileira de *Depois da queda*. O terceiro aborda outra área de especialização do autor, o Oriente Médio. Fluente em árabe e outros idiomas da região, Halliday analisa um dos grandes problemas contemporâneos, o fundamentalismo.

Prefácio à edição brasileira	9
Prefácio à edição inglesa	13
Introdução: a importância do “internacional”	15
O “internacional” em perspectiva	15
As influências formativas	18
A emergência da teoria	20
O realismo e o behaviorismo	24
As relações internacionais desde 1970	30
Os parâmetros do “repensamento”	33
As teorias em disputa	37
O empirismo tradicional: a história e a escola inglesa	38
O “empirismo científico”: a atração do behaviorismo	42
O neo-realismo: “sistema” sem conteúdo	45
A história mais elevada: o pós-modernismo e o internacional	51
Conclusão: outro caminho	60
Um encontro necessário: o materialismo histórico e as relações internacionais	61
Um desafio evitado	61
O marxismo e os três “grandes debates” das RI	64
O potencial do materialismo histórico	69
O paradigma materialista histórico	73
As inibições da teoria	82
O marxismo além da Guerra Fria	85
O Estado e a sociedade nas relações internacionais	87
O impasse sobre o Estado	87
Definições em oposição	91
O Estado como ator doméstico e internacional	98
Os interesses estatais e as forças sociais	100
As sociedades e os sistemas de Estado	101
A sociedade internacional como homogeneidade	107
Os significados de “sociedade internacional”	107
O transnacionalismo e os seus limites	116
O paradigma “constitutivo” e os seus protagonistas: Burke, Marx e Fukuyama	120
As implicações para as relações internacionais	132

Prefácio à edição brasileira

"A sexta grande potência": as revoluções e o sistema internacional	137
Um caso de desatenção mútua	137
As revoluções e os seus efeitos	142
A formação do sistema internacional	146
Os padrões históricos	148
As ligações domésticas e as internacionais	153
As revoluções e a guerra	157
 Ausente das relações internacionais: as mulheres e a arena internacional	161
O silêncio das relações internacionais	161
Uma preocupação emergente: quatro dimensões	166
O Estado e as mulheres: o nacionalismo e os direitos humanos	175
Implicações e problemas	182
 O conflito intersistêmico: o caso da Guerra Fria	187
Uma forma distinta de conflito	187
As teorias da Guerra Fria	188
As fontes de resistência teórica	194
A proeminência da heterogeneidade	197
As implicações analíticas	201
 Um colapso singular: a União Soviética e a competição interestatal	207
Uma nova luz sobre velhas questões	207
A transformação desde cima	209
A transição do socialismo para o capitalismo	211
Os fatores internacionais e a Guerra Fria	214
Um fracasso comparativo	222
Os três níveis de competição internacional	227
 As relações internacionais e o "fim da história"	231
O depois da Guerra Fria	232
Variedades de avaliação histórica	237
O "fim da história"	243
As perspectivas para a democracia liberal e a paz	247
 Conclusão: o futuro das relações internacionais	251
O desafio do normativo	251
As alternativas em pesquisa	256
 Apêndices	259
Um mundo, um mito	261
Os finais da Guerra Fria	269
Fundamentalismo e o mundo contemporâneo: desafios políticos e éticos	292

Os ensaios que formam parte deste livro foram primeiro publicados no início dos anos 1990. Eles se sustentam sob a premissa de que os eventos e processos internacionais são, tanto quanto os da política e da sociedade doméstica, passíveis de uma análise racional e comparativa e que este conhecimento pode desempenhar um papel em torná-los mais sujeitos aos controles democráticos. Igualmente, eles eram uma resposta ao duplo contexto daqueles tempos, por um lado, ao fim da Guerra Fria e o colapso do comunismo e, por outro, à crescente diversidade dentro da teoria das relações internacionais que sucede a destituição do "realismo" como a teoria única ou dominante. Minhas próprias contribuições foram concebidas para fornecer uma consideração histórica e teórica da conjuntura anterior, a Guerra Fria e a sua conclusão e, ao mesmo tempo, para defender, a partir do interior da teoria das relações internacionais, uma pesquisa que estivesse aberta à análise histórica e sociológica.

Desde que escrevi este livro, conclui mais outros dois que levaram adiante as discussões deste volume e que se ocupam do Terceiro Mundo de uma maneira mais explícita: um, *Islam and the Myth of Confrontation*, tenta fornecer uma análise histórica e sociológica do Oriente Médio em oposição às considerações mistificadoras baseadas na cultura e na religião. Portanto, é uma intervenção a respeito dos debates sobre uma área específica do Terceiro Mundo e os mitos que são produzidos, dentro e fora da região, sobre ela. Além dos argumentos dirigidos contra os que reivindicam uma especificidade particular para a região, também examino questões individuais – a Revolução Iraniana, a Guerra do Golfo de 1990-1991 e os direitos humanos – à luz de minha abordagem teórica mais ampla.

O segundo livro que completei, *Revolution and World Politics*, desenvolve em maior extensão e mais sistematicamente as discussões do Capítulo 6 deste volume: ao mesmo tempo em que reafirme que as revoluções foram uma força formativa fundamental na história internacional moderna, examino, em um grau maior do que o indicado por este capítulo, o papel das idéias internacionalistas na composição das revoluções e de suas políticas externas. Pois, apesar de todas as ilusões que expressaram, as revoluções eram produto de algo material, as contradи-

ções da modernidade capitalista: o mito da revolução criado em 1789 pode ter morrido em 1989, mas enquanto o capitalismo continuar a produzir um mundo de desigualdade e hierarquia, existirão tensões políticas e sociais que poderão resultar em formas de contestação de massa, incluindo a revolucionária. Na verdade, a globalização dos anos recentes tem produzido um mundo mais desigual do que qualquer outro: somente por esta razão o estudo das revoluções pode ser de maior importância histórica.

As instabilidades e as desigualdades inerentes ao capitalismo global não precisam ser destacadas para o leitor brasileiro. O tema com o qual começo este livro, e que permeia a sua maior parte, é a maneira pela qual os desenvolvimentos sociais e políticos dentro dos Estados são, em um grau maior do que o admitido, moldados pelos processos internacionais. A questão não é se as ações dos líderes políticos são resultado das instruções, traições ou representações vindas de fora, mas sim qual é o impacto – intelectual, cultural, econômico, político e militar – da conjuntura histórica mundial sob todas as sociedades em uma determinada época.

Tive a sorte de visitar o Brasil pela primeira vez em 1973, durante o auge da ditadura militar e das primeiras aberturas associadas à “descompressão” da futura presidência Geisel. Nada poderia ilustrar mais graficamente o impacto da Guerra Fria sob os países do Terceiro Mundo e o uso de doutrinas de segurança internacionalmente legítimas para a repressão doméstica do que o Brasil dessa época. Algumas poucas semanas depois, em setembro de 1973, a ligação entre a Guerra Fria e a repressão doméstica foi confirmada para a América Latina como um todo pelos eventos no Chile – a derrubada do governo da União Popular e o começo da ditadura Pinochet.

As visitas ao Brasil em 1994 e 1998 foram, em termos políticos, a um país diferente, em pleno fluxo de debate político e de mobilização para a ação política: o fim da Guerra Fria e o encerramento dos regimes da direita autoritária pela pressão popular foram processos paralelos. Entretanto, esta democratização, acompanhada como o foi pela reforma econômica, também trouxe o Brasil para a zona de influência de outro processo internacional: a globalização. Ao fazê-lo, aumentou a sua vulnerabilidade às flutuações financeiras e do mercado, cujo preço foi pago, principalmente, pelos pobres. Enquanto escrevo este prefácio, a crise financeira que confronta o Brasil permanece sem solução à medida que as forças irresponsáveis dos mercados de câmbio e de capital mundiais continuam a perseguir benefícios de curto prazo e a propagar análises alarmistas para sabotar as vidas e o emprego das populações de outros países. Nada coloca mais em questão a validade do modelo presente de globalização do que a maneira pela qual a vida de dezenas de milhões de pessoas está subordinada a este sistema especulativo de prerrogativas caprichosas e oligárquicas.

O maior perigo na análise, como na vida real, é o da complacência, da crença que o mundo não enfrenta grandes problemas e que as práticas correntes podem, e irão, superar quaisquer dificuldades que enfrentemos. Isto certamente tem sido a disposição dominante dos anos 1990, pelo menos até a crise financeira recente que começou em 1997. Os problemas de analisar a história enquanto ela acontece e os desafios colocados pela própria teorização sugerem que precisamos de uma abordagem mais crítica e ambiciosa para questionar as ortodoxias da política e da pesquisa acadêmica. Aqui, a análise acadêmica é ligada à ação política, em particular ao objetivo de subordinar os processos econômicos e sociais ao controle democrático.

Este empreendimento é necessariamente internacional, pois ele deve olhar para os contextos e as estruturas internacionais dentro das quais todos os Estados e sociedades precisam funcionar, mas também porque é por meio do diálogo internacional, através das fronteiras e dos continentes, e desafiando barreiras culturais convencionais, que tal repensamento pode ocorrer. Como alguém que se beneficia, e tem-se beneficiado, por muitos anos deste diálogo internacional, não somente com colegas e amigos brasileiros, eu ofereço este livro, marcado pelo seu tempo e seu lugar de origem, ao leitor brasileiro. Todos nós, em qualquer país que estivermos vivendo, enfrentamos um desafio comum de combinar a análise acadêmica com o engajamento racional e democrático aos problemas de nosso tempo. O internacional, considerado por muito tempo imune à compreensão política e ao controle democrático, requer esta reavaliação crítica.

Londres

Fred Halliday

Os capítulos deste livro são uma dupla resposta aos avanços na teoria política, na social e no estudo acadêmico das relações internacionais e às mudanças do próprio sistema internacional ao longo dos últimos anos, em particular o colapso do bloco soviético. Neste sentido, e no que pode ser uma reversão da prática convencional, as reflexões gerais, e em parte teóricas, são feitas a partir de estudos mais concretos sobre o sistema internacional e sobre os principais conflitos em seu interior por mim já publicados, mais especificamente *The Making of the Second Cold War* (1983) e *Cold War, Third World* (1989) e um número de estudos de caso sobre o Terceiro Mundo. Fazendo isso, espero simplesmente não só ampliar estas reflexões sobre as relações internacionais, mas também extrair hipóteses e questões que estão, em maior ou menor grau, nelas presentes. As relações internacionais, como todas as áreas do conhecimento, enfrentam dois perigos: o de considerações factuais desprovidas de reflexões teóricas, explicativas ou éticas e o de teorização sem o apoio da análise histórica. Minha esperança é que estes ensaios, como respostas a idéias e eventos, contornem estes dois perigos. Ao fazer algumas observações gerais sobre a natureza do sistema internacional e de onde sua análise pode proceder, também examinei algumas questões particulares. Minha intenção é seguir esta visão geral do assunto com dois volumes adicionais, teóricos e históricos, um sobre o papel das revoluções no sistema internacional e outro sobre a tensão ética entre o nacionalismo e o internacionalismo.

Na preparação destes ensaios, beneficiei-me do estímulo e crítica de muitos amigos e colegas ao longo da década passada. Em particular, gostaria de agradecer aos meus colegas e estudantes no Departamento de Relações Internacionais (RI) da London School of Economics (LSE) que, através de contatos individuais e seminários gerais de RI, suscitaram-me tal desafio e estímulo. A Martina Langer, do Departamento de Relações Internacionais, sempre tão prestativa no auxílio da preparação do texto. Também gostaria de agradecer aos membros do grupo de discussão de relações internacionais “1990” e ao Transnational Institute por fornecer contextos intelectuais adequados para trabalhar muitas destas idéias. Meus maiores agradecimentos a minha parceira, Maxine Molyneux, cujo apoio e idéias foram tão enriquecedores quanto indispensáveis.

Muitos dos capítulos deste livro foram atualizados e desenvolvidos a partir de idéias e argumentos contidos em um conjunto de artigos e ensaios publicados ao longo dos últimos anos, em particular, partes dos Capítulos 1 e 2 apareceram em *Political Studies* (v. 38, n. 3, September 1990), *Economy and Society* (v. 18, n. 3, August 1989) e *Millennium* (v. 22, n. 2, summer 1993); uma versão prévia do Capítulo 4 foi publicada em *Millennium* (v. 16, n. 2, 1987); do Capítulo 5 em *Millennium* (v. 21, n. 3, winter 1992); do Capítulo 6 em *Review of International Studies* (v. 16, n. 3, summer 1990); do Capítulo 7 em *Millennium* (v. 17, n. 3, winter 1988); do Capítulo 8 em Mike Bowker e Robin Brown (eds.) *From Cold War to Collapse: Theory and World Politics in the 1980s* (Cambridge University Press, 1993); do Capítulo 9 em *Contention* (n. 2, winter 1992); Capítulos 10 e 11 incluem material de *New Left Review* (n. 193, May-June 1992) e de Barclay Enterprise Lecture, proferida na LSE, 17 de maio de 1993, "Sleep-Walking Through History: The New World and its Discontents", depois publicada pelo Centro para o Estudo de Governança Global da London School of Economics

Londres

Fred Halliday

INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO “INTERNACIONAL”

Este capítulo possui dois objetivos: primeiro, examinar o significado do termo “internacional” e a confusão que causa e, segundo, fornecer uma breve consideração do crescimento da disciplina e dos fatores ligados a seu desenvolvimento. As relações internacionais (RI) têm ocupado um lugar desconfortável, freqüentemente marginal, no estudo e no ensino das ciências sociais. Entretanto, seu objeto de estudo é, nos termos mais simples, claro suficiente e abrange três formas de interação: as relações entre os Estados, as relações não-estatais ou relações transnacionais (através das fronteiras) e as operações do sistema como um todo, dentro do qual os Estados e as sociedades são os principais componentes. Embora possam variar no destaque que dão a cada uma dessas formas de interação, todas as teorias do “internacional” propõem alguma explicação de cada uma delas. Na verdade, os principais debates dentro das RI giram em torno, em maior ou menor grau, dessas três dimensões e da primazia de uma ou de outra.

O “INTERNACIONAL” EM PERSPECTIVA

A diversidade teórica é uma força, não uma fraqueza, das relações internacionais.¹ As dificuldades experimentadas residem não em qualquer uniformidade ou paralisia teórica, mas, acima de tudo, em bases metodológicas e históricas. Excessivamente defensiva sobre seu próprio vigor metodológico e disciplinar, as RI têm sido tratadas como um apêndice de outras disciplinas mais estabelecidas. Política nacional, economia e sociologia são os focos principais e o

¹A crença em um paradigma único como “normal” e desejável recebeu confirmação de *The Structure of Scientific Revolution* de Thomas Khun (London: University of Chicago, 1962). O argumento contrário, que a diversidade é desejável, foi feito em *Against Method* de Paul Feyerabend (London: NLB, 1975).

“internacional” é um elemento excedente, uma opção para os estudantes, um penúltimo capítulo para o acadêmico.

Nas últimas duas décadas, a mudança dramática no *status* do “internacional” somente potencializou isso. Agora que se tornou moda destacar a difusão do “internacional” e a destituição da especificidade nacional pela “globalização”, esta dimensão, antes negligenciada, tornou-se propriedade de todos: a exclusão deu lugar à promiscuidade. Além disso, neste processo, o grau de internacionalização do mundo atual tem sido distorcido e exagerado e localizado, de maneira extremamente simplista, em mudanças ocorridas entre 1945 e 1960. Este reducionismo histórico assume várias formas, como a afirmação injustificada da literatura transnacionalista sobre a obsolescência do Estado-nação e do papel da força, ou a invocação de uma nova era de “pós-modernidade”. A contínua adaptação entre o global e o particular na política, na cultura e na economia é subestimada, assim como se escondem as diversas histórias dos processos internacionais que datam das origens do sistema no século XVI.

Estas duas abordagens – a negação e o exagero – nada mais são do que dois lados da mesma moeda. Os que propõem a última constroem sua argumentação contrapondo o mundo contemporâneo a um período em que, supostamente, os Estados, as nações e as sociedades, eram separados e isolados entre si. Entretanto, a “internationalização” não começou com um mercado financeiro global ou com a CNN e sua transmissão mundial. O próprio nacionalismo, a despeito de sua evolução, de seu caráter aparentemente individual e de sua celebração do específico, é um processo internacional, um produto da mudança intelectual, social e econômica compartilhada pelas sociedades e estimulada por sua interação nos últimos dois séculos. Na verdade, pode-se argumentar que longe do “internacional” nascer do nacional e de uma expansão gradual dos laços entre entidades distintas, o processo real se deu de maneira inversa: a história do sistema moderno é a da internacionalização e da quebra, em partes separadas, dos fluxos preexistentes de pessoas, religião e comércio; a precondição para a formação do Estado-nação moderno foi o desenvolvimento de uma economia e cultura internacional, dentro da qual eles se reuniram depois.

Os autores na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos alardeiam que durante os últimos 20 ou 30 anos as formas de controle político e soberania foram corroídas por processos transnacionais: mas esta é uma presunção gigantesca, nascida das histórias nacionais peculiares, e mui-

²Este contexto “internacional” para a disseminação do nacionalismo é reconhecido por várias teorias, sejam elas a teoria política de Elie Kedourie (*Nationalism*, London: Hutchinson, 1960) ou a abordagem sociológica de Ernest Gellner (*Nations and Nationalism*, Oxford: Basil Blackwell, 1983).

to excepcionais, destes Estados. Dos 190 Estados soberanos do mundo de hoje, ou algo em torno disso, somente meia dúzia escaparam de ocupação externa nos dois séculos passados. Mesmo no caso da Grã-Bretanha, por exemplo, um país onde a consciência insular é maior do que nos demais, e um dos poucos a escapar da ocupação externa, não existe uma história puramente nacional. De Júlio César a Santo Agostinho, das invasões anglo-saxônicas a 1066, da Reforma à emergência do Estado Moderno em conflito com os vizinhos europeus, até o tempo do império e da guerra mundial, o nacional e o internacional sempre interagiram. Os Estados Unidos da América escaparam da ocupação desde a independência em 1783, mas todo o seu desenvolvimento tem sido um de interação com o internacional. Desde a aquisição pela força e compra da maior parte de seu território de outros Estados e povos, até o fluxo em massa de populações de outros países, à expansão global de seu poder financeiro e industrial em 1890, o sistema político americano tem sido moldado pelo conflito internacional.

Nos dois países, a percepção da insularidade conforma o mito do desenvolvimento político pela evolução não-violenta. Apesar de terem adquirido legitimidade pela disseminação gradual da democracia, o Reino Unido e os Estados Unidos foram Estados criados e mantidos pela força em mais de uma oportunidade. Além disso, mesmo a mais breve das pesquisas comparativas mostrará, ou pelo menos indicará, que a disseminação das formas democráticas e a chegada do sufrágio universal foram processos internacionais, resultado tanto de mudanças nas normas quanto do impacto nas diferentes sociedades de seus fenômenos: por um lado, da industrialização e da ascensão da sociedade de massas e, por outro, das pressões políticas nascidas das duas guerras mundiais. O mesmo se aplica à história das economias nacionais: as necessidades da competição interestatal moldaram o comércio e a intervenção estatal, a plantação de carvalhos e a construção de estradas, a promoção da indústria, da tecnologia e da educação. Igualmente, um processo como a abolição da escravatura, preservada em termos particularistas e étnicos, reflete mudanças amplas no comércio internacional e na produção.³

O que é vivido, e normalmente estudado como algo que aconteceu “dentro” de países, revela-se como parte de processos internacionais muito mais amplos de mudança política e econômica. Através das histórias “nacionais”, a competição internacional desempenha um papel formativo bastante central, como influência e exemplo. A taxação para propósitos militares e a arrecadação de taxas no comércio habitam o coração do Estado moderno: o departamento de alfândega e a receita britânica gozam de ampla autonomia dos ministérios governamentais por-

³Robin Blackburn, *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848* (London: Verso, 1988).

que existem há mais tempo. Portanto, não pode haver uma história puramente nacional de qualquer Estado: da mesma forma, não pode haver teoria da economia, do Estado e das relações sociais que negue o impacto formativo, residual ou recente, do internacional. Portanto, nenhuma das abordagens convencionais, a negação e o exagero, faz justiça à questão comum a todos os cientistas sociais e que, dentro da ótica particular da disciplina das relações internacionais, é a sua preocupação constitutiva: a interação do nacional e do internacional, do interno e do externo.

AS INFLUÊNCIAS FORMATIVAS

O assunto das relações internacionais é, como em todas as disciplinas acadêmicas, localizado em mais de uma dimensão. Todas as ciências sociais devem suas origens e desenvolvimento à interação com o mundo de fora, a economia nasceu como uma resposta ao comércio e à industrialização dos séculos XVIII e XIX, a sociologia da evolução das sociedades urbanas, a antropologia do encontro colonial. Ainda assim, cada uma tem sua própria agenda como área de estudo na universidade, uma necessidade de resistir às modas do momento e às pressões do poder para olhar com imparcialidade seu objeto, uma missão de usar sua substância e métodos como um meio de aguçar e treinar as mentes dos estudantes e seu próprio conjunto permanente de preocupações disciplinares.

Nas relações internacionais, como evidenciado pelo âmbito comum dos cursos oferecidos, estas preocupações possuem dois aspectos distintos: um é amplamente analítico e se refere ao papel do Estado nas relações internacionais, ao problema da ordem na ausência de uma autoridade suprema, ao relacionamento entre o poder e a segurança, à interação da economia com a força militar, às causas do conflito e às bases da cooperação. O outro é normativo e diz respeito à questão de quando e como é legítimo usar a força, às obrigações devidas ou não ao nosso Estado, ao lugar da moralidade nas relações internacionais e aos erros e acertos da intervenção.

As relações internacionais, entretanto, são igualmente localizadas em uma outra dimensão, aquela do mundo "real" ou, talvez mais precisamente, "não-reflexivo". No internacional, como em mais nenhum outro campo da ampla atividade humana, o mítico e o imaginário desempenham um papel central no discurso cotidiano. Basta-se lembrar das forças de identificação e ódio nacional, da quase que universal incidência de teorias de conspiração e suspeitas sobre "estrangeiros", a extraordinária ignorância, mesmo entre os mais instruídos, sobre outros países, e a facilidade com que as paixões públi-

cas são provocadas pela representação enganosa do estrangeiro, do estranho, do "outro".

De todos os estudantes de ciências sociais nas universidades, os de relações internacionais são os que provavelmente irão encontrar mais incompreensão e ignorância e os que irão se envolver em mais depuração conceitual, ética e factual. Somente isto já fornece uma relevância distinta às RI, mesmo que empreste um certo caráter laborioso à exploração das questões internacionais. Quando pessoas aparentemente instruídas e experientes incluem em suas discussões sobre o futuro internacional de outros países estereótipos primitivos como "a mente alemã", "a psicologia japonesa", somos todos lembrados de que ainda precisamos avançar muito. Talvez, o melhor que as relações internacionais poderiam fazer em sua esfera de atividade seria aplicar o famoso ensinamento de Freud sobre a psicanálise: reduzir a neurose à miséria normal de cada dia.

A relação do estudo acadêmico das relações internacionais com o mundo de fora é certamente moldado e estimulado por outras preocupações. Algumas são evidentes, outras não. A mais óbvia é que as pessoas sentem que o internacional é importante, que é uma fonte de ameaça, mais obviamente militar, que é uma arena onde grandes benefícios e perdas econômicas podem ocorrer, que aparentemente é cada vez mais intrusivo nas vidas cotidianas. O estudo acadêmico das relações internacionais começou como uma tentativa de pesquisar as causas da maior de todas estas intrusões, qual seja, a guerra, e de desenvolver meios para reduzir sua futura incidência. Desde então, ele passou a englobar uma agenda mais ampla, em particular de atividade econômica. À medida que o mundo muda, também mudam as questões colocadas para o estudo acadêmico do internacional. A dificuldade é que a própria pressão das questões internacionais e a demanda para sua análise e comentário podem agir não só como um estimulante e um regulador do pensamento, mas também como um desvio: o resultado é que não somente a curiosidade com relação ao mundo, mas o próprio trabalho feito nas universidades, é moldado pelo que os financiadores e *policy makers* leem no jornal da manhã. Determinar a agenda acadêmica das relações internacionais por tais preocupações é, entretanto, perigoso não só pela perda de independência, mas também pela perda de perspectiva, histórica e conceitual. Economistas ficam felizes em serem consultados e fazerem comentários sobre a bolsa de valores ou a taxa de inflação, os cientistas políticos podem emitir visões sobre os resultados das próximas eleições, mas nestes casos, assim como no das relações internacionais, isto não deve ser a base do que se ensina na universidade.

Entretanto, nas relações internacionais a pressão é maior por causa de um fator adicional e menos evidente que pode ser definido como sua invisibilidade teórica. À exceção dos que tem como sua profissão

ensinar e estudar em uma universidade, o assunto não tem uma definição, além do sábio comentário sobre as notícias de ontem ou a breve aparição da história internacional comparada e contemporânea. Parte disso nasce da confusão diária sobre a palavra “internacional”. O próprio termo, inventado por Jeremy Bentham, em 1780, para indicar os laços legais entre os Estados, é incorreto, considerando o significado subsequente do termo “nação”, já que a menor de suas preocupações era a relação entre as nações em seu sentido atual. As nações e Estados podem ou não coincidir, mas, mesmo quando coincidem, as relações convencionalmente chamadas “internacionais” dizem respeito ao que se passa entre os governos e não entre as populações. Além disso, para a maioria dos que usam o termo, “assuntos internacionais” abrange duas coisas bastante diferentes, incluídas nas páginas dos jornais: a política doméstica dos outros países (assuntos internos) e os assuntos internacionais propriamente ditos, as relações entre os Estados e as sociedades.

A isto também se acrescenta um problema final e curioso. A maioria das pessoas genericamente interessadas em ciências sociais está ciente do trabalho teórico em vários campos, mesmo que não possam dizer o que as teorias falam. Assim, o leitor médio do mais sério dos jornais ou do *New York Review of Books* já terá lido os teóricos da economia, como Keynes ou Friedman e saberá dos debates na filosofia entre Rawls, Nosick e seus seguidores, ou das idéias gerais de Foucault e do pós-modernismo. Nas relações internacionais, as coisas são bem diferentes, pois poucos fora da área conhecem qualquer um dos envolvidos em trabalhos teóricos e muito menos suas questões. Supõem-se que se possa fazer a mágica com uma combinação estimulante de assuntos correntes, de senso comum e “pitadas” de referência histórica. A preservação de equilíbrio adequado e criativo entre estas duas dimensões das relações internacionais, a acadêmica e a política é, portanto, muito mais difícil. Especialmente pela pressão do presente é preciso deixar isto o mais claro possível.

A EMERGÊNCIA DA TEORIA

No restante deste capítulo, tentarei fornecer um breve esboço de como a teorização das relações internacionais tem caminhado. O desenvolvimento das RI, como o de todas as ciências sociais, é produto de três, e não de dois, círculos concêntricos de influência: a mudança e o debate dentro da própria disciplina, o impacto dos desenvolvimentos do mundo e a influência de novas idéias de outras áreas da ciência social. Enquanto genealogias acadêmicas são comuns, as duas últimas recebem menos atenção. As RI têm um “autoconhecimento” muito limitado e uma

consideração inadequada dos fatores extradisciplinares que as afetam. Entretanto, isto é muito evidente: os principais eventos da história do século XX (a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a Guerra Fria e o seu encerramento) moldaram o foco das RI tanto quanto as disputas interparadigmáticas. Contudo, como qualquer ciência social, as RI tendem a esconder estas conexões por medo da perda de prestígio intelectual. Assim, a arregimentação do “realismo” pela Guerra Fria ou o papel da Guerra do Vietnã na promoção da consciência da interdependência são negligenciados. Igualmente, diferenças nacionais, de história e sociedade, têm determinado a análise e a pesquisa: o que nos EUA é um estudo de tomada de decisão, pode tornar-se na Alemanha a análise da relação entre a democracia e a política externa;⁴ os países do Terceiro Mundo estão freqüentemente preocupados com a dominação externa, os países desenvolvidos com a integração. Mais genericamente, a própria “historicidade” de conceitos, sua emergência em contextos particulares e, em termos analíticos, sua relevância em períodos específicos, é negada.

A ligação da história intelectual com a história em geral permanece intermitente e obscura, assim como a das RI com as outras tendências nas ciências sociais. As questões de teoria internacional e análise têm estado presentes há muito tempo no pensamento político clássico.⁵ Tucídides sobre as causas da guerra, Maquiavel e Hobbes sobre a natureza do poder, Grócio sobre o direito internacional, Kant e Marx sobre as precondições para o cosmopolitismo são alguns dos antecedentes mais óbvios. Estas considerações são, entretanto, parte de um empreendimento teórico mais amplo de história, direito, filosofia, teoria política e raramente emergem como reflexões sobre um assunto teórico distinto: o “internacional”.

Como uma disciplina acadêmica separada, as relações internacionais têm menos de um século. O estudo das relações internacionais começou no fim da Primeira Guerra Mundial, enfocando os fatores que precipitaram a guerra e os meios para prevenir a sua recorrência. Foi neste período que as primeiras cadeiras e departamentos foram estabelecidos nas universidades britânicas, em Aberystwyth, LSE e Oxford, enquanto na esfera não-acadêmica o Royal Institute of International Affairs foi fundado para elaborar a política pública. Con-

⁴Ulrich Albrecht, *Internationale Politik* (Munich: Oldenbourg, 1986), capítulo 9, ‘Das Demokratieproblem in der internationale Politik’.

⁵Para pesquisas disto, ver Howard Williams, *International Relations in Political Theory* (Milton Keynes: Open University Press, 1992); Torbjorn Knutsen, *A History of International Relations Theory* (Manchester: Manchester University Press, 1992); Terry Nardin e David Mapel (eds) *Traditions of International Ethics* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992); Martin Wight, *International Theory: The Three Traditions* (Leicester University Press, 1991).

temporaneamente, e pelas mesmas razões, os departamentos acadêmicos e o Council on Foreign Relations foram estabelecidos nos Estados Unidos.

Os três elementos constitutivos das RI, o interestatal, o transnacional e o sistêmico, permitem muitas especializações e várias abordagens teóricas. Hoje, as RI abrangem, como subcampos somados à teoria internacional (isto é, a teorização destes três elementos), os estudos estratégicos, os estudos de conflito e paz, a análise de política externa, a economia política internacional, a organização internacional e um grupo de questões normativas pertinentes à guerra: obrigação, soberania e direitos. A estes subcampos, analiticamente distintos, pode ser somado o das especializações regionais nos quais as abordagens teóricas são aplicadas aos estudo de Estados individuais e de grupos de Estados. Tais subcampos podem não envolver diferentes perspectivas teóricas, mas variam consideravelmente na ênfase relativa atribuída às questões, por exemplo, de ideologia e direito, de economia ou de poder militar. Só nos anos 1980, várias novas questões internacionais foram incorporadas ao âmbito analítico da disciplina e ensinadas em cursos separados: uso do mar e política dos oceanos, mulheres e a arena internacional, as relações internacionais no Terceiro Mundo, as questões ecológicas, as dimensões internacionais da comunicação, dentre outras.

Os já abordados crescimento e variação dos assuntos dentro das RI são paralelos a uma evolução nas abordagens teóricas.⁶ Em sua fase inicial, as RI buscaram distinguir-se daquelas disciplinas a partir das quais se originaram. Assim, eram distintas da história diplomática (internacional) em sua abordagem comparativa e teórica. Ao longo do tempo, separaram-se do direito internacional com a adoção de uma abordagem normativa (e não positivista) e na análise da interação das dimensões do internacional além do legal. Distinguiram-se da ciência política ao buscar combinar o político com o econômico e o militar e, em tomar como seu objeto de análise, não o sistema político interno de um país qualquer, mas o sistema internacional caracterizado pela ausência de uma autoridade soberana e a maior importância da violência em seu interior. Apesar disso, sua evolução teórica envolveu empréstimos e a contínua

⁶Para histórias gerais e pesquisas de RI, ver, entre outros, Margot Light e A.J.R Gordon (eds.) *International Relations: A Handbook of Current Theory* (London: Frances Pinter, 1985; 2.ed. para 1994); Steve Smith (ed.) *International Relations: British and American Perspectives* (Oxford: Basil Blackwell, 1985); Hugh Dyer e Leon Mangassarian (eds.) *The Study of International Relations: The State of the Art* (London: Macmillan, 1989); Marc Williams (ed) *International Relations in the Twentieth Century: A Reader* (Basingstoke: Macmillan, 1989); A.J.R Gordon e William Onuf, *International Relations then and now* (London: Routledge, 1992).

interação com essas disciplinas, bem como outras das ciências sociais, especialmente a economia. Duas disciplinas com as quais as RI parecem ligadas, apesar de não existir qualquer relação, são a sociologia e a geografia. Embora, como veremos nos Capítulos 3 e 4, as RI tenham utilizado certas idéias da sociologia, especialmente “sociedade” e, em seu período formativo, tenham compartilhado preocupações da geopolítica, nenhuma das duas disciplinas teve um impacto importante. Dentre outras coisas, o resultado foi que os desenvolvimentos teóricos subsequentes nestas disciplinas não foram reconhecidos dentro das RI. Somente recentemente, ao superarem sua fase “protecionista”, é que as RI começaram a explicitamente aprender e contribuir com outras áreas das ciências sociais. Um exemplo relevante deste novo posicionamento é o recente interesse na sociologia histórica, no domínio das preocupações estratégicas, da guerra e seu impacto na formação do Estado e do grau em que o internacional, mais do que os fatores endógenos, determinou o desenvolvimento estatal.

Se as RI possuíssem uma disciplina materna, esta não seria a história ou a ciência política, mas o direito internacional. Na Europa continental, este padrão prevalece em muitos departamentos. Em sua fase inicial, depois da Primeira Guerra Mundial, as RI adotaram uma abordagem predominantemente legal, hoje erroneamente apresentada como “utópica” ou “idealista”. Esta escola da “paz através da lei” emergiu, em parte, do liberalismo de Woodrow Wilson e buscou limitar ou prevenir a guerra por tratados internacionais, procedimentos de negociação e o crescimento das organizações internacionais, especialmente a Liga das Nações. Os críticos acadêmicos dessa abordagem freqüentemente referem-se a ela como “utopismo”, mas esta é uma categorização enganosa por três razões: primeiro, porque confunde uma tentativa de regular e melhorar as relações internacionais, um projeto perfeitamente viável, com a perseguição de um ideal, de uma “utopia”; segundo, porque ignora o que era para Wilson uma precondição central à efetivação da paz através da lei, qual seja, a disseminação geral da democracia liberal, algo que ele estava errado em antecipar depois da Primeira Guerra Mundial, mas que, como veremos no Capítulo 9, tem implicações consideráveis para o internacional;⁷ e, terceiro, porque ao depreciar os “utópicos”, estes críticos desacreditam, a partir do próprio conceito e da análise da utopia, uma parte duradoura e válida da teoria social e política.

⁷Woodrow Wilson, ‘The coming age of peace’ de *The State* (1918), excerto em Evan Luard (ed) *Basic Texts in International Relations* (Basingstoke: Macmillan, 1992) p. 267-71.

O REALISMO E O BEHAVIORISMO

Com as crises dos anos 30, o “idealismo” deu lugar ao “realismo”, inicialmente com o trabalho de E.H Carr e, depois, com o de vários escritores nos Estados Unidos, incluindo Hans Morgenthau, Henry Kissinger e Kenneth Waltz.⁸ Eles tomam como ponto de partida a busca do poder dos Estados, a centralidade da força militar dentro deste poder e a inevitabilidade duradoura do conflito em um mundo de múltipla soberania. Mesmo não negando inteiramente o papel da moralidade, do direito e da diplomacia, os realistas dão maior peso à força militar como instrumento de manutenção da paz. Eles acreditavam que o mecanismo central para regular o conflito era o equilíbrio de poder através do qual a força maior de um Estado seria compensada pelo aumento da força ou pela expansão das alianças dos outros: esta situação era dada no sistema, mas também poderia ser promovida conscientemente.

Paralelamente, um grupo de realistas do lado europeu do Atlântico desenvolveu o que ficou conhecido como a “escola inglesa”: Charles Manning, Martin Wight, Hedley Bull e Fred Nort hedge enfatizaram o grau em que o sistema internacional era “anárquico”, isto é, sem um governo central.⁹ Eles perceberam isso não como o caos, mas como um certo tipo de sociedade: isto é, um grupo de Estados que interagia de acordo com certas convenções. Estas incluíam a diplomacia, o direito internacional, o equilíbrio de poder, o papel dos grandes poderes e, mais controvertidamente, a própria guerra. Esta escola continua a produzir trabalhos consistentes, com orientação e qualidade, como é evidente nos escritos de Alan James, Michael Donelan, James Mayall, Adam Watson e outros.¹⁰

Depois da Segunda Guerra Mundial, com o crescimento do estudo acadêmico das relações internacionais, o realismo se tornou a abordagem dominante, senão única na área. Ele possuía uma explicação poderosa e abrangente das relações internacionais e do conflito. Em

⁸ E.H Carr, *The Twenty Years Crisis* (London: Macmillan, 1966); Hans Morgenthau, *Politics Among Nations*, 5.ed. (New York: Alfred Knopf, 1978); Henry Kissinger, *A World Restored* (Boston: Houghton Mifflin, 1957); Kenneth Waltz, *Man, the State and War* (New York: Columbia University Press, 1954).

⁹ Hedley Bull, *The Anarchical Society* (Oxford: Oxford University Press, 1977); Fred Nort hedge, *The International Political System* (London: Faber & Faber, 1976).

¹⁰ Alan James, *Sovereign Statehood* (London: Allen & Unwin, 1986) e seu contra-ataque aos desenvolvimentos teóricos recentes nas RI ‘The realism of realism: the state and the study of international relations’, *Review of International Studies*, v.15, n.2, July 1989; Michael Donelan, *Elements of International Political Theory* (Oxford: Clarendon, 1990); James Mayall, *Nationalism and International Society* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990); Adam Watson, *The Evolution of International Society* (London: Routledge, 1992).

muitos debates públicos nos quais os assuntos internacionais eram discutidos, ele estava em harmonia com o senso comum. Além disso, os eventos dos anos 30 e suas consequências reafirmaram-no poderosamente e sem contestação. Normalmente pressuposto como uma evolução *dentro* do mundo de língua inglesa, o realismo articulou as críticas à Liga das Nações expressas pela direita alemã desde os anos 20.¹¹ Na verdade, muitos dos temas centrais do realismo aparecem como descendentes (domesticados) do darwinismo social militarista e racista do final do século XIX e início do XX. Ao mesmo tempo, seria de se esperar que a crescente preocupação da ciência política com o poder e com suas formas não constitucionais embasasse esta tendência de estudo da “política de poder” dentro do campo acadêmico das relações internacionais.¹²

O domínio do realismo começou a ser desafiado nos anos 1960, permanecendo sob pressão desde então.¹³ A partir de 1960, o behaviorismo apareceu como uma alternativa às RI ortodoxas, como a outras áreas das ciências sociais nos níveis metodológico e conceitual. Desta maneira, a nova escola “científica” das relações internacionais, quase exclusivamente americana, buscou afastar-se dos usos tradicionalistas da história e de termos políticos ortodoxos como “Estado”, em direção a um novo estudo quantificado e do que podia ser observado, isto é, do comportamento que, neste caso, eram os processos e os relacionamentos internacionais. Karl Deutsch estudou o crescimento das comunicações internacionais; James Rosenau enfocou as interações informais, “ligações transnacionais” entre as sociedades que passavam ao largo das relações ortodoxas entre Estado-Estado; Morton Kaplan desenvolveu teorizações mais “científicas” dos sistemas internacionais.¹⁴ Nas relações internacionais, aconteceu um debate variado e freqüentemente amargo entre “tradicionalistas” e “behavioristas”, espelhado na substância e nas nuances dos temas levantados em discussões paralelas dentro da ciência política. As críticas severas de Bernard Crick, o analista da política, sobre a ciência política dos Estados Unidos, tiveram equivalentes nas RI. Nesta troca, na qual ambos os lados ultrapassaram suas competências filosóficas e metodológi-

¹¹ Carl Schmitt, *The Concept of the Political* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1975).

¹² Charles Merriam, *Political Power* (New York: McGraw-Hill, 1939); Harold Lasswell, *Who Gets What, When, How* (Cleveland, Ohio: The World Publishing Company, 1958).

¹³ Para uma crítica irrefutável das afirmações realistas, ver Justin Rosenberg, ‘What’s the matter with realism?’ *Review of International Studies*, v.16, n.3, October 1990.

¹⁴ Karl Deutsch, *Nationalism and Social Communications* (New York: Wiley, 1953); James Rosenau (ed) *Linkage Politics* (New York: Free Press, 1969); Morton Kaplan, *System and Process in International Politics* (New York: Wiley, 1957).

cas, a escola “inglesa” permaneceu firme, contrapondo história e “julgamento” contra o que era visto como a abordagem vulgar e enganosamente “científica” da ciência política americana.¹⁵ A isto deveremos voltar no Capítulo 1.

A tentativa completa dos behavioristas de suplantar as RI “tradicionalis” falhou em três aspectos-chaves. Primeiro, o realismo e a sua posterior variação, o “neo-realismo”, mantém-se como a abordagem dominante dentro do estudo acadêmico e de políticas das relações internacionais.¹⁶ Segundo, o próprio desafio teórico colocado pelo behaviorismo para suplantar o estudo pré-científico do “Estado” e de outros conceitos históricos convencionais com uma nova teorização científica não foi longe o bastante, principalmente porque falhou em fornecer uma teorização alternativa do próprio Estado. Terceiro, sua promessa de teorização, e angariamento de fundos, para chegar a grandes novas conclusões sustentada pela força da coleta de dados, nunca foi cumprida. No fim, o behaviorismo tornou-se um acessório, ao invés de uma alternativa, à abordagem centrada no Estado. Apesar disso, a partir do desafio behaviorista e das posteriores teorizações dos fatores “transnacionais” e sistêmicos, uma nova variedade de subcampos se desenvolveu dentro da disciplina, três dos quais merecem uma atenção especial: a análise de política externa, a interdependência e a economia política internacional. Assim, se o realismo e o neo-realismo continuaram predominado, eles não mais tinham o monopólio intelectual ou institucional dentro da disciplina. Ramos da abordagem behaviorista, da análise de política externa, da interdependência e da economia política internacional, conseguiram conquistar um lugar permanente no conjunto da discussão.

A análise de política externa, o estudo de fatores determinando resultados de política externa e decisões em particular, foi uma tentativa ambiciosa e, em muitos aspectos, bem-sucedida de desafiar os pilares centrais do realismo.¹⁷ Ao buscar analisar como a política externa é formulada, ela rejeitou algumas das premissas realistas centrais: as de que o Estado pode ser tratado com um ator unitário; que pode ser levado a agir racionalmente para maximizar seu poder e defender o interesse nacional; que o caráter interno e as in-

¹⁵Este debate é resumido em Klaus Knorr e James Rosenau (eds.) *Contending Approaches to International Politics* (Princeton: Princeton University Press, 1969). Ver também o debate contemporâneo entre Rosenau e Northedge em *Millenium*, v.5, n.1, 1976.

¹⁶Sou particularmente grato ao meu colega Michael Banks por sua consideração do debate: ver, por exemplo, seu ‘The inter-paradigm debate’ em Light e Groom (eds.) *International Relations*.

¹⁷Ver, em particular, o capítulo em Light e Groom (eds.) *International Relations* de Christopher Hill e Margot Light.

fluências de um país podem ser tratadas como irrelevantes no estudo de sua política externa – particularmente, esta última é uma das reivindicação favoritas de Waltz. Pelo contrário, a análise de política externa examinou a composição do processo de sua formulação, primeiro em termos de fragmentação e rivalidade burocrática e individual dentro do Estado e, então, em termos de demandas políticas mais amplas, incluindo as das legislaturas, da imprensa, da opinião pública e da ideologia.

Esta abordagem abriu a possibilidade para o estudo comparado da política externa e das formas pelas quais as diferentes características constitucionais, históricas e sociais afetam sua formulação e a implementação, algo antes excluído pela negação realista da relevância dos fatores internos. A conclusão alcançada por este caminho, nas investigações internacionais e nas domésticas, foi que a premissa da “racionalidade” deveria dar lugar às lutas burocráticas internas, às consequências não intencionais, às ilusões individuais e de grupos, ao “pensamento de grupo” e assim por diante. A suposição de que os Estados poderiam ser tratados como maximizadores racionais de poder e calculadores do interesse nacional provou-se uma base inadequada e equivocada para a análise de política externa.

O mais importante desafio da análise de política foi, entretanto, à reivindicação realista de que os Estados podem ser tratados unicamente como unidades em um ambiente, sem referência as suas estruturas internas e às mudanças dentro deles. O que a análise de política externa procurou mostrar foi não somente que sua abordagem, incorporando fatores domésticos, poderia fornecer uma consideração mais persuasiva da formulação da política externa, e de suas irracionais, mas também que era necessário identificar as formas pelas quais os ambientes domésticos e os processos dos países eram afetados por fatores externos, estivesse o Estado envolvido ou não nesta interação. Este foi evidentemente o caso dos processos econômicos, alterações no preço mundial do petróleo tinham efeitos sobre os países, independentemente do que os governos escolhessem fazer, e também dentro de vários processos ideológicos e políticos. As sociedades estavam interagindo de forma transnacional, e estas “ligações”, ao invés das interestatais, estavam tendo um impacto na política externa. Confrontados com tais desafios e influências externas, os Estados, dependendo das circunstâncias, agiam para acomodá-las ou evitá-las.

A análise de política externa, nascida da rejeição behaviorista de conceitos “institucionais” não desenvolveu uma teoria do Estado. Ela tinha também outras limitações: uma preocupação estreita, fetichizada, com decisões e um conceito sociologicamente ingênuo do “ambiente” interno. Por esta razão, ela falhou em aproveitar a opor-

tunidade, que depois beneficiaria a literatura da sociologia histórica, de uma análise abrangente e combinada dos papéis internos e externos dos Estados. Mesmo assim, foram as conquistas da análise de política externa que levantaram esta questão e tornaram possível examinar a relação interno-externo sob uma nova luz.

Neste contexto, surgiu uma abordagem diversa baseada na “interdependência”, um conceito utilizado para examinar como as sociedades e os Estados estão se tornando cada vez mais interligados e as consequências de tal processo. O desenvolvimento da literatura sobre interdependência ilustra bem as oportunidades, e armadilhas, do reconhecimento da conexão entre o doméstico e o internacional. Apesar de fornecer um quadro para examinar esta ligação, ela frequentemente tem levado à simplificação da relação e à fácil afirmação de que tudo, agora, é “interdependente”.

A “interdependência” é um termo que tem estado intermitentemente em voga por um século. Em seu uso contemporâneo, ele se originou como um conceito na economia, onde comparativamente tinha um sentido mais claro, de acordo com o qual duas economias são interdependentes quando existe uma relativa igualdade de poder entre elas e quando sua interação mútua é tal que cada uma é significativamente vulnerável às ações da outra. A interconexão produzia vulnerabilidade e a partir daí atuava como uma restrição ao que as outras poderiam fazer. Em sua forma clássica, a percepção era de fato que o aumento do comércio entre as nações fortaleceria a paz, uma idéia de senso comum antes da Primeira Guerra Mundial, mas que desde então não era ouvida. Sua reemergência nos anos 1970 foi tanto uma resposta a eventos econômicos – o declínio do dólar, a elevação dos preços da OPEP (Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo) – quanto ao impacto político dentro dos EUA da Guerra do Vietnã.¹⁸ Em sua formulação dos anos 1970, e especialmente no trabalho de Robert Keohane e Joseph Nye, ela se sustentava em três proposições: que o Estado estava perdendo a sua posição dominante nas relações internacionais para atores e forças “não-estatais”, como as corporações multinacionais; que não mais existia uma hierarquia de questões internacionais, com os assuntos militares e estratégicos, a *high politics*, no topo, e as questões econômicas e de bem-estar, a *low politics*, mais abaixo; e que o poder militar estava perdendo sua importância nas relações internacionais.¹⁹ Mesmo se a visão realista de um mundo estrategicamente orientado e estato-cêntrico tivesse sido verdadeira no período anterior, este não mais era o caso, à medida que as antigas barreiras caíram e as forças econômicas e políticas prestavam cada vez menos atenção ao Estado.

¹⁸Robert Keohane e Joseph Nye (eds.) *Transnational Relations and World Politics* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971).

A teoria da interdependência foi criticada a partir de várias perspectivas. Waltz argumentou que ela era historicamente errônea, já que a interdependência havia sido, em vários aspectos, muito maior no passado do que no presente.¹⁹ Waltz e outros encararam a maior interação como estimulando o conflito: “boas cercas fazem bons vizinhos”, eles disseram. Northedge e Bull contestaram a visão de que para os Estados era verdadeiro ou desejável perder o controle sobre suas populações ou ceder a responsabilidade de administração de assuntos internacionais: apesar de toda discussão sobre as “questões globais” e os “bens comuns” universais, eram os Estados que, por bem ou por mal, continuavam responsáveis pela resolução destas questões de paz, fome e ecologia. Os indivíduos continuavam se identificando tanto quanto antes com os Estados e os consideravam como essenciais para o desempenho de funções de segurança, representação e bem-estar. Os marxistas apontaram que a interdependência aplicava-se, na melhor das hipóteses, a um pequeno grupo de países ocidentais desenvolvidos e que sua utilização nas relações Norte-Sul escondia assimetrias de poder e riqueza que eram causadas pelo sistema imperialista.

A idéia de interdependência também perdeu importância com a deterioração das relações internacionais no final dos anos 1970 e início dos 1980. Nos contextos leste-oeste e do Terceiro Mundo, parecia menos evidente que o poder militar havia perdido sua importância; as relações internacionais pareciam concentrar-se uma vez mais, e de uma forma bastante tradicional, nos Estados, e nos grandes poderes em particular; a substituição ou o desprezo ao Estado assumiam, em muitos casos, uma forma maligna, longe do que tinham previsto os expoentes liberais da teoria da interdependência – seja em situações de guerra civil (Líbano, Sri Lanka), como no crescimento dos processos transnacionais que não eram bem-vindos – o terrorismo, a poluição e o voo de capitais, dentre eles. Os “atores não-estatais”, como os novos movimentos sociais, não eram todos benignos: assim como os primeiros incluíam facções religiosas fanáticas e movimentos de juventude racista, junto com o Oxfam, o Bandaí e Anistia Internacional, a última categoria incluía a Máfia e o Cartel de Medellin.

¹⁹Kenneth Waltz, ‘The myth of national interdependence’ em Charles Kindleberger (ed.) *The International Corporation* (Cambridge, MA: MIT Press, 1970).

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DESDE 1970

Os desafios do behaviorismo, da interdependência e da economia política internacional ao realismo, minaram seu monopólio anterior na área e produziram uma disciplina mais competitiva e diversa. Isto, por sua vez, encorajou a emergência de várias outras abordagens, defendendo ou rejeitando o realismo.

A reafirmação do realismo, o "neo-realismo", a qual voltarei no Capítulo 1, respondeu às preocupações da economia política internacional, mas buscou restabelecer a primazia dos Estados e das preocupações político-militares, dentro de sua análise global. Assim, Stephen Krasner atribuiu o fracasso dos Estados do Terceiro Mundo em arregimentar apoio para sua Nova Ordem Econômica Internacional não à sua fraqueza econômica, mas, ao invés disso, à sua fraqueza como Estados e à sua adesão a princípios que se chocavam com os dos Estados dominantes no sistema internacional.²⁰ Robert Tucker destacou o contínuo papel dos grandes poderes e da força militar na manutenção do sistema internacional e imputou a pobreza dos Estados do Terceiro Mundo a fatores políticos e econômicos endógenos.²¹ Os pilares centrais do neo-realismo foram, entretanto, expostos com maior clareza em dois trabalhos do final dos anos 1970 – *The Anarchical Society*, de Hedley Bull; e *Theory of International Relations*, de Kenneth Waltz (cujos argumentos são revistos criticamente nos Capítulos 4 e 1, respectivamente).²² Ambos reconheceram, e buscaram refutar, as críticas das duas últimas décadas. Desta forma, procuraram destacar a primazia dos Estados no sistema internacional e o poder e papel subordinado dos atores "não-estatais". Ao mesmo tempo, eles debateram que os processos econômicos, como quaisquer outras atividades transnacionais, requeriam que os Estados providenciassem a segurança e a regulação necessárias para a sua continuidade. Eles eram céticos quanto às reivindicações de que a interdependência estava aumentando e destacaram a contínua importância dos grandes poderes na administração das relações internacionais, para o bem ou para o mal.

Se o "neo-realismo" respondeu às críticas ao realismo pela reafirmação de seus pilares tradicionais, outros levaram a análise das RI para ainda mais longe da ortodoxia estabelecida. Em uma extensão radical do behaviorismo, John Burton, em seu *World Society* e outros trabalhos, desenvolveu uma teoria de relações internacionais baseada nas necessidades individuais e no conjunto de questões geradas por estas ne-

²⁰Stephen Krasner, *Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism* (Berkeley: University of California Press, 1985).

²¹Robert Tucker, *The Inequality of Nations* (London: Martin Robertson, 1977).

²²Kenneth Waltz, *Theory of International Relations* (New York: Random House, 1979).

cessidades.²³ Na visão de Burton, o sistema internacional era, portanto, uma teia de interações definidas por questões, dentro das quais as estruturas específicas do poder militar e estatal desempenhavam um papel distinto, mas não exclusivo ou predominante. Enfatizando a resolução do conflito através das mediações de grupos pequenos ou individuais, o trabalho de Burton rompeu de forma extravagante com a visão das relações internacionais centrada no Estado pela introdução de uma análise e abordagem alternativa de política. Paralelamente, no Projeto de Modelagem de Ordem Mundial, Richard Falk desenvolveu uma teoria de alternativas e oposições ao poder do Estado no nível internacional, baseada nas necessidades humanas e nas interações transnacionais e não-estatais.

O aprofundamento da relação entre o marxismo e as RI constitui outro desenvolvimento não ortodoxo dos anos 1970 e 1980 e será discutido no Capítulo 2. Como já indicado, a porta de entrada do marxismo nas RI foi a questão do subdesenvolvimento e, de muitas maneiras, ele permaneceu confinado a esta área. A visão marxista clássica, alternativa, sobre o desenvolvimento foi desconsiderada (segundo a qual interessava ao capitalismo desenvolver o Terceiro Mundo), assim como algum de seus conceitos fundamentais, mais relevantes para as preocupações das RI, referentes às causas das guerras, ao papel das classes e ao caráter da ideologia, não foram utilizados na análise internacional. Ao defender a primazia de uma agenda alternativa – as relações Norte-Sul e as estruturas internacionais de exploração – o marxismo deixou as relações internacionais incólumes. A separação das RI da influência marxista foi maior do que nas outras áreas das ciências sociais e, certamente, foi causada pela predominância dos escritos americanos na área, que refletiam um clima intelectual no qual o marxismo estava totalmente ausente.

Somente nos anos 1980 esta situação começou a mudar. Dentro dos escritos da economia política internacional, houve uma aplicação dos conceitos marxistas para analisar as causas e as consequências de um mercado cada vez mais internacionalizado e das novas formas que ele estava assumindo. Dentro da análise de política externa, tornou-se possível não somente examinar como os fatores burocráticos e constitucionais afetavam resultados políticos, mas também como eles mesmos eram moldados pelos fatores históricos e sociais mais amplos, incluindo fato-

²³John Burton, *World Society* (Cambridge: Cambridge University Press, 1972). Para uma crítica de Burton ver Christopher Hill, 'Implications of the world society perspective for national foreign policies' em Michael Banks (ed.) *Conflict in World Society: A New Perspective on International Relations* (Brighton: Wheatsheaf, 1984).

res internos de classe.²⁴ O papel dos setores de produção militar na promoção e exagero da confrontação internacional é um exemplo óbvio, e não negligenciável, disto.

O crescimento da literatura de sociologia histórica sobre as questões da competição internacional e da formação de Estado, criticamente engajada com o marxismo, forneceu uma oportunidade particularmente frutífera para um novo trabalho sobre as relações exógenas-endógenas e sobre as formas pelas quais os Estados interagem com o sistema mundial.²⁵ Esta literatura tornou possível discutir o mais importante e negligenciado elemento do realismo, qual seja, sua concepção legal-territorial de Estado, um assunto ao qual voltarei no Capítulo 3. Quase todo o debate entre o realismo e o marxismo tem girado em torno do problema do Estado, mas raramente se reconhece que isto envolve duas concepções bastante distintas de "Estado" que levam a conjuntos diferentes de questões: uma das concepções é a legal-territorial, emprestada do direito e da ciência política tradicional; a outra é o conceito alternativo, emprestado do marxismo e da sociologia weberiana, segundo o qual o Estado é percebido como uma entidade administrativa-coercitiva, um aparato dentro dos países e das sociedades, ao invés do país como um todo. Estas concepções incluem as inopportunas questões de como o internacional e o doméstico interagem e como as relações entre os Estados e as pessoas são afetadas pelos fatores internacionais em mudança, sejam estes o papel dos Estados na guerra ou a transformação de padrões internacionais para o reconhecimento de um governo legítimo.

Uma corrente ainda mais recente e crítica a surgir das RI foi a influenciada pelo feminismo, assunto do Capítulo 6 deste livro. Até a metade dos anos 1980, as RI pareciam ser mais indiferentes às questões de gênero do que qualquer outra área das ciências sociais, uma situação gerada pela aceitação generalizada da distinção entre uma área convencionalmente "masculina:" da alta política, da segurança internacional e do *statecraft*, e uma "feminina" de domesticidade, de relações interpessoais e de localidade. Esta indiferença mútua tem, entretanto, sido subs-

²⁴Para uma abordagem sociológica, alternativa, à política externa, ver David Gibbs *The Political Economy of Third World Intervention: Mines, Money and U.S policy in the Congo Crisis* (London: University of Chicago Press, 1991).

²⁵Exemplos desta interação entre a sociologia histórica e o internacional incluem John Hall, *Powers and Liberties* (London: Pelican, 1986) e Michael Mann, *The Sources of Social Power*, vol. 1 (Cambridge: Cambridge University Press, 1988). Estas questões foram exploradas adicionalmente em uma série de seminários patrocinados pelo *Economic and Social Research Council* sob o título 'Structural Decline in the West' realizados em Cambridge entre 1988 e 1991. As atas da primeira destas conferências estão em Michael Mann (ed.) *The Rise and Decline of the Nation State* (Oxford: Basil Blackwell, 1990).

tituída face a dois processos convergentes. Um provém da esfera da política: em várias áreas da política internacional, as questões de gênero ganharam proeminência em anos recentes. Estas incluem as questões referentes às mulheres nos processos de desenvolvimento, ao direito internacional e às políticas da CE com relação às mulheres e aos impactos diferentes, sobre homens e mulheres, de processos socioeconômicos, dentre eles a migração e as políticas de "ajuste estrutural". A dispersão do envolvimento das mulheres em movimentos contra a guerra e as armas nucleares gerou um outro ponto de interseção específica de gênero. Em uma área bastante diferente, os escritos feministas começaram a discutir alguns conceitos centrais da teoria das RI, questionando sua neutralidade de gênero. Estes incluem os conceitos de "interesse nacional", segurança, poder e direitos humanos, todos apresentados na literatura dominante como neutros. Contudo, como o reexame feminista tem mostrado, cada um deles tem um significado de gênero implícito. Acima de tudo, o feminismo, como as outras teorias que enfatizam os direitos individuais e sociais, questiona o núcleo da prática convencional das relações internacionais: o valor supremo da soberania. Por exemplo, o estabelecimento de Estados independentes levou, em muitos países, à deterioração da posição das mulheres *vis-à-vis* os homens, com afirmações de soberania e identidade nacional sendo usadas para negar a legitimidade de tais questões. Existe, portanto, um espaço considerável, na prática e na teoria, para os questionamentos feministas frente às reivindicações do nacionalismo e a suposta autoridade do Estado soberano.

OS PARÂMETROS DO "REPENSAMENTO"

Este capítulo discutiu que o "internacional" não é um componente adicional, ou recente, da realidade social e política, mas um de seus elementos duradouros e constitutivos. Igualmente, ele debateu o lugar das RI em seu contexto intelectual e histórico mais amplo. Antes de mais nada, a parceria entre as RI e as outras ciências sociais pode ser definida pela abordagem conjunta que estas disciplinas podem oferecer sobre temas domésticos e internacionais: na consideração de questões específicas ou eventos é possível analisar em que medida o internacional desempenha ou não um papel determinante.²⁶ Três grupos de tópicos inter-relacionados se

²⁶Dois exemplos: o papel do "imperialismo" em moldar e distorcer as economias nacionais dos Estados do Terceiro Mundo; o papel da Guerra Fria no fortalecimento do governo centralizado nos EUA e na produção de um "estado de segurança nacional".

mostraram presentes. O primeiro foi o de questões de teoria política no sentido mais tradicional e normativo do termo: de obrigação, seja para com a família, o Estado ou a sociedade cosmopolita; de justiça, de sua implementação nos níveis nacional e internacional e de seu conflito com valores rivais, especialmente a segurança; da legitimidade da força e da coerção, dentro e entre os Estados; do direito de resistir a Estados soberanos.²⁷ Em segundo lugar, existe um conjunto de questões teóricas no sentido analítico mais contemporâneo: a análise do poder; a relação entre as estruturas políticas, econômicas e ideológicas; a relevância dos modelos de escolha racional para a ação social e a política, para os Estados, as instituições e os indivíduos dentro deles.²⁸

Finalmente, existe o foco deste livro, a explicação de sistemas políticos e sociais à luz dos determinantes domésticos e internacionais. Cada nível, o nacional e o internacional, tem a sua autonomia parcial. Todavia, como indicado acima, a separação dos dois níveis de estudo, assim como a da ciência política e das relações internacionais, tem causado danos à explicação e à análise. Como já argumentado, não é possível explicar as políticas de Estados individuais sem referência a vários fatores internacionais do passado e do presente. O “internacional” não é algo “lá fora”, uma área da política que pode ser convencionalmente ignorada e que ocasionalmente se intronete com bombas ou preços mais altos do petróleo. O internacional antecede, desempenha um papel formativo na constituição e na emergência do Estado e do sistema político. Os Estados funcionam simultaneamente nos níveis doméstico e internacional e buscam maximizar seus benefícios em um domínio para melhorar suas posições no outro. As necessidades da competição interestatal explicam muito do desenvolvimento do Estado moderno, enquanto a mobilização dos recursos domésticos e os constrangimentos internos dão conta do sucesso dos Estados nesta competição. Disciplinas como a ciência política e a sociologia, por um lado, e as relações internacionais, por outro, estão olhando para duas dimensões de um mesmo processo: sem intru-

²⁷Para trabalhos sobre isto ver as referências na nota 5, também Charles Beitz, *Political Theory and International Relations* (Princeton: Princeton University Press, 1979) e ‘Sovereignty and morality in international affairs’ em David Held (ed.) *Political Theory Today* (Cambridge: Polity Press, 1991); Andrew Linklater, *Men and Citizens in the Theory of International Relations* (London: Macmillan, 1981) e *Beyond Realism and Marxism: Critical Theory and International Relations* (Oxford: Oxford University Press, 1988); John Vincent, *Human Rights and International Relations* (Oxford: Oxford University Press, 1988).

²⁸Este é, dentre outras coisas, o domínio da economia internacional. Ver em particular Susan Strange, *States and Markets: An Introduction to International Political Economy* (London: Pinter, 1988).

sões exageradas ou a negação da especificidade do outro, isto poderia sugerir uma relação estável e produtiva.

Contudo, esta relação somente pode concretizar-se se a disciplina se tornar mais consciente dos três círculos de influência que atuam sobre ela e, em particular, dos fatores externos que os afetam, aceitando sua própria sociologia do conhecimento. Um corpo de pensamento pode relacionar-se de maneira efetiva e crítica com o mundo “real” ao se distanciar destas conexões (sem eliminá-las) e ao estabelecer um conjunto de prioridades e ao perceber como são afetadas pelos fatores externos. A história das RI fornece muitos exemplos de como este constrangimento externo não foi adequadamente reconhecido, como o fazem a história da ciência social e mesmo aquela da ciência natural. As prioridades da área, principalmente, tem sido as prioridades das elites e dos Estados, quando não diretamente estabelecidas pelas demandas das agências financiadoras. Isto é percebido tanto no conteúdo explícito do trabalho, como em outras duas dimensões: as questões evitadas e não discutidas e as metodologias, aparentemente neutras, utilizadas. O poder de determinação de resultados depende tanto da determinação de quais questões não são levantadas quanto da exclusão de métodos “inaceitáveis” ou da imposição de uma análise particular. A representação extraordinariamente enganosa feita pelas RI do conflito dominante da última metade do século XX, a Guerra Fria, assunto discutido nos Capítulos 7 a 9, é um caso marcante de oclusão ideológica, de construção de um corpo de conhecimento servindo não para iluminar, mas para obscurecer o processo histórico.

Igualmente, o domínio das “superiores” metodologias “cientificistas”, ou de seu oposto convencional, os conceitos a-históricos do “sistema” internacional, serviram para esconder outras formas de discussão dentro da disciplina, especialmente sobre o papel dos valores e sobre a ligação entre as políticas domésticas e as internacionais. Como o Capítulo 3 indica, na política doméstica e na internacional, o ponto de partida, o ator e o conceito central, o Estado, serve a funções ideológicas análogas. Se a recuperação da história das RI envolve a recuperação de todos os três níveis – o da disciplina, o da ciência social e o da própria história – uma reconstituição ou repensamento do assunto deverá, simultaneamente, estar consciente de seu significado em todas essas três dimensões.

Os capítulos seguintes são uma tentativa de “repensar” as relações internacionais ao longo destas linhas. O próximo capítulo tenta fornecer uma crítica, a partir do interior da disciplina, das quatro tendências principais da literatura; os outros cinco buscam ampliar a discussão para relacionar as relações internacionais a um conceito mais geral de ciência social, enquanto os últimos quatro contextualizam o assunto historicamente e abordam as respostas dos especia-

listas da área. Entretanto, o teste de qualquer “repensamento” residirá tanto em seu compromisso “disciplinar” ou metodológico quanto nas pesquisas e nas análises das histórias, dos Estados e das sociedades que ele propõe e incentiva.

Capítulo 1

AS TEORIAS EM DISPUTA

A Introdução buscou fornecer considerações resumidas sobre os problemas e os desafios enfrentados pelas relações internacionais. Nos anos recentes, face a estes desafios, a disciplina tem sido rachada por uma série de debates metodológicos cujos objetivos declarados são resolver as incertezas e estabelecer uma relação mais rigorosa com o mundo real. Contudo, até agora, na maioria dos casos, o resultado não teve maior clareza no método ou uma interação mais equilibrada com a história. Dentro das abordagens estabelecidas, houve uma reafirmação de verdades e, no caso das novas teorias, um mergulho na confusão, rodeios gerados pela introspecção acadêmica e uma negação do significado e dos desafios da história. Por um lado, a invocação da história como um culto aos fatos serviu para negar a historicidade, a mudança e o contexto político ou intelectual; e, por outro, a “meta-teoria” solenemente anunciada, os debates sobre *como* escrever teoria, tornaram-se descolados da análise substantiva.

A questão não é criticar a especialização acadêmica ou o desenvolvimento teórico: ambos são, como já deixado claro, essenciais. Mas existe boa especialização e o auto-isolamento fútil; existe o trabalho teórico rigoroso, tão claro quanto possível e com potencial explicativo, e existe a teoria que não é nada disso, “teoricista” no sentido de teoria pela teoria, freqüentemente cobrindo velho terreno filosófico ao pretender dizer algo novo, pretensiosa onde lhe falta substância e confusa, mesmo indolente, quando é possível uma formulação alternativa.

Neste sentido, duas diretrizes metodológicas são as mais importantes. A primeira é que, ao se escrever sobre RI, é preciso ser metodologicamente consciente e explícito. As RI não são metodologicamente específicas dentro das ciências sociais. Os problemas que têm – de fato e de valor, de racionalidade e de interpretação – são os mesmos das outras ciências sociais: o internacional não tem um privilégio epistemológico ou qualquer outro.¹ Este foi persistent-

¹Este é um ponto bem desenvolvido no estimulante trabalho de Charles Reynolds, *The World of States: An Introduction to Explanation and Theory* (Aldershot: Edward Elgar, 1992).

temente o erro do “terceiro debate” que nasceu nas RI no final dos anos 1980.² A tentativa de resolver estas questões através da discussão somente do internacional ou de escrever sobre as RI em separado dos debates das outras ciências sociais é presunçosa.

Segundo, dado que as RI se referem a um determinado assunto, seja este o “real”, o “concreto na história” ou o que for, o teste de sua teoria é o seu poder explicativo e não o seu distanciamento metodológico. A abstração pode ser necessária, mas como um caminho para a explicação. A alternativa à má teoria não é empirismo, mas boa teoria, em suas dimensões conceitual e explicativa. Nos anos recentes, as RI têm sido muito empíricas e abstratas, e a maior parte da teorização não possui sustentação na explicação histórica.

Tomando estas diretrizes como um ponto de partida, este capítulo examina as quatro abordagens mais substanciais que em vários momentos das décadas passadas vêm sendo propostas como soluções para os desafios enfrentados pelas relações internacionais. Estas são: o empirismo tradicional, o empirismo “científico”, o neorealismo e o pós-modernismo.

O EMPIRISMO TRADICIONAL: A HISTÓRIA E A ESCOLA INGLESA

Todas as ciências sociais enfrentam, dentro e fora das disciplinas, o debate que os “fatos” são suficientes, e que as teorias, os conceitos e a linguagem especializada são desnecessárias, exemplos de “jargão” ou de pretensão acadêmica. Nas relações internacionais, isto é particularmente verdadeiro: como resultado de sua “invisibilidade”, muitos daqueles preocupados com as questões internacionais, ou que têm uma opinião sobre elas, parecem não estar conscientes de que existe uma literatura especializada, conceitualmente específica, sobre o assunto. Dentro da disciplina também existem pressões equivalentes: os historiadores da diplomacia são cautelosos frente a conceitos e modelos e rapidamente os apontam como aberrações; na literatura, repetidamente se nega a necessidade de tal trabalho.³ Para os estudantes, tendo contato com a área pela primeira vez, a idéia de que existe a necessidade de um trabalho teórico freqüentemente vem como uma surpresa: não basta conhecer os fatos? Não

²Yosi Lapid, ‘The third debate: On the prospects of international theory in a positivist era’, *International Studies Quarterly*, September 1989. O que a teoria precisava não era “pós-positivismo”, mas um retorno a algumas boas fundações “pré-positivistas”.

³Dois, dentre muitos exemplos, ver Michael Howard, *The Lessons of History* (Oxford: Clarendon, 1991) e Walter Laqueur, *World of Secrets, The Uses and Abuses of Intelligence* (London: Weidenfeld & Nicholson, 1985).

consiste o conhecimento do internacional na observação do maior número possível de fatos?⁴ Todavia, os fatos não são, nas RI ou em qualquer outra disciplina, suficientes.

As críticas contra o empirismo aparecem freqüentemente em outros debates, como nos da sociologia e se aplicam ao estudo do internacional e de todas as outras ciências sociais.⁵ Primeiro, é preciso haver alguma preconcepção de quais fatos são significativos e quais não são. Os fatos são inumeráveis e não falam por si mesmos. Para qualquer um, acadêmico ou não, é preciso haver critério de significado. Segundo, qualquer conjunto de fatos, mesmo se aceito como verdadeiro e significativo, pode levar a diferentes interpretações: o debate sobre as “lições dos anos 1930” não é sobre o que aconteceu nos anos 1930, mas sobre a interpretação destes eventos. O mesmo se aplica ao fim da Guerra Fria nos anos 1980. Terceiro, nenhum agente humano, acadêmico ou não, pode contentar-se somente com os fatos: toda a atividade social envolve questões morais, de certo e de errado, e estas podem, por definição, não serem decididas por fatos. No terreno do internacional, tais questões éticas estão dispersas: a questão da legitimidade e da lealdade – deve-se obedecer à nação, a uma comunidade maior (mesmo ao mundo, ao cosmo) ou a algum grupo menor subnacional?; a questão da intervenção – a soberania é um valor supremo ou outros Estados e agentes podem intervir nos assuntos internos dos demais?; a questão dos direitos humanos – como defini-los?, eles são universais?

No campo das RI, a linha divisória inicial entre os fatos e a teoria foi traçada entre a abordagem histórica do internacional (baseada na história diplomática) e as primeiras tentativas de trazer para as “relações internacionais” um trabalho comparado e teórico sobre o internacional. Em muitos aspectos, esta divisão foi superada em vários trabalhos que usam os desenvolvimentos conceituais das RI para elucidar fases ou episódios particulares da história internacional.⁶ Nos demais, um argumento fútil e simplista continua a respeito da localização desta linha divisória entre as RI e a história internacional.

⁴No mundo anglo-saxão em particular, o empirismo tem o *status* de uma religião secular: a habilidade intelectual é misturada com “conhecimento geral” – por esta razão, a competição britânica por alguém que sabe tantos fatos quanto possível aparecer sob o nome “Cérebro da Inglaterra”.

⁵Para duas críticas poderosas do empirismo, ver C. Wright Mills, *The Sociological Imagination* (Oxford: Oxford University Press, 1959) e David e Judith Willers *Systematic Empiricism: Critique of a Pseudoscience* (Hemel Hempstead: Prentice Hall, 1973).

⁶Sobre isto, ver o ensaio perceptivo ‘History and International Relations’ de Christopher Hill em Steve Smith (eds.) *International Relations: British and American Approaches* (Oxford: Basil Blackwell, 1985) e seu próprio *Decision Making in British Foreign Policy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990).

Nisso, a questão real sobre a importância de uma abordagem abrangente que relate o factual e o específico, o comparativo e o teórico é perdida de vista em uma discussão sobre a "história sem arquivos" ou a "análise internacional sem conceitos".

Uma tentativa conjunta de se mover além da história tradicional e para dentro de um novo terreno teórico, embora guardando uma perspectiva e um método empírico tradicional, foi representada pela "escola inglesa", um corpo de escritores que começou a produzir trabalhos nos anos 1950 e 1960 e que ainda hoje possui influência nas universidades britânicas. As forças da "escola inglesa" são evidentes: uma forte resistência às modas do "presentismo", uma resoluta insistência sobre a durabilidade do constrangimento e da necessidade na esfera internacional, uma ênfase na repetição dos conceitos e dos valores no estudo das relações internacionais e, por fim, uma fundação sólida na história. Em seus trabalhos, existe mais substância explicativa e desafio teórico do que na maioria da literatura supostamente mais "científica" e contemporânea que buscou substituí-la.

Dois dos conceitos mais centrais da "escola inglesa" – "Estado" e "sociedade" – são foco dos capítulos subsequentes. Além das dificuldades levantadas por estes termos, a "escola inglesa", como se reflete nos trabalhos de Martin Wight, permanece, em alguns aspectos, limitada por suas origens, presa a sua preocupação em igualar-se aos historiadores da diplomacia e às bases conceituais que as RI trouxeram consigo da história internacional.⁷

Em primeiro lugar, o conceito de "história" com o qual Wight trabalha é curiosamente limitado: reis e rainhas, congressos e batalhas, tratados e leis. Ao permanecer ligado aos historiadores, Wight falhou em acompanhar as mudanças no próprio conceito de história: o econômico e o social lhe permaneceram estranhos. Ao se ler Martin Wight, o que é mais surpreendente é que o uso da história em seu trabalho (mesmo brilhante e erudito) é um não mais praticado, em larga medida, pelos próprios historiadores. Igualmente, enquanto Wight e seus seguidores insistem na importância das questões filosóficas e têm o seu esquema conceitual (especificamente a "sociedade internacional"), o seu conceito de filosofia política é igualmente datado, consistindo no exame e no reexame de um conjunto de temas recorrentes, favoravelmente agrupados por Wight em três categorias transhistóricas de racionalismo, realismo e revolucionismo. Como um antídoto ao "presentismo" e como um meio de trazer à tona questões conceituais, analíticas e éticas subjacentes à

⁷Para as críticas prévias da "escola inglesa", ver Michael Nicholson, "The enigma of Martin Wight", *Review of International Studies*, 1981, v.7, January 1981; Roy Jones, "The English school of international relations: A case for closure?" *Review of International Studies*, v.7, n.1, 1981.

discussão das relações internacionais, isto foi produtivo. Entretanto, ela falhou em reconhecer até onde evoluíra a filosofia política e como esta oferecia a possibilidade de formas mais diferentes e convincentes de política, incluindo a teoria "internacional".

Em vários aspectos, foi um infortúnio da escola inglesa que as suas investigações "filosóficas", isto é, a sua dedução de fundamentos teóricos dentro do internacional terem sido formuladas pouco antes do grande renascimento da teoria política nos anos 1970 e 1980.⁸ O famoso ensaio de Wight – "Why is There no International Theory?" – pressupõe um conceito particular de teoria, uma filosofia clássica substantiva – que foi superado por outros escritos quase ao mesmo tempo em que foi publicado.⁹

A estas limitações mais gerais deve ser somado o uso dos conceitos: como será explorado em maior extensão nos capítulos seguintes, os termos centrais usados por Wight e Bull – "sociedade" e "Estado" – não recebem adequada, ou mesmo explícita, elaboração conceitual. As definições são introduzidas, ou inferidas, de uma forma que serve ao argumento geral, mas que, com isso, elimina outras possibilidades de exploração e elaboração conceitual. A questão mais óbvia de todas, derivada das afirmações ainda não questionadas da história diplomática, é sobre o que constitui o próprio sistema internacional. Defini-lo em termos do crescimento das relações entre os Estados é válido, mas isso também localiza a história internacional no âmbito diplomático e interestatal e supõe que o "internacional" é composto pelas relações entre os Estados individuais. As histórias alternativas e os conceitos do internacional podem ser escritas considerando outros pontos de partida como o econômico e o social, dentro dos quais o político e o militar desempenham um papel importante. Os trabalhos de Hobsbawm, Wallerstein, Krippendorff, Wolf e, mais recentemente, Rosenberg são exemplos disso: o mínimo que pode ser dito é que eles fornecem uma história bastante diferente do sistema internacional e envolvem um conjunto diferenciado de respostas éticas à versão ortodoxa sobre o seu crescimento e sobre "a expansão da sociedade internacional".¹⁰

⁸Para duas visões, ver Quentin Skinner (ed.) *The Return of Grand Theory in the Human Social Sciences* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985); Perry Anderson, *A Zone of Engagement* (London: Verso, 1992).

⁹Em Herbert Butterfield e Martin Wight (eds.) *Diplomatic Investigations* (London: Allen & Unwin, 1996). A referência à definição dos historiadores do assunto é presente mesmo no título do volume.

¹⁰Ver Capítulo 3, p.56-8, 61-3.

O "EMPIRISMO CIENTÍFICO": A ATRAÇÃO DO BEHAVIORISMO

Uma autoproclamada alternativa à abordagem empirista sustentada pelos fatos nasceu nos anos 1950 e 1960 da "revolução científica" dentro das ciências sociais e da ascensão do behaviorismo como uma alternativa às considerações históricas e empíricas. A escola behaviorista anuciou a possibilidade de uma nova ciência social quantitativa, a-histórica e rigorosa, no campo do internacional e nas outras áreas. Ao mesmo tempo, envolveu uma crítica das escolas preexistentes como infundadas e ultrapassadas. Contudo, o debate que gerou, entre Hedley Bull e Fred Northedge do lado tradicional e entre James Rosenau e Morton Kaplan no lado behaviorista foi, em ambos os casos, equivocadamente orientado.¹¹

Em primeiro lugar, este debate sobre metodologia formalmente adquiriu o caráter de confronto entre duas tradições "nacionais": uma abordagem "inglesa" e uma "americana". Esta má representação, além de obscurecer as questões filosóficas envolvidas, serviu para apresentar as relações internacionais como que, de alguma forma, agrupadas em dois campos, implicitamente monolíticos e nacionais. Ao fazê-lo, escondeu a sua diversidade, como a ascensão da economia política internacional no caso britânico e a grande amplitude de abordagens teóricas e políticas no americano. Em outras palavras, serviu para reforçar a ortodoxia e a polêmica. A última estava particularmente evidente na forma pela qual os escritores não-americanos, nas tradições críticas, tratavam as relações internacionais "americanas" como um todo, às vezes "imperialista", algo que estava longe de ser o caso; politicamente mal-orientada, e analiticamente imprecisa, esta prática continua com resultados negativos permanentes. Diferenças históricas e regionais de fato moldam os escritos de RI, mas não necessariamente de uma forma homogênea. As presunções do behaviorismo norte-americano facilmente encontram semelhanças na complacência de seus oponentes, a historiografia inglesa ou o desafio "antiimperialista".¹²

Segundo, embora a crítica do empirismo possa ser válida, a alternativa oferecida por escritores como James Rosenau ou J. D Singer¹³ foi

¹¹Para materiais sobre este debate, ver a polêmica entre Fred Northedge e James Rosenau em *Millenium*, v.5, n.1, 1976 e os capítulos em Klaus Knorr e James Rosenau (eds.) *Contending Approaches to International Politics* (Princeton: Princeton University Press, 1969). Para uma prévia percepção da crítica "inglesa" da ciência política americana, tocando em muitas das mesmas questões levantadas no debate das RI, ver Bernard Crick, *The American Science of Politics* (London: Routledge & Kegan Paul, 1959).

¹²Ekkehart Krippendorff, "The dominance of American approaches in IR" em Hugh Dyer e Leon Margasarian (eds.) *The Study of International Relations: The State of the Art* (London: Macmillan, 1989).

¹³James Rosenau, *The Scientific Study of Foreign Policy*, 2.ed. (London: Pinter, 1980); J.P Singer (ed.) *Quantitative International Politics* (New York: Free Press, 1965).

*
espúria. O objetivo de RI científicas (ou de ciências sociais em geral) quantitativamente fundamentadas é uma fantasia que ignora a necessária imprevisibilidade do comportamento humano, a impossibilidade de análise sem critério de significado e o papel das questões éticas na vida humana. Além disso, a despeito de reivindicações de cientificismo, o behaviorismo funciona dentro de um conceito ilegítimo de ciência: se foi dito que os políticos se utilizam de concepções de economistas mortos, muitos cientistas sociais, não poucos nas RI, valem-se de preconceitos dos falecidos filósofos da ciência (como John Stuart Mill, 1806-73). Em muitas áreas da ciência natural, a predição não é um critério de validade. Igualmente, as ciências naturais também funcionam com muitos conceitos que não podem ser quantificados ou apresentados com precisão. Ironicamente para os positivistas, a ciência natural freqüentemente trabalha com um conceito de análise bastante semelhante ao de "julgamento" (desprezado quando usado pelos tradicionais). Na verdade, foi irônico que no auge do behaviorismo e de sua reivindicação ingênua de "ciência", Kuhn tenha publicado sua *Structure of Scientific Revolutions* mostrando como fatores alheios, "institucionais", moldam agendas específicas.¹⁴ O porquê dos EUA, em muitos aspectos uma sociedade moderna, terem feito tanto espalhafato para metodologias ultrapassadas é uma curiosidade, tanto quanto a falta de um sistema nacional bancário.

A estes fracassos metodológicos deve ser somado o aspecto estéril de tal positivismo: como em outras ciências sociais, as grandes estruturas de quantificação e álgebra geralmente produziram banalidades, obscuridades, ou ambas; na pressa de evitar categorias institucionais supostamente ultrapassadas como "Estado" ou "guerra", os acadêmicos fizeram uso de interações confusas ou de excesso taxinômico; na rejeição da história, os behavioristas produziram conclusões que freqüentemente ignoram a analogia histórica e que exageram a especificidade de fenômenos contemporâneos (e.d, a globalização).

Os resultados do behaviorismo nas RI são, portanto, pobres; a "revolução behaviorista" funcionou como um pesado desvio intelectual e disciplinar pela acumulação vazia de dados e comparações transistóricas sem sentido. Entretanto, além de uma bem-vinda sacudida no debate sobre metodologia, algumas outras consequências férteis seguiram-se. Como já discutido na Introdução, surgiu uma ampla exploração do processo de formulação de política externa, conhecida como "análise de política externa". A segunda consequência positiva foi a exploração de novas formas de interação internacional, agrupadas sobre o termo "interdependência".

¹⁴Para duas outras críticas bastante diferentes da visão ortodoxa do método científico ver Rom Harré, *The Philosophies of Science* (London: Cambridge University Press, 1972) e Paul Feyerabend, *Against Method* (London: NLB, 1975).

Se estas foram conquistas significativas da virada “científica” das RI, elas foram obtidas não por causa da reorientação da disciplina, mas apesar dela. Por todo o lado, muitas das piores características desta “revolução” iriam ser percebidas: a busca louca por uma precisão e predição enganosas, a crescente absorção pela disciplina de linguagem trivial e privada, afirmações trabalhadas e exaltadas do óbvio. Um exemplo desta abordagem foi a tentativa de fornecer uma base empiricamente precisa para as teorias sobre as causas da guerra.¹⁵ Outro foi a afirmação, sem profundidade conceitual ou histórica, da superação do Estado pelo desenvolvimento “transnacional”. Mesmo os que não foram sugados pelos espirais metodológicos dos behavioristas mais comprometidos apresentavam a sua própria nova abordagem em oposição à preocupação supostamente ultrapassada com o Estado: a despeito de seus *insights*, esta foi uma falha permanente no trabalho de James Rosenau. O resultado final foi o fracasso em quebrar as premissas teóricas da escola realista dominante e o seu conceito de Estado. Muitos que começaram a anunciar a superação do Estado pelo novo fenômeno transnacional nos anos 1960 terminaram aceitando a sua contínua atualidade e relevância teórica, oferecendo sugestões para o aperfeiçoamento da abordagem realista.

Robert Keohane, um dos fundadores da abordagem transnacionalista, é um importante exemplo disto e um dos autores mais lidos e inovadores trabalhando com a teoria das relações internacionais. Dentre os escritos influenciados pelo behaviorismo, seu trabalho de 1970 estava entre os melhores e menos dogmáticos e “científicos”. Publicado em 1984, *After Hegemony* marcou uma importante mudança no debate sobre o transnacionalismo, pois se utilizou de uma das suposições centrais do realismo: a de que não pode haver ordem no sistema sem grandes poderes e sem um elemento de direção e autoridade, definido como “hegemonia”.¹⁶

Apesar de sua centralidade para o desafio desta premissa realista, o trabalho de Keohane continha várias afirmações discutíveis. Talvez para estabelecer um contexto histórico adequado, ele superestimou o declínio da influência dos Estados Unidos no mundo e o papel de suas supostas sucessoras, as instituições internacionais, neste caso a Agência Internacional de Energia Atômica. Além disso, ele incluiu algumas

¹⁵Para uma consideração, ver James Dougherty e Robert Pfaltzgraff, *Contending Theories of International Relations*, 2.ed., p.347-50 (New York: Harper & Row, 1981). Como os autores cautelosamente colocaram: “Até agora, técnicas estatísticas não produziram nenhum resultado útil ou conclusivo para o desenvolvimento de uma teoria coerente da guerra” (p.347). A frase “até agora” contém, certamente, a promessa de uma ruptura: mais de uma década depois, nenhuma foi reportada.

¹⁶Robert Keohane, *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy* (Princeton: Princeton University Press, 1987).

suposições teóricas questionáveis: a sua consideração histórica do “declínio” dos Estados Unidos estabeleceu uma divisão muito abrupta entre o poder militar e econômico e falhou em reconhecer as formas pelas quais a proeminência militar dos Estados Unidos e a sua liderança, algo que continuou depois da Guerra Fria, geraram benefícios econômicos e “senhoriais”. A análise das relações de poder no mundo contemporâneo foi específica àquelas entre os países desenvolvidos e não incluiu as relações entre os Estados menores e menos desenvolvidos. Por esta razão, em uma avaliação geral, ele subestimou as hierarquias e os benefícios oligárquicos reconhecidos abertamente pelas teorias do imperialismo e do realismo.

Adicionalmente, Keohane somente se utilizou de uma definição realista de Estado a partir da qual buscou definir sua própria teoria transnacionalista e se distanciar do realismo é do marxismo (percebidos como compartilhando de uma posição comum). Embora não hostil ao marxismo e desejando levar seus argumentos a sério (em uma oportunidade ele se define como seguidor de Kautsky),¹⁷ o resultado foi que Keohane se recusou a ver que, dentro do marxismo, o “Estado” pode significar algo muito diferente do que no realismo. Além disso, no marxismo, este conceito é incorporado em uma teoria de poder que engloba muitos dos fatores econômicos, sociais e ideológicos agrupados por ele dentro da teoria da interdependência.

O NEO-REALISMO: “SISTEMA” SEM CONTEÚDO

Face a estas mudanças e da crescente importância das questões econômicas na agenda internacional, a escola dos realistas previamente confinada à reflexão histórica e filosófica gerou um novo corpo de trabalho, o “neo-realismo”. O trabalho de Krasner e Tucker, já mencionado na Introdução, teve um papel importante. Se em alguma medida o “neo” serviu para esconder a reafirmação de temas tradicionais – sobre o Estado, o poder e o conflito – ele também refletiu duas importantes revisões no caráter da agenda anterior: por um lado, uma maior atenção ao papel do econômico nas relações interestatais, como um instrumento mercantilista e competitivo de poder estatal e não em termos de abordagens transnacionais ou interdependentes; por outro, uma revisão teórica, em uma tentativa de trazer mais rigor à teoria e isentá-la dos ataques

¹⁷Karl Kautsky, o líder socialista alemão, foi o criador da teoria do “ultra-imperialismo” de acordo com a qual os poderes principais reduziriam suas tensões e colaborariam contra o resto do mundo. Poucas análises nas ciências sociais tiveram um destino tão infeliz no curto prazo, já que esta teoria foi enunciada no verão de 1914, quando começou a Primeira Guerra Mundial. Ver Karl Kautsky, ‘Ultra-imperialism’, *New Left Review*, n.59, January/February 1970.

metodológicos sofridos pela outra geração. Dentre os manifestos neorealistas, talvez *Theory of International Politics*, de Kenneth Waltz, tenha sido o mais influente.¹⁸

A reputação de Waltz no campo das relações internacionais foi estabelecida em 1959 com a publicação de *Man, the State and War*, um trabalho no qual ele comparava as três “imagens” das origens da guerra: a natureza do homem, a constituição doméstica dos Estados e o sistema internacional. Waltz concluiu que era a terceira imagem que fornecia a base para a teoria das causas da guerra. Um dos temas centrais que nasceu deste estudo, e se repetiu em seu posterior trabalho, é a idéia de que o caráter interno dos Estados deve ser excluído do estudo das relações internacionais.

Apesar de ser uma declaração lúcida da posição realista, *Man, the State and War* alcançou suas conclusões aparentemente inexoráveis à custa de duas questões. Em primeiro lugar, sua distribuição das causas do conflito em três compartimentos separados ultrajou a maneira pela qual as demais abordagens, que se distanciavam de sua teoria, explicavam a questão. Este foi o caso da maioria das teorias baseadas na primeira imagem, a da natureza humana, que ofereciam uma análise da socialização, da personalidade e do comportamento humano e, mais importante, o das teorias baseadas na segunda imagem, o liberalismo e o marxismo, que também continham a dimensão internacional como uma parte essencial de suas explicações. O liberalismo destacava a proximidade entre a democracia e a paz, com a primeira determinando a segunda e como um processo interativo. A teoria do imperialismo de Lenin poderia apenas ser forçada no molde da segunda imagem pela negligência de seu exame detalhado de como o imperialismo, longe de ser a criação de um processo interno, foi o resultado da competição econômica e militar interestatal. Segundo, como em seu trabalho de 1979, Waltz opõe o que ele denomina teorias “reducionista” e “sistêmica”, isto é, as que explicam as relações internacionais em termos do interno opostos as que olham somente para o sistema internacional. Para sustentar a sua análise ele afirma que os resultados das relações internacionais são quase sempre os mesmos a despeito das mudanças no caráter dos atores.¹⁹ A consequência que Waltz retira desta regularidade é, portanto, que não é necessário estudar o caráter dos Estados nas relações internacionais mais do que seria necessário, quando se anali-

¹⁸Kenneth Waltz, *Theory of International Politics* (New York: Random House, 1979); porções significativas foram republicadas em Robert Keohane (ed.) *Neo-Realism and its Critics* (New York: Columbia University Press, 1986) que também incluiu um texto adicional de Waltz, ‘Reflections on *Theory of International Politics*: A response to my critics’. Referências subsequentes darão ambas estas fontes.

¹⁹Waltz, *Theory*, p. 66; Keohane, *Neo-Realism*, p. 53.

sam os mercados, estudar os funcionamentos internos das firmas. Como será discutido a seguir, esta é uma conclusão questionável.

Theory of International Politics inicia com uma afirmação da necessidade e da possibilidade da construção de uma teoria para o estudo das relações internacionais e destaca a importância de se analisar as estruturas nas quais se processam as relações interestatais. Para Waltz, estrutura significa “um conjunto de constrangimentos”²⁰ que, no sistema internacional, é exemplificado por dois processos: a socialização (a aceitação de um certo comportamento pelos Estados) e a competição.

Na visão de Waltz, a estrutura do sistema político internacional é condicionada por três aspectos: pela anarquia, pois não existe uma autoridade superior aos Estados; pela ausência de uma diferenciação de função entre as diferentes unidades, todos os Estados desempenham mais ou menos as mesmas funções; e pela existência de uma distribuição desigual de capacidades, há uma distinção entre os grandes e os pequenos poderes. Destas proposições gerais, ele tira várias outras conclusões: a de que o mecanismo central do sistema político internacional é o equilíbrio de poder e que a natureza de um sistema interestatal, em um dado momento, é dada pelo caráter e pelo número de seus grandes poderes. Em oposição à multipolaridade dos séculos XVIII e XIX, desde 1945 o mundo tem sido constituído pela bipolaridade, pelas relações entre dois grandes poderes.

A reconsideração do realismo é aproveitada por Waltz como uma oportunidade para estudar algumas questões contemporâneas das relações internacionais com sua teoria. Assim, ele critica os entusiastas da teoria da interdependência pela falta de perspectiva histórica – em 1914, a interdependência foi, de muitas maneiras, maior do que é hoje – e por negligenciar os perigos que uma interação excessiva entre os Estados pode produzir. Em oposição aos que argumentam, como parte da posição da interdependência, que o poder militar é menos útil do que em épocas anteriores, Waltz afirma que ele mantém seus propósitos em um mundo bipolar. Para Waltz, o sistema bipolar pós-45 foi desejável, pois reduziu os riscos do conflito. No sistema internacional, ele defende, menor é melhor. Voltando à questão de administrar as relações internacionais, Waltz discute, contra aqueles que destacam a importância das instituições internacionais e da difusão de poder, que a administração construtiva das relações internacionais depende dos grandes poderes.

Existem dois grandes problemas na análise de Waltz que imediatamente tornam-se evidentes na leitura de sua exposição e na de seus críticos. O primeiro é que sua análise é a-histórica, no sentido de que toma como transistóricas, ou permanentes, características do sistema que são produto de fases distintas e específicas das relações internacionais. As

²⁰Waltz, *Theory*, p. 73; Keohane, *Neo-Realism*, p. 62.

palavras de Goran Therborn tem tanta relevância para a teoria das RI, como para as outras áreas da ciência social: “Mesmo o mais abstrato dos discursos teóricos e os empreendimentos científicos são produtos de sociedades particulares em um particular período histórico”.²¹ Invocando Tucídides e exemplos de vários casos históricos, Waltz argumenta que as estruturas do sistema internacional têm permanecido as mesmas por milhares de anos.²² Portanto, estamos lidando com uma teoria abstrata que iguala o sistema de Estados contemporâneos e a sua formação a outros processos históricos que ocorreram no período entre a Grécia do século IV AC e a época pós-45. A suposição feita por ele e muitos outros escritores de relações internacionais é a de que existia um “sistema internacional” antes dos Estados modernos, ou nações, ou da emergência do mercado internacional. Entretanto, esta é uma postura questionável, tanto quanto a que estuda a política de preços na Roma antiga e na América contemporânea ou o comportamento eleitoral na *agora* grega e nas eleições modernas. Algumas considerações gerais podem ser levantadas e aplicadas a todos os sistemas, mas elas seriam tão banais que sua importância seria marginal.

Na verdade, por todo o texto, Waltz faz afirmações que somente se sustentam em uma escala histórica muito limitada. Assim, ao discutir a durabilidade dos Estados no mundo contemporâneo, ele observa: “A taxa de mortalidade entre os Estados é muito baixa”.²³ Se por “Estados” quer-se dizer Estados independentes na era moderna, então Waltz está realmente certo. Se, entretanto, seus “Estados” forem colocados frente a um registro histórico dos últimos dois mil, ou mesmo 150 anos, então a afirmação se torna ridícula: o número de entidades distintas da Europa e do Terceiro Mundo que foram dominadas e eliminadas por várias formas de conquista, no mínimo pelos ataques do imperialismo, devem chegar a milhares. Se a afirmação de Waltz sobre a rara morte de Estados é tomada como uma característica da estrutura que ele está discutindo, então esta estrutura é, na verdade, uma criação bastante recente, posterior à emergência de um sistema internacional na Europa do século XVII e ao fim do colonialismo.

Esta perspectiva a-histórica é reforçada pela ausência de qualquer história sobre o próprio sistema e em particular sobre as origens do sistema estatal contemporâneo no período pós-medieval e a sua relação com a ascensão do capitalismo. Já que Waltz aspira a uma análise estritamente “política” das relações internacionais, e tem

um conceito “nacional-territorial” de Estado, não existe espaço em sua visão para um conceito de capitalismo e para o estudo da relação entre a ascensão de Estados diferenciados e a disseminação internacional deste capitalismo.

Apesar de toda a sua preocupação com o processo internacional e mais recentemente com os processos econômicos internacionais, a literatura sobre as relações internacionais é surpreendentemente tímida com o uso, em qualquer oportunidade, do termo “capitalismo”. Uma das consequências desta negligência é que a teoria realista, e a história que ela infere, tem uma consideração distinta de como os Estados e o sistema internacional se inter-relacionam. De acordo com este mito, os Estados emergiram como entidades individuais e então começaram, gradualmente, a ter relações uns com os outros. Por esta razão, Waltz afirma: “As estruturas emergem da coexistência entre os Estados”.²⁴ Isto ignora uma das lições centrais da sociologia histórica e a sua consideração do desenvolvimento dos Estados: os Estados, no sentido de entidades administrativas-coerctivas, desenvolvem-se como resultados dos processos internacionais e não da forma contrária. A competição militar e a expansão do mercado, somadas à existência de uma cultura comum, são precondições, e não resultados, da emergência do sistema estatal. A visão ortodoxa de que primeiro os Estados nasceram e depois começaram a se inter-relacionar para constituir o sistema internacional tem tanta relação com a realidade quanto o mito do contrato social ou o da cegonha.

A confusão sobre a história e a definição dos Estados é evidente na segunda maior dificuldade da análise de Waltz: a reivindicação de que as relações internacionais podem e devem ser estudadas em um nível puramente sistêmico. Os argumentos que Waltz coloca para isso são rudimentares: que existe suficiente regularidade nas relações internacionais para desconsiderar o exame das características internas dos Estados e a reivindicação mais geral de que a “elegância” da teoria é desejável. As formulações de Waltz sobre isso são, novamente, reveladoras. Seu argumento de que os fatores sistêmicos devem ser levados em conta ao analisar as relações internacionais, isto é, que os Estados não são simplesmente livres para fazer o que querem e são limitados pelo sistema como um todo, não é desprezível. Assim, ele plausivelmente coloca: “Não é possível entender o mundo da política mundial *simplesmente olhando para dentro dos Estados* (meu itálico)”.²⁵ Entretanto, isto é bastante diferente de dizer que os processos internos dos Estados podem ser completamente excluídos da teorização das relações internacionais: afirmar que as RI não podem ser estudadas simplesmente pelo exa-

²¹Goran Therborn, ‘The economic theorists of capitalism’ *New Left Review*, n.87-88, September-December 1974, p. 125.

²²Keohane, *Neo-Realism*, p. 329.

²³Waltz, *Theory*, p. 95; Keohane, *Neo-Realism*, p. 90.

²⁴Waltz, *Theory*, p. 91; Keohane, *Neo-Realism*, p. 85.

²⁵Waltz, *Theory*, p. 65; Keohane, *Neo-Realism*, p. 52.

me do interno é diferente de considerar que o interno não é importante e pode ser ignorado.

Talvez sob a influência de outros usos do termo “estrutura”, como aqueles da antropologia e da lingüística, Waltz é levado para um uso que é determinístico e nega a relevância das diferenças entre as unidades individuais; mas, ao fazê-lo, ele mistura objetos de análise nas quais as considerações internas podem mesmo ser irrelevantes às da estrutura (como na lingüística), com outros nos quais o externo e o interno de fato se inter-relacionam. Os Estados não são análogos a morfemas, a planetas ou a estruturas de parentesco. Waltz é, com certeza, auxiliado em sua negação da relevância do “interno” pela confusão padrão das relações internacionais sobre o significado da palavra “Estado”: no significado político-legal, é estritamente impossível perguntar sobre o interno, dado que ele é englobado, por definição, neste conceito. Entretanto, ao invés de tomá-lo como uma boa razão para abandonar este conceito convencional e confuso, Waltz utiliza o conceito nacional-territorial em sua conclusão lógica e produz uma teoria desequilibrada das relações internacionais.

Em resposta a seus críticos, no fim de *Neo-Realism*, Waltz parece estar disposto a ceder um pouco, mas não até ao ponto de abandonar a sua preferência por uma teoria estritamente “sistêmica”, em oposição à “reducionista”.²⁶ Ao fazer isto, entretanto, pelo menos ele fornece um exemplo aberto à interpretação das teorias “reducionista” e “sistêmica”. A França e a Alemanha, ele diz, provavelmente não mais irão à guerra por causa da mudança em sua situação no sistema internacional, isto é, eles não são mais grandes poderes.²⁷ Mas existem muitos países médios e pequenos no mundo que podem e irão à guerra: Irã e Iraque, ou Índia e Paquistão, e eles não são maiores do que a França e a Alemanha. O que determina a opção dos poderes não é a sua posição estrutural, mas a combinação desta com fatores internos – o tipo de experiência histórica que tiveram no século XX (no mínimo, as duas grandes guerras), os tipos de regimes político e socioeconômico que mantêm e as alianças lógicas que estabeleceram. Com base neste exemplo, pode-se argumentar o contrário do que faz Waltz: que as relações internacionais não podem ser entendidas simplesmente se olhando para as relações entre os Estados.

A alternativa apresentada por Waltz entre uma teoria reducionista ou sistêmica não é necessária: o que é preciso, como vários colaboradores de *Neo-Realism and Its Critics* sugeriram, é uma teoria que combine os níveis internos e externos. Como Ruggie coloca, a emergência do sistema de Estados modernos sustenta-se sobre tipos

²⁶Keohane, *Neo-Realism*, p. 323-30.

²⁷Ibid., p. 323.

bastante distintos de relação Estado-sociedade que tiveram impacto considerável na formação das relações internacionais.²⁸

Também é evidente que um estudo das dimensões internacionais da revolução pode mostrar como os fatores internacionais afetam o funcionamento interno dos Estados e como as mudanças internas provocadas como resultado destas mesmas revoluções podem afetar o sistema internacional. Waltz, em comum com a maioria dos realistas, busca minimizar os efeitos internacionais da revolução e tem certo prazer em contar a história de como a Revolução Bolchevique tinha, em 1922, aceito as normas de comportamento internacional: como tinha, em outras palavras, sido “socializada” pela estrutura. Como será discutido no Capítulo 5, o fato que Chicherin usou *smoking* e assinou um acordo secreto com a Alemanha em Rapallo não significa, de forma alguma, que o conflito ideológico básico entre a Revolução Russa e o ocidente capitalista tivesse terminado. A socialização, no sentido de aceitação das normas prevalecentes do sistema e da legitimidade de outros atores principais dentro dele, certamente não ocorreu mais do que teria ocorrido quando Chou En-lai chegou em Genebra em 1954 e tomou chá com Anthony Eden. Depois da Revolução Bolchevique, que adquiriu vida nova durante e depois da Segunda Guerra Mundial, um conflito de longo prazo começou: este conflito não poderia ser explicado somente pelo equilíbrio de poder ou pelas abstrações do realismo, mas envolvia uma incompatibilidade entre sistemas sociais e políticos. Para explicar como e porquê este conflito se desenvolveu requer um exame das características domésticas da URSS e de seus adversários ocidentais, algo que a teoria realista nos impede de fazer.

A HISTÓRIA MAIS ELEVADA: O PÓS-MODERNISMO E O INTERNACIONAL

A entrada do pós-modernismo no campo das relações internacionais pode ser localizada no final dos anos 1980, seguindo o seu desenvolvimento em outras áreas de domínio acadêmico, primeiro a estética e as humanidades e depois a sociologia, a história e a política.²⁹ A partir daí, ele participou do que foi chamado de “terceiro debate” nas RI, atualmente o “quarto”, se a introdução do estruturalis-

²⁸Ibid., p. 127-8.

²⁹Para considerações da emergência desta escola, ver James Der Derian e Shapiro, *International Intertextual Relations: Post-Modern Readings of World Politics* (Lexington, MA: D.C Heath, 1989); Mark Hoffman, ‘Restructuring, reconstruction, reinscription and rearticulation: Four voices in critical international theory’, *Millenium*, v.16, n.2, 1987.

mo e do marxismo forem considerados como o terceiro. O “terceiro debate” cobriu desafios muito diferentes, dois dos quais, o feminismo e o materialismo histórico, serão depois considerados. Nos termos mais simples, as reivindicações do pós-modernismo são duas: primeiro, a de que não existe uma racionalidade única ou narrativa histórica em termos das quais se possa compreender a história ou qualquer área das ciências sociais; segundo, que as categorias aparentemente distintas e unitárias das ciências sociais, e outras formas de interpretação, escondem uma diversidade de sentidos e de identidades que tornam os objetos da vida política muito mais complexos e indeterminados do que as abordagens mais racionais sugeririam. Fortemente influenciado, em concepção e estilo, pelos escritos pós-estruturalistas franceses, mas também previamente pela indeterminação conceitual e moral de Nietzsche, nos anos 1980, o pós-modernismo tornou-se o grande novo desafio de quase todas as ciências sociais.

A ênfase do pós-modernismo sobre o papel do “discurso” em seu sentido mais amplo (as palavras, os significados, os símbolos, as identidades, as formas de comunicação) na constituição da sociedade e do poder tem implicações significativas para as relações internacionais, pelo menos na maneira pela qual os Estados buscam atribuir-se e projetar legitimidade. Em um mundo no qual a comunicação e as imagens da mídia têm um papel importante há muito o que se examinar: o trabalho de Robertson e Featherstone, por exemplo, estudando a disseminação de várias “alternativas” no mundo, demonstra o potencial de tal análise.³⁰ Ao mesmo tempo, a afirmação da multiplicidade de identidades aberta a todos os sujeitos humanos e a negação das necessárias contradições (e.d entre o “nacional” e o “internacional”) têm importância explicativa e ética.

O advento do pós-modernismo nas RI tem, entretanto, sido acompanhado por inúmeras contribuições mais discutíveis que, longe de ajudar nas discussões, tem trazido maior confusão. Em primeiro lugar, a introdução e debate do pós-modernismo nas RI vem sendo conduzido quase que em completa separação de um debate mais amplo sobre esta tendência dentro das ciências sociais: aqueles que a defendiam no final dos anos 1980 tem dado pouca atenção, ou respondem, às muitas críticas à abordagem desenvolvida há quase mais de dez anos.³¹ Resumidamente, estas críticas destacam: a amoralidade subjacente ao pós-modernismo, com sua negação de quaisquer princípios morais genericamente aplicados; a sua inabilidade em fornecer uma explicação subs-

³⁰Ver p. 256, n.3.

³¹Uma exceção, confusa, é Richard Ashley em Der Derian e Shapiro, *International/Intertextual Relations*, p. 317-19. Ashley reconhece a existência destes criticismos e então recua neste conselho para ouvir grupos marginais. Sim, mas....

tantiva de eventos ou períodos históricos; a sua exacerbação do papel dos fatores “discursivos” ou ideológicos na sociedade; e a omissão da relação destes com outros processos mais materiais de produção, com as relações sociais e mesmo com o cotidiano.³²

A estas críticas gerais podem ser acrescidas mais duas, evidentes nos escritos dentro da RI. A primeira refere-se à dependência de toda a abordagem de algo denominado de “pós-modernidade”, uma suposição de validade questionável que estabelece que o mundo entrou em uma nova fase histórica. Frequentemente de aplicação histórica fraca, e baseada em observações contingenciais sobre o espaço, o tempo, o risco e a percepção, esta invocação de um mundo “pós-moderno” serve como um fetiche mais do que como uma explicação. Além disso, ela está sujeita a outras afirmações sobre o novo e as suas implicações metodológicas. Se as suposições filosóficas e epistemológicas do “pós-modernismo” a respeito dos fracassos do pensamento iluminista, sobre a identidade, sobre a distinção entre fato e valor e as demais categorias forem válidas, então elas sempre foram assim, nos séculos XV ou XVI, ou na época moderna. A força do trabalho de Foucault sobre a loucura e o encarceramento reside em sua aplicação histórica através dos séculos

Além destes problemas substantivos, existe um aspecto adicional da literatura pós-modernista que merece e, na verdade, convida as críticas: seu tom e estilo. Os pós-modernistas fazem de sua preocupação o dominado, o marginal, o subalterno; mesmo assim isto é acompanhado por um vácuo prescritivo e presunção de que eles são as primeiras ou únicas pessoas a ter esta preocupação. Uma vez e sempre, os escritores desta tendência fazem uso de mecanismos estilísticos, de tentativas artificiais e colocações irrefutáveis quando a análise substantiva, de história e conceitos, parece falhar. Como nos escritos do clero islâmico, repetição, vagar e ameaça conceitual são muito facilmente utilizadas, não para reforçar o argumento, mas para compensar a falta de um. Palavras como “mediação” são indicativas de uma piedade produzida, que é parte deste estilo, como o é o uso de fragmentos de escritos literários e históricos, colocados para propósitos ornamentais, da mesma maneira que os realistas gostam de temperar sua narrativa com episódios de Tucídides ou citações de Cícero. *On Diplomacy* de Der Derian é um exemplo perfeito deste gênero. As tentações da *surenchère parisienne*, evidentes nas prévias escolas anglo-saxônicas derivadas dos escritos franceses (especificamente de Sartre e Althusser), são reproduzidas nem sempre de formas muito felizes. A palavra “continental” é usada para dar caráter espúrio a estas idéias e estilo, como o termo “cerveja importada” foi lançado nos anos 1970: que uma idéia é “continental” ou “insular”, parisi-

³²Der Derian e Shapiro, *International/Intertextual Relations*, p. ix-x.

ense ou de Los Angeles, não diz nada a ninguém sobre a sua validade ou o seu alcance explicativo.

Neste sentido, o tratamento de questões de “epistemologia” ou, mais mundanamente, de filosofia da ciência social, desempenha um papel importante, apesar disso ser realizado de uma maneira precipitosa, freqüentemente banal e incompetente. A despeito do que esta linha teórica possa ter representado, ela não foi uma percepção informal dos desenvolvimentos na filosofia da ciência ou na ciência social. Estes autores têm grande prazer em anunciar novas formas de epistemologia, hermenêutica, dialética, conclusão e assim por diante: mas, ao fazê-lo, eles nem resolvem as questões da filosofia da ciência em geral ou contribuem para a teorização das RI. Seu trabalho é, neste campo, pretensioso, derivado e esvaziado, uma imitação anglo-saxônica do que já fora, em sua forma parisiense, um debate confuso e de segunda categoria. O trecho abaixo tirado de uma coleção pioneira de tais textos captura isto:

As várias práticas conhecidas sob a rubrica do “pós-moderno” ou “pós-estruturalismo” (de forma alguma uma escola única ou unitária), dentre elas a desconstrução, a semiótica, a genealogia, a teoria psicanalítica feminista e suas variantes, compartilham de vários temas comuns, apesar de suas diferenças. Acima de tudo, elas consideram as questões de como o conhecimento, a verdade e o significado são constituídos. Em seu sentido mais amplo, estes trabalhos oferecem uma explicação para a sua insatisfação com o projeto iluminista. Filosófico em sua origem e prática, o “pós-estruturalismo” desafia as suposições intelectuais sob as quais se sustentam o racionalismo e o positivismo ocidentais. Estas se revelam como as suposições que fundaram a ciência moderna e a sua adorada criança adotada, as ciências sociais.

As críticas pós-estruturais do racionalismo feitas pelos filósofos franceses revelaram-se como imensamente atraentes a outros campos. Por razões que ninguém adequadamente explicou, os primeiros intérpretes entusiastas foram os teóricos literários americanos. As análises pós-estruturalistas colocam um desafio radical para os dois, a distinção fato/valor e para a nossa concepção factual em geral, um conceito que os pós-estruturalistas afirmam é convencional e culturalmente construído mais do que fundado na natureza. Seu locus específico é trabalhar sobre a linguagem que lhes permite revelar, de forma persuasiva, as convenções que fornecem ao “fato” sua aparência para o convencimento. Em nome da objetividade científica, os discursos criados para sustentar as poderosas forças sociais são “regimes da verdade”. Os métodos pós-estruturalistas de análise pretendem oferecer novas maneiras de criticar este condomínio de poder e conhecimento e também métodos úteis para a consideração das teorias sociais científicas.

Uma razão palpável para que o pós-estruturalismo fosse tão bem recebido pelos teóricos da literatura é que a tolerância nestes grupos à pluralidade na interpretação já os ensinara algo importante a respeito da constituição

de significados. Como esperado, nas mãos destes teóricos, tais métodos de desconstrução ou genealogia tendem a ser adaptados como ferramentas afiadas para intrincadas análises textuais.³³

Tudo está presente aqui: a invocação preciosista do parisiense; a confusa salada de abordagens teóricas; a inocente ingenuidade declarada sobre a diferença entre os domínios da crítica literária e o da ciência social.

Um exemplo representativo da força e da fraqueza desta abordagem é o trabalho de Robert Walker, *Inside/Outside: International Relations and Political Theory*.³⁴ Um dos aspectos mais fortes da crítica de Walker é que ele localiza as principais áreas de discordância não no campo do internacional, mas no da teoria política em geral. A presunção disciplinar de autarquia estabelece que o internacional é um domínio separado do real e do ético: a sua reavaliação da tradição coloca a teoria das RI de volta em seu contexto intelectual e acadêmico mais amplo. Ele tem pouco tempo para as principais alternativas apresentadas em anos recentes: se o realismo clássico representa “a descuidada adoção de antagonismo ontológicos profundos”, as abordagens “científicas” nada mais são do que “Kantianismo kitsch”, o neo-realismo é somente uma reificação requerida, as teorias da escolha racional são “histórias utilitaristas” e a economia política permanece presa no tempo e no espaço.

Para Walker, amplamente influenciado pelo pensamento pós-modernista e pós-estruturalista, a teoria das RI tem três fraquezas principais, todas derivadas da teoria política: ela trata como eternas e dadas as categorias e os contrastes que são historicamente produzidos e, por esta razão, passíveis de mudança; ela falha em registrar o grau como o mundo político, nacional e internacional, está mudando com as transformações do “mundo pós-moderno”; e, portanto, ela exclui e elimina pelo silêncio a evolução de teorias e práticas alternativas que poderiam permitir uma melhora na condição humana nos níveis nacional, internacional e local. Se Martin Wight tivesse que classificar Walker, ele seria um revolucionário, mas um revolucionário cético das categorias de Kant ou Marx. Na visão de Walker, eles seriam representantes de suas próprias reificações.

Walker usa o pós-modernismo para fornecer uma crítica a categorias eternas e em particular a um conjunto de opostos que ele

³³Dentre as muitas críticas do pós-modernismo, ver Peter Dews, *Logics of Disintegration* (London: Verso, 1986); Perry Anderson, *In the Tracks of Historical Materialism* (London: Verso, 1983); Ernest Gellner, *Post-Modernism, Reason and Religion* (London: Routledge, 1992).

³⁴Robert Walker, *Inside/Outside: International Relations and Political Theory* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993).

identifica como pilares da teoria das RI, em suas formas tanto utópica/idealista como realista: a identidade e a diferença, dentro e o fora, o espaço e o tempo, a comunidade e a anarquia. Dentro das relações internacionais, ele identifica o papel constitutivo das categorias de tempo e de espaço, concretizado no conceito de soberania do Estado.

Em sua crítica destas reificações, Walker cita o filósofo francês da ciência, Gaston Bachelard, para mostrar que as palavras “aqui” e “lá” “tem sido elevadas ao absoluto, a partir do qual estes desafortunados advérbios de lugar são dotados de poderes incontroláveis de determinação ontológica”.³⁵ As categorias “dentro” e “fora” que são proclamadas no título se referem em primeira instância ao argumento de que existe alguma diferença radical entre os caracteres doméstico e internacional da política e um abismo entre as práticas apropriadas ou possíveis em cada esfera. Estas práticas fornecem uma base aparentemente imutável para duas concepções de soberania distintas, uma que funciona dentro do país e é democrática e outra que está fora, necessariamente competitiva e antagônica. Em um de seus mais sugestivos *leitmotif*, ele traça a evolução desta concepção binária de soberania de Hobbes a Weber, uma figura freqüentemente ignorada na teoria das RI, mas central às modernas concepções de Estado e à inevitabilidade repugnante do conflito interestatal.³⁶

Mesmo para aqueles que não foram convencidos pelas bases teóricas do argumento de Walker, existe algo irresistível aqui: a localização da teoria das RI em um contexto mais amplo da teoria política e do poder socialmente corporificado é um grande avanço sobre as genealogias oficiais de “X lê Y” ou mesmo pior, “B foi o estudante de A”; a afirmação do caráter historicamente constituído e contingente das teorias de soberania é igualmente bem-vindo.

Existe aqui muito a ser considerado pelos que vêm de outras tradições críticas, com a advertência de que algumas destas categorias já foram levantadas e aprofundadas dentro destas mesmas tradições, havendo algumas poucas reivindicações de renascimento teórico: a sociologia histórica (Charles Tilly, Michael Mann, John Hall e Theda Skocpol) e a historiografia marxista do Estado (Perry Anderson, Ellen Wood e mais recentemente Justin Rosenberg) exploraram a historicidade de nossas concepções de Estado e de soberania. Neste escritos, a reavaliação crítica das categorias políticas centrais das RI é representada por uma maior proximidade e interação com os processos e os fatos históricos, algo

³⁵Walker, *Inside/Outside: International Relations and Political Theory*, p.1.

³⁶Para uma discussão esclarecedora das visões de Weber sobre o nacionalismo e o conflito internacional e o lugar destes em seu trabalho mais amplo, ver Anderson, *A Zone of Engagement*, Capítulo 9, p. 158.

que os pós-modernistas parecem não ser capazes de igualar, buscando freneticamente a próxima transformação, a densidade textual ou a disseminação.

A parte a questão da novidade, as dificuldades com a teoria de Walker nascem precisamente onde ele, em sua própria crítica das RI, localizou o problema: primeiro, nas afirmações amplas sobre mudança histórica invocadas para sustentar seu argumento; segundo, na colocação de uma alternativa de pertinência política e ética para as eternidades existentes. A primeira, como na maioria do pensamento e da modelagem “alternativa”, permanece indefinida, na verdade monótona – uma invocação benigna do local, do cosmopolita e do desconstruído, sem sustentação em uma realidade social ou em uma necessidade ética ou histórica: mesmo Walker admite isto, resumindo seu argumento como “uma teia de possibilidades minimamente teorizadas e lutas tentativas”. A leitura de Kant como estadista é central a seu argumento, com a discussão de *Perpetual Peace* e não *Universal History*. Desconfia-se que este seja um movimento teórico sintomático para eliminar a discussão de que o professor de Königsberg alcançou há dois séculos atrás e com maior vigor intelectual o mesmo patamar em que hoje estão encalhados os pós-modernistas.

Walker recria o problema geral com um argumento sobre a “pós-modernidade”: sobre como o mundo está verdadeiramente mudando e se assemelha a uma variante dos entusiastas do transnacionalismo – Rosenau misturado com Giddens e Derrida. O argumento sobre a “pós-modernidade” como um fenômeno global se sustenta sob a concepção do nascimento de uma nova fase na história, marcada por uma maior aceleração na mudança e pelo desaparecimento de categorias passadas. Walker, como Giddens e outros, repete a visão de que as identidades não são mais claras e que, em geral, predomina a indeterminação onde antes havia clareza. Como muitos outros pós-modernistas ele é rápido em aceitar as afirmações do transnacionalismo e ignorar outras muitas. Ele também fica feliz em se aproveitar da frase de Marx para destacar que “Tudo que é sólido desmancha no ar”. Mesmo assim, tudo que é sólido não desmancha no ar e certamente não porque os sociólogos e os pensadores alternativos nos fariam acreditar: na verdade, eles omitem a segunda parte da frase que passa uma mensagem muito diferente, racional e teleológica: “...e o homem é, por fim, compelido a enfrentar racionalmente as suas reais condições de vida e as suas relações com os de seu tipo”.³⁷ Para os modernistas não pode haver uma concepção do real ou, na verdade, do racional.

Nas ciências sociais, muitas pessoas falam sobre a “pós-modernidade”, mas em um exame próximo ela pode ser somente outra moda

³⁷Karl Marx e Friedrich Engels, *The Revolutions of 1848* (London: Penguin, 1973) p. 70-1.

apocalíptica, junto com o fim da ideologia, a morte do novo, a nova ordem mundial, a superação do Estado e assim por diante.³⁸ Na melhor das hipóteses, muitas das suposições sobre um novo mundo espacial e temporal são metafóricas, no pior agitações classistas e, na verdade, etnocêntricas! Se os pós-modernistas desejarem, o argumento sobre a incerteza da identidade pode ser combatido, evidenciando como ela se tornou mais importante do que nunca, vaporizando com a freqüência o Estado: na guerra da antiga Iugoslávia não surpreendeu a investida de novas formas de identidade e ideologia política, mas a vitalidade das antigas.

Além de identificar algumas mudanças, amplas, mas óbvias, no mundo, é duvidoso que qualquer força empírica possa ser atribuída ao conceito de “pós-modernidade”: como sugerido, a maioria dos que o utilizam possui pouca, ou nenhuma, qualificação e inclinação para discutir o real. Engenhosos encantamentos sobre a alteridade, a dissolução e as estruturas e reivindicações exageradas sobre o que de fato mudou no mundo não são substitutas adequadas de uma interação substantiva com a história ou de uma conceitualização plausível das alternativas para a mudança política e teórica. Fascinados por suas próprias frases, por um conjunto de afirmações sem sustentação e inúteis generalizações, sejam elas sobre o equilíbrio de poder ou a teologia progressista, os pós-modernistas transformam-se no que procuram eliminar, faltando-lhes também qualquer significado analítico ou normativo ou a percepção sobre a mudança e a representação. Como no caso de Walker, não inesperadamente, existe uma afinidade marcante com Maquiavel, cujo ceticismo ético e acaso histórico pressagiaram as modas parisienses de nosso tempo. Ele, certamente, também era um homem do “pós”.

Apesar disso, é precisamente na discussão da representação que o livro de Walker sugere um conjunto importante de novas considerações, focadas não sómente no abandono do Estado-Nação, mas na apresentação de um conteúdo novo, mais democrático e polivalente. Aqui também reside um dos mais substantivos e possivelmente úteis *insights* do pós-modernismo, o de que todos os indivíduos e instituições políticas possuem várias identidades que se sobrepõem e não uma única e exclusiva. O Capítulo 7 do livro de Walker sobre a democracia analisa estes tópicos de uma forma que não é eticamente indeterminada e que, em sua abordagem mais criativa, é compatível com tradições de pensamento anteriores sobre como se pode aperfeiçoar a democracia nos níveis doméstico e internacional: neste ponto, ele é emi-

³⁸Para uma consideração esclarecedora do pós-modernismo e os negócios internacionais, ver Christopher Norris, *Postmodernism, Intellectuals and the Gulf War* (London: Lawrence & Wishart, 1992).

nentemente kantiano. Tal posição pode sugerir a conclusão de que existe um argumento modernista mais substantivo, rigoroso e racional, por trás de seus excessos. No passado, o pensamento político tem avançado pela remoção da semente racional de sua concha mística e mistificadora: este pode ser um caso no qual esta transformação, ou incursão, é apropriada.

Entretanto, realizar este potencial envolveria ir além das invocações genéricas dos “novos” movimentos sociais das quais abusam os pós-modernistas e muitos outros. A literatura sobre os “novos” movimentos³⁹ evoluiu nos anos 1970 em resposta, por um lado, à crise dos velhos partidos políticos (principalmente comunistas) e, por outro, ao crescimento real de movimentos que não eram ligados a partidos específicos ou baseados em identidades de classe: os movimentos de gênero, a raça, a ecologia e o desarmamento eram as categorias mais evidentes. Ainda assim, como freqüentemente ocorre no debate acadêmico, a literatura permaneceu presa a estas considerações ou se apegou a afirmações reconfortantes, como as de que o movimento de paz encerrara a Guerra Fria.⁴⁰ Neste caso, um discurso crítico da esquerda acompanhou as mais ortodoxas reivindicações do transnacionalismo sobre os atores não-estatais. Esta literatura deixou de perceber vários e menos bem-vindos fenômenos: primeiro, o papel destes movimentos era bem menor do que freqüentemente afirmado e eles eram, como qualquer partido tradicional, com maior ou menor intensidade, marcados por suas próprias discordâncias e faccionalismos; segundo, enquanto alguns movimentos eram benignos e emancipatórios, muitos outros não o eram. Os movimentos de massa de caráter racista na Alemanha e na França, o fundamentalismo hindu e islâmico ou as múltiplas manifestações da direita dos Estados Unidos eram “movimentos sociais” tanto quanto as tendências de esquerda e dos verdes defendidas pelos pós-modernistas. A habilidade dos pós-modernistas em responder aos seus desafios principais, o da explicação e o da identificação do sujeito da emancipação, era na realidade bastante limitada. Como os behavioristas antes deles, os pós-modernistas não cumpriram suas promessas.

³⁹Um corpo influente de literatura sobre os “novos movimentos sociais” foi aquele de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, notadamente seu *Hegemony and Social Classes* (London: Verso, 1985). Além de seu, bastante habilidoso, uso da linguagem e mesmo da aura do debate parisiense, é questionável, com compreensão tardia, se sua análise tinha mais apoio sobre a realidade política das democracias industrializadas do que aquele da escola marxista ortodoxa que eles reivindicavam substituir. Sobre isto, ver o debate inspirado com Norma Geras em *New Left Review*, n.163 (May-June 1987), 166 (November-December 1987) e 169 (May-June 1988).

⁴⁰Ver meu debate com E.P. Thompson em Robin Blackburn (ed.) *After the Fall* (London: Verso, 1991). Também Paul Hirst ‘Peace and Political Theory’, *Economy and Society*, v.16, n.2.

CONCLUSÃO: OUTRO CAMINHO

Qual método é, portanto, apropriado para o estudo das relações internacionais? Os capítulos seguintes são uma tentativa de contribuir para tal empreendimento e para encontrar algum critério amplo para o trabalho teórico neste campo. Primeiro, eles desenvolvem uma abordagem que é antiempírica, conceitual e crítica em relação aos “fatos” e à “realidade” existente. Segundo, eles procuram encontrar o critério que é central para as ciências sociais, qual seja, o da explicação, gerando através dele agendas de pesquisa e programas de trabalho para a investigação. As discussões da Guerra Fria, em particular, são tentativas de combinar um conjunto de preocupações teóricas com a explicação histórica. Muitas das abordagens teóricas do “segundo” e do “terceiro” debates não possuem esta capacidade. Terceiro, estes capítulos são históricos, não no sentido de procurar respostas somente a partir da história ou da narrativa, mas por examinar e contextualizar historicamente questões e conceitos. Se o realismo torna os conceitos a-históricos ao aplicá-los por toda a história, o behaviorismo nega por completo sua relevância e o pós-modernismo afirma a ruptura entre o “moderno” e o “pós-moderno”. Em contrapartida, os capítulos seguintes reconhecem as continuidades da história e identificam as especificidades e as contingências das idéias e dos eventos.

Capítulo 2

UM ENCONTRO NECESSÁRIO: O MATERIALISMO HISTÓRICO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UM DESAFIO EVITADO

Durante o último século, o destino do marxismo nas ciências sociais tem sido profundamente incerto e, em alguns aspectos, a ambivalência se acentuou por causa do colapso dos movimentos e regimes comunistas desde o final dos anos 1980. Por um lado, o desafio do marxismo a padrões estabelecidos de pensamento e ao sistema estatal existente levaram a sua exclusão da academia, justificada por dogmatismos, polêmicas e simplificações de que os marxistas estavam buscando conquistar e deter o poder. Por outro, como parte da tradição liberal radical do iluminismo e da resposta à ascensão da sociedade industrial (como a sociologia e a economia), o marxismo influenciou e compartilhou preocupações acadêmicas com várias outras disciplinas. Dentro de algumas áreas das ciências sociais, isto levou à emergência de uma corrente marxista, a sua difusão e maior influência, tornando mais genericamente aceitas as abordagens associadas ao marxismo. Neste sentido, como indica a frase de Gramsci, o marxismo se tornou “o senso comum de nossa época”.

Acentuada pelo desafio comunista e pela Guerra Fria, a ambivalência foi certamente ampliada pelo fim deste conflito e do desafio oficial que o comunismo representava. Agora é fácil dizer que o marxismo está desacreditado e, em alguns aspectos a serem examinados em mais detalhes neste capítulo e neste livro, isto é verdadeiro: qualquer teoria baseada em uma teleologia histórica implícita, em uma ética das con-

seqüências ou na suposição de que alguma sociedade radicalmente diferente pode ser criada foi desacreditada. Contudo, este reconhecimento não leva à conclusão de que a abordagem cristalizada no materialismo histórico não possui relevância: na verdade, ela pode constituir uma contribuição importante para a interpretação e, onde for possível e desejável, para a determinação do mundo contemporâneo.

Se o realismo distanciou-se de seus primos – o darwinismo social, o racismo e a *Machtpolitik* –, o marxismo interpretativo também pode separar-se de suas visões instrumentais. Tal distinção envolve, principalmente, um exame do que os próprios Marx e Engels escreveram e do trabalho de marxistas independentes que, ultrapassando Lenin e a dominação comunista ortodoxa, buscaram fornecer uma interpretação alternativa àquela dos dogmáticos.¹ Como na sociologia, na história e nas outras ciências sociais esta corrente marxista ocidental independente tem sido capaz de estabelecer um corpo de trabalho reconhecido e analiticamente fértil, mostrando que existe potencial para fazer o mesmo na esfera das RI. Tal potencial é explorado neste capítulo, mostrando a interação entre as RI e a tradição marxista.

Apesar de muitas décadas de interação potencial, o estabelecimento de uma relação entre o materialismo histórico e a disciplina das relações internacionais ainda está em um estágio inicial. Em várias etapas da história da disciplina existiram pesquisas sobre as implicações do marxismo para as relações internacionais nas quais se identificaram os pontos de contato existentes.² Desde os anos 1970, vários escritores defenderam trabalhos teóricos adicionais, como a elaboração de uma abordagem marxista genérica para as relações internacionais ou o desenvolvimento de domínios nos quais a disciplina das relações internacionais, como presentemente constituída, poderia fortalecer as suas conquistas analíticas fazendo uso de elementos específicos do materialismo histórico.³ Em um estudo inovador e criterioso,

¹Sobre a história do marxismo independente, ver Perry Anderson, *Considerations on Western Marxism* (London: NLB, 1976). Para uma tradição representativa, ver Karl Korsch, *Marxism and Philosophy*, traduzido e introduzido por Fred Halliday (London: NLB, 1970).

²Ver Miklos Molnar, *Marx, Engels et la Politique Internationale* (Paris, Gallimard, 1975); Vendulka Kubalkova e Andrew Cruickshank, *Marxism and International Relations* (Oxford: Oxford University Press, 1986); Tony Thorndike, 'Marxism and International Relations' in Trevor Taylor (ed.) *Approaches and Theory in International Relations* (London: Longman, 1978).

³Stephen Gill (ed) *Gramsci, Historical Materialism and International Relations* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992); Robert Cox, 'Social Forces, states and world orders: Beyond international relations theory'. *Millenium*, v.10, n.2, Summer 1981. O trabalho de Cox, uma ruptura em termos teóricos, dependeu excessivamente de uma extração da malfadada campanha por uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Andrew Linklater examinou as implicações do marxismo "crítico" para as RI, enquanto destacando os limites que o sistema internacional impõe sobre qualquer projeto emancipatório.⁴

Entretanto, em oposição a outras áreas das ciências sociais, como a sociologia, a economia e a história, o materialismo histórico nunca ocupou um lugar seguro dentro das relações internacionais. Existem muitos os que buscam limitar a sua aplicação, como foi o caso dos que explicitamente negaram a sua relevância como Martin Wight e Hans Morgenthau, ou dos que, implicitamente, relegaram-no a um lugar menor ou o apresentaram em uma interpretação seletiva, cuja pertinência é restrita.⁵ Basicamente, isto é obtido ignorando as principais questões teóricas do marxismo. É um fato indicativo que as RI quase não mencionem o capitalismo, a categoria central da análise social moderna do marxismo. Igualmente, como discutido no Capítulo 7, a maneira pela qual a Guerra Fria envolvia não só interesses estratégicos rivais, mas também socioeconômicos, tem sido ignorada na maior parte da literatura sobre RI.

As fontes deste fracasso residem nos dois lados da relação. Como disciplina, as relações internacionais desenvolveram-se principalmente em universidades britânicas e americanas e como um derivado teórico de outras disciplinas das ciências sociais. Em nenhum destes contextos institucionais ou teóricos, o marxismo teve um lugar proeminente ou reconhecido.

Por outro lado, o próprio materialismo histórico não desenvolveu o enfoque teórico necessário para oferecer uma contribuição abrangente e inteligível para as relações internacionais. Muito do que foi produzido em nome do marxismo pelos regimes comunistas e seus seguidores não passou de polêmica vulgar, de uma repetição de um certo padrão, de fórmulas e de leituras do próprio marxismo, visando justificar interesses políticos. O confinamento da discussão marxista do internacional à questão do "imperialismo" e à interpretação unilateral e banal deste fenômeno foi responsabilidade tanto de seus defensores como de seus opositores.⁶ Dentro das correntes independentes do materialis-

⁴Andrew Linklater, *Beyond Realism and Marxism: Critical Theory and International Relations* (London: Macmillan, 1990).

⁵Martin Wight em *International Theory: The Three Traditions* editado por Gabrielle Wight e Brian Porter (Leicester: Leicester University Press) tem quatro menções de Marx, três das quais se revelam repetindo sua visão sobre a força como a parteira da história (p. 107, 214, 222). Em nenhum momento, ele considera o caso de incluir Marx como um teórico em uma de suas três categorias de "revolucionismo". *Politics Among Nations* de Morgenthau, 5.ed. (New York: Alfred A. Knopf, 1978) não é melhor: tudo o que ele faz é devotar duas páginas ao que classifica de teoria "diabólica" do imperialismo: nada disso vem de Marx, cujo trabalho ele falha em mencionar de qualquer maneira, e o resto é uma simplificação de Lenin.

⁶Para uma crítica espirituosa da abordagem ortodoxa, ver Bill Warren, *Imperialism: Pioneer of Capitalism* (London: Verso, 1981).

mo histórico, os que desejaram elaborar uma abordagem marxista para as relações internacionais enfrentaram as mesmas dificuldades teóricas dos que buscaram analisar a política e os fatores ideológicos domésticos de Estados específicos.

Ao mesmo tempo, a ênfase do marxismo em fatores econômicos no âmbito internacional enfraqueceu qualquer tentativa de explicar as questões políticas, ideológicas e de segurança, percebidas pelas relações internacionais como seu domínio exclusivo. O próprio conceito do “internacional” coloca problemas para os marxistas, no qual o contraste implícito com o “nacional” não é aceito de imediato: começando pelo *Manifesto Comunista*, uma afirmação cosmopolita na mesma linha do melhor transnacionalismo liberal no qual se encontram inúmeras invocações de “interdependência”, o marxismo tem percebido os acontecimentos mundiais como um processo único. O resultado é que o estudo do interestatal e das relações internacionais poderia parecer irrelevante, desviando a atenção das forças reais e universais que moldam a política mundial. A visão de Marx sobre o nacionalismo, apesar de menos hostil do que a sugerida por seus críticos, também negou qualquer oposição ou contradição entre a formação das nações e a crescente interligação dos Estados e das sociedades, com a primeira antecedendo a última e sendo parte de um processo teleológico e histórico mais amplo.⁷

O MARXISMO E OS TRÊS “GRANDES DEBATES” DAS RI

As dificuldades específicas nesta exploração teórica geram a falta de contato entre estes dois corpos intelectuais. Como esboçado na Introdução, em seus pouco mais de 70 anos de existência como disciplina acadêmica, as relações internacionais foram marcadas por três grandes debates teóricos que acabaram definindo a literatura e os posteriores programas de pesquisa. Até agora, o marxismo não se encaixa confortavelmente em nenhum dos três.

O primeiro foi o entre as abordagens “utópicas” e “realistas”. Apesar de serem elas mesmas termos artificiais, ambas serviram para estabelecer uma polarização ideológica. Nesta estrutura, o marxismo compartilha de elementos das duas: é “utópico” ao postular uma forma alternativa de ordenar a política e ao introduzir preocupações éticas no conjunto da análise e é “realista” em sua ênfase sobre os interesses materiais por trás

⁷Sobre isto ver a bastante perceptiva avaliação de Erica Benner, *Marx and Engels on Nationalism and National Identity: A Reappraisal* (Oxford: Oxford University Press, 1994).

da ação humana, sobre a hipocrisia, a falsidade e o cinismo da vida política. Apesar de existirem paralelos surpreendentes em cada um dos projetos idealistas iniciados depois da Primeira Guerra Mundial — a Internacional Comunista e a Liga das Nações —, a utopia proposta pelo leninismo estava em clara oposição ao idealismo wilsoniano.

Um problema similar nasce no segundo debate entre os tradicionalistas e os behavioristas. Entusiasta das metodologias científicas do século XIX e imbuído da influência da economia britânica clássica, o marxismo certamente enfatiza o potencial científico da análise social: a quantificação e o estabelecimento de “leis” se encontram no núcleo da abordagem de Marx em *O Capital*. Como na maior parte do pensamento radical do século XIX, o progressivismo foi validado cientificamente pelas hipotéticas teorias darwinistas de evolução.⁸ Além disso, o marxismo é influenciado por outra abordagem: o materialismo histórico (e não somente o materialismo de Feuerbach). A história como eventos é importante para a análise marxista, assim como para qualquer estudante das relações internacionais tradicionais, embora assuma um significado diferente. No marxismo, procura-se identificar a historicidade, ou seja, as condições de origem e de reprodução de uma sociedade ou idéia. Na verdade, esta é a diferença fundamental entre Feuerbach e Marx, o último enfatizando a necessidade de *mudar* o mundo.⁹

O marxismo pode enquadrar-se com um pouco mais de sucesso no terceiro debate, representado pelas abordagens centradas no Estado e nos sistemas mundiais. Com certeza, o marxismo enfatiza que o capitalismo criou um mercado mundial e com ele forças de classe que operam em uma escala global. Na *Ideologia Alemã*, Marx argumentou que o proletariado somente poderia existir “histórico-mundialmente”, como resultado de um processo histórico econômico mundial (a disseminação do capitalismo) e como um agente atuando nessa mesma escala.¹⁰ *Weltklasse*, *Weltpartei*, *Weltrevolution* — o próprio programa do Comintern — resumem esta visão, como o anterior *Manifesto* já havia feito.

Além disso, o marxismo devotou muito de sua energia teórica, no século passado e neste, em um trabalho teórico e prático sobre o Estado, analisando sua força e os interesses de classe nele embutidos.¹¹ Como

⁸Valentino Gerratana, ‘Marx and Darwin’, *New Left Review*, n.82, November-December 1973.

⁹Em seu de outra maneira criterioso *The World of States*, Charles Reynolds resume a teoria de Marx como “o homem é o que ele come”(p.5-29): este jogo de palavras alemão (*man ist was er iss*) é, na verdade, a visão de Feuerbach que Marx rejeitava.

¹⁰Karl Marx e Friedrich Engels, *The German Ideology* (London: Lawrence & Wishart, 1965) p.46-7.

¹¹Ralph Miliband, *The State in Capitalist Society* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1969).

discutido no Capítulo 3, a conceitualização do que é o Estado e como ele se relaciona com outras forças na sociedade têm sido objeto de debate dentro e fora da tradição marxista. Mesmo assim, a premissa de toda esta literatura é que o Estado, longe de desaparecer ou de ser transcendentado, permanece como um fator central na política, sujeito a pressões internas e internacionais. O marxismo reconhece a importância do Estado como um objeto de controle político e do Estado-Nação como um princípio organizador fundamental, seja na luta dos movimentos nacionalistas por poder ou na consolidação de regimes revolucionários em um mundo hostil. A maioria dos marxistas seria bastante cética sobre as reivindicações contemporâneas liberais e transnacionalistas de que o Estado, como locus do poder de classe, estava sendo erodido como um elemento de política internacional ou sobre a suposição de que a força e a coerção foram substituídas como instrumentos centrais, ou pelo menos de reserva, de dominação de classe.

A partir dos anos 1970, esta aparente falta de comunicação começou a desmoronar: a literatura acadêmica das RI concedeu um certo lugar ao marxismo. Mas com a exceção de Linklater e outros poucos, a própria forma desta concessão apresentava problemas. Na essência, era debatido que uma abordagem teórica, um “paradigma” derivado do marxismo, poderia ser usado para explicar as relações internacionais e que este paradigma, geralmente chamado de “estruturalismo”, poderia levar a resultados significativos.¹² Pelo menos, parecia que o materialismo histórico havia encontrado o seu lugar dentro das relações internacionais.

Mas a equação entre o materialismo histórico, como uma abordagem teórica, e o “estruturalismo”, um paradigma constituído dentro da disciplina, trouxe alguns problemas. Primeiro, o próprio conceito de estruturalismo derivado da linguística e da antropologia diferia em aspectos fundamentais do materialismo histórico. É uma forma de determinismo, no sentido de negar liberdade de ação ou de representação aos elementos dentro da estrutura. O marxismo, apesar de sua defesa das “leis de ferro” da história e das determinações do contexto socioeconômico, contém um elemento de liberdade, de vontade, de possibilidade e de voluntarismo: Marx, no meio da longa elaboração das leis sobre o modo de produção no *Capital*, afirma que, em algum momento do conflito entre proprietário e explorador, os trabalhadores irão rebelar-se.¹³ O *Manifesto* é uma injunção à ação.

A posterior história do marxismo político, nas mãos de líderes revolucionários como Lenin e Mao, dificilmente se conforma à ima-

¹²Ver, por exemplo, as leituras que formaram a base para o inovador curso da Open University sobre política mundial em Richard Little e Michael Smith (eds.) *Perspectives on World Politics*, 2. ed. (London: Routledge, 1991).

¹³Karl Marx, *Capital*, vol. I (London: Penguin Books em associação com New Left Review, 1976) p.929-30.

gem do homem como um Prometeus algemado ao chão pelas estruturas de seu ser social. Igualmente, dentro da tradição marxista “occidental” independente não existe unanimidade sobre isto: enquanto alguns teóricos, especialmente Louis Althusser, destacam o determinismo, outros identificaram uma habilidade dos indivíduos e das forças políticas de perseguir uma emancipação desafiadora dos constrangimentos objetivos e de contestar, através da ação consciente, os limites da sociedade.

Na verdade, isto gerou uma outra área fundamental de penetração do marxismo nas RI, através da “teoria crítica” associada à Escola de Frankfurt: nesta perspectiva, exemplificada pelo trabalho de Robert Cox, a ênfase é precisamente no potencial emancipatório dos grupos e dos indivíduos e sobre a possibilidade de uma resposta teórica apropriada. Uma das grandes contribuições do trabalho de Habermas foi a distinção entre as três formas de conhecimento – a positivista, a hermenêutica e a crítica, a última sendo a base para um projeto emancipatório.¹⁴

O estruturalismo também é enganoso, pois sugere em seu uso convencional que uma multiplicidade de relações afeta os elementos do sistema: apesar de reconhecer uma multiplicidade de influências como as diversas determinações de classe, nação, gênero, lugar, cultura e contexto histórico, o materialismo histórico destaca a primazia de um destes níveis de determinação, o que Althusser definiu como uma “estrutura em controle”. Tal controle é dado pelo nível material e socioeconômico: em oposição à contingência do estruturalismo convencional, o marxismo é uma teoria da determinação socioeconômica.

Exemplos da determinação contingente dentro da literatura das RI são a teoria de Susan Strange das quatro “estruturas” das relações internacionais e a teoria “estrutural” de Galting sobre o imperialismo.¹⁵ A conceitualização de Michael Mann das quatro formas de poder tem uma indeterminação similar. Todas estas teorias reconhecem a importância das formas de determinação abordadas pelo materialismo histórico, a produção e a exploração econômica, mas destacam que estas podem ser ainda acompanhadas por outras formas de constrangimento. A estrutura em controle é substituída por uma determinação a esmo.

Outra dificuldade é trazida pela imagem que as RI tradicionais têm do “estruturalismo”, referente à limitação de seu alcance. Como mostrará uma pesquisa nos livros, o paradigma estruturalista é associado a temas limitados dentro das relações internacionais, como a

¹⁴Sobre Cox, ver Nota 3 e a discussão de Linklater em *Beyond Realism and Marxism*. Sobre Habermas: Ian Craib, *Modern Social Theory* (Brighton: Harvester/Wheatsheaf, 1984) e Anthony Giddens ‘Jürgen Habermas’ em Quentin Skinner (ed.) *The Return of Grand Theory in the Human Sciences* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985).

¹⁵Susan Strange, *States and Markets* (London: Pinter, 1988); Johann Galtung, ‘A structural theory of imperialism’ em Michael Smith et al (eds.) *Perspectives on World Politics*.

questão Norte-Sul. Além de fornecer uma teoria geral sobre esta questão, o estruturalismo destaca a sua centralidade nas relações internacionais (algo que não era reconhecido). Entretanto, existem duas limitações significativas a esta abordagem.

Em primeiro lugar, a própria teoria agrupada sob o nome de “estruturalismo” fornece somente uma consideração parcial do que já fora objeto de estudo dentro do materialismo histórico. Na verdade, a maior parte da literatura destaca o caráter de exploração e de dominação do imperialismo, mas outra linha, mais próxima às percepções iniciais de Marx, apresenta a questão de uma maneira mais complexa. O imperialismo, um produto da disseminação global do capitalismo, possui um impacto destrutivo e criativo duplo que desorganiza as formas sociais e econômicas estabelecidas e gera novas. Presente no trabalho de Marx, esta perspectiva, apesar de condenar o sofrimento imposto à humanidade (incluindo o mundo colonial) pela disseminação do capitalismo e a sua hipocrisia moralizante, destaca alguns efeitos econômicos e sociais positivos. Nem Marx ou Lenin possuíam qualquer simpatia pelas sociedades pré-capitalistas do mundo. Somente depois, sob o impacto de uma leitura anti-colonial de Marx e da teoria da dependência é que o marxismo passou a ser dominado pela visão de que o imperialismo tinha somente impactos negativos. Contudo, foi somente a partir dos anos 1970 e dos evidentes sucessos da industrialização e da mudança política em vários países do Terceiro Mundo que esta velha tendência marxista pôde tornar-se mais evidente.

Além da limitação das possibilidades de interpretação do materialismo histórico, existe um problema adicional na identificação entre o marxismo e o estruturalismo: a limitação das questões consideradas relevantes. Qualquer paradigma que busca algum impacto procura fazê-lo pela redefinição da hierarquia de questões e da agenda da disciplina, mas o foco sobre o “estruturalismo” tem limitado o alcance do paradigma. Apesar de terem se tornado importantes, as relações Norte-Sul não podem ser percebidas como contendo a chave (no sentido kantiano) da política mundial. A ênfase sob estas dimensões restringe, inibe e pretende limitar o âmbito do materialismo histórico. As relações entre os países do Norte (os Estados capitalistas desenvolvidos) e as entre os países do Sul, a guerra e os problemas relacionados, assim como o papel das histórias nacionais específicas de Estados individuais não podem ser tratados como problemas exclusivos. Assim, a maior parte da história do sistema internacional seria excluída.¹⁶

Ironicamente, esta delimitação sustentou-se sobre uma leitura errônea do supostamente “estruturalista” *Imperialism* de Lenin: longe

¹⁶Sobre isto, ver, principalmente, Bill Warren, *Imperialism: Pioneer of Capitalism* e Nigel Harris, *The End of the Third World* (London: Penguin, 1985).

de ser um livro sobre as relações Norte-Sul, este foi um estudo de por que os grandes poderes imperialistas foram à guerra em 1914 e de como os socialistas deveriam reagir a isto.¹⁷ Para examinar a relevância do marxismo é preciso ampliar o alcance teórico do paradigma e não abandonar a ênfase e a abordagem teórica do “estruturalismo”, englobando os temas principais e centrais de sua agenda. Para que o potencial do materialismo histórico possa ser aproveitado no campo das relações internacionais é necessário um processo duplo de redefinição da agenda e de expansão de sua esfera teórica para abranger todas as preocupações da disciplina.

O POTENCIAL DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Não é possível afirmar que as ferramentas intelectuais para tal encontro estão disponíveis. O marxismo continua em evolução como abordagem teórica: muitas questões foram levantadas em seus 150 anos de existência, mas muitas ainda devem ser estudadas, assim como a sua obra é contraditória, ultrapassada e confusa. Nisto, ele não é diferente das outras abordagens como o liberalismo e a economia convencional. Em grande medida, a tarefa de analisar as relações internacionais está reservada ao futuro, não estando presente nos trabalhos atuais. Que tal empreendimento seja possível e possa levar a um novo e abrangente paradigma deve-se a duas razões gerais.

Primeiro, como é evidente pelo seu impacto nas outras ciências sociais, o materialismo histórico é uma teoria geral abrangente da ação política, social e econômica, capaz de considerar todos os campos da ação social. Na verdade, o materialismo histórico é a tentativa mais consistente de fornecer uma teoria abrangente da sociedade elaborada no século passado. O seu impacto já tem sido evidente em algumas áreas da ciência social, na economia, na história e na sociologia. O fato dele não ocupar um lugar semelhante nas relações internacionais e de não ter respondido adequadamente aos desafios da disciplina é um resultado dos obstáculos teóricos e históricos específicos já esboçados.

Muitos aspectos conceituais do materialismo histórico contêm potencial para as relações internacionais e podem nelas ser aplicados, como já o foram em outras teorias. Como vimos na Introdução, em suas poucas décadas de existência a maior parte das ferramentas teóricas das relações internacionais foi emprestada de outras disciplinas: começando pelas primeiras influências do direito e da filosofia, passando pela teo-

¹⁷Para uma interpretação esclarecedora, ver Georg Lukacs, *Lenin: A Study in the Unity of his Thought* (London: NLB, 1970) cap. 4.

ria de poder da escola de Chicago, o behaviorismo, a teoria da ação racional, as teorias do conflito, o funcionalismo e chegando agora até a teoria “crítica”, as influências de outros ramos das ciências sociais são evidentes. O potencial do materialismo histórico para enriquecer a disciplina é considerável, mesmo que, como na história e na sociologia, ele não seja sustentado por trabalhos diretamente ligados às relações internacionais.

Segundo, dentro de sua obra, como presentemente construída, o materialismo histórico produziu trabalhos referentes à agenda convencional das relações internacionais e muito além da interpretação específica do “estruturalismo”, algo que foi reconhecido no final dos anos 1970: sobre a guerra, a violência, o Estado, o conflito internacional, as questões econômicas transnacionais e o desenvolvimento do próprio sistema internacional. A tentativa do marxismo no período de 1900-20 de teorizar o sistema internacional em torno do conceito de “imperialismo”, entendido como a rivalidade estratégica interestatal, é uma das mais ambiciosas e criativas jamais feita antes.

Desde 1970, outro considerável corpo de literatura sobre questões internacionais foi produzido sob a influência do marxismo: além de abundantes estudos sobre o imperialismo, existiram as teorias do sistema mundial de Wallerstein, os debates da Guerra Fria e as análises das relações intercapitalistas. Diferente das RI ortodoxas, o trabalho de Wallerstein coloca uma história bastante diversa do sistema internacional apesar de cobrir quase o mesmo período, de 1500 ao presente. Em oposição à análise política e diplomática realista, a abordagem de Wallerstein enfatiza o papel das relações econômicas na constituição do sistema; ela destaca a criação de uma hierarquia, enquanto as demais apontam a formação de uma “sociedade” internacional, juridicamente igualitária; além disso, ela procura relacionar o processo do conflito internacional e a mudança social e política interna, em oposição à negação realista da relevância do internacional.¹⁸ Ao mesmo tempo, dentro do materialismo histórico, o trabalho de Wallerstein recebeu críticas substanciais: por ser uma teoria que dá muita importância à circulação e não à produção, por atuar como uma ingênuo defensora das forças “antisistêmicas” mesmo quando elas são repressoras e por ser sustentada em uma explicação do imperialismo limitada e ligada à teoria da dependência.¹⁹

¹⁸Para a afirmação original, ver Immanuel Wallerstein, *The Modern World System* (London: Academic, 1974). Ver *Historical Capitalism* (London: Verso, 1980) para uma mais sucinta consideração de sua visão.

¹⁹Peter Worsley, ‘One world or Three: A Critique of the World System of Immanuel Wallerstein’ *Socialist Register*, 1980; Ernest Laclau, *Politics and Ideology in Marxist Theory* (London: NLB, 1977); Theda Skocpol, ‘Wallerstein’s world capitalis system: A theoretical and historical critique’, *American Journal of Sociology*, v.82, n.5, 1977.

Apesar de ter sido objeto de diversas abordagens, o debate sobre a Guerra Fria, devido à oposição do realismo e de outras correntes dentro das RI, sempre foi marcado pela reticência em analisar o fenômeno em termos teóricos. Para o realismo, a Guerra Fria foi apenas uma continuação da competição interestatal, para as teorias da independência e estruturais ela era um embaraçoso desenvolvimento secundário, uma distração de suas agendas principais sobre o interdesenvolvimento e as relações Norte-Sul. As consequências dessa postura para a teoria das RI são discutidas em maior extensão nos Capítulos 7 e 8: aqui, basta registrar que, praticamente, o único debate teórico sobre a natureza deste conflito internacional que dominou a segunda metade do século XX teve lugar dentro do paradigma materialista histórico.²⁰

Este foi o caso da literatura sobre as relações intercapitalistas, substrato da literatura da interdependência a partir dos anos 1970 e que se refletiu nos trabalhos de Keohane, Gilpin e Strange, escritores que também participaram do debate sobre o “declínio” dos Estados Unidos nos 1980. Como estes próprios autores reconhecem, foram os marxistas que produziram a maior parte dos escritos sobre o assunto antes da Primeira Guerra Mundial e a ele retornaram em um novo contexto intelectual: esta contribuição é representada pelo trabalho de van der Pijl, Kolk, Gill e outros.²¹

Dentro das relações internacionais, esta literatura foi acompanhada pela emergência de escritos em uma área semelhante, mas não formalmente inserida dentro da disciplina: a história internacional. Aqui, a divisão disciplinar convencional somada à rivalidade de longa data entre as duas abordagens acadêmicas impediu as RI de adequadamente considerarem a emergência de um corpo substancial de literatura dentro do campo histórico.

O marxismo já contribuíra substancialmente com outros campos mais específicos da história – a nacional, a política, a social e a econômica. Mas, a partir dos anos 1960, surgiram trabalhos de história internacional influenciados pelo materialismo histórico e muito diferentes da diplomacia histórica convencional. Dentre outros, pode-se mencionar o trabalho de Eric Wolf, Perry Anderson e Eric Hobsbawm. O estudo de Wolf é uma análise abrangente e convincente da subjugação do

²⁰E. P Thompson, Fred Halliday e Rudolf Bahro, *Exterminism and Cold War* (London: NLB, 1982).

²¹Kees van der Pijl, *The Making of American Ruling Class* (London: Verso, 1984). Outro corpo influente de trabalho em paralelo aqui é o da escola francesa de “regulação” de Alan Lipietz e Michel Aglietta. Para uma crítica poderosa desta escola, ver Alice Amsden, ‘Third World Industrialization: ‘Global Fordism’ or a New Model’, *New Left Review*, n.182, July-August 1990.

mundo não-europeu ao sistema socioeconômico europeu.²² O trabalho de Anderson traça a evolução do Estado até a época da democracia, abordando o desenvolvimento social e político interno e a competição externa.²³ O trabalho de Hobsbawm, talvez o mais abrangente e com as implicações mais diretas para o estudo das relações internacionais, encontra-se em um conjunto de três estudos comparativos sobre a evolução do sistema internacional moderno: *A Era das Revoluções 1789-1848*, *A Era do Capital 1848-1875*, *A Era dos Impérios 1875-1914*.²⁴

A obra de Hobsbawm apresentou um trabalho de importância direta às relações internacionais e às questões que ela considera: a emergência dos Estados, das nações, dos mercados, o papel dos fatores econômicos, políticos e estratégicos nos assuntos internacionais e as fontes de conflito dentro e entre as sociedades. Nenhum trabalho comparável surgiu dentro da história internacional convencional ou das RI sobre a “sociedade internacional”. Apesar de empiricamente construído e equilibrado, o trabalho de Hobsbawm está ligado, segundo ele mesmo, ao materialismo histórico e as suas amplas categorias de investigação e explicação. Por exemplo, em sua *Idade do Imperialismo*, as quatro décadas anteriores à eclosão da Primeira Guerra Mundial são examinadas no contexto do desenvolvimento da sociedade industrial e da sua expansão: mesmo nos capítulos sobre a disseminação da democracia, do nacionalismo e do imperialismo ou dos eventos que levaram à guerra em 1914, este contexto materialista histórico geral é mantido, sem qualquer reducionismo. O que Hobsbawm retrata não é, entretanto, o desenvolvimento de alguma sociedade internacional abstrata ou um outro exemplo do funcionamento do equilíbrio de poder, mas a civilização e a crise de um período histórico muito particular.

Estes dois fatores – o potencial teórico desta abordagem como uma teoria social abrangente e as contribuições específicas, substantivas e conceituais, que podem ser feitas às relações internacionais – combinam-se para sugerir que o materialismo histórico pode oferecer uma explicação abrangente das relações internacionais, sem complacência com relação a sua adequação frente às questões abordadas e as suas fraquezas internas.

A seguir, combinarei as implicações das discussões apresentadas até este ponto e esboçarei alguns caminhos pelos quais esta elab-

²²Eric Wolf, *Europe and The People Without History* (Berkeley: University of California Press, 1982).

²³Perry Anderson, *Lineages of the Absolutist State* (London: NLB/Verso, 1974).

²⁴The Age of Revolutions, 1789-1848 (London: Weidenfeld & Nicolson, 1962); The Age of Capital 1848-1875 (London: Weidenfeld & Nicolson, 1975); The Age of Imperialism 1875-1914 (London: Weidenfeld & Nicolson, 1987).

boração pode prosseguir. Inicialmente, isto será feito pela apresentação dos parâmetros gerais do paradigma materialista histórico e, depois, pela discussão de certas contribuições temáticas específicas que o materialismo histórico pode fazer para as relações internacionais. Assim, será possível identificar alguns dos problemas envolvidos em tal trabalho teórico.

O PARADIGMA MATERIALISTA HISTÓRICO

Marx e Engels escreveram extensamente sobre as questões “internacionais”, considerando as questões teóricas relativas à internacionalização do capitalismo e aos eventos políticos internacionais de seu tempo.²⁵ Nestes escritos, existe muita substância, conceitos e matizes que são pertinentes para construir a interação entre o materialismo histórico e as RI. Entretanto, a clássica *œuvre* marxista sobre as RI é uma base insuficiente para a sustentação deste empreendimento teórico: primeiro, porque existem diferenças profundas entre os escritos teóricos e conjunturais, não havendo uma reunião das duas dimensões; segundo, porque um foco exclusivo sobre “o internacional” reduz o alcance de como a teoria marxista *como um todo* pode ser capaz de contribuir para este estudo. Em Marx e outros teóricos, o que é mais importante para as relações internacionais nem sempre está presente na análise “do internacional”, mas nas implicações mais amplas de toda a teoria. Ao procurarmos idéias criativas sobre as questões internacionais, não nos voltamos aos escritos de Maquiavel sobre as colônias ou sobre os mercenários, ou para as reflexões de Rousseau sobre as virtudes do movimento de independência da Córsega, ou as visões de Kant sobre raça, mas buscamos a sua abordagem teórica mais ampla e os seus *insights*.

Ao longo de vários escritos de Marx e Engels, existem quatro temas gerais que podem ser identificados como definindo e constituindo a posição intelectual por eles defendida. O primeiro é o da determinação “material” ou, mais precisamente, a determinação por fatores socioeconômicos (com a palavra “material” possuindo este sentido particular). Marx percebia a sociedade como uma totalidade, um composto, dentro do qual cada elemento era governado em um sentido mais geral pelo caráter e pelo funcionamento do todo. Em qualquer sociedade, a atividade central é a produção econômica e as principais questões anali-

²⁵Para as melhores pesquisas, ver Molnar, *Marx, Engels et la Politique Internationale*; sobre a guerra ver Bernard Semmel (ed.) *Marxism and the Science of War* (Oxford: Oxford University Press, 1981); sobre nações e nacionalismo, ver Benner, *Marx and Engels on Nationalism and National Identity*.

ticas são consideradas a partir desta estrutura: qual é o “nível” de produção ou, em outros termos, em que estágio de desenvolvimento se encontram as “forças da produção”? Segundo, quais são os sistemas de propriedade e de controle efetivo que definem a propriedade destas forças, ou seja, quais são as “relações” de produção?

Combinadas, estas forças e relações formam um “modo de produção” – o feudalismo, o capitalismo ou o socialismo – e, através desta determinação estrutural, uma sociedade particular ou “formação social” é constituída. As idéias, as instituições e os eventos de uma formação societária devem ser percebidos a partir de sua relação com a totalidade e com as formas de determinação material, definidas pelas forças e relações de produção e não em um contexto isolado ou abstruído do modo de produção. Afirmar isto não significa, como o fazem muitos marxistas “vulgares” e críticos do marxismo, dizer que tudo deve ser reduzido à atividade econômica: isto não é o que Marx afirmava, e as suas análises dos acontecimentos políticos e dos conflitos na França de 1840 e 1870 ou dos eventos internacionais de sua época assim o demonstram. Além disso, o seu conceito de capitalismo abrangia não somente as forças específicas e a apropriação da economia, mas um conjunto mais amplo de instituições políticas, legais e culturais, que a elas se relacionavam.²⁶

Os conceitos gerais de “modo de produção” e de “formação social” vinculam a análise de qualquer atividade humana ao contexto socioeconômico e não a partir de sua abstração. Não existe, portanto, nenhum Estado, nenhuma crença, nenhum conflito, nenhum poder em geral independente deste contexto. Por extensão, não existe nenhum “sistema internacional” ou qualquer componente de sua atividade, seja a guerra ou a diplomacia, que possa ser abstruído do modo de produção. Na verdade, as relações internacionais são o estudo das relações entre as formações sociais e não o das relações entre os Estados. A partir do momento em que se aplica esta percepção às questões do internacional, uma clara mudança de foco é visível. Assim, o Estado não é mais percebido como uma corporificação do interesse nacional ou da neutralidade judicial, mas sim como locus dos interesses de uma sociedade específica ou de uma formação social definida por sua estrutura socioeconômica. Identificar até que ponto as classes controlam o Estado, ou estão separadas dele, tem sido uma das questões principais de disputa dentro da área. Da mesma forma, a soberania se torna não um conceito legal genérico, mas a soberania de forças sociais específicas (a sua história é a das formas de poder social e a da sua legitimação). A segurança é removida da esfera teórica tradicional em que foi colocada e se torna a segurança de grupos sociais e por razões socioeconômicas específicas.

²⁶Derek Sayer, *The Violence of Abstraction* (Oxford: Blackwell, 1987), para uma interpretação não-reducionista de Marx.

A história do sistema também é vista com outros olhos: o sistema interestatal moderno emergiu em um contexto de disseminação global do capitalismo e da subjugação das sociedades pré-capitalistas. Simultaneamente, este sistema socioeconômico sustentou o caráter individual dos Estados e as suas relações: nenhuma análise das relações internacionais é possível sem referência ao capitalismo, às formações sociais por ele geradas e ao sistema mundial.²⁷

O segundo tema central, presente no nome do paradigma, é o da história (e da determinação histórica). Inicialmente, Marx argumentou que a história influenciava o comportamento presente. Como, por exemplo, na frase usada em uma ocasião: “a tradição das gerações mortas paira como um pesadelo sob as mentes dos viventes.” Mas ele queria dizer mais do que isso: Marx defendia que os eventos e as características de qualquer sociedade somente poderiam ser percebidos em seu contexto histórico – deve-se indagar como se constitui o objeto de estudo, quais foram as influências dos eventos passados e qual impacto teria o passado na definição da situação presente.²⁸ Assim como defendia que a sociedade deve ser percebida em seu contexto socioeconômico, Marx também acreditava que as suas condições de origem e lugar no sistema eram centrais para a análise. Para compreender a sociedade capitalista contemporânea devem ser pesquisadas as suas origens e os seus condicionantes passados (problemas e tendências). Também deve ser avaliado como estes fatores limitavam as opções percebidas por um povo e como o levavam a ser influenciado, ou totalmente determinado, por paixões, ilusões e identificações inconscientemente herdadas de outras épocas.

Qualquer um familiarizado com o funcionamento do sistema internacional irá, de uma certa maneira, estar consciente disso – a supressão ideológica das origens do sistema, a propensão para negar a violência envolvida em sua criação e a força dos fatores irracionais (como o nacionalismo) dentro dos assuntos internacionais. Assim, o que Marx disse sobre o papel da história se aplica a todos os países: as políticas doméstica e externa, os instintos dos líderes e as respostas do público, as instituições políticas, as mágoas e os medos que movem a população, tudo isto é mais reflexo do passado do que se costuma admitir.

Ao lado da determinação socioeconômica e histórica, Marx também percebia estes fatores condicionantes como destruindo a aparência

²⁷É este argumento que, além de formar o tema central dos trabalhos de Wolf, Anderson e Hobsbawm mencionados, forma a base da análise de Justin Rosenberg sobre as origens e os desenvolvimentos do sistema internacional: *The Empire of Civil Society: A...Critique of The Realist Theory of International Relations* (London: Verso, 1994). Sou extremamente grato a Justin Rosenberg pelas muitas sugestões proveitosas que ele fez sobre o material neste capítulo.

²⁸Eric Hobsbawm, ‘Marx and History’, *New Left Review*, n. 143, January-February 1984.

de que todos os eventos eram “naturais” ou “permanentes”: em qualquer sociedade, uma das principais funções da socialização política é tornar estes eventos imutáveis e inevitáveis. O mesmo se aplica ao terreno do internacional e as suas formas contínuas – a nação, o Estado, a soberania, etc. Localizar as características da sociedade no contexto histórico de sua origem contradiz a idéia de que elas sejam naturais ou eternas e pode sugerir a existência de alternativas.

Entretanto, como já admitido, o lugar da história no estudo das relações internacionais é incômodo. Isto ocorre por razões teóricas, práticas e profissionais. No primeiro caso, as relações internacionais buscam diferenciar-se como uma esfera conceitual distinta de estudo e, nos demais, anseiam em definir-se em oposição à abordagem ideológica da história diplomática e do seu fetiche por arquivos e datas. A questão da origem histórica recebe menos atenção e, quando a história está presente, geralmente o é como uma ilustração, ou, mais frequentemente ainda, como uma forma de intimidar o leitor com uma avalanche de exemplos, evidente tanto em James Der Derian (*On Diplomacy*) como em Martin Wight.

Como resultado, muitas das questões consideradas dentro das relações internacionais são perigosamente abstraídas de seu contexto histórico. Primeiro, isto se aplica à falta de cultura histórica da maioria dos que escrevem e estudam o assunto, de forma que a proporção e o alcance de referência à história está quase sempre ausente. O behaviorismo, certamente, fez da rejeição da história um de seus pilares centrais. Da mesma maneira, isto se aplica à abstração de conceitos específicos da situação histórica em que nasceram. A frequente e repetida afirmação de que os Estados contemporâneos britânico e americano são exemplos de um caminho pacífico e não-revolucionário de desenvolvimento é um exemplo marcante disso. A “expansão” da sociedade ocidental ou da sociedade internacional foi alcançada através da subjugação, do saque e, em alguns casos, do massacre de sociedades coloniais. Um caso mais recente é a discussão da relação dos conceitos de “interdependência” e de “ingovernabilidade”: praticamente, isto anula a importância do evento que provocou a emergência desta questão no nível político, a Guerra do Vietnã e o seu impacto no sistema político e social dos Estados Unidos.²⁹

O terceiro tema central da abordagem materialista histórica é a centralidade das classes como atores na vida política doméstica e

²⁹A questão do impacto da Guerra do Vietnã sobre as RI e, especificamente nos escritos produzidos nos EUA, poderia parecer sem resposta, já que sua principal consequência aparente foi tornar o estudo de alguns assuntos, como o estudo das revoluções e do conflito social, menos atrativo. Uma resposta é, entretanto, que o impacto deve ser encontrado no interesse pela “interdependência”, já que o conflito no Sudeste da Ásia foi visto como provocando importantes conflitos nos EUA.

internacional.³⁰ Genericamente, as classes são definidas pela posse e controle dos meios de produção e isto depois determina as outras formas de poder social que elas detêm. Se dentro de um Estado particular as classes agem para subjugar e controlar os menos poderosos, internacionalmente elas agem para aliar-se a grupos similares, quando isto lhes é benéfico e, para competir, por meios pacíficos ou militares, quando se prefere a rivalidade. O conflito entre as classes, ou seja, a “luta de classes”, ocorre, portanto, em dois níveis: entre grupos em diferentes posições na escala socioeconômica e entre grupos de posição equivalente. Tal luta também ocorre dentro e fora dos Estados: com a disseminação do capitalismo aumentou o tamanho do mundo capitalista e a rivalidade com outras classes dominantes na esfera internacional acompanhou as disputas internas. Cada classe dominante tem sido capaz de utilizar o caráter internacional do capitalismo para preservar a sua posição dentro da sociedade, aliando-se com outras, e para identificar na arena internacional um terreno para a expansão de seus interesses e poder.

A centralidade das classes como ferramenta analítica tem duas consequências imediatas para as relações internacionais. Primeiro, investe os principais conflitos da política internacional de um caráter socioeconômico. Parafraseando Marx, embora possa soar falso, toda a história das relações internacionais tem na luta de classes um de seus componentes fundamentais e decisivos. A disseminação competitiva dos impérios europeus, a eclosão das duas guerras mundiais, a crise do padrão ouro em 1931, a elevação dos preços da OPEP de 1971-73, as disputas sobre o comércio e as taxas de juros dentro da Aliança Atlântica no início dos 1980, o conflito comercial entre os Estados Unidos e o Japão nos anos 1990, podem ser percebidos como parte do conflito entre as classes dominantes capitalistas e entre os velhos poderes capitalistas e seus novos rivais (a partir do seu desenvolvimento interno de relações sociais capitalistas). Muitas das disputas que marcaram a história do século XX se tornaram disputas imperialistas e intercapitalistas, indo além de suas características nacionais, geográficas e históricas: como já notado, a questão do conflito entre os grandes poderes e não a dinâmica das relações “Norte-Sul” era a principal questão considerada por Lenin e por outros no debate sobre o imperialismo antes da Primeira Guerra Mundial.

Partindo deste prisma, os debates tradicionais que dominaram as relações internacionais por tanto tempo parecem sustentados em algumas premissas questionáveis. A percepção de que o Estado não é uma entidade independente, mas, pelo contrário, uma determinada pelo contexto socioeconômico e de classe, leva a uma mudança de caráter no debate sobre

³⁰Tom Bottomore, *Classes in Modern Society* (London: Allen & Unwin, 1965), Para uma aplicação às RI, ver Cox, “Social forces, states and world orders”.

a perda de seu poder frente aos atores não-estatais. A questão não reside em uma possível perda de proeminência para os atores não-estatais no período recente, desde 1945 ou 1970, mas como estes atores não-estatais, que *sempre* afetaram o poder e o caráter do Estado, agem através do Estado ou através de outros canais. Os atores não-estatais, como as classes, sempre estiveram presentes, exercendo seu poder de várias formas. Além disso, a questão sobre onde estão sendo derrubadas as fronteiras entre a política doméstica e a internacional adquire um diferente significado: no capitalismo, as classes sempre tiveram uma atuação internacional, começando pela ação dos banqueiros e das companhias comerciais do século XVI, ao mesmo tempo em que eram afetadas domesticamente pelas mudanças na situação econômica e política mundial.³¹

A primazia destas classes serve, portanto, para colocar duplamente em questão o conceito de Estado-Nação: ela mostra, primeiro, que o Estado em si mesmo é, em uma medida considerável, uma função de forças sociais mais amplas e, segundo, que a impermeabilidade da política doméstica é uma aparência que esconde uma permanente, subjacente, internacionalização de fatores políticos e econômicos. Nos próprios escritos de Marx, há uma tensão interessante nesta questão: seus instintos políticos o levaram a enfatizar o caráter internacional do proletariado, a classe trabalhadora e a sua aspiração e habilidade para organizar uma base internacional contra seus inimigos de classe. Contudo, esta teoria contém dentro de si outra sugestão: não é a classe trabalhadora, mas a burguesia que era mais internacional, já que a sua educação e cultura por um lado, e os seus próprios interesses econômicos por outro, eram tais que a ela foi levada a agir cada vez mais internacionalmente. A história subsequente do capitalismo tem, mais do que qualquer coisa, sido uma história na qual a internacionalização da classe dominante tem avançado tão rápido quanto, ou mesmo mais rápido do que, àquela da classe trabalhadora. Por esta razão, como Jeff Frieden, Stephen Gill, Kees van der Pijl e outros mostraram, a CE (Comunidade Européia), a Comissão Trilateral e o G-7, dentre muitos outros, são exemplos da elite de coordenação transnacional para a melhor administração de ambas as economias, a nacional e a internacional.

³¹ Um exemplo óbvio desta interação é a indústria do petróleo onde, por um século ou mais, as grandes corporações influenciaram e utilizaram os Estados, em países produtores e consumidores, para avançar seus interesses: Simon Bromley, *American Hegemony and World Oil* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991). Para uma importante consideração da interação entre os bancos e o estado americano, ver Jeffery Frieden, *Banking on the World* (New York: Harper and Row, 1987). Para outro estudo revelador da política externa americana em termos de influência de negócios, ver David Gibbs, *The Political Economy of Third World Intervention*.

O quarto conceito central do materialismo histórico é aquele do conflito e do seu apogeu, a revolução. A maior parte da literatura sobre o marxismo, e dentro dele, tem-se preocupado com a questão do conflito nos níveis filosófico e metodológico, como refletido na questão da “dialética”. Esta é uma especulação questionável, uma relíquia da influência hegeliana sobre Marx e da visão comum do século XIX de que um “método” único para as ciências naturais e sociais podia ser determinado. O conflito é tomado aqui como um conceito histórico e social, pertencente às relações entre as diferentes classes e os outros grupos sociais e gerado pelas diferenças em posições socioeconômicas. O materialismo histórico não somente discute que tal conflito é inevitável, dadas as desigualdades de riqueza e posição econômica na sociedade contemporânea, mas também que é um fator dinâmico fundamental da política no sistema internacional e nas sociedades individuais.

O clímax de tais conflitos pode ocorrer de uma destas duas maneiras ou de uma combinação das duas: a guerra e a revolução. No marxismo, as guerras representam conflitos entre duas classes sociais rivais de características similares para obter o monopólio de mercados, de recursos e de territórios. Marx faz uma distinção entre as revoluções “políticas”, que somente mudam a forma do governo, e as revoluções “sociais”, que alteram o sistema de dominação de classe. Ele está preocupado com esta última. As revoluções representam conflitos entre classes sociais de diferentes caracteres, dentro de Estados particulares. As revoluções são eventos que, nascendo de conflitos profundos dentro de uma estrutura socioeconômica, levam a mudanças no caráter social dos Estados e a mudanças substanciais no caráter da política internacional. Longe de representar aberrações, colapsos ou interrupções da política normal, elas são difusas e pontos de transição centrais dentro da história das nações e da comunidade internacional em geral. Elas são, nas palavras de Marx, as “locomotivas da história”.³²

Se este princípio do materialismo histórico é estendido ao internacional, então ele sugere que a preocupação central das relações internacionais se torne não a segurança, e as ações do Estado-Nação dirigidas para aumentá-la e defendê-la, mas, pelo contrário, o conflito e as formas pelas quais ele é gerado, conduzido e resolvido. O conflito social, dentro e através de fronteiras, visando à riqueza e ao poder econômico, está presente na origem de inúmeros eventos internacionais.³³ Considerando-se a determinação histórica de Estados específicos

³² Isto é discutido em maior extensão no Capítulo 5.

³³ Para um exemplo esclarecedor da aplicação do método marxista a um evento histórico principal, ver Ernest Mandel, *The Meaning of World War* (London: Verso, 1986).

cos, torna-se necessário perguntar porque eles existem ou, mais precisamente, a partir de que conflitos históricos eles emergiram. O aparentemente mais pacífico dos Estados pode ter nascido de passados extremamente sangrentos: a história da tranquila Holanda é repleta de revoluções, invasões e guerras internas. No presente, o funcionamento regular da democracia na Alemanha e no Japão esconde o fato de que este sistema político foi imposto somente há duas gerações por meio de uma intervenção militar externa. Desde 1945, a repentina chegada de quase cem novos Estados no cenário mundial é freqüentemente exemplificada como uma mera adição numérica, uma expansão complicadora e diluidora do anterior sistema contínuo de Estados. O fato de que este processo foi um resultado dos intensos conflitos entre as colônias e o poder colonial e, como uma precondição fundamental, derivou do enfraquecimento dos impérios coloniais na Segunda Guerra Mundial recebe menos atenção do que deveria.

Marx tinha consciência disso na metade do século XIX. Escrevendo sobre o desafio ao equilíbrio de poder das cinco nações, a pentarquia, ele alertou sobre a presença de uma sexta grande potência, a revolução. Assim, o problema dominante da política internacional do século XX é percebido pela teoria das relações internacionais convencionais como sendo aquele da segurança, mas muito deste período pode também ser considerado como um de contenção do conflito intercapitalista e da revolução social. Em outras palavras, a administração do conflito social é a questão que mais tem preocupado os políticos e os analistas acadêmicos da política externa.³⁴ Como Arno Mayer mostrou, um evento internacional aparentemente neutro, como a Conferência de Paz de Versalhes em 1919, estava preocupado com a questão de agir contra a revolução e conter a desordem. Marx estava enganado ao emprestar nuances místicas e determinísticas à revolução (que acabaram sendo associadas a ela) e igualmente errado ao acreditar que alguma sociedade radicalmente diferente e emancipada emergiria de tais levantes. Entretanto, ele estava certo ao perceber o conflito social sobre a propriedade, o poder e os recursos como uma característica central da política e ao perguntar como tal conflito sustentava o aparentemente autônomo mundo da revolta política e do conflito internacional.

Em parte, Marx foi capaz de fazer isto pela introdução dos contextos material e histórico. Quando se diz que a política internacional busca uma “ordem”, deve-se perguntar “ordem” para quem e com quais interesses? Similarmente, quando é dito, como, por exemplo, por Hedley

³⁴Arno Mayer, *Politics and Diplomacy of Peace Making: Containment and Counter-Revolution at Versailles, 1918-1919* (New York: Knopf, 1967).

Bull, que a sociedade internacional é “anárquica”, isto tanto reconhece como evita a questão: há o reconhecimento quando se admite que existe um conflito e que ele é endêmico ao sistema internacional, mas se evita a questão quando se nega a existência de uma força subjacente a este conflito, além do sistema de Estados, e quando se localiza a coerência do sistema somente no âmbito de seus mecanismos ou das suas chamadas “instituições”, desenvolvidas para administrar este conflito. A afirmação da anarquia esconde o fato de que este conflito, incoerente na superfície, é produto de fatores que podem ser definidos e percebidos, mesmo se eles não podem ser controlados como gostariam os principais atores. Além disso, para o marxismo, o mais importante determinante não é a anarquia do sistema de Estados, mas a do mercado e do próprio capitalismo.³⁵

O tema do conflito possibilita a avaliação da importância da questão da vontade e da atividade humana consciente dentro do pensamento marxista. Marx enfatizou a importância da determinação socioeconômica e histórica: estas forças agem profundamente sobre os atores humanos e definem os limites do que eles podem atingir e as tendências de suas ações.

Outro tema central do materialismo histórico é o reconhecimento da esfera da necessidade e do poder de influência de fatores não reconhecidos em nosso comportamento. Neste sentido, Marx afirmou a importância de fatores sociais e históricos não-reconhecíveis ou de algumas formas tão poderosas quanto o inconsciente individual de Freud. Mas, como Freud, ele acreditava que a vontade humana e o objetivo de tornar o inconsciente explícito e consciente eram possíveis dentro de certos limites. Além disso, tal reconhecimento era um caminho não para a celebração do inevitável, do render-se face ao determinado, mas, pelo contrário, uma pré-condição para o exercício da liberdade que as circunstâncias permitem. Os grupos sociais poderiam mais facilmente mudar sua posição se percebessem a extensão dos fatores que determinavam a sua situação.

Similarmente, a possibilidade de que a ação alterasse o sistema existente de relações internacionais ou promovesse um conflito com algum sucesso, dependia de um reconhecimento comparável da necessidade. Os conflitos são, em larga medida, promovidos por atores que são cegos ou por aqueles que não podem atingir os objetivos que racionalmente colocam para si mesmos. Nas relações internacionais, esta “habilidade na história” em termos hegelianos encoraja o aparecimento de um sistema internacional que é imprevisível e anárquico ou um que é imutável: para ambos, o materialismo histórico forneceu uma explicação

³⁵Ver Rosenberg, *The Empire of Civil Society*, cap. 5.

alternativa e uma prescrição. Ele indicou um sistema internacional alternativo, mas que somente poderia ser atingido através de um esforço sustentado e de uma tentativa inexorável de reconhecer até que ponto os atores humanos permanecem prisioneiros das forças sociais e históricas que atuam sobre eles. Mais do que as outras teorias, foi o materialismo histórico que afirmou que a ação humana criou um mundo e, este mundo, era capitalista.

AS INIBIÇÕES DA TEORIA

Os quatro temas gerais considerados anteriormente fornecem um resumo, um tanto breve e inadequado, de uma possível abordagem materialista histórica para as relações internacionais e as suas implicações. Esse paradigma ainda não produziu o trabalho empírico em relações internacionais que seu potencial sugere, pois contém dificuldades maiores que inibem o seu desenvolvimento e intimidam os seus praticantes.

O mais poderoso fator inibidor do marxismo é o tom de sua abordagem geral, algo que dificultou seu desenvolvimento teórico e tornou seu entendimento pelos outros obscuro. Tal situação reflete o dogmatismo e a intolerância de parte da análise que aparece sob seu nome e, como uma parte dominante deste dogmatismo, a imanência de uma teleologia histórica: a crença de que a história estava/está movendo-se em uma direção particular, derradeiramente emancipatória. Este dogmatismo foi um produto de considerações políticas de muitos de seus praticantes e, em particular, dos governantes dos Estados comunistas e dos que os apoiaram. Ironicamente, ele iria fornecer o único conceito internacional defensável de validade geral produzido pelo comunismo: o da "correlação de forças". A "correlação de forças" era uma concepção dinâmica ampla das relações entre os blocos que combinava o militar com os fatores culturais, políticos e econômicos e era mais elaborado do que a alternativa do "equilíbrio de poder". Entretanto, ele estava errado a respeito da direção para a qual estava se movendo esta correlação.³⁶

Porém, o dogmatismo da maior parte do marxismo reflete algo mais do que a sua associação com o poder estatal ditatorial. Ele também é produto de fatores entranhados no próprio marxismo clássico e que nascem da crença na inevitabilidade da crise capitalista e do advento do socialismo. A consciência do determinismo produz um senso de retidão e, por esta razão, de intolerância. Tal atitude, presente como era

em Marx, é, em um certo sentido, completamente não-marxista, pois fornece às idéias uma permanência negada por sua própria contingência histórica e socioeconômica. Este dogmatismo, uma reafirmação inflexível de argumentos dentro de um certo paradigma, de forma alguma é específico ao marxismo, como bem o sabem os estudantes das relações internacionais e das outras ciências sociais. Contudo, ele é uma força poderosa e envolvente dentro do próprio materialismo histórico e que retardou seu crescimento, tornando mais fácil para os seus inimigos desconsiderá-lo ou distorcê-lo e ainda está longe de desaparecer. Não existe evidência maior disto do que as últimas reflexões sobre o "imperialismo" nas quais um conjunto de afirmações absolutas sobre o impacto dos países industrializados sob o Terceiro Mundo bloqueou a análise do que estava realmente acontecendo nestas sociedades e de suas possibilidades internas de mudanças.

A primeira das limitações das preocupações do marxismo refere-se ao próprio conceito de "determinação", o grau em que os eventos políticos ou atores, ou mesmo o próprio Estado, podem ser vistos como meras expressões da estrutura socioeconômica de uma sociedade. Este problema é tão relevante para as relações internacionais quanto é para qualquer outra área da atividade humana – a arte, a psicologia, o comportamento social, a filosofia. Enquanto os escritos dos marxistas "ocidentais" independentes foram capazes de escapar disto, a tendência em direção ao reducionismo deformou quase toda a análise marxista no último século. É mais produtivo, e empiricamente plausível, perceber a determinação como o fizeram os marxistas ocidentais: como um conjunto de limites e significados e não como algo absoluto que retira de todos os fenômenos não materiais o seu significado ou elimina a capacidade de ação individual para a mudança. Perceber tais componentes, sejam eles os indivíduos, os partidos, os governos ou as ideologias, fora de seu contexto socioeconômico é abstraí-los dos fatores que os fazem existir e lhes conferem vigor.

Outra área de inibição da teoria é ainda mais afetada por este problema geral da determinação socioeconômica: a autonomia relativa da política. Embora Marx, Engels, Lenin e seus sucessores tenham escrito copiosamente sobre a política, como eles eram ávidos praticantes, seus escritos sempre refletiam um problema profundo e não-resolvido sobre como analisá-la. Esse problema é pertinente tanto na análise da política doméstica, como na da internacional. A despeito de identificar as formas pelas quais os fatores socioeconômicos influenciam a política, os materialistas históricos freqüentemente não são bem sucedidos em explicar adequadamente o seu funcionamento, ou seja, o funcionamento da dimensão da política que não é simplesmente uma expressão do socioeconômico.

³⁶ Julian Linder, *Correlation of Forces: An Analysis of Marxist-Leninist Concepts* (Aldershot: Gower, 1988); Margot Light, *The Soviet Theory of International Relations* (Brighton: Wheatsheaf, 1988).

Os próprios escritos de Marx sobre a política de seu tempo revelam este problema, em meio à astúcia tática de sua observação. Em nenhuma parte, isso é mais evidente do que em seus escritos sobre os conflitos de grandes poderes em sua época, nos quais uma profunda hostilidade com a Rússia czarista o levou a uma teoria moralizadora e conspiratória que não possuía nenhuma relação substantiva com sua abordagem teórica mais geral. A ingenuidade de Lenin sobre o Estado revolucionário no início de 1917 e a sua desconsideração dos perigos de uma nova ditadura depois de 1918 ilustram a mesma fraqueza. A ilusão de que o Estado definiria em sua dimensão interna, isto é, *vis-à-vis* à sociedade é reproduzida na ilusão de que a divisão entre os Estados será superada pela interdependência capitalista ou pela revolução socialista.

Talvez o maior e mais eloquente exemplo desta subestimação do Estado seja a dificuldade permanente que os marxistas ortodoxos têm em explicar duas das suas duradouras características da política do século XX: o nacionalismo e a democracia capitalista. Pois, apesar de toda a retórica sobre a falsa consciência, a mistificação e a traição de liderança, estes fenômenos fundamentais representam um problema teórico para o marxismo. O primeiro, persistentemente, tem-se provado superior às lealdades de classe como um meio de mobilizar o apoio das massas, sem diferenças entre os oprimidos e os opressores. O último assegura a lealdade, ou pelo menos a aquiescência, da massa da população nos países capitalistas mais desenvolvidos por mais de meio século, com um uso limitado da coerção e da intimidação por parte das classes dominantes.

Estas dificuldades têm implicações importantes para o estudo das relações internacionais. Dentro das relações internacionais, existem várias subdisciplinas que se reúnem para compor a disciplina. Estas incluem o direito internacional, as instituições, a segurança, a tomada de decisão, as relações econômicas e a filosofia. Um reconhecimento teórico e prático equilibrado das determinações do socioeconômico e do histórico, sem abstraí-las de seu contexto e totalidade, passa pela percepção de que elas são, como na política doméstica, governadas por regras e tendências próprias que nem sempre podem ser reduzidas ao socioeconômico. Por exemplo, perceber a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) somente como uma aliança entre os Estados capitalistas, sem qualquer especificidade geográfica, cultural e histórica, seria tão enganoso quanto percebê-la, em termos de relações internacionais, como uma aliança *em geral* sem referência aos interesses socioeconômicos, ofensivos e defensivos, dos governos que a criaram e a sustentam. Similarmente, é possível analisar os Estados da OPEP como Estados produtores de petróleo inseguros, a maioria de Estados árabes do Oriente Médio, e como resultado de um desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo na época do

pós-guerra, com comportamento correspondente aos fornecedores de mercadorias em uma posição *monopolística*.

O MARXISMO ALÉM DA GUERRA FRIA

O materialismo histórico, portanto, é um corpo de conceitos que reivindica analisar a total extensão do comportamento social, incluídas as relações internacionais. Escritores trabalhando com sua abordagem teórica já produziram algumas análises específicas de questões e de eventos dentro das relações internacionais e criaram conceitos gerais que têm potencial para serem aplicados sistematicamente à disciplina. O materialismo histórico pode apresentar uma alternativa teórica e empírica para se trabalhar dentro da disciplina das relações internacionais, como até aqui convencionalmente constituída. Mas somente pode fazê-lo pelo reconhecimento do desafio que as próprias relações internacionais lhe colocam, como pelo necessário desenvolvimento de seu potencial analítico em resposta aos eventos e a algumas teorias alternativas do mundo contemporâneo.

Defender a relevância do materialismo histórico no encerramento da Guerra Fria e com o colapso do sistema comunista pode, à primeira vista, parecer perverso, se não desesperado. Tal empreendimento é possível por causa destas mudanças (e não apesar delas). A importância do materialismo histórico como um sistema explicativo nunca foi dependente do sucesso dos movimentos ditatoriais que diziam estar falando em seu nome, mas do que o capitalismo pode dizer que o seu sucesso dependeu dos regimes autoritários, racistas e beligerantes que produziu. A evolução separada e conflitante de um comunismo oficial e de um marxismo independente ao longo da maior parte do século XX é evidência suficiente disto. Além destas considerações, existe a possibilidade de que o materialismo histórico se torne mais relevante ainda como um sistema explicativo, pois, em sua origem e desenvolvimento, toma como ponto de partida e foco de análise o fenômeno que hoje, mais do que nunca, domina o mundo: o capitalismo.

O marxismo estava errado em declarar a iminência da alternativa revolucionária à sociedade capitalista e subestimou o potencial para a mudança e para a melhora dentro do capitalismo. Como iremos ver no Capítulo 9, a afirmação de que o capitalismo inevitavelmente leva à guerra pode-se tornar ela mesma histórica, uma reflexão sobre Estados que ainda não eram completamente democráticos. Entretanto, a dupla constatação de que o modo de produção fornece o contexto para a análise dos fenômenos políticos, nacionais e internacionais e de que o sistema capitalista é marcado por conflitos, perigos e fracassos, enraizados nestes fatores socioeconômicos, é tão válida hoje como o foi no passado.

Os capítulos que concluem este livro fornecem um conjunto de respostas a isso, explorando como uma abordagem materialista histórica pode oferecer explicações para a Guerra Fria e o seu desconfortável resultado. Com o fim da longa confrontação com o comunismo e da contínua compulsão de esconder as questões socioeconômicas, as RI podem agora admitir em que medida os interesses políticos e sociais específicos determinaram a sua agenda e a política externa dos Estados. Em tal contexto, o materialismo histórico, liberto do dogmatismo e da conformidade, pode tornar-se mais, e não menos, significativo dentro do estudo do internacional.

Capítulo 3

O ESTADO E A SOCIEDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O IMPASSE SOBRE O ESTADO

Desde o início dos anos 1970, a maior parte do debate teórico dentro das relações internacionais enfocou a questão do Estado. Algumas discussões foram sobre a sua primazia analítica como o ator constitutivo nas relações internacionais, enquanto outras enfocaram as questões normativas, sobre o grau em que ele pode ser considerado como o principal fíador do que é bom, dentro e entre os Estados. O realismo “Estado-cêntrico” reafirmou posições tradicionais sobre o Estado e tem, através da emergência do neo-realismo, afirmado novas idéias, especialmente no campo das relações econômicas internacionais. Outros paradigmas desafiaram a primazia do Estado, seja pela afirmação do papel dos atores não-estatais, como as teorias da interdependência e do transnacionalismo, seja pela afirmação da primazia dos sistemas globais e das estruturas sobre atores específicos, estatais ou não-estatais. Todas essas três abordagens foram influenciadas por tendências mais amplas dentro da ciência política: o realismo pela teoria política dominante; o transnacionalismo pela rejeição pluralista e behaviorista do Estado em favor do estudo das ações; e o estruturalismo pelas teorias de determinação socioeconômica.

No final dos anos 1980, entretanto, pareceria que este debate dentro das relações internacionais havia chegado a um impasse. Os três paradigmas, com suas muitas variações e reformulações, permaneceram vigorosos e a quantidade de seus partidários aumentou e diminuiu com o desenvolvimento profissional e o modismo intelectual.¹ Contudo, não havia nenhum sinal de que qualquer um deles poderia

¹A defesa da diversidade de paradigmas é energeticamente feita em *Against Method* (London:

ou iria prevalecer sobre os outros. Os que desafiavam o realismo ainda buscavam refutá-lo e substituí-lo, enquanto os seus partidários procuravam demonstrar a inadequação de tal contestação¹. A procura por um paradigma único, para a “normalidade” definida em termos humianos, produziu uma situação de pluralismo estéril e insatisfatório.

Todavia, pode-se considerar que a pluralidade de paradigmas é, na verdade, uma indicação de que a disciplina é saudável e não um bloco monológico do qual são excluídos outras perspectivas, programas de pesquisa, conceitos e fatos. Poucos estudiosos das RI e das outras ciências sociais desejam voltar para o mundo exclusivo e clorofórmico de muitas ciências sociais dos anos 50, no qual um paradigma reinava com autoconfiança institucionalizada. Além disso, pode-se discutir que buscar refutar um paradigma com base em uma visão intelectual estreita é uma aventura inútil, já que as razões de atração e vigor de uma determinada abordagem são múltiplas e incluem a sua coerência intelectual, o seu apoio institucional e as influências das tendências e do senso comum das ciências sociais e de sua época.²

Entretanto, aceitar a legitimidade e a inevitabilidade do pluralismo paradigmático não elimina a necessidade de explorar as razões de sua diversidade teórica, mesmo que nem todos os paradigmas possam igualmente ser tratados como válidos: no caso do debate sobre o Estado é pertinente indagar por que ele avançou tão pouco nas últimas três décadas, não houve qualquer resultado ou abertura de terreno. Uma das razões para isso, presente no trabalho de Kuhn e de seus seguidores, é a percepção de que os paradigmas e seus argumentos não podem ser comparados porque empregam diferentes conceitos e sistemas conceituais, perguntam diferentes questões e selecionam diferentes fatos.³ As explicações que um paradigma irrefutável oferece para as “anomalias” ou para as outras tendências no mundo real podem ser vistas por outros paradigmas como ameaças à sua validade: assim, os realistas podem incorporar

Verso, 1975) de Paul Feyerabend. A teoria anarquista de Feyerabend de que qualquer paradigma é “válido” é implausível, mas a sua demonstração dos benefícios da competição entre paradigmas e dos muitos fatores “não-científicos” que atuam no desenvolvimento científico e na aceitação de paradigmas é convincente.

²Uma discussão notável é aquela de Stanley Hoffman ‘An American Social Science: International Relations’, *Daedalus*, v.106, n.3, October 1977. Hoffman evita a tendência de alguns outros que criticaram a maneira como uma certa ortodoxia norte-americana tem dominado as relações internacionais: colocar a questão em termos nacionais como uma abordagem “americana”. O que ambos, os expoentes ortodoxos das relações internacionais e os seus críticos nacionalistas, escondem é a existência de uma imensa diversidade dentro da literatura americana e que é a negação desta diversidade que constitui o problema real com a apresentação americana ortodoxa.

³Sobre a incomensurabilidade ver T.S Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (Chicago: University of Chicago, 1970) p.148ff.

as corporações multinacionais (CMNs), os teóricos da interdependência, a contínua importância do papel das questões de segurança e os estruturalistas, a ascensão dos novos países industrializados (NPIs). Como Kuhn escreveu: “Todas as teorias historicamente significativas concordaram com os fatos, mas somente mais ou menos”. Portanto, o impasse sobre o Estado é, em parte, produto de um impasse teórico muito mais profundo que determina a ausência de disputas sobre a questão. Uma segunda razão que pode ser identificada em parte da literatura sobre a economia política internacional é que o desenvolvimento de perspectivas sobre o lugar dos Estados nas relações internacionais tem sido um processo contraditório que nem confirma e nem refuta a mais simples das análises realistas ou não-realistas. Neste sentido, se são identificadas inúmeras maneiras pelas quais o Estado perdeu a sua proeminência, também são apontadas várias outras que provam a sua manutenção e fortalecimento: ou seja, a posição do Estado foi enfraquecida e fortalecida e nenhuma resolução empírica ou teórica desta questão é possível. Se os realistas parecem excessivamente complacentes ao afirmar que pouco ou nada realmente mudou, seus opositores freqüentemente superestimam o grau em que os Estados não são mais os atores centrais (isso aparece tanto em suas análises do presente curso das relações internacionais como em suas tendências de extrapolar as tendências atuais para prever um futuro desejável aparentemente próximo no qual onde não existiria o Estado). Porém, a compreensão teórica deste processo contraditório de fortalecimento/enfraquecimento do Estado pode levar-nos além da atual polarização.

Contudo, existe uma terceira razão para o impasse que penetra no âmago das relações internacionais, nos conceitos que a sustentam, nos programas de pesquisa por elas gerados e na sua relação com as outras disciplinas dentro das ciências sociais: a questão da definição de “Estado” que é utilizada. Algumas vezes parece que os teóricos das relações internacionais estão trabalhando com os conceitos dos antigos teóricos políticos. Apesar de não reconhecidos pelas relações internacionais, nos últimos 20 anos também existiram debates paralelos sobre o funcionamento do Estado dentro da sociologia e do marxismo. Mais relevante ainda, ao mesmo tempo em que os inovadores e defensores de novos paradigmas para as relações internacionais buscaram rejeitar ou reduzir a importância do Estado (sem defini-lo), na sociologia as mesmas correntes “inovadoras” buscaram reexaminar o Estado e reafirmar sua centralidade nos contextos histórico e contemporâneo, enquanto o debate marxista abordou não o desaparecimento do Estado, mas a sua relação com as classes sociais.⁴ Está ocorrendo uma mudança fundamental

⁴Ralph Miliband, *The State in Capitalist Society* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1969) é a análise clássica desta questão. Para uma visão dos debates subsequentes, ver Bob Jessup, *The Capitalist State* (Oxford: Martin Robertson, 1982).

em favor do Estado. O título de uma coleção de ensaios sociológicos sobre esta questão, *Bringing the State Back In*,⁵ resume o debate e contém artigos de muitos de seus principais analistas, sugere um desenvolvimento contrário, mas extremamente relevante para a disciplina das relações internacionais que tem consideráveis implicações para a discussão sobre esta questão, involuntariamente auto-centrada. Igualmente, o debate marxista desconsidera qualquer contraposição entre os atores estatais e não-estatais. Tais desenvolvimentos sugerem que o debate sobre o Estado dentro das relações internacionais deve ser reconsiderado por meio do estudo destas discussões paralelas e pelo questionamento da definição exclusiva de Estado a partir da qual a maior parte do debate nesta área tem girado. Não devemos discutir se somos ou não “Estado-cêntricos”, mas sobre o que queremos dizer com Estado.

O renascimento da teoria do Estado é particularmente relevante para os que afirmaram que o termo deveria ser abandonado. Em uma sucessão de livros e artigos publicados a partir da metade dos 1980, Yale Ferguson e Richard Mansbach debateram que o conceito de “Estado” é tão confuso e inapropriado que não pode fornecer uma base para trabalho teórico sobre as relações internacionais. Apesar de estarem certos ao chamar a atenção para a multiplicidade de significados associados ao Estado, eles não se justificam em muitos de seus outros argumentos ou conclusões. Por um lado, não há nada inerente ao conceito de Estado, como definido abaixo, que impeça a discussão das várias formas de poder estatal e de alocação de valor, por eles destacadas. Por outro, eles passam ao largo, na verdade, falham seriamente em engajar-se com a literatura sobre o Estado que se desenvolveu dentro da literatura sociológica e produziu inúmeros trabalhos exatamente quando eles estavam declarando que o conceito não poderia ser utilizado. A reivindicação de que o termo “Estado” necessariamente tem conotações normativas é bastante infundada. Sua tentativa de relacionar a inutilidade do conceito de “Estado” a uma crise mais ampla na teoria das RI é igualmente errada, por ser sustentada

⁵Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer and Theda Skocpol (eds) *Bringing the State Back In* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985). Dentre outras contribuições, ver John Hall e John Ikenberry, *The State* (Milton Keynes: Open University Press, 1989); John Hall, *Power and Liberties* (Harmondsworth: Penguin, 1986); John Hall (ed.) *States in History* (Oxford: Basil Blackwell, 1986) e sua participação ‘State’ em Joel Krieger (ed.) *The Oxford Companion to Politics of the World* (Oxford: Oxford University Press, 1993); Michael Banks e Martin Shaw (eds.) *State and Society in International Relations* (London: Harvester/Wheatsheaf, 1991); e Anthony Giddens, *The Nation State and Violence* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985). Giddens, p.17, distingue os dois significados de Estado, mas não vê isto como colocando um problema central. Uma discussão recente das implicações do trabalho de Giddens para as relações internacionais é encontrada em Linklater, *Beyond Realism and Marxism*, *passim*.

no questionamento da escolha do método e na indeterminação do conceito. A eliminação do conceito de “Estado”, segundo as conclusões encaminhadas por estes trabalhos, não acarretaria o surgimento de novas relações internacionais, mas somente mais confusão.⁶

DEFINIÇÕES EM OPOSIÇÃO

À primeira vista não é óbvio que existe um problema sobre a definição do Estado nas relações internacionais, pela simples razão de que a distinção operacional é implícita e não convencionalmente sujeita à extensa análise teórica ou empírica. Na verdade, é paradoxal que um conceito tão central à toda disciplina tenha escapado de uma discussão como esse o fez. Podem ser encontradas muitas discussões sobre a guerra, a soberania, as instituições e assim por diante, mas pode-se procurar em vão nos livros por discussões semelhantes sobre o Estado. Os teóricos das relações internacionais supõem que nós sabemos o que ele é: Bull, que é uma comunidade política; Waltz, que é, na prática, uma co-extensão da nação.⁷ Como um todo, as relações internacionais consideram como dada uma definição específica: o que se pode classificar de totalidade nacional-territorial. Assim, o “Estado” (Grã-Bretanha, Rússia, América, etc...) abrange em forma conceitual o que é percebido visualmente no mapa político – o país como um todo e tudo o que está dentro dele: o território, o governo, o povo e a sociedade. A melhor síntese desta percepção é encontrada no capítulo introdutório de *The International Political System* de Northedge:

Um Estado, no sentido utilizado neste livro, é uma associação territorial de pessoas reconhecida para os propósitos do direito e da diplomacia como um membro legalmente igual do sistema de Estados. Na realidade, é uma forma de organizar as pessoas com o propósito de participar do sistema internacional.⁸

⁶Yale Ferguson e Richard Mansbach, *The Elusive Quest: Theory and International Politics* (Columbia, SC: University of South Carolina Press, 1988), Capítulo 5: ‘The state as an obstacle to international theory’; Ferguson e Mansbach, *The State, Conceptual Chaos and the Future of International Relations* (London: Lynne Reiner, 1989); Ferguson e Mansbach, “Between celebration and despair: Constructive suggestions for future international theory”, *International Studies Quarterly*, v.35, n.4, December 1991. As “sugestões construtivas” revelam-se como idéias gerais – ser historicamente consciente, etc. – e são pouco mais do que uma lista de prescrições ao acaso.

⁷Hedley Bull, *The Anarchical Society* (London: Macmillan, 1977) p. 8; Kenneth Waltz, *Man, The State and War* (New York: Columbia University Press, 1954) p.172-8.

⁸F.S Northedge, *The International Political System* (London: Faber & Faber, 1976) p. 15. Uma consideração mais recente desta posição clássica pode ser encontrada em Alan James, *Sovereign Statehood* (London: Allen & Unwin, 1986). James apresenta o conceito de Estado diretamente, usando-o para abranger “território, pessoas e um governo” (p. 13).

Não é discutido pelos que defendem este conceito, especialmente pelos realistas, que tal Estado existe empiricamente, mas somente que esta abstração, derivada da teoria política e do direito internacional, é heuristicamente a mais adequada para as relações internacionais.⁹ Em outras palavras, a teoria sustentada sobre este conceito é a que explica mais sobre as relações internacionais e deve, portanto, ser mantida. Esta é uma razão válida para manter a abstração: a questão não é se ela fornece uma base para a explicação, mas, ao invés disso, quão adequada é a explicação que ela fornece. Deveria ser evidente que, uma vez aceito este conceito, por definição, a questão dos atores não-estatais é prejudicada.

O conceito alternativo de Estado, utilizado em muitos escritos sociológicos recentes e no debate marxista, é mais limitado. Ele representa não a totalidade social-territorial, mas um conjunto específico de instituições coercitivas e administrativas, distinto do contexto político, social e nacional mais amplo no qual se insere. Influenciada pela tradição alemã de Max Weber e Otto Hintze, Skocpol define o Estado como “um conjunto de organizações administrativas, políticas e militares encabeçadas e mais ou menos bem coordenadas por uma autoridade executiva”.¹⁰ Muitas definições alternativas do Estado podem ser fornecidas dentro desta abordagem sociológica. Entretanto, este conceito de instituições coercitivas e administrativas serve para apresentar um conceito bastante diferente de Estado e para sugerir uma maneira alternativa pela qual o conceito pode ser incorporado dentro da discussão das relações internacionais.

Dentro da discussão sociológica do Estado que emergiu ao longo das últimas décadas, muitos problemas continuam sem solução. Um é a questão de como delimitar a extensão do Estado: se o Estado é percebido como um mecanismo para dominar, regular e reproduzir uma sociedade sob dadas relações sociais então emerge a questão de onde localizar as instituições que são formalmente independentes, mas que também são influenciadas pelo Estado e acompanham as suas funções regulatórias e reprodutivas: as escolas, as universidades, as igrejas e, em, alguns de seus papéis, a família. O debate sobre a concepção de Althusser dos estabelecimentos educacionais como Aparatos Ideológicos do Estado foi um exemplo disso¹¹. Um segundo debate, bem representado em *Bringing the State Back In*, diz respeito à “autonomia” do Estado: uma vez que o Estado é visto como institucionalmente distinto da soci-

⁹Este é o argumento de Cornelia Navari em sua introdução à *The Condition of States* (Milton Keynes: Open University Press, 1991) p.11-15. Sua percepção dos diferentes significados do Estado não é repetida nos capítulos de seus outros contribuidores.

¹⁰Theda Skocpol, *States and Social Revolutions* (Cambridge: Cambridge University Press, 1979) p. 29.

¹¹Louis Althusser, ‘Ideology and ideological state apparatuses’ em *Lenin and Philosophy* (London: New Left, 1971).

idade, nasce a questão dos limites dentro dos quais ele pode agir autonomamente e representar valores separados daquela sociedade, mesmo que no final seja por ela constrangido. O conceito institucional de Estado é, em parte, uma forma de resistir àquelas teorias marxistas que vêem o Estado como, em maior ou menor medida, uma expressão do interesse de classe ou econômico. O grau em que aqueles no poder podem perseguir políticas contra os aparentes desejos da maioria da sociedade (pela imposição de reformas ou fazendo guerras que são impopulares e destrutivas) coloca esta questão da autonomia bastante claramente. Uma explicação é que o Estado tem os interesses estratégicos de longo prazo da sociedade em mente. Para alguns, como Skocpol, existe uma área distinta de autonomia que é bastante fortalecida pelo papel internacional do Estado. Um marxista como Fred Block também tem esta posição.¹² Para muitos, como Robert Brenner, uma divisão de trabalho entre a administração societária e a propriedade privada não deveria ser confundida com qualquer autonomia real e a teoria marxista do Estado como instrumento de classe permanece válida.¹³ Um terceiro debate, localizado especificamente dentro da tradição sociológica marxista, referiu-se à relação do Estado contemporâneo com o capitalismo e às classes. Indo além da visão marxista-leninista inicial do Estado como um mero instrumento de dominação de classe, este debate gerou várias teses alternativas a esta abordagem, saindo da lógica do capital para chegar àquela que destaca a administração dos conflitos interelite, à abordagem influenciada por uma leitura de Gramsci de acordo com a qual a função do Estado é manter a hegemonia de classe em todas as suas dimensões – a coercitiva, a administrativa, a regulatória e a ideológica. Esta teoria alternativa, geralmente descrita como “estrutural”, atribui ao Estado um grau muito maior de autonomia.

A diferença entre estas duas concepções de Estado reflete-se na linguagem do dia-a-dia. Nas discussões sobre o território, fazemos uma distinção entre o território do Estado, em seu sentido mais geral, e as áreas de terra que são propriedade do Estado, em seu sentido institucional. Similarmente, diferenciamos a população e a população trabalhadora de um Estado da porcentagem daquela população que está diretamente empregada pelo Estado. Em revoluções, o Estado institucional é derrubado, mas o Estado total permanece. Todavia, muito do debate das relações internacionais parece envolver uma confusão destes dois significados. Assim, quando os críticos do marxismo dizem que ele é uma forma de realismo por

¹²Fred Block, ‘Beyond relative autonomy: State managers as historical subjects’, *Socialist Register*, 1980.

¹³Robert Brenner, ‘The “Autonomy” of the State’, Isaac Deutscher Memorial Lecture, London School of Economics, 21 de Novembro de 1986.

ser “Estado-cêntrico” isto mistura os dois conceitos de Estado: os marxistas usam o termo “Estado” de uma forma muito diferente da realista. O resultado é o domínio do conceito de totalidade, porque a própria definição envolvida impede outras áreas de investigação teórica. Isto é o que um paradigma deve fazer: os realistas defendem, e podem fazê-lo, que as questões e dados identificados como relevantes por outros paradigmas são relativamente insignificantes.

Se o conceito sociológico tem maior potencial analítico e explicativo do que o de totalidade nacional-territorial é uma questão a ser discutida. Mesmo assim, seja qual for o julgamento final sobre este assunto, duas oposições são imediatamente evidentes. A primeira é que, para uma disciplina preocupada com a interpretação da realidade, o conceito sociológico é uma abstração ideológica similar à da totalidade de nacional territorial. O conceito normalmente utilizado nas relações internacionais não é simplesmente uma conveniência analítica e possui várias suposições legais e de valor (isto é, que os Estados são iguais, que eles controlam seu território, que eles coincidem com as nações e que eles representam suas próprias populações). Na verdade, o conceito convencional de Estado soberano nas relações internacionais não poderia ser menos “realista”. Uma segunda oposição relevante é que a abordagem sociológica nos permite colocar com maior clareza a questão da efetividade da dimensão internacional; isto é, como e por que a participação na esfera internacional aumenta e fortalece os Estados e, em particular, por que lhes dá condição de agir mais independentemente das sociedades que governam. Esta característica mais central do mundo moderno, que os Estados podem ser menos suscetíveis a, e representativos de, suas sociedades precisamente por causa de seu papel internacional é desconsiderada, *ab initio*, pelas suposições do conceito “nacional-territorial”.

O mínimo que pode ser dito, portanto, é que uma conceitualização alternativa do Estado permite questões analíticas e caminhos de pesquisa muito diferentes daqueles possíveis dentro da abordagem da totalidade. Em primeiro lugar, esta definição alternativa de Estado abre um conjunto de distinções conceituais que estão confusas e misturadas na literatura das relações internacionais, mas que precisam ser identificadas para se perceber com maior clareza a relação Estado-sociedade. O próprio conceito de “internacional” tem, como muitos críticos apontaram, dificultado a questão ao confundir as relações entre as nações com o que usualmente são as relações entre Estados. Sintomaticamente, o clássico de Morgenthau, *Politics Among Nations*, como as próprias Nações Unidas, possui o nome errado.

Uma distinção é aquela entre o Estado, neste sentido sociológico, e a sociedade, isto é, as inúmeras instituições, indivíduos e práticas que existem além do controle direto e financiamento da enti-

dade central.¹⁴ A própria sociedade não é homogênea, abrangendo diferentes classes sociais, grupos étnicos e de interesse, cujo acesso ao Estado é determinado pelo seu poder, riqueza e habilidade política. A relação Estado-sociedade é, portanto, variável: é aqui que o debate marxista tem sido mais pontual e onde muitos marxistas criticaram a abordagem institucional.¹⁵

Uma segunda distinção existe entre o Estado e o governo, isto é, entre o conjunto do aparato administrativo e o pessoal executivo formal em posição de controle supremo. O discurso político convencional considera que estes são idênticos, assim como o par Estado-governo é considerado como representando a sociedade como um todo. Assim, em seu uso ortodoxo, as indicações “primeiro-ministro”, ou “presidente” de um país são prontamente substituídas pelo nome do próprio país: “A posição da Grã-Bretanha sobre o desarmamento é...” etc. Entretanto, a distinção Estado-governo pode, em algumas situações, tornar-se de considerável relevância à medida que elementos dentro de um Estado resistem ou ativamente se opõem às políticas do governo. Isto pode assumir formas relativamente inócuas (vazamentos para a imprensa, atraso de medidas, arranjos na agenda) ou críticas, culminando na mais extrema das contradições Estado-governo, o *coup d'état* militar.

Uma terceira distinção central é entre o Estado e a nação. O termo “Estado-nação”, baseado em uma suposição de homogeneidade étnica e representatividade política é, em termos empíricos, inapropriado ao mundo moderno. Os Estados coercitivos podem não representar a nação (a sociedade que eles governam); onde existe diversidade étnica, como na maioria dos Estados do mundo, o Estado pode representar mais os interesses de um grupo nacional do que de outros. Portanto, está aberta a questão de até que ponto o Estado representa a nação. Apesar da análise de política externa ter desafiado esta fusão realista dos termos, ela não apresentou uma conceitualização alternativa de Estado.¹⁶

Além disso, a abordagem sociológica sugere uma visão alternativa e menos benigna das origens dos Estados. Antes de mais nada, sua ênfase é sobre o Estado como um instrumento de coerção e exploração das populações sujeitadas e rivais. Como Tilly mostrou, com base na investigação histórica, os Estados europeus começaram como instrumen-

¹⁴Qualquer conceito de ‘sociedade internacional’ pressupõe um conceito de sociedade doméstica. Sobre isto, ver Capítulo 4.

¹⁵Paul Cammack, ‘Bringing the State Back In?’, *British Journal of Political Science*, v.19, April 1989.

¹⁶As implicações de longo prazo da análise de política externa podem desafiar a totalidade predominante do conceito de Estado: mas muito da literatura tem operado dentro de uma estrutura behaviorista que ignora a relevância do escrito sociológico sobre o Estado ou que se tornou restrita pelo fetichismo da tomada de decisão como um fim em si mesma.

tos de subjugação, como redes de proteção.¹⁷ Ao longo dos séculos, pode ser que estas redes tenham desenvolvido uma função mais representativa, mas isto é contingente, algo que varia de país para país e um processo que pode não estar completo. Deve-se lembrar que o princípio de “uma pessoa-um voto” só foi introduzido nos principais Estados ocidentais a partir da Segunda Guerra Mundial.¹⁸ Nas discussões sobre a ascensão do sistema moderno, negligenciar o fato de que em suas origens as principais funções dos Estados eram a conquista de bens e territórios, a subjugação de populações e a guerra contra rivais, implica afirmar que os Estados já eram representativos desde 1648.

Um terceiro tema central, levantado na Introdução, é que os Estados e a sua organização interna desenvolveram-se em um contexto mundial-histórico, isto é, em interação, e imitando outros Estados. Longe da constituição interna dos Estados e das sociedades ser imune (pelo menos até recentemente) aos fenômenos do internacional, esta dimensão forneceu o seu contexto e a sua influência formativa – igualmente, isto se aplica a maior parte dos Estados pós-coloniais e, portanto, moldados por esta experiência prévia, mas também aos Estados europeus. A economia mundial, a reforma, os valores da legitimidade e, acima de tudo, as pressões da competição econômica e militar indicam isto.¹⁹ Isso é tão importante na crítica marxista (como em Giddens e Mann), quanto em uma teoria internacional alternativa ao realismo, que deriva o sistema dos Estados.

O quarto tema constitutivo refere-se ao peso dos Estados na formação das sociedades: da consciência nacional, das ideologias nacionais que transformam conjuntos de pessoas em nações, em economias nacionais. Os Estados sempre desempenharam papéis em moldar as economias, não somente através do planejamento, da taxação e da promoção dos setores

¹⁷Charles Tilly, ‘War making and state making as organised crime’ em Evans et al (eds.) *Bringing the State Back In* e Charles Tilly (ed) *The Formation of National States in Europe* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1975). Para uma exposição brilhante do papel da violência na constituição dos Estados modernos, ver J.B Barrington Moore, *The Social Origins of Dictatorship and Democracy* (London: Allen Lane, 1966).

¹⁸Goran Therborn, *What Does the Ruling Class do When it Rules?* (London: New Left, 1978) fornece uma pesquisa esclarecedora sobre o relacionamento entre os fatores externos e o funcionamento do aparato estatal.

¹⁹Felix Gilbert (ed.) *The Historical Essays of Otto Hintze* (New York: Oxford University Press, 1975) nos Capítulos 4 a 8 fornece uma análise histórica detalhada da relação entre a formação individual do Estado e a competição internacional entre os Estados na história européia moderna. Para um estudo esclarecedor do impacto dos fatores políticos internacionais sobre as políticas econômicas dos Estados, ver Gautam Sem, *The Military Origins of Industrialization and International Trade Rivalry* (London: Frances Pinter, 1984). Karl Polany, *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time* (Boston: Beacon Press, 1957) fornece uma visão da história dos séculos XIX e XX com uma inclinação similar.

ligados ao interesse nacional, especificamente o militar, mas também pela sua regulação através da legislação sobre o que é ou não legítimo e por meio dos mecanismos financeiros dos bancos centrais. Independentemente de sua origem e natureza, o capital internacional no final do século XX reconhece os poderes regulatórios dos Estados. Em nenhum lugar isto é mais evidente do que nas flutuações dos mercados de capitais provocadas pelos resultados eleitorais dos principais Estados ocidentais e pelas mudanças em poderes regulatórios e do que no nervosismo das bolsas de valores com a indicação de um novo presidente de banco central. Seria fácil ignorar pesquisas pré-eleitorais ou novas formas de regulamentação se as políticas dos Estados britânico, japonês e americano não afetassem os mercados de capitais. Ao considerar que o papel dos Estados na economia é limitado a sua propriedade formal de serviços produtivos e financeiros, a maior parte da literatura comete uma falácia e ignora os poderes muito mais amplos que historicamente estes Estados têm mantido, e mantêm, *vis-à-vis* suas economias.

Finalmente, existe um importante conjunto de questões ligado à composição interna do Estado e a sua relação com a sociedade que é levantado pela sociologia histórica. Como Michael Mann mostrou, a questão da capacidade dos Estados, de como os Estados administram suas populações e seus territórios e dos muitos mecanismos para impor e estender controle, é uma das que mais produz resultados na investigação comparada e histórica.²⁰ Esta abordagem liberta o estudo do Estado do conceito de soberania, da suposição de que o Estado tem o monopólio do poder e legitimidade dentro de um território delimitado e, ao invés disso, pergunta como, até que ponto e com quais mudanças este controle se desenvolveu. A premissa de vários trabalhos de relações internacionais é a de que o Estado é soberano ao controlar efetivamente o território e a população sob seu governo. Entretanto, isto é uma simplificação empírica, mesmo para o mais eficiente dos Estados. Ela impede a análise de como o controle é exercido e desenvolvido e como outros fatores, incluindo os internacionais, podem modificar e afetar a capacidade de controle de um Estado.

Estes temas amplos, recorrentes em grande parte da literatura sociológica e histórico-sociológica recente, sugerem áreas nas quais o conceito alternativo de Estado pode afetar o estudo das relações internacionais. Abaixo, seguem algumas sugestões mais específicas de como, dado este paradigma alternativo, o estudo das relações internacionais pode ser desenvolvido.

²⁰Michael Mann, *The Sources of Social Power*, vol. 1 (Cambridge: Cambridge University Press, 1976); ‘The autonomous power of the state: Its origins, mechanisms and results’ em John Hall (ed.) *States in History* (Oxford: Basil Blackwell, 1988), especialmente Capítulo 1.

O ESTADO COMO ATOR DOMÉSTICO E INTERNACIONAL

Dentro desta literatura, o tema mais significativo para as relações internacionais é a percepção da ação do Estado em duas dimensões: a doméstica e a internacional. O Estado compete com os outros Estados para mobilizar recursos internamente e usa o seu papel internacional para consolidar a sua posição domesticamente. Por exemplo, um Estado pode apropriar-se de território, ir à guerra, buscar um acordo de controle de armamentos para ganhar vantagem doméstica, enquanto pode promover a industrialização, introduzir a mudança educacional, aumentar impostos ou tratar melhor uma minoria étnica para atingir objetivos internacionais. Conduzida com sucesso, esta política em duas frentes pode funcionar para beneficiar o Estado e é evidente que os que controlam o poder têm muitas vantagens perseguindo-a. Entretanto, esta dupla dimensão envolve grandes riscos. Um Estado que coloca pressão indevida sobre a sua sociedade para mobilizar recursos para a competição internacional pode provocar uma reação intensa e ser derrubado.²¹ Alternativamente, a busca de uma política domesticamente vantajosa pode levar o Estado a conflitos destrutivos com outros Estados. Contudo, bem-sucedida ou não, esta perspectiva bidimensional sobre a política estatal indica que para todos os atores dentro de uma sociedade específica a dimensão internacional é importante para a condução de políticas e a promoção de conflitos. Aqueles que controlam o poder no Estado e aqueles a ele associados irão disponibilizar recursos internacionais para conter ameaças domésticas. Estes recursos podem ser militares, incluindo tropas aliadas; econômicos, fornecidos por uma corporação multinacional ou pelas instituições internacionais como ajuda aos detentores do poder estatal; ou políticos, na forma de apoio moral, tratados ou alianças com Estados amigos. Muito nas relações internacionais pode ser percebido, portanto, como uma internacionalização dos conflitos domésticos, das relações entre o Estado e a sociedade. Aqueles que se opõem aos Estados também buscam tais contatos internacionais e têm, através da história moderna, feito bastante uso desta dimensão. Certamente existe espaço para o estudo das forças anti-sistêmicas nas relações internacionais e para um estudo substancial de como os que se opõem aos Estados estabelecidos têm condições e poder de internacionalizar apoios. Entretanto, a realidade parece ser que, assim como nos conflitos puramente domésticos, o Estado e os seus defensores têm uma vantagem distinta e podem mobilizar recursos, dentro e além das

fronteiras, muito mais do que os seus desafiadores. Aos últimos, frequentemente faltam recursos e acesso aos mecanismos para uma apropriada, e suficientemente poderosa, integração internacional à atividade anti-sistêmica.²² O Capítulo 2 sugere que a teoria da internacionalização das classes de Marx pode ser aplicada tanto, ou mais, às classes dominantes do que às dominadas.

A perspectiva sociológica sobre o Estado indica a necessidade de estudar, em um contexto comparativo e histórico, como o funcionamento internacional do Estado afetou os mecanismos internos do próprio aparato estatal. Nos estudos de Hintze, este tema sobre a formação do Estado envolve o exame de como as suas atividades internacionais (a guerra, a apropriação territorial e a diplomacia) afetaram a origem social do funcionário do Estado, o predomínio de alguns ramos administrativos em seu interior, os valores destes funcionários, o tamanho e o financiamento do Estado. O papel dos elementos militares (do exército como um todo ou de comandantes individuais) dentro de Estados e sociedades é o exemplo mais eloquente da determinação internacional na formação do Estado. A manutenção da influência aristocrática dentro dos Estados europeus mesmo com a eliminação do poder baseado na terra em algumas sociedades é um indicador de como a diplomacia afetou o Estado como um todo. A adoção de um papel global pelo Estado americano no pós-45 levou alguns críticos liberais a sugerir a existência de um "Estado de segurança nacional" nos Estados Unidos. Em termos gerais, este é um argumento unilateral, já que a Guerra Fria coincidiu com a extensão e não com a redução da democracia nos EUA:²³ mas o aumento do poder do presidente, o fluxo e refluxo dos controles congressionais, a ascensão de novas burocracias com funções internacionais (a Agência Central de Inteligência, o Conselho de Segurança Nacional) e o novo caráter do Departamento de Estado são todos exemplos do impacto da esfera internacional no aparato estatal. Além disso, não necessariamente as ideologias e os funcionários do Estado refletem somente as mudanças no mundo externo: a permanente influência do passado de grande poder colonial, mesmo no pós-45, sob o Estado britânico e os seus funcionários é evidência suficiente. Em Estados revolucionários sitiados, onde a sobrevivência é incerta a cada mês, para os que estão no poder garantir a proteção contra a invasão e a subversão é um enorme peso na alocação de tempo e de recursos e afeta a concepção do que é a discordância legítima.

²¹Uma pesquisa pioneira dos acessos internacionais relativos das classes hegemônicas e dominadas é a de Carolyn Vogler, *The Nation State* (Aldershot: Gower, 1985).

²²Goran Therborn, "The rule of capital and the rise of democracy", *New Left Review*, n.103, May-June 1977. Como Therborn aponta, o princípio de "uma pessoa-um voto" não foi efetivo nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha até 1960.

²¹Skocpol, *States and Social Revolutions*, Capítulo 1.

OS INTERESSES ESTATAIS E AS FORÇAS SOCIAIS

Igualmente, a relação do Estado com a sociedade é constantemente afetada pelo internacional. Isto aparece claramente em todas as quatro dimensões que Michael Mann viu como constitutivas do poder estatal: a ideológica, a militar, a administrativa e a política. Os benefícios econômicos do imperialismo para o Estado britânico foram muito debatidos, mas poucos podem duvidar dos benefícios ideológicos que resultaram, e ainda resultam, para o Estado por causa da afirmação de seu poder em lugares distantes. A necessidade de manter forças armadas na paz, assim como na guerra, deu ao Estado um interesse fundamental na intervenção na economia e no estabelecimento de relações próximas com os que decidem estas questões na sociedade. Isto foi verdadeiro na nascente Europa moderna assim como é hoje. O papel de apoio dos *lobbies* militares nos Estados Unidos e os mecanismos de interação (pessoais, institucionais, financeiros) entre os fornecedores de defesa, o Congresso e o Pentágono foram bem documentados, assim como a ligação entre as operações secretas no exterior e os interesses privados em casa e a implementação de políticas estatais.

O Estado recruta seções da sociedade doméstica para as suas atividades internacionais. Ao mesmo tempo, ambos, o Estado e a sociedade, buscam ganhar apoio para os seus conflitos internos em fontes internacionais. Previamente foi apontado que o conceito institucional de Estado torna possível distinguir entre os termos Estado, sociedade, governo e nação. Muito da relação entre estes é constituída dentro de sociedades específicas, mas existem muitas maneiras pelas quais estas relações adquirem uma dimensão internacional: os Estados buscam regular sua própria posição pela obtenção de apoio internacional; os governos, os grupos sociais e os grupos étnicos tentam melhorar sua posição, *vis-à-vis* seus próprios Estados, obtendo auxílio internacional, como a ajuda econômica e militar; e os atores externos buscam avançar contra os Estados competidores, estabelecendo ligações diretas com elementos dentro de suas sociedades. Um caso óbvio de tal interação é o patrocínio de golpes militares em Estados independentes: a promoção de conflitos de governo/Estado. Outro é a promoção de agitação social ou levante étnico em países rivais através de dinheiro, armas, transmissões de rádio e apoio diplomático. Por toda a parte, a existência da relação Estado-sociedade permite meios alternativos de conduzir as relações internacionais: ela encoraja os Estados e as forças sociais a perseguir políticas internacionais que irão incrementar relativamente as suas posições domésticas.

AS SOCIEDADES E OS SISTEMAS DE ESTADO

A interação recíproca entre a sociedade internacional e as sociedades específicas não é, entretanto, efetivada unicamente através da medição do Estado ou com o propósito de influenciá-lo. Existem outros processos dentro da sociedade que são influenciados e que podem influenciar a relação de um Estado particular com o sistema internacional, mas que refletem processos bastante distintos da atividade estatal no nível internacional. Por um lado, existem mudanças de longo prazo dentro de uma sociedade específica que, em um momento de impacto crescente sobre o Estado e a política do governo ou do executivo, tem grande influência sobre as atividades internacionais daquele Estado. Longe de levantes revolucionários, estas podem ser mudanças de equilíbrio entre diferentes grupos sociais, mudanças de ideologia e atitude e transformações geográficas, refletindo mudanças econômicas. A ascensão de uma burguesia mercantil na Europa ocidental no nascente período moderno e o seu impacto sobre a política estatal e a orientação religiosa-ideológica foi uma das influências constitutivas da emergência de um sistema internacional. As transformações nas prioridades americanas provocadas pelo declínio do bloco hegemônico nordeste em favor do *sun belt* podem explicar as mudanças acentuadas de políticas entre 1970 e 1980. Ao mesmo tempo, o internacional pode ter impacto fundamental na composição social de uma sociedade de forma a também poder moldar e influenciar o Estado. A conquista e a dominação colonial são o exemplo mais extremo disso, no qual novos sistemas de Estados podem simplesmente ser impostos a sociedades subjugadas. Na ausência de tais implicações dramáticas do internacional sobre a sociedade individual, existem muitas outras maneiras através das quais as mudanças econômicas e sociais internacionais podem afetar uma sociedade particular, fortalecendo a posição de alguns grupos sociais e reduzindo a influência de outros. A incorporação no sistema mundial afeta não somente o equilíbrio de poder (militar) internacional, mas também o equilíbrio de poder social dentro das sociedades.

Este foco na relação Estado-sociedade também pode ajudar a reexaminar, e reteorizar, a maneira pela qual os grupos sociais, com interesse internacional, relacionam-se com o poder estatal. Algo disto está presente no trabalho empírico sobre os *lobbies*: as campanhas para excluir bens estrangeiros, para ajudar empreendimentos associados no exterior e para demandar concessões de Estados estrangeiros. Contudo, muito do debate sobre a influência relativa de atores estatais e não-estatais assumiu uma polaridade a este respeito, como se a corporação multinacional (CMN) operando no exterior desejasse agir independentemente dos Estados. Isto toca sobre a questão não resolvida da autonomia do Estado: o Estado é "autônomo" em alguns aspectos, e mais em certos perí-

odos, mais especificamente em tempos de guerra, mas o mínimo que pode ser dito é que em muitas áreas o Estado está agindo em subordinação a e sob o comando de, interesses influentes dentro da sociedade. Nisto reside a força da teoria "estrutural" do Estado.

Aqui, novamente, a tradicional abordagem caixa-preta do Estado torna difícil responder a questão da relação CMN-Estado, já que somente nos permite examinar o relacionamento internacionalmente. Uma vez que se torna possível, entretanto, examinar a relação dentro de uma sociedade e identificar o grau de colaboração na simbiose relativa do Estado e de alguns setores ou classes da sociedade, então a natureza da colaboração internacional e a aparente divisão de trabalho torna-se mais clara. Existem casos nos quais as CMNs desafiam os Estados, como na década de 80, comercializando com países como Nicarágua, Angola, África do Sul e Rússia, sob os quais se desejavam impor pressões econômicas. Em muitos outros casos, os Estados agem para promover e defender as CMNs. Quando a International Telephone and Telegraph (IT&T) teve problemas no Chile em 1970, Harold Geneen (presidente da firma) ligou para a Casa Branca. O Congresso impôs condições para a ajuda a países que nacionalizavam as firmas americanas sem a compensação adequada. Se o relacionamento entre o Estado e algumas partes da sociedade é visto como constituído domesticamente e as atividades internacionais de cada um são vistas sob esta luz, então pode ficar mais fácil resolver a inoportuna questão de até que ponto os atores estatais e não-estatais agem independentemente nos negócios mundiais.

Como veremos em maiores detalhes no Capítulo 5, a relação sociedade-Estado é central para outra dimensão das relações internacionais: a do levante social e das revoluções e, em particular, a questão de como as revoluções têm efeitos internacionais. Em geral, a literatura de relações internacionais relegou as revoluções a uma posição marginal, enquanto a maioria da literatura sociológica sobre as revoluções tende a negligenciar as suas implicações internacionais.²⁴ O grande mérito do trabalho de Skocpol é que busca inter-relacionar os dois, mostrando o grau em que as revoluções são, em uma medida considerável, um produto de fatores interestatais e internacionais e por sugerir como a consolidação de Estados pós-revolucionários e a extensão do poder estatal são influenciadas pelas pressões internacionais. Não pode existir demonstração mais clara da ligação entre a política interna e a internacional do que as maneiras pelas quais as revoluções podem ser estimuladas por fatores internacionais, sejam a mobilização de grupos dominados ou o enfraquecimento

²⁴A mais breve olhada nos livros-padrões de relações internacionais pode mostrar quão pouco as implicações, teóricas e empíricas, das revoluções foram consideradas, com as exceções parciais da discussão da intervenção e da 'subversão'. Para uma omissão comparável da dimensão internacional dentro da literatura sociológica mais convencional, ver Stan Taylor, *Social Sciences and Revolutions* (London: MacMillan, 1985).

de dominadores previamente seguros. Da mesma forma, entretanto, as consequências internacionais das revoluções sugerem consequências adicionais para a relação Estado-sociedade: a compulsão dos revolucionários em promover, se não exportar, a revolução para o exterior, a ansiedade e a resposta contra-revolucionária que as revoluções, mesmo no mais fraco dos Estados, podem provocar nos poderes hegemônicos. A resposta para as duas questões pode residir substancialmente na relação Estado-sociedade. Os Estados revolucionários vêem uma internacionalização de sua luta como parte da consolidação doméstica: militarmente, ganhando aliados com mesmo pensamento; economicamente, conquistando a colaboração de tais aliados; e ideologicamente na promoção, em nível internacional, de idéias similares àquelas que legitimam o seu próprio regime. Do lado daqueles contrários à revolução, preocupações similares podem existir: perder uma sociedade igual para um sistema rival enfraquece o Estado internacionalmente e a sua legitimidade doméstica. Como Raymond Aron indicou, e será discutido no Capítulo 4, é a preferência pela homogeneidade nos arranjos políticos como forma de prover-lhes legitimidade e estabilidade internacional que indica a crucial, apesar de frequentemente subestimada, dependência dos arranjos domésticos dos fatores internacionais e o grau em que os fatores domésticos, incluindo o relacionamento Estado-sociedade, influenciam a política externa.²⁵ O registro histórico dos últimos dois séculos sugere que os dois projetos – da promoção de revolução em outros Estados e da derrubada de regimes revolucionários – normalmente falham em seus objetivos declarados. Entretanto, como as sanções econômicas, estas aventuras podem ter propósitos múltiplos e refletir objetivos ideológicos e domesticamente orientados mais amplos do que aqueles especificamente declarados. O estudo das dimensões internacionais das revoluções pode, portanto, fornecer insights sobre as áreas das relações internacionais que são afetadas por tais abalos e sobre as causas e influências transnacionais que influenciam as mudanças domésticas.²⁶

Esta teorização da relação sociedade-Estado também tem implicações para a questão geral sobre a natureza do sistema internacional. Como discutido na Introdução, dentro da presente teoria, o termo "sistema" é usado de várias formas: começando pela concepção realista de um sistema de Estados, na qual o termo é usado em seu sentido mais frrouxo, até chegar às aplicações da teoria dos sistemas às relações internacionais (com resultados bastante modestos) e às afirmações de um sistema internacional capitalista pelos escritos marxistas ou influenci-

²⁵Raymond Aron, *Peace and War* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1966) p. 373-81.

²⁶Ver Martin Wight, *Power Politics* (Harmondsworth: Pelican, 1979) p.92. Em uma nota de rodapé esclarecedora, Wight sugere que, para a maioria dos anos entre 1942 e 1960, as relações internacionais foram 'revolucionárias' ao invés de 'normais'. As implicações disto, entretanto, não tem sido convencionalmente reconhecidas.

ados pelo marxismo. O problema com os teóricos realistas é que eles evitam relacionar os fatores socioeconômicos dentro e fora dos Estados ao funcionamento do sistema, este último sendo visto estritamente em termos políticos. O problema de parte considerável dos escritos marxistas é que eles subestimam o papel e a eficácia distinta dos Estados. Neste último paradigma, a grande questão é por que os Estados precisam existir se já existe uma economia mundial na qual os interesses de classe funcionam mundialmente. Em outras palavras, qual é a especificidade e efetividade de Estados distintos dentro de uma totalidade econômica única? Estes enigmas (a determinação do socioeconômico, a especificidade do político) não podem ser respondidos dentro de um contexto unicamente doméstico ou internacional; pelo contrário, eles sugerem a necessidade de identificar até que ponto cada nível determina o sistema e como os Estados funcionam não somente como atores independentes no sistema, mas também como mediadores e reguladores de um conjunto de interações que, tomadas como uma totalidade, constituem a sociedade internacional (apesar desta “sociedade” ser idealizada).

Além de sugerir uma base alternativa para o conceito de sistema no âmbito internacional e de como ele afeta a análise do mundo contemporâneo, esta teorização também indica uma outra abordagem das relações internacionais convencionais: uma história alternativa do sistema internacional. Até agora nos tem sido oferecida uma visão predominantemente realista, através da qual o sistema internacional, constituído por Estados, desenvolve-se, cresce e se expande através da multiplicação de Estados e de sua aceitação do que Bull, em *The Anarchical Society*, definiu como as “instituições” das relações interestatais. Não é necessário destacar que esta visão tem um fundo implicitamente evolucionista e difusionalista, como se tudo fosse fácil. Apesar de todo o pessimismo da visão realista, sua tendência é sugerir uma história internacional muito benigna, em discrepância com o processo sanguinário de imposição, resistência e reafirmação de controle que é característico das relações internacionais no mundo colonial ou no Terceiro Mundo ao longo dos últimos quatro séculos. Como discutido no Capítulo 2, a visão alternativa, e até o momento minoritária, do sistema é esboçada por escritores como Wallerstein e Wolf, cujas pesquisas sobre a expansão do capitalismo desde 1450 ofereceram uma história internacional bastante distinta, retratando um sistema baseado nas relações de mercado capitalistas.²⁷ O pressuposto teórico da abordagem de Wallerstein de que o desenvolvimento da sociedade internacional é constituído pela disseminação de um sistema social na esfera internacional é muito distinto do realista sobre o crescimento das relações entre

²⁷Immanuel Wallerstein, *The Modern World System* (London: Academic, 1974) e Eric Wolf, *Europe and the People Without History* (Berkeley, CA: University of California Press, 1982).

Estados unitários e analiticamente primários e semelhante à da sociologia histórica com seu destaque do contexto histórico-mundial, dos desenvolvimentos internacionais e dos múltiplos conflitos intra e internacionais que o marcaram. Entretanto, como já indicado, pode-se questionar esta história da sociedade mundial por sua negligência do político e pela sua suposição, com ênfase no Estado, da homogeneidade capitalista do mundo da Guerra Fria.

Destacar o caráter capitalista mais geral do sistema internacional não significa afirmar que as relações sociais são, simplesmente, transnacionais. Marx no século XIX e, mais claramente, o pensamento sociológico contemporâneo cometem o mesmo erro ao supor que o Estado é simplesmente assolado pelos processos transnacionais. Esta visão, pelo contrário, considera o Estado seriamente, mas questiona mais precisamente o seu papel dentro do contexto socioeconômico. Em outras palavras, ela examina a função de Estados distintos dentro de tal contexto socioeconômico: se é representar diferentes grupos dominantes ou interesses estatais distintos e autônomos ou se é regular e manter um sistema de hierarquia internacional. Existe a questão adicional referente às implicações de um mundo como o de 1945 a 1989, composto por dois sistemas socioeconômicos: genericamente, um capitalista e outro planejado centralmente. As funções dos Estados, e não somente os aspectos militares, de administrar, continuar e controlar esta rivalidade entre sistemas sociais competitivos e opositos são mais discutidas no Capítulo 7. Many é o escritor em relações internacionais que nos disse, com base em dados comparativos exaustivos, que existe pouca ou nenhuma correlação entre o resultado da política externa e o sistema socioeconômico: sob o risco de blasfêmia, os estudantes da história pós-1945 podem ser perdoados por questionar esta conclusão.

Levará um certo tempo para que as implicações desta conceitualização alternativa de Estado sejam absorvidas pelas relações internacionais e isto envolverá um maior reconhecimento das tendências em outras ciências sociais, como a sociologia e a sociologia histórica, que até agora receberam pouca atenção. Não existe qualquer dúvida de que tal evolução envolverá incertezas e desapontamentos: será difícil traçar um mundo no qual o Estado não mais pode ser tomado como representante da totalidade e no qual o “Estado-nação”, a “soberania” e o “interesse nacional” não são mais marcos seguros. Por outro lado, em muitas áreas substanciais das relações internacionais, como a análise de política externa e a economia política internacional, muitos trabalhos significativos já vêm sendo produzidos ao longo destas linhas. No final das contas, já que o significado e a validade de qualquer abordagem conceitual residem na relevância de suas conclusões e no seu poder explicativo, a maneira de superar a presente imobilidade das relações internacionais a respeito do Estado será pela redefinição do próprio Estado.

Capítulo 4

A SOCIEDADE INTERNACIONAL COMO HOMOGENEIDADE

OS SIGNIFICADOS DE “SOCIEDADE INTERNACIONAL”

O conceito de “sociedade internacional” ocupa um lugar significativo, ao mesmo tempo constitutivo e fantasmagórico, no estudo das relações internacionais. Algumas razões para a ambivalência desta posição serão discutidas abaixo, mas talvez a mais importante de todas é a diferença de sentidos que são atribuídos ao termo. Dentro do realismo, “sociedade internacional” refere-se à relação entre os Estados, baseada em normas compartilhadas e entendimentos; este é o sentido no qual é usado por Martin Wight, Hedley Bull, James Mayall e outros teóricos da escola inglesa. Dentro do transnacionalismo, refere-se à emergência de laços não-estatais de economia, de política, de associação, de cultura e de ideologia que transcendem as fronteiras dos Estados e constituem, em maior ou menor medida, uma sociedade que vai além destas mesmas fronteiras. Originalmente descoberto por escritores influenciados pelo behaviorismo e pela abordagem transnacionalista (John Burton, Robert Keohane e Joseph Nye) dentro das relações internacionais, o conceito também foi desenvolvido em trabalhos mais recentes desta literatura (Evan Luard) e da literatura sobre a globalização da sociologia (Michael Featherstone, Roland Robertson, Leslie Sklair, John Urry). Os dois usos, o interestatal e o transnacional, possuem um importante poder explicativo dentro de suas estruturas teóricas.

Entretanto, existe um terceiro uso possível do termo “socieda-

de internacional" que indica um conjunto de normas compartilhadas por diferentes sociedades que é promovido pela competição interestatal. Este uso não é sustentado por nenhum dos dois modelos (o interestatal e o transnacional), mas pela suposição de uma igualdade intersocietal e interestatal que se refere à semelhança de valores domésticos e de organização, entendida como a "homogeneidade" das formas de organização societárias.

Este terceiro conceito de "sociedade internacional" tem implicações distintas para o estudo das relações internacionais¹ já que indica uma relação entre a estrutura interna das sociedades e o internacional. Resumidamente, esta abordagem investiga de que maneira, como um resultado das pressões internacionais, os Estados são compelidos a conformar seus arranjos internos aos dos demais. Diferentemente do conceito realista, a idéia de "homogeneidade" presta atenção considerável ao que acontece *dentro* dos Estados e das sociedades e examina a interação da atividade internacional com a legitimidade doméstica e a estabilidade. Em oposição ao transnacionalista, ele confere uma importância considerável ao Estado em seu segundo sentido definido no Capítulo 3. Na verdade, ele percebe a comparação entre os Estados como uma parte importante de seu processo formativo e considera a competição como um fator tão importante desta formação quanto os laços transnacionais intersocietários.

Esta concepção de uma sociedade internacional "homogênea" abrange parte do material incluído nos outros dois conceitos: a organização realista dos sistemas políticos e as ligações transnacionais. Porém, seu ponto de partida é bastante diferente, já que começa pela necessidade das sociedades e das políticas de permanecerem distintas, a despeito das pressões para se conformar a um modelo internacionalmente definido. Portanto, é um conceito que se refere tanto ao desenvolvimento interno quanto às relações internacionais.

A idéia da "homogeneidade" é evidente, mesmo que implicitamente, na maior parte da teoria social e política. A percepção do desenvolvimento econômico encontrada em historiadores econômicos como Gerschenkron e outros enfatizando a necessidade dos Estados "de se equiparar" é baseada nesta idéia de homogeneização competitiva.² Neste capítulo, iremos explorar como o conceito de "homogeneidade" é utilizado por três diferentes pensadores em três diferentes períodos históricos: Burke, Marx e Fukuyama. Tal conceito não se sustenta em relações internacionais "sociais" entre os Estados, mas na análise de como

¹Para uma discussão prévia do conceito de 'homogeneidade', ver Raymond Aron, *Peace and War* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1966) p.373-81.

²Alexander Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective* (Cambridge: Harvard University Press, 1962).

as relações sociais, políticas e econômicas dentro dos Estados são afeitas pelo internacional. A aplicação destes resultados permitirá que as relações internacionais se tornem não somente o estudo dos Estados (apesar de sua importância hoje e sempre), mas também o estudo teórico e histórico dos processos internacionais e de suas contribuições: o funcionamento interno dos Estados tanto influencia, como é influenciado, pelos processos internacionais. Aqui, é este conceito de sociedade internacional, indicando uma formação transnacional da sociedade, que será caracterizado como sendo parte da tradição "constitutiva".

Discutiremos, a seguir, que o conceito de "homogeneidade" merece maior atenção porque ele tem consideráveis implicações teóricas, analíticas e normativas para o estudo das relações internacionais e não somente por causa da importância do internacional na formação das sociedades. Apesar de sua força e de aparecer ao longo da história do pensamento sobre o sistema internacional (em escolas consideradas muito diferentes), este conceito ainda não achou o seu lugar real. Além das recompensas trazidas pela recuperação das tradições clássicas, existem razões específicas que justificam a necessidade de se examinar mais de perto estas idéias no mundo contemporâneo.

Por um lado, os desenvolvimentos em áreas cognatas, especialmente na sociologia histórica e na sociologia das relações "globais", têm indicado novas formas pelas quais os conceitos interestatal do internacional e da sociedade internacional podem ser limitados.³ Mesmo que somente como reações a intrusões extradiplinares, estes desenvolvimentos vem instigando a necessidade de uma definição mais específica do assunto para os estudantes de relações internacionais.

Por outro, vários desenvolvimentos no mundo contemporâneo apresentam desafios à teoria das relações internacionais que podem ser elucidados pela utilização deste conceito alternativo de sociedade internacional. Os estudantes de "globalização" e da crescente transnacionalização das sociedades, pelo menos na Comunidade Européia, podem valer-se de muitas destas questões. Contudo, também pode ser discutido que o conceito é pertinente ao assunto dos Capítulos 7-9, as mudanças recentes no sistema internacional: ou seja, a Guerra Fria, a forma pela qual ela terminou e as perspectivas para o fim do conflito militar entre os grandes poderes, cujas implicações teóricas podem não parecer tão evidentes.

Como discutirei em maior extensão nos Capítulos 7 e 8 e em outras partes,⁴ a teorização da Guerra Fria não acompanhou a sua

³Ver, por exemplo, Leslie Sklair, *Sociology of the Global System* (Hemel Hempstead: Harvester/Wheatsheaf, 1991); e ensaios por Featherstone, Urry, Robertson e Apparudai em Michael Featherstone (ed.) *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernization*, edição especial de *Theory, Culture and Society* (London: Sage, 1990).

⁴"The ends of Cold War" em Robin Blackburn (ed.) *After the Fall* (London: Verso, 1991) p. 78-99.

historiografia e tem sido dominada por reflexões de curto prazo e bastante instrumentais sobre a “estratégia”: pode ser que somente agora, com o fim do conflito, torne-se possível um exame dos problemas teóricos por ele levantados. Nossa alegação é que a pressão internacional para a homogeneização destruiu a União Soviética: a Guerra Fria foi, no final das contas, um conflito entre dois conceitos diversos de sociedade internacional e que terminou porque, devido a razões intersociais internacionais, e não interestatais, um lado prevaleceu sobre o outro. Foi a *t-shirt* e o supermercado, não a canhoneira ou as manufaturas mais baratas que destruíram a legitimidade e a estabilidade do sistema soviético. No final do século XX, Bruce Springsteen teve o mesmo efeito que as Guerras do Ópio.

O realismo convencional não pode explicar o fim do comunismo. A questão teórica colocada pela Guerra Fria e o seu encerramento é precisamente àquela de olhar para os mecanismos da competição internacional e para o tipo de interação que a teoria interestatal ortodoxa esconde: isto inclui o conceito, como aqui definido, de “sociedade internacional”. Em resumo, estamos levantando a hipótese de que não somente esta concepção de “sociedade internacional” merece reconhecimento por seu próprio mérito, mas também que ela tem implicações fundamentais na forma pela qual olhamos os Estados, as sociedades individuais e o sistema internacional. Esta avalanche de outras conceitualizações da sociedade internacional tem ajudado a esconder o poder explicativo que ela poderia ter para estudar o passado e o presente e, sem qualquer pretensões científicas, para prever o futuro do sistema. Na era do pós-Guerra Fria, a questão da homogeneidade é colocada de outra forma: poderá surgir uma nova era das relações internacionais baseada em uma sociedade internacional homogênea se houver a consolidação das formas democráticas liberais nos Estados mais importantes?

Dado que o termo “sociedade internacional” é normalmente reconhecido como sendo um conceito de parte da tradição realista das relações internacionais, pareceria apropriado começar aqui a discussão do conceito. A “parte” é importante porque, embora não confinado aos escritores da escola inglesa, o termo é encontrado com muito menos frequência na escola realista germano-americana, predominante no lado ocidental do Atlântico: dificilmente ele merece uma menção no trabalho de Hans Morgenthau, Henry Kissinger e Kenneth Waltz em oposição a sua centralidade em Martin Wight, Hedley Bull e James Mayall. Waltz, por exemplo, apesar de toda a sua simpatia pelas tradições filosóficas britânicas, não demonstra qualquer interesse no suposto criador da escola inglesa, Hugo Grório.

Nos escritos que fazem uso do termo, a “sociedade internacional” exerce sua função constitutiva em três importantes dimensões: como

uma explicação para o funcionamento do sistema internacional além do conflito hobbesiano, como uma resposta teórica para a ausência de uma autoridade única na esfera internacional e como uma categoria central para estudar a difusão mundial do sistema europeu ocidental.⁵ No realismo britânico, apesar do conceito exercer estas funções e de ter sua importância formalmente reconhecida, ele ainda permanece bastante vago, podendo ser percebido tanto quanto um “anjo da guarda” como um conceito hegemônico. Além de ocorrer por razões internas ao próprio conceito relativas à exclusão do significado real do termo “sociedade”, esta situação é produzida porque, ao estar afirmando um conceito de sociedade internacional, ou seja, as relações entre os Estados, esta categoria realista convencional impede a discussão de outras teorizações, igualmente sugestivas, a respeito do sistema internacional e de sua interação com outras formas de relação.

A formulação do conceito de sociedade internacional pelos realistas ingleses foi melhor resumida por Bull, que destaca:

Uma *sociedade de Estados* (ou sociedade internacional) existe quando um grupo de Estados, conscientes de certos interesses comuns e valores comuns, forma uma sociedade no sentido de que eles concebem a si mesmos como determinados por um conjunto comum de regras em suas relações uns com os outros e compartilham o funcionamento de instituições comuns.⁶

Mais adiante: “o princípio da sociedade tem estado, e sempre esteve, presente no sistema internacional moderno, embora somente como um de seus elementos cuja sobrevivência é, às vezes, precária”.⁷ Com algumas variações, a enumeração de Bull do que abrange uma sociedade – os interesses, os valores, as regras, as instituições – e a sua interpretação histórica concebida para provar que pelo menos alguns de seus “princípios” existiram por um certo tempo aplica-se a toda a escola realista.

Na extensão postumamente publicada deste argumento, Wight, “passeando” pela história com sua tranquilidade taxionômica habitual nos apresenta três variantes sobre a questão da sociedade internaci-

⁵Ver, entre outros, James Mayall, ‘International society and international theory’ em Michael Donelan (ed.) *The Reason of States* (London: Allen & Unwin, 1978) p.122-141; e Hedley Bull e Adam Watson, *The Expansion of International Society* (London: Oxford University Press, 1984).

⁶Hedley Bull, *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics* (Basingstoke: Macmillan, 1977). Ênfase no original.

⁷Ibid., p. 41 e de fato todo o Capítulo 2.

onal que correspondem às escolas do realismo, do racionalismo e do revolucionismo. Tais abordagens diferem em seu foco analítico, começando pela guerra hobbesiana, passando pela comunidade grotiana-suareziana e chegando à *civitas maxima* kantiana. A primeira corresponde ao que, na terminologia da escola inglesa, pode ser classificado como um “sistema” sem qualquer atributos “sociais” adicionais. A terceira variante, a de Kant, corresponde, em alguns aspectos, à perspectiva transnacionalista, com um programa moral mais aberto e uma teodiceia pacifista implícita, já que a paz segue da gradual quebra da autoridade e das barreiras entre os Estados. Todas as três variantes de Wight são baseadas em concepções de relações interestatais ou intersociais e evitam a questão da constituição doméstica ou homogeneização. A segunda corresponde mais proximamente à concepção de Wight-Bull da sociedade internacional: um sistema mais elementos adicionais. É o conceito realista, difundido através da teoria e da história e servindo às três funções mencionadas, que os estudantes da internacional devem principalmente enfrentar.⁸

O conceito de “sociedade” é supostamente emprestado da sociologia e emergiu em seu uso mais corrente (que as relações internacionais dizem compartilhar) durante o século XIX.⁹ Enquanto as variações no seu uso teórico pelas disciplinas não causam qualquer surpresa (para mencionar apenas duas, basta-se pensar nas peregrinações de “estrutura” e “realismo”), é válido começar apontando algumas diferenças óbvias entre as formas do termo “sociedade” que são usadas nas duas disciplinas.¹⁰ Primeiro, dentro da sociologia, assim como dentro da teoria política, o conceito de “sociedade” adquire seu sentido, primariamente, em oposição ao “Estado”, visto como uma autoridade suprema, cuja ausência foi enfatizada pelos teóricos realistas na esfera internacional. Como consequência, na teoria das relações internacionais falta ao termo “sociedade” sua contraparte: dada esta definição de “sociedade”, não pode haver equivalente realista ao conceito “sociedade civil”, já que, por definição, é aquela área da atividade política ou social não controlada pelo Estado.

Uma segunda consequência desta definição é que seu uso nas relações internacionais parece esconder uma das mais centrais distinções da sociologia, exposta por Tonnies em 1887, aquela entre uma sociedade fraca, mais informal (*Gesellschaft*), e uma comunidade

mais fechada, mais moralmente coesa (*Gemeinschaft*). Na verdade, no uso de Bull-Wight, as duas são intercambiáveis e esta “sociedade”, independentemente do que ela realmente seja, devido à ênfase em valores compartilhados, é mais próxima de *Gemeinschaft*.

Terceiro, a principal preocupação da teorização da sociedade dentro da sociologia é observar as formas de constrangimento ou, em outras palavras, escapar da idéia do indivíduo como livre e desimpedido. Os “fatos sociais” de Durkheim, por exemplo, eram limites sobre o indivíduo. Dentro das relações internacionais, esta função é desempenhada pelo conceito de “sistema”, um termo que na sociologia não é oposto à sociedade, mas serve como base para teorizações alternativas das relações sociais, como a de Parsons. Nas relações internacionais realistas, o uso do termo “sociedade” corresponde mais diretamente a antigas expressões do termo e não tanto ao seu conceito sociológico: seja para indicar um clube ou um grupo auto-selecionado (como em “construindo” ou “debatendo”) ou simplesmente para indicar uma elite social freqüentemente na moda.¹¹

O caráter elitista, exclusivista, da sociedade de Estados é, certamente, a base sobre a qual toda a história se desenvolveu e a “expansão” ocorreu. Na origem, a “sociedade” européia de Estados era um clube de monarcas cristãos (ocidentais) e produziu suas primeiras formas de organização contra os muçulmanos, os turcos infiéis. Na verdade, este era o sentido dado ao termo pelo próprio Wight, que definiu a sociedade como “um número de indivíduos agregados em um sistema de relações para certos propósitos comuns”.¹² À medida que a condição central de pertencimento, a “soberania”, evoluiu, ela passou a ser reservada para os Estados que podiam, e consideravam apropriado, sujeitar o resto do mundo a sua regra hegemônica, amplamente colonial. A “sociedade educada” de Jane Austen ou a “alta sociedade” de Cole Porter aproximam-se das concepções das relações internacionais tanto quanto as reflexões de Auguste Comte ou Ferdinand Tonnies.

Outras três questões mais amplas levantadas por este uso do termo “sociedade internacional” precisam ser discutidas. A primeira nasce da perspectiva interestatal, particularmente nas áreas nas quais a influência de Hobbes é forte. Este uso realista negaria que o termo “sociedade” pode ser usado para definir um agrupamento no qual a guerra

⁸Martin Wight, *International Theory: The Three Traditions*, editado por Gabrielle Wight e Brian Porter (Leicester: Leicester University Press; London: The Royal Institute of International Affairs) Capítulo 3.

⁹Sobre o desenvolvimento do uso inglês do termo “sociedade”, ver Raymond Williams, *Keywords* (London: Fontana, 1976).

¹⁰Para uma consideração do termo no pensamento clássico e moderno, ver David Frisby e Derek Sayer, *Society* (Chichester: Elis Horwood, London: Tavistock, 1986).

¹¹Um interessante exemplo adicional deste uso elitista é encontrado no vocabulário político russo do início do século XX, onde a palavra *obshchestvo* tendia a significar “sociedade educada, urbana, nobre e proprietária de terra”. “O termo descrevia aqueles membros da população que, por virtude de educação, riqueza ou serviços públicos tinham um direito implícito de participar na política, mas eram impedidos pelo Estado” (David McLaren Macdonald, *United Government and Foreign Policy in Russia, 1900-14*, London: Harvard University Press, 1992, p. 222, nota 5).

¹²Martin Wight, *Power Politics* (Harmondsworth: Pelican, 1979) p. 105.

e a ameaça de guerra permaneceram tão centrais. Seria mais defensável um uso do termo que não o confinasse aos Estados que não ameassem os demais no sistema, mas esta restrição não é observada pelos que o utilizam na tradição de Bull e Wight. Normalmente, os que propõem este conceito são cuidadosos ao não definir quais Estados são, e quais não são, parte da sociedade, isto é, os que, segundo sua visão, estão no sistema, mas não na sociedade.

Entretanto, uma leitura da literatura sugeriria que, para a maior parte dos que usam o termo, todos os Estados soberanos do século XX são parte desta sociedade por causa de sua participação na prática diplomática. A resposta, como no Capítulo 8 de *The Anarchical Society*, usando a palavra "instituição" no sentido funcional que é particular à abordagem, pode ou não ser convincente: certamente ela amplia e dilui o conceito de "sociedade" muito mais do que permitiria um uso mais rigoroso.

Uma crítica adicional ao termo nasce da definição de qual conceito de "sociedade" está sendo usado e não do exame da correspondência entre o sistema interestatal e um modelo de sociedade. Aqui, como em quase toda teoria das relações internacionais, tende a existir um elemento de absolutismo definicional, alcançado não por decreto, mas por elipse: assim como ocorre com "Estado", "poder" e "nação", isto também acontece com "sociedade". O argumento em favor de uma conceitualização particular do internacional é reforçado pelo mais simples de todos os mecanismos, qual seja, a relutância em reconhecer que existem alternativas, neste caso, conceitos alternativos de "sociedade". Como apresentado inicialmente por Bull, sociedade quer dizer normas, interesses, regras e valores: a única questão que permanece é até onde este modelo vai ou não corresponder à realidade internacional.

O uso de Bull de seu conceito de sociedade é certamente consistente e constrói a base para um retrato irrefutável do sistema internacional. Todavia, assim como com o termo "Estado", é precisamente aqui que interessantes questões são ignoradas. A questão não é se as relações internacionais, definidas como relações interestatais, correspondem a uma definição de sociedade, mas pelo contrário, a qual definição elas podem corresponder. Como já destacado, dentro da teoria sociológica, o próprio conceito de "sociedade" evoluiu ao longo dos dois últimos séculos para englobar vários significados: todos aqueles dentro de uma comunidade, a elite daquela comunidade ou o elemento de uma nação que é distinto do Estado (como na recuperação da "sociedade civil"). Não existe, consequentemente, uma definição única de "sociedade". A consideração de Bull pode ser definida como "comunitária" já que implica que "uma sociedade" é um agrupamento com valores compartilhados; esta ideia pode ser oposta a outras percepções, como às inspiradas no marxismo, que destacam as estruturas e o poder, algo como um sistema hierárquico formal. Pode-se aplicar ao internacional os mesmos argumentos que foram aplicados a sociedades específicas, per-

guntando-se até que ponto o funcionamento de uma sociedade e a transmissão de valores dentro dela reflete a aceitação de um interesse comum ou a coerção. Em nenhuma sociedade a resposta é única: entretanto, a apresentação desta questão levanta importantes preocupações, evitadas pelo modelo comunitário de Bull, sobre o que constitui uma sociedade e o grau de desigualdade e força dentro dela.

As relações interestatais podem, portanto, constituir uma sociedade não tanto por causa da existência dos valores compartilhados, mas porque são um agrupamento estabelecido pela coerção de alguns Estados sobre outros e mantido por meio de vários mecanismos ideológicos e militares utilizados pelos membros mais poderosos. Nesta linha, também mudam de significado os outros termos que os realistas, usando a abordagem da "sociedade", invocam: assim, a "socialização" torna-se não a inculcação e a difusão de valores compartilhados, mas a imposição de um conjunto de valores pelos Estados, as escolas, a família, o clero, a mídia e outros, acreditam ou não neles aqueles que, na verdade, os impõem. Os mecanismos identificados no conceito de hegemonia de Gramsci, por meio dos quais os subjugados aceitam os valores de seus dominadores, também se aplicariam à arena internacional (a tese de Gramsci levanta algumas ambigüidades teóricas: aqueles que são subordinados aceitam os valores, "acreditam" neles, fingem ou são mesmo subjugados por sua adesão a um sistema de valor diferente e subalterno?).¹³

Bull, ao reconhecer este problema com seu conceito de sociedade, produziu uma tensão dentro de seu pensamento entre a sua definição de sociedade internacional e a sua real exposição – por esta razão, o papel dos grandes poderes e da guerra é apresentado como duas de suas cinco instituições. Entretanto, ele não desenvolve as implicações desta tensão para questionar a definição, explícita e implícita, de sociedade que ele mesmo fornece no início da exposição. Uma sociedade internacional criada e mantida pelos grandes poderes pode ser o melhor que a raça humana pode fazer, mas está longe de ser uma sociedade baseada unicamente em valores compartilhados.

A terceira crítica do conceito de "sociedade internacional" surge da variação das teorias da sociedade e particularmente daquelas já sugeridas no Capítulo 2 que derivam do materialismo histórico. Dois

¹³Sobre estas três interpretações do conceito de hegemonia ver Brian Turner, Paul Abercrombie e Stephen Hill, *The Dominant Ideology Thesis* (London: Allen & Unwin, 1981). Sobre a teoria de hegemonia de Gramsci, mais complexa e específica do que sugeriria a sua recente ocorrência dentro da literatura das relações internacionais, ver: Antonio Gramsci, *Selections from Prison Notebooks*, editado e traduzido por Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith (London: Lawrence & Wishart, 1971); John Cammet, *Antonio Gramsci and the Origins of Italian Communism* (Stanford, CA: Stanford University Press, 1967) Capítulo 10; e Perry Anderson, 'The antinomies of Antonio Gramsci', *New Left Review*, n.100, November-December 1976 p.5-78.

componentes do que poderia ser uma crítica materialista histórica já foram sugeridos: o papel da coerção em manter uma sociedade e a natureza particularista, específica de classe, de valores supostamente comuns ou universais.

Porém, existe uma crítica ainda mais fundamental baseada nos princípios que agrupam e constituem as sociedades. Ao invés de afirmar que são as normas ou as instituições políticas que desempenham esta função de ligação, a tese oposta considera que a economia tem este papel. Isto acarreta uma definição do sistema internacional como primariamente constituído pela atividade econômica e pela disseminação das relações sociais e econômicas capitalistas em uma escala mundial.

Como já indicado no Capítulo 3, a teoria alternativa permite histórias alternativas – Immanuel Wallerstein, Eric Wolf e Eric Hobsbawm – que trazem formulações contrárias à expansão da sociedade internacional.¹⁴ Estas histórias alternativas não devem excluir a importância das normas e da transmissão de valores pelo sistema. Coercitivos ou não, as normas e os valores são uma parte essencial do funcionamento de qualquer sociedade. Além de ser hierárquica, esta difusão de normas reside em outra parcela da atividade humana que sustenta e forma a própria sociedade. A disseminação da cristandade teve muito pouco a ver com a força. A questão, portanto, torna-se não como e até que ponto estas normas espalham-se – o problema historiográfico das teorias ortodoxas de “sociedade internacional” –, mas sim o estudo de como o capitalismo, como um sistema socioeconômico, disseminou-se, o papel que os valores e as normas, incluindo o conceito de soberania, desempenharam dentro dele, e o equilíbrio em mudança entre a coerção e o consentimento envolvidos na reprodução desta sociedade. Desta forma, a teoria alternativa sugere a história alternativa: a subjugação dos povos pré-capitalistas, a unificação do mundo através de processos econômicos e a formação de um bloco de países economicamente desenvolvidos e liberais democráticos.¹⁵

O TRANSNACIONALISMO E OS SEUS LIMITES

A definição transnacional de sociedade internacional e as suas implicações para a teoria das relações internacionais também não necessitam de uma extensa recapitulação aqui. Como vimos na Introdução, começando pela preocupação behaviorista de evitar a paralisia

¹⁴Immanuel Wallerstein, *The Modern World System* (London: Academic Press, 1979); Eric Wolf, *Europe and the People Without History* (Berkeley, CA: University of California Press, 1982); e Eric Hobsbawm, *The Age of Empire* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1987).

¹⁵Sou particularmente grato a Justin Rosenberg por seus muitos insights sobre este problema: ver seu “What’s the matter with realism?”, *Review of International Studies*, vol. 16, n.4, Octobre 1990, p. 285-303.

do institucionalismo e uma consciência, de uma perspectiva empírica, de que muitos processos que cruzam as fronteiras não eram conduzidos ou controlados pelos Estados, os escritores transnacionais buscaram, a partir de 1970, apresentar um retrato alternativo do sistema internacional no qual as relações interestatais estavam cada vez mais superadas ou influenciadas por estes processos não-estatais.

Desta mudança intelectual, surgiram as teorias da interdependência de Robert Keohane e Joseph Nye, o paradigma da sociedade mundial de John Burton e grande parte da economia política internacional.¹⁶ As quatro estruturas de poder de Susan Strange foram uma tentativa extraordinária de preservar a importância da dimensão militar e de segurança enquanto identificando a emergência, o crescimento e, em muitos casos, o predomínio de processos não-estatais. Em outro estudo, Evan Luard discutiu que existe uma crescente convergência entre a sociedade doméstica e a internacional: assim como as sociedades individuais estão ficando cada vez menos homogêneas e centralizadas, também as relações internacionais estão englobando diversas interações, algumas organizadas pelo Estado, muitas não, que produzem relações semelhantes àquelas dentro da sociedade.¹⁷

Em um desenvolvimento paralelo dentro da sociologia, inúmeros escritores passaram a identificar o que consideram como sendo uma globalização ou uma internacionalização das relações sociais e a quebra de entidades sociais antes distintas: a “sociedade” no sentido tradicional. Leslie Sklair identifica três conjuntos de PTNs (“práticas transnacionais”): o econômico, o político e o cultural-ideológico.¹⁸ O primeiro abrange as atividades das corporações transnacionais, no mínimo o seu impacto em países do Terceiro Mundo e socialistas; o segundo, as ligações entre as forças políticas, principalmente àquelas no poder; e, o último, a disseminação de práticas consumistas e de outras crenças pelo mundo.

Em um campo semelhante de análise, fortemente influenciado pelo trabalho de Roland Robertson e pelos insights pós-modernistas sobre a possibilidade de múltiplas estruturas (desconstruídas) e de significados dentro do sistema internacional, Arjun Appadurai identificou cinco dimensões de fluxo cultural global: as étnicas, da mídia, as tecnológicas, as financeiras e as ideológicas.¹⁹ Dentro de cada uma destas dimensões, diferentes atores cruzam as fronteiras: turistas, imigrantes, refugiados, trabalhadores migrantes, ativistas políticos, modelos ou astros pop. Fe-

¹⁶Robert O. Keohane e Joseph Nye, *Power and Interdependence* (Boston: Little Borwn, 1977); John Burton, *World Society* e Susan Strange, *States and Markets* (London: Pinter, 1988).

¹⁷Evan Luard, *International Society* (Basingstoke: Macmillan, 1990).

¹⁸Sklair, *Sociology of the Global System*.

¹⁹Featherstone (ed) *Global Culture*.

chando o círculo teórico, o conceito de “sociedade internacional” retornou à disciplina da qual supostamente se originou.²⁰

Apesar de ricas em *insights*, as várias teorias do transnacionalismo deixam sem resposta várias questões, quatro das quais podem ser aqui resumidas. Primeiro, a questão da determinação e do significado não é resolvida: não está claro se devemos considerar todos os processos transnacionais como igualmente importantes ou autônomos. Os realistas ortodoxos sugeririam que o papel do Estado não pode ser inteiramente dissolvido em uma mescla de interações globais e que isto é um problema para as teorias da globalização e para a abordagem da sociedade mundial. Os marxistas e os representantes da economia política internacional poderiam sugerir que o papel da economia, e de suas estruturas hierárquicas, é central para a história do desenvolvimento da sociedade internacional. Uma proliferação de níveis, “de camadas” ou de significados, podemos dizer muito pouco. Uma consideração equilibrada a respeito do caráter da totalidade social global é substituída por repentinhas descobertas de tirar o fôlego a respeito de novas áreas de interação: num dia, a aldeia global ou os mercados financeiros que funcionam 24 horas, no outro, o *flaneur* transnacional ou as comunicações via satélite.

Segundo, e em oposição a uma consideração mais sóbria a respeito da localização da mudança real, existe, na maior parte da literatura transnacionalista, um elemento de reducionismo histórico. Muitos dos processos, econômicos, políticos e religiosos que caracterizaram o transnacionalismo contemporâneo estavam presentes, se não em intensidade semelhante, décadas e mesmo séculos atrás. A Reforma, a Revolução Industrial, a disseminação do sufrágio universal, para indicar três processos transnacionais, pré-datam a obsessão com o imediatismo e com uma estrutura histórica reducionista. A migração foi um fenômeno importante no século XIX e, na verdade, também nos séculos XVIII e XX em alguns países. Dificilmente pode-se dizer que os Estados estão menos envolvidos neste processo agora do que estavam no passado. Em nenhum lugar este reducionismo histórico é mais enganoso do que na maior parte da literatura sobre a “pós-modernidade”, como algo específico à era pós-1945: isto implica rupturas na sociedade ou no mundo que são exageros, um produto de capricho a-histórico. Não se pode duvidar que certos fenômenos são específicos à era contemporânea, mas a atração da “pós-modernidade” como um conceito explicativo ou como uma categoria histórica frequentemente obscurece onde a mudança ocorreu ou não.

Terceiro, existe uma teleologia implícita nestes trabalhos, seja o entusiasmo pela integração européia encontrado nos escritos sobre a

²⁰Para uma visão histórica da preocupação sociológica duradoura com a formação internacional de sociedades individuais, ver o ensaio de Brian Turner ‘The two faces of sociology: Global or national’ em Michael Featherstone (ed.) *Global Culture*.

Comunidade Européia ou na crença de que uma cultura global baseada na juventude, na TV via satélite, no esporte ou na religião está engolindo a humanidade como um todo. Em particular, isto se aplica à velocidade com que o próprio Estado é desconsiderado. A trajetória de Keohane, transcendendo o Estado nos anos 1970, acomodando-o e reabilitando-o em *After Hegemony* de 1980, é uma indicação das dificuldades encontradas por aqueles que buscam marginalizar o seu papel.²¹ Sinalmente, existem muitas semelhanças entre o otimismo e a teleologia dos escritos liberais internacionais e a anterior literatura sobre a transição para o socialismo: “recuos” e “atrasos” podem acontecer, mas, no fim, tudo está destinado a acontecer.

Finalmente, a teorização de uma globalização ou transnacionalização da cultura muito freqüentemente ignora o processo simultâneo de fragmentação e divisão dos níveis sociais global e doméstico como resultado direto da internacionalização. Certamente, este é o paradoxo do nacionalismo: um fenômeno global e uma resposta a pressões internacionais que gera o particularismo e a fragmentação. Em nenhum lugar isto foi percebido com maior clareza do que na brutalmente dividida Europa de 1992: no ocidente, a união alfandegária, Maastricht e as Olimpíadas de Barcelona; nos Balcãs, o genocídio, a guerra étnica feroz e o ódio assassinato. Os transnacionalistas freqüentemente apontam para fenômenos que, em sua visão, justificam a reivindicação de uma crescente sociedade de comum através das fronteiras. Entretanto, dentro dos muitos fluxos que eles identificam, novas formas de divisão, chauvinismo ou hegemonia particularista podem estar emergindo – a religião, o esporte, a TV via satélite sendo casos em questão. Qualquer teoria a respeito do impacto dos processos internacionais sobre o mundo tem que abracer as duas dimensões deste processo: a integração e a fragmentação. Além disso, esta teoria tem que identificar as continuidades e as descontinuidades do papel duradouro, e em mudança, do Estado nos processos internacionais e transnacionais.²²

A maior dificuldade com o conceito transnacional de sociedade internacional gira em torno de seu tratamento do Estado: a precipitada superação behaviorista em alguns casos; em outros, a eclética multiplicação de estruturas e “níveis” ou um cômodo recuo para um Estado-centrismo modificado.²³ Como discuti no Capítulo 3, parte desta confusão é resultado de dois diferentes significados de “Estado” que levam a uma falsa contraposição do “Estado” aos processos transna-

²¹Ver Capítulo, p. 30-1.

²²Para uma excelente discussão, ver Joseph Camilleru e Jim Falk, *The End of Sovereignty?* (Aldershot: Edward Elgar, 1992).

²³Para críticas das teorias sobre uma crescente economia “transnacional”, ver David Gordon, ‘The global economy: new edifice or crumbling?’ *New Left Review*, n.168, March-April 1988, p. 24-64; e Paul Hirst e Graeme Thompson, ‘The problem of ‘Globalisation’’, *Economy and Society*, v.21, n.4, November 1992, p. 357-96.

cionais e sociais e à preocupação com o que é, de muitas maneiras, uma falsa questão, aquela do grau em que o Estado está sendo, ou não, tomado pelos processos transnacionais. Neste capítulo, o argumento é centrado em outra consequência desta polaridade estatal/não-estatal, qual seja, o modo pelo qual esta falsa oposição torna difícil perceber como os processos transnacionais ou internacionais, longe de enfraquecer o Estado, o desenvolvem e o alteram: como, em outras palavras, os próprios processos de mudança política e social dentro dos países são resultado de processos externos e como, por sua vez, a divergência ou convergência dos Estados com relação às normas de homogeneidade afeta o curso das relações internacionais.

O PARADIGMA “CONSTITUTIVO” E OS SEUS PROTAGONISTAS: BURKE, MARX E FUKUYAMA

Até aqui, a discussão foi sobre as duas variantes de “sociedade internacional”, a realista – interestatal, reprodutiva – e a transnacionalista. Agora, é possível atentar para uma outra reinterpretação do conceito de “sociedade internacional”, uma que não procura interpretações variantes do interestatal ou das dimensões de interação transnacional: este conceito busca, enquanto não negando as forças destas dimensões, localizar a discussão em outra dimensão na qual o termo “sociedade internacional” pode ser mais apropriadamente aplicado. Neste contexto, as relações interestatais e os seus conflitos, incluindo a guerra, não são dissolvidas, mas são localizadas dentro de uma estrutura mais ampla.

À primeira vista, isto pode parecer ser outra variante do uso sociológico do termo “sociedade internacional” no sentido de sociedade transnacional. Entretanto, este último conceito aponta para uma sociedade internacional única, uma entidade transnacional ligada por inúmeros processos e instituições e que gradualmente substitui a interação dos Estados. Com isso, ela está pouco interessada nas questões ortodoxas das relações internacionais, concebidas como as relações entre os Estados. O conceito “homogêneo” oferecido aqui é bastante diferente, atribuindo um papel permanente e continuamente adaptativo aos Estados e buscando explicar seu comportamento pela identificação de um contexto mais amplo de relações transnacionais e os meios pelos quais estes dois níveis de atividade internacional interagem com o doméstico. Os elementos desta teoria ficarão mais claros com a análise de três escritores teórica e historicamente diferentes, em cujos trabalhos é possível discernir esta terceira concepção de sociedade internacional.

A idéia de sociedades separadas sendo ligadas por características comuns e de suas políticas externas como sendo positivamente afetadas por tal similitude foi amplamente empregada no pensamento do século

XVIII. Os anos que vão do Tratado de Utrecht em 1713 à Revolução Francesa de 1789 pareceram naquela época, e em retrospecto, relativamente harmoniosos entre os grandes poderes europeus. Uma explicação muito utilizada é que a paz residia no equilíbrio de poder, mas, naquele período e depois, outras explicações também invocaram os princípios compartilhados de legitimidade política e social doméstica de que gozavam os Estados europeus. Assim, Voltaire falou da Europa cristã (“com ou sem a Rússia”) como “um tipo de grande comunidade” na qual as mesmas crenças religiosas básicas e os “mesmos princípios de lei pública e política desconhecidos em outras partes do mundo” prevaleceram. Heeren, o analista hanoveriano do sistema de Estados cujo trabalho muito influenciou Wight, Bull e seus parceiros na “escola inglesa”, definiu o sistema de Estados em termos interestatal e doméstico como “a união de vários Estados contíguos, parecendo-se uns com os outros em seus costumes, religião e condição social e colocados juntos por uma reciprocidade de interesses”.²⁴ Lugar comum nas relativamente pacíficas décadas antes de 1789, esta idéia somente recebeu um tratamento mais elaborado quando as posições nas quais se sustentava foram colocadas em questão: foi neste contexto que a idéia de uma “sociedade internacional” baseada em idéias políticas e sociais compartilhadas foi exposta por Burke.

As linhas gerais da teoria política de Burke são bem conhecidas e necessitam de pouca explicação aqui. Similarmente, o teor geral de suas visões sobre as questões internacionais também foi bem descrito.²⁵ Burke possuía a visão de que a sociedade, e os sistemas políticos, eram mantidos por fatores intangíveis – os sentimentos, os valores, as práticas herdadas, os costumes – e que, se estes sofressem interferências abruptas ou racionais, sucederia o caos. Apesar de ser um

²⁴Como citado em Adam Watson, *The Evolution of International Society* (London: Routledge, 1992) p.206-8. Watson (p.8) também cita Gibbon como afirmando que a “um filósofo pode ser permitido considerar a Europa como uma grande república única”. A despeito de sua afiliação à Escola Inglesa, Watson parece pouco preocupado com a distinção entre ‘sistemas’ e ‘sociedades’ de Estados. Sobre a prática do século XVIII e as suas implicações para as idéias de um conjunto comum de valores, ver Felix Gilbert ‘The ‘new diplomacy’ of the eighteenth century’, *World Politics* (1951) p. 4-5.

²⁵Para uma visão geral das teorias de Burke para as relações internacionais, ver John Vincent, ‘Edmund Burke and the theory of international relations’, *Review of International Studies*, v.10, n.3, July 1984, p. 205-18 e Hans-Gerd Schumann, *Edmund Burke’s Anschauungen von Gleichgewicht in Staat und Staatsystem* (Meisenheim: Galn, 1964). Para discussão de seus escritos posteriores sobre a França com fragmentos extensos e comentários, ver Conor Cruise O’Brien, *The Great Melody: A Thematic Biography and Commented Anthology of Edmund Burke* (London: Sinclair-Stevenson, 1992) p. 542-69. Ele discute que, apesar de Burke estar errado em perceber o regime pós-1794 como revolucionário, ele estava certo em prever a busca de Napoleão por “honra, glória e riquezas” através da expansão (p. 555). Uma discussão da teoria de Burke que se assemelha a esta é encontrada em ‘Edmund Burke and the Commonwealth of Europe’ de Jennifer Welsh, paper apresentado na conferência anual da British International Studies Association, Dezembro 1992.

conservador, Burke não era contra a mudança e sua reflexão sobre a América, a Índia e a Irlanda mostravam isto.²⁶ Sua metodologia era, genericamente falando, pré-sociológica, desprovida de uma preocupação com a industrialização ou a sociedade “moderna”, empregando, todavia sem usar o termo, um conceito de ideologia como o precipitador do desenvolvimento social e o principal garantidor da paz e da estabilidade. Sua oposição à Revolução Francesa deve-se a isto: ele não somente abominava os atuais feitos dos jacobinos (as *Reflections* foram escritas em 1790, bem antes do pior terror ou das expansões napoleônicas) como também a própria aplicação da razão, a rejeição da tradição e a perseguição do progresso e da perfeição. Ao invés dos três pilares da estabilidade – a monarquia, a aristocracia e a igreja – existia um novo trio perigoso – regicida, ateísta e jacobinista.

As implicações disto, indicadas em uma ou duas passagens de *Reflections* de 1790,²⁷ são expressas em maior extensão em suas *Latters on a Regicide Peace*, escritas em 1795-6. Fragmentados e mal-humorados como são estes textos, eles contêm uma teoria bastante distinta da homogeneidade na sociedade internacional e as conclusões analíticas e normativas que delas provêm. Em essência, a teoria de Burke sobre a sociedade internacional pode ser resumida segundo as formulações dos parágrafos seguintes.

Primeiro, uma sociedade internacional existe em virtude de normas políticas e sociais comuns que vigoram dentro da sociedade. Burke considera que as relações estáveis entre os Estados residem na semelhança de ordens políticas e sociais: em aspectos fundamentais eles são homogêneos. Aplicando ao internacional esta concepção de coesão social que desenvolveu internamente, Burke discute como:

Os homens não são ligados uns aos outros por papéis e selos. Eles são levados a se associar por semelhanças e conformidades, por simpatias. É assim com as nações e com os indivíduos. Nada é mais forte como um laço de amizade entre as nações do que a semelhança de leis, costumes, maneiras e hábitos de vida. Eles têm mais forças do que os tratados. Eles são obrigações escritas no coração.²⁸

Adiante, ele se refere à “conformidade”, à “analogia” e à “similaridade” entre as nações da Europa, seus costumes e práticas:

²⁶Para uma interpretação de Burke como de certa forma um radical, ver Conor Cruise O’Brien, *Introduction to Reflections on the Revolution in France* (Harmondsworth: Penguin, 1968).

²⁷Burke, *Reflections*, p. 125-6, 262-5 e 376-7. Todas as outras citações são de *The Works and Correspondence of Edmund Burke*, vol. 5 (London: Francis and John Rivington, 1852).

²⁸Burke *Works and Correspondence*, p. 305-6.

No fundo, todos estes são os mesmos. Freqüentemente, os autores do direito público chamavam este *agregado* de nações de uma comunidade. Eles tinham motivos. Virtualmente, ele é um grande Estado possuindo a mesma base de direito geral, com alguma diversidade de costumes provinciais e estabelecimentos locais. Por esta semelhança nas formas de intercurso e no modo de vida, nenhum cidadão da Europa poderá estar em completo exílio em qualquer parte dela. Nada mais existe além de uma variação agradável para recrivar e instruir a mente, para enriquecer a imaginação e melhorar o coração.

Daí, segue que a ameaça representada pela Revolução Francesa reside não somente nas políticas específicas que ela possa perseguir, mas no próprio fato dela ser uma revolução. Por seu exemplo, ela desafia toda a ordem sobre a qual reside a sociedade britânica. Nas palavras de Burke, a Revolução Francesa constitui uma “facção” que simplesmente por continuar a existir minará os outros Estados na Europa nos quais outras facções comparáveis existem ou podem vir a existir: como tal, a França revolucionária é um tipo de perigo bastante distinto do que antes existia. Burke escreve:

Uma destruição certa paira sobre estes príncipes apaixonados que, no conflito com este poder novo e jamais visto, agem como se estivessem engajados em uma guerra que tem uma semelhança com disputas passadas. Sempre fui da opinião que esta desordem não era, em sua natureza, intermitente. Concebi que esta disputa, uma vez iniciada, não poderia repetir-se e deveria ser encerrada por nossa própria prudência: nossa primeira briga com este mal seria também a nossa última. Nunca pensei que poderíamos estar em paz com o sistema; não era por causa de um objeto que a rivalidade continuava, estávamos em guerra com o próprio sistema. Como compreendi o problema, não estávamos em guerra com a sua conduta, mas com a sua existência; estávamos convencidos de que a sua existência e a sua hostilidade eram a mesma coisa.²⁹

Nesta frase final, a essência da teoria da homogeneidade é resumida: a França revolucionária era um perigo mortal somente pelo fato de existir. A estabilidade das outras sociedades na Europa dependia de que a França fosse como elas. Sem homogeneidade, não poderia haver paz interna ou internacional.

Para Burke, a Revolução Francesa representava uma ameaça tão grande não somente por causa do desafio que colocava para a “semelhança” e a “similaridade” (termos por ele utilizados para definir a homogeneidade dos países do *ancien régime*), mas também para o que ele chamava de “vizinhança”. Existe uma *lei de vizinhança* que não permite que um homem seja o senhor perfeito de seu próprio domínio. Quando um

²⁹Ibid., p.320-1.

vizinho vê a sua porta uma *nova construção*, uma perturbação, ele tem o direito de representação frente ao juiz: que, por sua parte, tem o direito de ordenar a paralisação do trabalho; ou, se construído, a sua remoção... *Nenhuma inovação* é permitida que possa resultar, mesmo secundariamente, em prejuízo de um vizinho.

Burke então aplica isso à arena internacional:

Este princípio que, como o resto, é verdadeiro para as nações e os homens conferiu aos maiores arredores da Europa um dever de saber e um direito de prevenir qualquer inovação capital que possa resultar na construção de uma perigosa perturbação... A vizinhança da Europa não tinha somente um direito, mas uma tarefa indispensável e um interesse exigente de denunciar este novo trabalho antes que ele produzisse o perigo que sentimos agora com dor e que sentirmos por muito tempo... Ele viola os direitos sobre os quais não somente a comunidade da França, mas todas as comunidades, são fundadas. Os princípios que as sustentam são *gerais* e são tão verdadeiros na Inglaterra como em qualquer outro país.³⁰

Destes princípios, segue uma teoria de segurança política e social e o programa de intervenção contra-revolucionária pelo qual Burke é melhor conhecido. Uma vez que os princípios da homogeneidade e da vizinhança são aceitos, segue, então, que nenhum país ou Estado pode defender seus interesses ou seu modo de vida por si mesmo. Refletindo sobre a Grã-Bretanha no final do século XVIII, Burke discute que embora ela pareça forte internamente, a Revolução Francesa só por seu exemplo já constitui uma ameaça:

Se não olharmos para nada além de nossa condição doméstica, o Estado da nação é mesmo cheio de abundância: mas se imaginarmos que este país pode longamente preservar seu sangue e sua comida, separado da comunidade humana, tal opinião não merece refutação como absurda, mas piedade como insana.³¹

Burke defende, de fato, uma guerra preventiva contra a França revolucionária, para eliminá-la antes que engula o resto da Europa. “A escola da humanidade é o exemplo e eles não vão aprender em nenhuma outra. Esta guerra é uma guerra contra aquele exemplo.”³² Em *Letter II*, Burke discute que, apesar de alguns perceberem o conflito com a França como uma guerra externa, encorajados pelos próprios jacobinos, eles estão enganados. Na verdade, ela é uma guerra civil.

³⁰Ibid., p. 307-9.

³¹Ibid., p. 259.

³²Ibid., p. 313.

É uma guerra entre os partidários da antiga ordem civil, moral e política da Europa contra uma seita de ateus fanáticos e ambiciosos que buscam mudar tudo. Não é a França estendendo um império externo sobre as outras nações: é uma seita objetivando um império universal, começando com a conquista da França.³³

A análise de Burke das consequências internacionais da Revolução Francesa e das respostas adequadas normalmente tem sido lida à luz de sua teoria da intervenção ou, mais amplamente, a partir de suas visões sobre as formas de mudanças apropriadas e inapropriadas dentro da sociedade. Contudo, presente em suas *Letters* estão os elementos de outra teoria, pertinente à toda discussão das relações internacionais. Burke está argumentando que as relações entre os Estados residem não sobre a conduta de política externa em seu sentido mais estreito, mas, principalmente, na convergência e na similaridade de seus arranjos domésticos ou, em outras palavras, sobre a prevalência de uma sociedade internacional homogênea. A conclusão alcançada é que, para a manutenção da paz em uma ordem internacional qualquer, é preciso que ela desenvolva normas de comportamento interestatal e também produza uma comunidade de Estados com constituições internas bastante similares.

Poucos teóricos poderiam ter um ponto de partida e conclusões mais diversas de Burke do que Karl Marx que, duas gerações depois, produziu uma teoria alternativa das implicações da Revolução Francesa e do que constituía a coesão social e política. Se Burke opunha-se à Revolução Francesa, Marx a considerou como o começo de um processo de emancipação humana global; se Burke invocou a tradição e o costume, Marx os denunciou como ideologia e invocou a razão; se Burke percebia as idéias como constitutivas da sociedade, Marx percebia o processo produtivo, em suas formas material e social, como a sua base.

Contudo, além, ou dentro, destas enormes diferenças, existem três pontos de convergência de particular relevância para esta discussão. Primeiro, ambos dão importância em sua análise da sociedade ao que hoje definiríamos como “ideologia”, isto é, um conjunto de valores sobre o que é desejável nas relações sociais e políticas, até onde é possível mudá-las e quais poderiam ser os agentes apropriados de mudança e estabilidade. Burke não deriva seu conceito de ideologia das relações socioeconômicas como faz Marx, mas ele percebe que elas são proximamente ligadas aos interesses dos que detêm o poder dentro da sociedade – a monarquia, a aristocracia e a igreja – e à aceitação pela massa da população de que estes valores constituíam uma importante forma de poder político e social: a teoria de Burke era pro-

³³Ibid., p.322.

tomarxista ou, mais precisamente, protogramsciana, fornecendo um conceito de hegemonia sem o conceito de dominação.

Segundo, a crença na importância da ideologia dentro de qualquer sociedade produziu uma perspectiva internacional compartilhada. Burke e Marx perceberam a estabilidade e o desenvolvimento das sociedades individuais e dos Estados como sendo determinadas pelos processos internacionais. Isto os levou a sua terceira posição comum, de que as revoluções são eventos internacionais em suas causas e consequências e que impõem necessidades éticas. As conclusões normativas das duas teorias mostram um atraente contraponto: para Burke, a obrigação era intervir para esmagar a revolução antes que ela se consolidasse e se disseminasse; para Marx, a obrigação era agir para apoiá-la, sustentando a continuidade dos processos internacionais por elas libertados. A tarefa de intervir era comum para ambos, mas alcançada a partir de pontos de vista totalmente opostos.

A maioria das análises dos escritos de Marx trata suas idéias sobre questões políticas específicas como derivadas de sua teoria geral e tais derivações são, sem dúvida, válidas: mas, em muitos casos, ao invés de colocar alguma derivação de um tipo vertical, pode ser igualmente pertinente olhar para a influência de outros pensadores e para o clima intelectual da época, o que se pode denominar de influências horizontais. No caso das visões de Marx sobre o nacionalismo, isto pode ser bastante recomendável: a idéia de Marx pode ser bem-explicada pelo que outros, como John Stuart Mill, estavam falando, como por suas teorias de valor excedente e de desenvolvimento capitalista.³⁴ Uma ligação semelhante, horizontal, pode ser feita com relação a suas visões sobre a sociedade internacional, como fica evidente ao se examinar um de seus precursores na tradição socialista, Saint-Simon.

Saint-Simon acreditava que a sociedade européia estava se tornando cada vez mais homogênea e, na verdade, nenhuma grande mudança era possível em um só país: "De forma alguma, a França possui uma vida moral só sua. Ela é somente um membro da sociedade européia e existe uma proximidade forçada entre os seus princípios políticos e os de seus vizinhos". Invertendo Burke, Saint-Simon defende que o resto da Europa deveria conformar-se às mudanças pelas quais a França estava passando: "A nação francesa não pode ser tratada e curada em isolamento; os remédios que podem curá-la precisam ser aplicados por toda a Europa". Esta solidariedade nasce em parte da necessidade moral de que eles renunciem à guerra, mas tem uma raiz mais profunda no contínuo processo de industrialização, que sujeita estas sociedades a um destino comum e produz um conjunto novo e compartilhado de interesses na paz. No fim, argu-

³⁴Sobre esta similaridade entre Marx e os outros contemporâneos, ver meu "Bringing the economic back in: The case of nationalism", *Economy and Society*, v.21, n.4, November 1992.

menta Saint-Simon, a sociedade industrial, além de criar a homogeneidade também cria um interesse internacional na paz. A homogeneização é, portanto, tanto um processo objetivo como um propósito ético e político.³⁵

A visão de uma sociedade internacional é afirmada com maior clareza no *Manifesto Comunista*, no qual Marx apresenta a forma pela qual o modo capitalista de produção, com a burguesia como agente, transforma todas as sociedades por todo o mundo. Tanto quanto qualquer pensador liberal de sua época, Marx acreditava no triunfo inevitável de um modelo de sociedade sobre os outros e em uma crescente convergência e homogeneização da sociedade. Enquanto Burke, refletindo sobre a "comunidade" da Europa do século XVIII, considerava a homogeneidade da sociedade internacional como uma realidade estabelecida, embora sob a ameaça da Revolução Francesa, Marx percebia a sociedade internacional como uma ordem global emergente sendo criada pela disseminação do capitalismo, na qual as sociedades individuais estavam tornando-se cada vez mais parecidas umas com as outras.

A necessidade de um mercado em constante expansão para seus produtos persegue a burguesia por toda a face do globo. Ela tem que abrigar-se por todo o lado, fixar-se por todo o lado, estabelecer conexões por todo o lado. A burguesia, pelo rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, pelos imensamente facilitados meios de comunicação, traz todas, mesmo a mais bárbara das nações, para dentro da civilização. Os baixos preços das mercadorias são a pesada artilharia com que derruba todas as muralhas da China, com as quais força a capitular o ódio intenso e obstinado dos bárbaros aos estrangeiros. Ela compele todas as nações, sob o risco de extinção, a adotar o modo burguês de produção; compele-as a introduzir o que chama de civilização em seu meio, para que se tornem elas mesmas burguesas. Em uma palavra, ela cria um mundo a sua própria imagem.³⁶

À primeira vista, a concepção de Marx de sociedade internacional pode parecer ter mais em comum com a concepção transnacional do que com a constitutiva. Certamente, ele compartilha a visão dos liberais internacionais, como Adam Smith e Richard Cobden cujos herdeiros de direito são os transnacionais dos anos 1970 e 1980, de que o crescente contato entre as sociedades produz uma maior integração e unidade nos negócios mundiais. Porém, o foco da análise de Marx não reside

³⁵Citações de Saint-Simon e a discussão em Emile Durkheim, *Socialism and Saint-Simon*, editado por Alvin Gouldner (London: Routledge & Kegan Paul, 1959) p. 170-5.

³⁶*Manifesto of the Communist Party* em Karl Marx, *The Revolutions of 1848: Political Writings*, ed. David Fernbach, vol. 1 (Harmondsworth: Penguin Books em associação com New Left Review, 1973) p. 71.

somente nos crescentes laços *entre* sociedades e no problema do transnacionalismo, mas também no grau em que, através do globo, as sociedades cada vez mais estão se conformando umas com as outras. Marx reconheceu o processo de homogeneização internacional e a centralidade desta conformidade interna para as relações internacionais. Para Marx, a questão central nas relações internacionais é como esta crescente homogeneização, um resultado da disseminação do capitalismo, afeta não somente a política doméstica e internacional de diferentes países, mas também a sua estrutura social. Este é o princípio que perpassa seu mais importante trabalho de todos, *O Capital*, que considera uma sociedade, a Grã-Bretanha, como a exemplificação do desenvolvimento capitalista como um todo, e procura, examinando a sua estrutura e desenvolvimento, colocar um modelo universal. A premissa implícita no *Capital* é de que uma sociedade internacional está sendo criada pela disseminação global do capitalismo. Para Marx, os mecanismos da economia, e os padrões de propriedade associados a eles, desempenham as mesmas funções que as práticas e os costumes tinham em Burke.

Existem, como discutido no Capítulo 2, fraquezas manifestas na teoria de Marx, com implicações para esta concepção de sociedade internacional e das relações internacionais como um todo. Primeiro, a perspectiva histórica fundamental, a teleologia, sobre a qual esta teoria sustentava-se era falsa; o capitalismo, enquanto tomado pela irracionalidade, a desigualdade e as revoltas cílicas, não estava inevitavelmente criando um conjunto de contradições que, então, iria destruí-lo. Além disso, como ele próprio começou a reconhecer depois, o capitalismo não estava criando um mundo homogêneo no qual uma economia comparável àquela dos países mais desenvolvidos seria reproduzida através do globo.³⁷ O capitalismo estava unificando o mundo e criando seu próprio sistema mundial, mas isto era na base de múltiplas desigualdades e hierarquias, e não da homogeneização, como ele supunha, com livre despreocupação, no *Manifesto*.

Marx também estava enganado a respeito das implicações políticas e internacionais desta homogeneização. Pois, longe de levar à criação de uma única burguesia pelo mundo, ou a cooperação entre as burguesias para um benefício econômico mútuo, esta crescente unificação do mundo e a homogeneização de sociedade foi acompanhada por crescentes antagonismos entre as burguesias de diferentes países. Foi legada à geração teórica que o sucedeu – Karl Kautsky, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, V.I. Lenin e Nikolai Bukharin – a tarefa de produzir, dentro de uma estrutura marxista, uma teoria de como o capitalismo, em um mundo que se unifica, também criou

³⁷Sobre o foco em mudança no trabalho de Marx, ver Teodor Shanin (ed.) *Late Marx and the Russian Road* (London: Routledge, 1983).

um desenvolvimento desigual que levou as classes dominantes dos países mais avançados a se enfrentar na guerra. Na verdade, este era o contexto no qual o debate marxista sobre o imperialismo ocorreu nas duas primeiras décadas deste século. Depois, isto seria formalizado como a teoria do desenvolvimento combinado e desigual.³⁸

Contudo, se Marx estava enganado em seu entendimento da concepção inerente ao desenvolvimento histórico e do grau em que a homogeneização ou a harmonização ocorreram de fato, ele estava certo em identificar a disseminação do capitalismo e o seu impacto sobre as economias, os sistemas políticos e as culturas de todos os países. O reexame de onde ele estava certo, e onde estava errado, ficou muito mais fácil, pouco mais de um século depois de sua morte, com o fim não somente do grande interlúdio da homogeneização capitalista representada pelo colonialismo, mas também pela, no final das contas, infrutífera tentativa de seus seguidores de buscar um caminho de desenvolvimento alternativo e heterogêneo. O capitalismo derrubou “as muralhas da China” não somente dos impérios e das sociedades pré-capitalistas, mas também daqueles que quiseram erigir um bloco “pós-capitalista”. Como veremos nos Capítulos 7-9, este nada mais é do que um exemplo dos mecanismos da sociedade internacional.

Poderia parecer inapropriado incluir nesta discussão uma consideração do trabalho de Francis Fukuyama, o cientista político americano cujo ensaio “O fim da história” e depois o livro, *O Fim da História e o Último Homem*, fizeram dele uma das mais controversas figuras intelectuais do início dos anos 1990.³⁹ Fukuyama tem sido desconsiderado por muitos comentadores acadêmicos e, na verdade, há muito em seu trabalho que é questionável ou impreciso. Entretanto, como será discutido em maior extensão no Capítulo 9, seu trabalho, e o momento no qual ele apareceu, colocam um importante conjunto de questões. Tal conjunto permite não somente analisar o fim da Guerra Fria, mas também o curso das relações internacionais, nem que seja só por causa de sua idiossincrática, mas reveladora invocação, de vários pensadores clássicos, mais especificamente Kant, Hegel e Nietzsche, para restabelecer uma conexão entre os debates contemporâneos e a tradição do pensamento político.

Fukuyama propõe-se examinar se é possível escrever, no sentido kantiano, “uma história universal de um ponto de vista cosmopolita.” Sua resposta é sim, que é possível, que a história tem uma

³⁸Ver Tom Kemp, *Imperialism* (London: Dennis Dobson, 1967); e Bill Warren, *Imperialism: Pioneer of Capitalism* (London: Verso, 1980); Michael Löwi, *The Politics of Combined and Uneven Development* (London: Verso, 1981).

³⁹Francis Fukuyama, ‘The end of history’, *The National Enquirer*, Summer 1989; e *The End of History and the Last Man* (London: Hamish Hamilton, 1992).

direção. Esta direção é determinada por dois processos: a dinâmica da ciência moderna e o avanço em direção à democracia liberal. Ele percebe a dinâmica da ciência moderna como um processo incessante que determina como e por que o desenvolvimento econômico e social ocorre e evolui e explica porque cada vez mais este processo produz sociedades similares.

O primeiro fator identificado por Fukuyama é o impacto da competição militar que, ele argumenta, encoraja a racionalização das sociedades e a formação de estruturas sociais uniformes, uma consideração muito mais pontual do que uma baseada somente no benigno transnacionalismo não-estatal. Fukuyama fornece muitos exemplos de modernização defensiva forçando os países a se conformar, terminando com a Rússia no final dos anos 1980:

A ciência natural moderna impõe-se ao homem, quer ele se importe com isso ou não; a maioria das nações não tem a opção de rejeitar o racionalismo tecnológico da modernidade se quiser preservar a sua autonomia nacional. Vemos aqui uma demonstração da verdade da observação de Kant de que a mudança histórica acontece como um resultado da “sociabilidade a-social” do homem: é o conflito, ao invés da cooperação, que primeiro induz o homem a viver em sociedades e então desenvolver o potencial destas sociedades mais completamente.⁴⁰

O segundo fator que leva à crescente convergência das sociedades através da ciência é o desenvolvimento econômico e as necessidades que cria para a organização do trabalho, do Estado e da educação:

Todos os países passando por uma modernização econômica devem crescentemente assemelhar-se: eles precisam unificar-se nacionalmente com base em um Estado centralizado, urbanizar-se, substituir formas tradicionais de organização social como a tribo, as seitas e a família por formas economicamente racionais baseadas na funcionalidade e na eficiência e fornecer educação universal para seus cidadãos. Tais sociedades tornaram-se cada vez mais ligadas umas com as outras através dos mercados globais e da expansão de uma cultura de consumidor universal.⁴¹

Fukuyama não considera que este imperativo científico-desenvolvimentista necessariamente traga a democracia, e a sua grande adver-tência histórica é que uma sociedade autoritária pode ter sucesso em termos econômicos, como, por exemplo, no leste asiático. Contudo, ele afirma que, em alguns aspectos, como na liberdade de informação e na

tomada de decisão, a democracia liberal contribui para tal desenvolvimento. Ele também discute, em terreno bastante distinto, que a democracia liberal, apesar de todos os seus fracassos, é melhor do que qualquer outro sistema para atender o que ele percebe como as mais fundamentais das necessidades humanas: o reconhecimento e o respeito. A combinação destas duas necessidades (eventual, mas que se reforça) fornece a base para duas de suas afirmações mais abrangentes: primeiro, que uma história universal pode ser escrita, repleta com teleologia e, segundo, já que uma resposta para os principais problemas do desenvolvimento humano foi encontrada na teoria e, em alguma medida, implementada na prática pelos Estados mais fortes e influentes do mundo, a história, no sentido de um conflito entre modelos globais, acabou.

Existem duas importantes implicações da teoria de Fukuyama para esta discussão de “sociedade internacional”, ambas são, em alguma medida, trabalhadas ao longo de seu livro. A primeira é que, como um resultado dos processos que ele identifica do conflito e da rivalidade dos Estados, os países são cada vez mais forçados a se conformar, a produzir à semelhança identificada por Burke. Fukuyama não atribui à ideologia, ao costume ou à prática a importância dada por Burke, mas percebe a cultura como uma importante parte da modernidade para a qual todas as sociedades são forçadas a se dirigir. Além disso, a cultura é um dos mecanismos através dos quais as sociedades são forçadas por outras a se conformar: a sua análise do fim da Guerra Fria, baseada na transmissão para uma população educada dentro dos países comunistas de uma imagem de um mais bem-sucedido mundo ocidental faz uso considerável de fatores ideológicos.

Segundo, Fukuyama, trabalhando o argumento de Michael Doyle e outros, desenvolve a tese de que a democracia liberal significará o fim do conflito interestatal como o conhecemos: por razões significativas, já que as democracias liberais não vão à guerra umas com as outras, a disseminação da democracia liberal reduz a probabilidade do conflito e da rivalidade militar entre os Estados desenvolvidos e progressivamente confina a guerra às relações com, ou entre, os Estados não-democráticos.⁴² À medida que a democracia liberal se difunde, também se reduz o domínio da guerra. No final das contas, o fim da história significará o fim das relações internacionais como até aqui as conhecemos. A criação, pela primeira vez, de uma sociedade internacional significa que a visão de Kant de paz universal será realizada. Marx encontraria uma vingança perversa, não através da criação de uma sociedade comunista em escala mundial, mas através da completa realização, um século e meio depois da publicação do *Manifesto*, de um mundo criado à imagem capitalista. A

⁴⁰Fukuyama, *End of History*, p. 76.

⁴¹Ibid., p. xiv-xv.

⁴²Michael Doyle, ‘Liberalism and world politics’, *American Political Science Review*, v.80, n.4, December 1986, p. 115-69.

Revolução Bolchevique desafiou o mundo capitalista “ameaçado pela extinção”:⁴³ no fim, ela foi extinta.

As disputas levantadas pela teoria de Fukuyama são muitas e tocam em questões distantes da análise da sociedade internacional. Três, em particular, merecem atenção crítica: a representação, a democracia e o desenvolvimento. Voltarei a elas no capítulo final, no contexto de uma consideração geral de seu trabalho. Aqui, basta dizer que as dificuldades com a sua teoria, assim como com a sua perspectiva geral, dizem respeito diretamente à questão da sociedade internacional e aos próprios significados de “sociedade” que são vistos como funcionando no nível internacional.

AS IMPLICAÇÕES PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Em resumo, estes são os elementos do que pode ser identificado como o terceiro modelo de sociedade internacional, o “constitutivo”. Como qualquer mudança teórica, a sua introdução é dirigida não tanto para negar a coerência e o potencial explicativo dos outros dois conceitos, embora tenhamos identificado algumas dificuldades neles, mas para apontar uma outra interpretação que pode, em seu próprio contexto, sugerir um programa de investigação adicional. Perceber a sociedade internacional como os processos representados pela idéia de “homogeneidade” pode ajudar-nos a olhar para as áreas das relações internacionais que até agora tem sido sub-reconhecidas ou que, por meio de recentes desenvolvimentos, sejam eles teóricos ou históricos, foram colocadas em uma nova perspectiva.

Em primeiro lugar, qualquer abordagem baseada no conceito de “homogeneidade” convida a uma história alternativa das relações internacionais e do desenvolvimento das sociedades individuais. Para as últimas, a mudança é evidente: o que antes podia ser percebido como histórias nacionais isoladas e distintas, agora aparece muito mais claramente como o resultado de processos internacionais de imitação, de competição e de modernização defensiva e de influência. Como o trabalho dos sociólogos históricos sobre o Estado discutido no Capítulo 3 – Otto Hintze, Michael Mann – mostrou, através da história, o crescimento das instituições administrativas e coercitivas tem sido influenciado pela competição com outros Estados. Esta perspectiva da sociologia histórica internacional pode ser empregada para explicar não somente o desenvolvimento econômico, mas também a mudança política, social e econômica dentro dos países. As implicações para as relações internacionais são muitas. Se perguntarmos como o “in-

ternacional” importa e, por extensão, quais são os processos internacionais que merecem maior atenção, então este processo de imitação, homogeneização e resistência a ele se torna central. O conflito entre os Estados e a atividade diplomática ortodoxa não são excluídos, mas formam parte de um padrão mais amplo de interação internacional.

Um fenômeno que esta abordagem conceitual ajuda a identificar e explicar é um que pode ser chamado, em retrospecto, de *pathos* da fuga semiperiférica. Por isto, quer-se dizer a tentativa, ao longo do último século, de vários países que não estavam na linha de frente do desenvolvimento capitalista ocidental de escolher as vias de desenvolvimento que desafiaram o modelo de organização política e econômica estabelecido.

Em um sentido, estes eram exemplos do “alcançar” gerschenkroniano: mas o que é pertinente aqui é como, no fim, eles tiveram de abandonar os meios excepcionais de tentar fazê-lo. O que é marcante nestas tentativas é que, enquanto bem-sucedidas por algumas décadas, elas, no final das contas, foram destruídas pelas pressões internacionais da guerra, da competição não-militar ou da influência cultural ideológica. Os mais óbvios exemplos disso são os Estados comunistas que, por um razoável período de tempo, de Outubro de 1917 a Agosto de 1991 para ser preciso, buscaram mapear tal caminho alternativo. Destes, o mais significativo foi a URSS que, embora extremamente antibeligerante pelos padrões da maioria dos Estados modernos, envolveu-se, apesar disso, em conflitos militares prolongados com os grandes poderes capitalistas rivais: ela venceu seu primeiro grande desafio, o do autoritarismo capitalista na Alemanha, mas sucumbiu frente ao segundo, o do capitalismo liberal no período pós-1945.

O *pathos* da fuga semiperiférica, entretanto, não se aplica somente aos regimes de esquerda. Na direita, vários países, especificamente a Alemanha, a Itália e o Japão, buscaram seu próprio caminho alternativo nos anos 1920 e 1930, somente para serem colocados na linha pelo mais firme de todos os instrumentos de homogeneização: a derrota militar e a ocupação. O que a Segunda Guerra Mundial trouxe para estes três países, a atração do mercado e as pressões da classe média para a modernização cultural e política, também trouxe para os menores e menos beligerantes Estados europeus de direita: Espanha, Portugal e Irlanda⁴⁴. Cada um deles adotou regimes conservadores

⁴³Pareceria, à primeira vista, injusto incluir a Irlanda nesta categoria, já que, em oposição aos países fascistas, ela permitiu o pluralismo político e uma medida de liberdade constitucional desde a independência em 1922. Em alguns aspectos, entretanto, particularmente sob os governos de Fianna Fáil de 1930 e 1940, ela esteve envolvida em uma versão branda de fuga semiperiférica: a repressão ideológica através da censura e do controle clerical da educação, de desligamento econômico através da substituição de importação e de controles comerciais, tudo isto também coberto pela linguagem nacionalista sobre o excepcionnalismo hiberniano na economia e aos olhos de Deus.

⁴⁴Manifesto, p. 71.

depois das guerras civis no período entreguerras que criteriosamente prolongaram a sua existência ficando de fora do conflito global dos anos 1940. Embora a sua exclusão estratégica atrasasse a sua homogeneização, a partir do final dos anos 1950 eles começaram a experimentar as atrações do Mercado Comum e estavam, no final da década de 1970, integrados na CEE e apropriadamente homogeneizados.⁴⁵ O mesmo se aplica, com alguma variação, à Grécia.

Mesmo os EUA e o Reino Unido, sem dúvida os casos mais puros de desenvolvimento capitalista, não escaparam de intrusões abruptas externamente alimentadas: os EUA tentaram, até 1860, manter o caso mais extremo de oligarquia capitalista, o sul escravocrata, enquanto o Reino Unido atrasou a extensão do sufrágio à classe trabalhadora e às mulheres até ser forçado pela Primeira Guerra Mundial. Perceber como os fatores externos, em particular, a pressão para conformar-se, contribuíram para estes resultados não significa negar a importância de fatores endógenos e específicos.

Este entendimento da sociedade internacional como “homogênea” tem consideráveis implicações para a questão discutida nos Capítulos 7-9, a análise da Guerra Fria e do seu fim: primeiro na explicação que sugere sobre como e por que o sistema soviético entrou em colapso, um caso único de um bloco hegemônico desaparecendo na ausência de uma guerra interestatal; e, segundo, nas implicações que levanta para o padrão das relações internacionais no pós-Guerra Fria.

Qualquer teoria de relações internacionais que se sustente pode, presumivelmente, elaborar uma explicação de por que a Guerra Fria terminou. O caráter particular do colapso soviético, entretanto, sugere que alguns mecanismos de pressão internacional, separados tanto do conflito interestatal como da interação econômica transnacional, estavam agindo; que, em outras palavras, os mecanismos de homogeneidade no fim cobraram seus direitos. Um exemplo adicional disto aparece na retórica da campanha eleitoral americana em 1992. Enquanto na era da Guerra Fria, a principal dimensão e *leitmotif* da competição internacional, como refletido nos discursos eleitorais, era a rivalidade militar com a URSS, em 1992 ela havia mudado para a arena da competição econômica com o Japão e a Comunidade Européia. As soluções oferecidas por Bush e, mais ainda, por Clinton residiam explicitamente em comparações internacionais sobre a educação, os gastos sociais, a política de investimentos e os níveis salariais. Os

⁴⁵Para uma breve análise do caso português ver, meu ‘Whatever happened to the Portuguese Revolution?’ *New Statesman*, 15, April 1992. A discussão aqui é ver se a Revolução Portuguesa de 1974-5 tendo sido “traída” ou “perdida” desligou-se das intenções da maioria daqueles que a organizaram e a apoiaram, que era precisamente cumprir a agenda incompleta da revolução constitucional liberal de 1910, integrar com o resto da Europa e liberar-se do ônus anacrônico das colônias africanas.

dois principais candidatos defenderam que somente se tornando mais parecidos com os seus competidores os Estados Unidos poderiam manter ou recuperar a sua posição internacional.⁴⁶

Para o futuro, se a suposição de que as democracias liberais não vão à guerra sustentar-se, e se este sistema político prevalecer em uma significativa parte do mundo – mais especificamente estabelecer-se e manter-se na Rússia – então o estabelecimento de uma sociedade internacional no sentido mais forte, mais “homogêneo”, da palavra significará que uma nova era nas relações internacionais começou. O “fim da história” se traduziria no fim das relações internacionais como até aqui entendidas.

Estas considerações analíticas e históricas deixam sem solução a questão teórica de como a homogeneização funciona. É preciso ainda especificar uma terceira dimensão dos relacionamentos internacionais, interligados com, mas separados dos, dois níveis identificados pelas outras concepções de sociedade internacional: a interestatal e a transnacional. Isto seria legitimamente chamado de “socialização”, mas indicaria não a socialização de que fala o realismo, ou seja, de fazer com que os outros Estados soberanos aceitem certas normas em seu comportamento internacional, mas sim a reprodução dentro das sociedades de normas estabelecidas em outro lugar do sistema.⁴⁷ Esta terceira dimensão, aquela da influência social, política e ideológica e da homogeneização, pode, em um dado momento, estar subordinada as outras duas, mas pode, em outros, prevalecer sobre elas. O mínimo que se pode dizer é que, independentemente de qual for a estrutura, seja a evolução do sistema ao longo dos últimos cinco séculos e o papel dentro dela da evolução do capitalismo ou o destino dos países semiperiféricos no século XX, a relevância deste processo de homogeneização parece ser considerável. O fim da história pode significar o fim das relações internacionais como política de poder. Também pode ser o presságio do começo das relações internacionais como uma interpretação teórica abrangente e adequada das múltiplas dimensões da sociedade internacional.

⁴⁶Tais comparações eram muito menos evidentes no ambiente político mais reservado do Reino Unido, onde os apelos nacionalistas sobre a especificidade britânica, especialmente em questões de reforma constitucional dominavam a agenda. Uma exceção marcante foi a manchete de primeira página sobre os baixos padrões educacionais na Inglaterra: ‘Bottom of the Class – Only Brazil, Mozambique and the old Soviet Union have WORSE schools’, *The Daily Mirror*, 13, March 1992.

⁴⁷Para uma tentativa de teorizar precisamente tal processo, ver G. John Ikenberry e Charles A. Kupchan, ‘Socialization and hegemonic power’, *International Organization*, v.44, n.3, Summer 1990, p. 283-315.

Capítulo 5

“A SEXTA GRANDE POTÊNCIA”: AS REVOLUÇÕES E O SISTEMA INTERNACIONAL

UM CASO DE DESATENÇÃO MÚTUA

A disciplina das relações internacionais tem uma relação desconfortável com a revolução. A afirmação de Hannah Arendt de que o século XX tem sido moldado pelas guerras e as revoluções é freqüentemente citada, mas é surpreendente como, dentro da pesquisa institucionalizada e do ensino das relações internacionais, estes dois processos historicamente formativos recebem tratamento diferencial. São muitos os cursos, as revistas e os departamentos sobre a guerra. O estudo da guerra em suas dimensões históricas, estratégicas, éticas e políticas, é central para o estudo acadêmico das RI. Em oposição, as revoluções tiveram uma existência marginal. Livros e explicações teóricas lhe devotam pouco espaço. Não existe nenhuma revista especializada na questão. Algum dia ainda iremos encontrar o professor de Estudos Revolucionários Oliver Cromwell: não há convites para palestras no Instituto Internacional Thomas Paine para o Estudo Comparado da Mudança Revolucionária.

Não existe uma razão única para esta marginalização. Vários fatores dentro da tradição intelectual e do contexto institucional das RI convergiram para produzir esta situação. As próprias RI começaram como um estudo da guerra e das causas da guerra e permanecem guiadas, como os documentos para a prevenção da guerra na Carta da ONU, pela crença de que a guerra entre os Estados deve ser percebida como uma agressão racialmente decidida e não a internacionalização do conflito social.

O desenvolvimento teórico posterior das RI tem confirmado isto de muitas maneiras. Na incorporação da ciência política americana e

britânica às RI, existe um adicional desprezo e desatenção com as revoluções, percebidas como quebras dos processos regulares na sociedade nacional e internacionais.¹ Com a ascensão do behaviorismo, o conceito de “revolução”, junto com aquele de Estado, foi dissolvido em um espectro de violência e de “guerra interna” que nega a sua especificidade analítica e histórica¹. O neo-realismo em sua versão waltziana, classificando todas as referências a processos internos e transnacionais como “reducionista”, tem, por sua vez, impedido a consideração da interação entre a mudança internacional e a interna.²

Outros fatores podem ser levantados no contexto mais geral das ciências sociais. O estudo da revolução não se sente em casa em qualquer das ciências sociais, embora tenha recebido mais atenção dentro da sociologia e da história. Nestas disciplinas, entretanto, existem poucas referências às dimensões internacionais do fenômeno. A maioria dos trabalhos sociológicos, até *States and Social Revolutions* de Skocpol, tratou as revoluções como se elas tivessem acontecido dentro de entidades político-nacionais distintas.³ Outra importante contribuição recente ao estudo comparado e teórico das revoluções, o trabalho de Jack Goldstone e associados, chamou a atenção para certos fatores internacionais que levam ao enfraquecimento dos Estados, especialmente as pressões econômico-fiscais e as políticas de aliança desestabilizadoras; entretanto, foi-lhes atribuído um lugar secundário, no que ainda permanece, predominantemente, como a análise de entidades nacionais e políticas autônomas. A mais importante dimensão comparativa do trabalho de Goldstone, aquela da pressão demográfica,

¹Ver Harry Eckstein, *Internal War* (New York: Free Press, 1964) e James Rosenau, ‘Internal War as an International Event’ em Rosenau (ed.) nota 9.

²Este é um princípio núcleo do realismo e do neo-realismo, a despeito de concessões de muitos realistas de que a exclusão dos fatores internos é simplesmente uma conveniência analítica. O argumento de Waltz é claramente expresso em *Theory of International Politics*, Capítulo 4: Discuti esta suposição e as mudanças no argumento envolvidas no Capítulo 1. São vários os exemplos da supressão convencional das dimensões internacionais da revolução dentro das RI. Por exemplo, Jack Plano e Roy Olton, *The International Relations Dictionary*, 4.ed. (Santa Barbara: Longman, 1988) não tem nenhuma discussão da inter-relação geral entre os dois assuntos: um item (não-indexado) sobre a revolução e a guerra discute somente aspectos internos. A literatura das RI está repleta de discussões de aliança, mesmo assim, raramente é deixado claro que (a) muitas alianças têm como seu propósito original a supressão da revolução dentro dos Estados membros e (b) que uma das razões principais para o colapso ou o fim das alianças é que revoluções ocorrem dentro de alguns dos membros: os destinos da OTASE, CENTO e o Pacto de Varsóvia deveriam deixar este último ponto suficientemente evidente – vítimas, respectivamente, dos levantes vietnamita, iraniano e leste europeu. De fato, a CENTO foi vítima da revolução por duas vezes: sua forma inicial, o Pacto de Bagdá, teve que ser abandonado em favor do CENTO depois da Revolução Iraquiana de 1958.

³Ver, por exemplo, uma visão da literatura sociológica em Stan Taylor, *Social Science and Revolutions* (London: Macmillan, 1984).

possui uma origem incerta no internacional e, como ele mesmo indica, os fatores internacionais têm impactos ambíguos sob os Estados, com potencial para fortalecer-los e enfraquecer-los.⁴

Dentro das abordagens teóricas das RI, o realismo discute as revoluções, mas elas são normalmente invocadas não como objetos de estudo em si mesmas, mas para provar as pressões da conformidade e da socialização que os constrangimentos do sistema impõem mesmo sobre o mais diferente e revisionista dos Estados. Nenhum livro realista é completo sem a afirmação, de validade dúbia, de que os Bolcheviques haviam se enquadrado no sistema em 1922. A lição tirada é que mesmo as revoluções não podem escapar do sistema.⁵

A discussão mais extensa das revoluções em uma perspectiva realista é a de David Armstrong em *Revolution and World Order: The Revolutionary State in International Society*. Armstrong afasta-se de alguma forma da concepção convencional de “sociedade internacional” de Wight-Bull, primeiro pela inclusão nas “normas” das questões societárias relacionadas à constituição interna dos Estados, como a escravidão, ou a conduta democrática e, segundo, pela aceitação de que, mesmo quando são socializados, os Estados revolucionários podem forçar os poderes do *status quo* a revisar as normas de relacionamento estatal, como demonstra o sucesso da União Soviética em levar ao estabelecimento da Organização Internacional do Trabalho nos anos 20 e o fim do colonialismo depois da Segunda Guerra mundial.⁶ Entretanto, mesmo que isto rompa os cânones realistas pela aceitação da importância das estruturas políticas e sociais internas, na melhor das hipóteses este é um ajuste parcial: por um lado, evita a questão de investigar o que internamente constitui a norma do Estado, no mínimo as suas relações de propriedade; por outro, negligencia

⁴Jack Goldstone, Ted Robert Gurr e Farrokh Moshiri (eds.) *Revolutions of the Late Twentieth Century* (Boulder and Oxford: Westview, 1991) p. 41. Ver também Jack Goldstone, *Revolution and Rebellion in the Early Modern World* (Berkeley and Oxford: California University Press, 1991; Jack Goldstone (ed.) *Revolutions: Theoretical, Comparative and Historical Studies* (London: Harcourt Brace, Jovanovitch, 1986). Para uma discussão extensa de, e por, Goldstone, ver *Contention: Debates in Society, Culture and Science*, Winter 1993, n.5, particularmente o artigo de John Foran ‘Revolutionising theory/Theorising revolutions’ que considera *Revolution and Rebellion* de Goldstone. Foran (p. 73) coloca a intrigante questão de até que ponto o crescimento demográfico pode ser tratado como uma variável independente (pelo qual ele significa externamente determinada) e de até que ponto ele é resultado de diferentes processos nacionais.

⁵ Fred Northedge, *The International Political System* (London: Faber & Faber, 1976), p. 28-30; Waltz, *Theory of International Politics*, p. 127-8. A despeito da não-conformidade em outras questões, James Der Derian chega a conclusões similares: *On Diplomacy: The Revolutionary State in International Society: A Genealogy of Western Estrangement* (Oxford: Basil Blackwell, 1989) p. 198.

⁶*Revolution and World Order* (Oxford: Clarendon Press, 1993) p. 8-11, 40-1, 75-8, 155-7, 242-3, 307-10.

cia as operações da sociedade internacional no sentido amplo identificado no Capítulo 4 e que vão muito além das ações de governos.

Outras tendências dos anos 1970 e 1980 igualmente dedicam um espaço pequeno aos levantes revolucionários: a economia política internacional e a interdependência estão preocupadas com as relações dentro do mundo capitalista e principalmente com as suas partes desenvolvidas, sem muita necessidade de olhar para os Estados mais pobres e revolucionários. O papel da Guerra do Vietnã para provocar a conscientização da "interdependência" é esquecido. Os estudos estratégicos do período da Guerra Fria, muito distante de suas amarras históricas clausewitzianas, examinaram a corrida armamentista Leste-Oeste em quase completa abstração das composições socioeconômicas conflitantes dos sistemas soviético e americano. Pouca atenção foi dada aos conflitos sociais e políticos do Terceiro Mundo que, longe de constituírem uma dimensão secundária da Guerra Fria, eram-lhe centrais e catalisadores da própria corrida armamentista.⁷ Em termos de moldar o mundo do pós-guerra, a guerra de guerrilha, em suas formas revolucionárias e contra-revolucionárias, foi pelo menos tão influente como as armas nucleares: contudo, dificilmente ela figura no currículo ortodoxo de estudos estratégicos.

Além de fatores de clima acadêmico e intelectual, outras influências, que Kuhn educamente chama de "institucionais", também desempenharam a sua parte: com a breve exceção dos anos 1950 e 1960 houve o distanciamento de um tópico difícil e controverso. O custo da maior integração acadêmica com o mundo "real" foi uma crescente concentração naqueles aspectos da "realidade" considerados como adequados pelos financiadores, nos níveis corporativo e estatal.⁸

Apesar disso, existem três aspectos nos quais estes elementos de desatenção mútua não tem sido absolutos ou nos quais elemen-

⁷Desenvolvi este argumento em meu *The Making of the Second Cold War* (London: Verso, 1983). Alguns escritores em estudos estratégicos, incluindo Alexander George, Raymond Garthoff e Michael Mandelbaum discutiram esta inter-relação, mas, na maior parte, falharam em encontrar lugar suficiente para ela na análise da corrida armamentista pós-guerra e competição estratégica. Por exemplo, Garthoff em *Reflections on the Cuban Missile Crisis* (Washington, Brookings Institution, 1987) menciona os temores soviéticos de uma invasão americana em Cuba, mas amplamente subestima a importância desta preocupação na decisão soviética, eminentemente racional, de colocar mísseis na ilha. A confirmação de que isto era uma possibilidade é feita por Pierre Salinger, nesta época secretário de imprensa de Kennedy: ver "Kennedy and Cuba: the pressure to invade was fierce", *International Herald Tribune*, 6 February 1989. Nos estudos acadêmicos britânicos convencionais da corrida armamentista nuclear, o impacto das revoluções do Terceiro Mundo dificilmente merece menção.

⁸A cronologia do financiamento e da publicação de trabalhos americanos sobre as guerras internas e as suas dimensões internacionais conta a sua própria história: um acúmulo de interesse, motivado pela preocupação no despertar da Revolução Cubana no início de 1960, seguido por um tenso silêncio, uma vez que as dificuldades da Guerra do Vietnã se tornaram evidentes. O impacto, explícito e tácito, da Guerra do Vietnã sobre o estudo acadêmico das relações internacionais ainda está por ser analisado.

tos de uma interação das RI com a revolução podem ser identificados. Antes de mais nada, há um corpo de literatura dentro das RI que explicitamente abordou as questões analíticas e comparativas apresentadas pelas revoluções: os trabalhos de Kissinger, Rosecrance, Wight, Rosenau, Kim, Calvert e o já mencionado de Armstrong.⁹ A compensação é que, apesar de sua exígua quantidade, a qualidade e a perspicácia com que estas importantes questões são colocadas é normalmente muito boa. Mesmo os trabalhos produzidos antes da pesquisa sociológica mais recente sobre as revoluções tem um alto padrão: as questões que eles colocam passaram no teste do tempo.

Segundo, as revoluções têm estado presentes dentro das RI de forma disfarçada, dentro dos tópicos que apresentam pontos de partida alternativos e nos quais uma releitura e reconstituição da literatura existente pode torná-la relevante para o estudo desta questão: isto é verdadeiro para alguns dos trabalhos de Rosenau sobre as ligações transnacionais, para a literatura sobre a intervenção (suas causas, elementos práticos e ética) e, embora de uma maneira mais abstrata, para parte da literatura sobre o terrorismo.¹⁰

Terceiro, existe alguma literatura em ciências sociais cognatas que é acessível e relevante para a construção de uma discussão das RI sobre as revoluções: se isto é verdade em trabalhos históricos que destacam os aspectos internacionais da revolução (Palmer, Rudé, Hobsbawm sobre o século XVIII, Carr, Liebman, Deutscher, Harding sobre a Revolução Bolchevique¹¹) o é ainda mais na "terceira onda" de escritos socio-

⁹Henry Kissinger, *A World Restored* (Gloucester, MA: Peter Smith, 1973); Richard Rosecrance, *Action and Reaction in International Politics* (Boston: Little Brown, 1963); Martin Wight, *Power Politics* (London: Penguin, 1966) Capítulo 7; James Rosenau (ed.) *International Aspects of Civil Strife* (Princeton: Princeton University Press, 1964); Kim Kyong-won, *Revolutions and International System* (London: University of London Press, 1970); e Peter Calvert, *Revolution and International Politics* (London: Frances Pinter, 1984).

¹⁰No escrito acadêmico sobre as RI, a superestimação do termo "terrorismo" para cobrir muito mais ações do que as do próprio terror tem sido um dos capítulos mais escorregadios da disciplina. O terrorismo, no sentido sensacional em que a palavra vem sendo normalmente usada, é uma característica subalterna das relações internacionais. Para uma perspectiva histórica, e alguma ética, ver Walter Lacquer, *Terrorism*, 2.ed. (London: Weidenfeld & Nicolson, 1989); Conor Gearty, *Terror* (London: Faber & Faber, 1991); Fred Halliday, "Terrorism in historical perspective", *Arab Studies Quarterly*, v.9, n.2 (Spring, 1987).

¹¹R.R. Palmer, 'The world revolution of the West', *Political Science Quarterly*, v.69, n.1, March 1954; R.R. Palmer, *The Age of the Democratic Revolution, 1760-1800*, 2 vols., (Princeton: Princeton University Press, 1959 e 1964); George Rudé, *Revolutionary Europe 1713-1815* (London: Fontana, 1964); Jacques Godechot, *La Grande Nation* (Paris: Aubier, 1956); Eric Hobsbawm, *The Age of Revolution: Europe 1789-1948* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1962); E.H. Carr, *The Bolshevik Revolution*, v.3 (London: Penguin, 1973); Marcel Liebman, *Leninism under Lenin* (London: Merlin press, 1973) parte 4; Isaac Deutscher, *Marxism, Wars and Revolution* (London: Verso, 1984) e suas biografias de Stalin e Trotsky; Neil Harding, *Lenin's Political Thought*, v.2 (London: Macmillan, 1981).

lógicos sobre a revolução, especialmente os de Skocpol e Goldstone: concentrando seu interesse no enfraquecimento e no desmoronamento dos Estados, eles destacam o papel da competição interestatal nas causas das revoluções e na formação dos Estados pós-revolucionários. Da mesma maneira que os escritos de RI sobre o assunto, estes textos sociológicos não são numerosos e podem, como já notado, tender a enfatizar os sistemas nacionais: entretanto, as suas implicações analíticas e teóricas são consideráveis.¹²

A análise do lugar das revoluções nas RI pareceria englobar três grandes áreas de investigação. A primeira é histórica para determinar o lugar e a influência das revoluções na história do sistema internacional e na formação do ambiente internacional do século XX. O mínimo que pode ser dito aqui é que o papel das revoluções, à la Hannah Arendt, tem sido sistematicamente subestimado.

A segunda área de investigação é descritiva, propondo o exame das próprias dimensões internacionais das revoluções e determinando até que ponto podem ser identificadas regularidades no comportamento político. A consideração realista dominante do sistema internacional supõe já haver identificado quais são estas regularidades e as confirma por suas afirmações: entretanto, pode haver muito ainda a ser desvendado.

A terceira, e mais fundamental área de investigação, diz respeito à teoria, isto é, quais são as questões teóricas que o estudo das revoluções coloca para as RI. Isto leva a um exame de até que ponto cada um dos paradigmas estabelecidos pode, ou não, lidar com um reconhecimento adequado da importância das revoluções e até que ponto afirmações aparentemente centrais da disciplina precisam ser reexaminadas à luz de tal investigação. Esta sondagem teórica, todavia, nos leva além do domínio das RI: envolve um processo duplo, um que deve examinar não somente como as revoluções afetam as RI, mas até que ponto uma consideração apropriada do contexto internacional pode colocar questões para as explicações sociológicas e políticas estabelecidas sobre a revolução.

AS REVOLUÇÕES E OS SEUS EFEITOS

O uso dos conceitos dentro das RI depende, em um grau não-reconhecido pela disciplina, das definições emprestadas de outras áreas. A revolução, assim como os conceitos de Estado, poder e sistema, não é uma exceção. Como todos os conceitos da ciência social, o conceito de “revolução” evoluiu ao longo do tempo e contém vários significados. Na discussão abaixo, utilizamos um sentido do

¹²Estes pontos são bem levantados por Jack Goldstone, “Theories of Revolution: the third generation”, *World Politics*, April 1980.

termo restrito e discriminatório definido por Skocpol e outros: as revoluções sociais e políticas fundamentais. Em particular, a discussão se sustenta em três contribuições importantes ao estudo das revoluções que servem para delimitá-las como eventos históricos separados e comparativamente raros, mas que, longe de serem marginais ou atípicos para a história dos Estados e do sistema internacional, são pontos de transição e de formação sem os quais o mundo moderno não seria como é.

A primeira destas contribuições, publicada em 1979, é *States and Social Revolutions*, de Theda Skocpol. As revoluções foram identificadas como uma categoria distinta de evento histórico com base no grau de transformação da sociedade e da destruição do velho Estado:

As revoluções sociais são transformações rápidas e básicas do Estado de uma sociedade e de suas estruturas de classe; elas são acompanhadas e, em parte, realizadas, pelas revoltas de classe vindas de baixo. As revoluções sociais são separadas de outros tipos de conflito e processos transformativos, acima de tudo, pela combinação de duas coincidências: a coincidência da mudança estrutural societária com o levante de classe; e a coincidência da transformação política com a social.¹³

Apesar de considerar a mobilização de massa e a aspiração democrática, Skocpol priorizou a relação entre as revoluções e os Estados – ambos buscaram derrubar os Estados existentes e consolidar novos. Ao fazê-lo, destacou como a competição interestatal, nos terrenos econômicos, militares e políticos, serviu para enfraquecer os Estados e preparou o caminho para a revolução – algo evidente nos três casos que considera, França, Rússia e China.

O segundo alicerce deste estudo sobre as revoluções é *The Social Origins of Dictatorship and Democracy*, de J.B. Barrington-Moore, publicado em 1967. Moore examinou os caminhos opostos para a industrialização e a democracia liberal de vários importantes Estados e mostrou como estas trajetórias dependiam consideravelmente dos padrões de poder agrário presentes no período pré-industrial. Contudo, o trabalho de Barrington-Moore também desenvolveu dois argumentos que contrariaram grande parte do pensamento convencional sobre a revolução. Em oposição à idéia dominante de um caminho “pacífico” não-revolucionário, perseguido pela Inglaterra e os EUA, ele apontou para os capítulos extremamente violentos através dos quais estes países fizeram a transição para a modernidade. Incluindo, nos EUA, a primeira guerra industrializada da história moderna (1861 a 1865), por ele considerada uma revolução. Ao mesmo tempo, ao analisar os países que aparente-

¹³Theda Skocpol, *States and Social Revolutions* (Cambridge: Cambridge University Press, 1979) p. 4.

mente evitaram as transições por não ter revoluções, a Alemanha e o Japão, ele mostrou a violência que acompanhou as suas transições, com a repressão interna e a agressão externa. Em resumo, ele argumentou que não existia uma escolha entre um caminho violento e um não-violento e que ambos os caminhos, o revolucionário e o não-revolucionário, possuíam custos humanos. As revoluções eram, portanto, não aberrações a uma alternativa não-violenta, mas uma forma de transição inevitavelmente violenta para uma sociedade moderna e, freqüentemente, uma forma que, em escala internacional, foi menos violenta do que a alternativa germano-nipônica.

O terceiro componente da concepção de revolução social aqui utilizado é o clássico ainda não-traduzido do escritor alemão Karl Griewank, *Der Neuzeitliche Revolutionsbegriff, Entstehung und Entwicklung*.¹⁴ Griewank traçou o desenvolvimento do conceito de “revolução” através de suas prévias fontes astronômicas e constitucionais até o conceito “moderno” que nasceu da Revolução Francesa.¹⁵ Isto lhe permitiu não somente identificar diferentes sentidos do termo, mas também discernir mais claramente os componentes do seu uso moderno: as revoluções não abrangem somente a mudança política ou a constitucional, mas também a participação da massa neste processo; o alvo central das revoluções era o controle do Estado e, por esta razão, nenhum conceito de revolução era possível antes da emergência do Estado moderno (casualmente, o mesmo se aplica a qualquer conceito do sistema interestatal ou internacional); agora, as revoluções são encaradas como momentos de transição para um mundo novo, melhor ou mesmo perfeito, o começo de uma nova era na qual tudo seria diferente. É esta concepção “moderna” de revolução, analisada por Griewank e herdada da Revolução Francesa, que tem permeado a maior parte da discussão posterior.

As questões da definição e do papel histórico das revoluções são, com certeza, centrais para qualquer discussão destes levantes no contexto internacional. Quase toda a discussão sobre as revoluções na literatura das RI as percebe em um sentido muito mais frouxo para incluir os golpes e as explosões de violência, o que não as dissolve simplesmente em um espectro behaviorista. A maior parte da literatura das RI supõe também que as revoluções são momentos de colapso, ao invés de transição, e que estes momentos são diferenciados pela violência, em oposição a regimes estáveis e repressores, mas que não

¹⁴“Der Neuzeitliche Revolutionsbegriff, Entstehung und Entwicklung (Weimar: Hermann Bohlaus Nachfolgerm 1955). Uma seção foi traduzida em Heinz Lubacs, *Revolution* (London: Macmillan, 1968).

¹⁵Um artigo clássico que cobre o mesmo terreno que Griewank é A.T. Hatto, “Revolution: an enquiry into the usefulness of an historical term”, *Mind*, October 1949.

seriam violentos. Na verdade, enquanto cada um dos principais paradigmas contemporâneos das RI lida com as revoluções em alguma medida, as bases conceituais de suas considerações variam em tal extensão que os seus achados se aproximam do incomensurável. Isto ocorre não somente por causa de diferenças de conceitualização geral, mas porque cada um se utiliza de um conceito diferente de revolução. Uma visão condensada, necessariamente resumida, de como cada um dos três principais paradigmas trata as revoluções pode tornar isto mais claro.

Para os realistas, a tendência é perceber as revoluções como mudanças em estilos de política externa e de prioridades dos Estados, tanto que estas constituem um fator “revisionista”, “insatisfeito” ou desequilibrador no sistema internacional e devem ser adequadamente domadas: as revoluções são um colapso em um mundo de outra forma ordenado. Em si mesmas, elas não requerem nem explicação ou contextualização histórica. Mesmo uma análise realista perceptiva, como aquela de Rosecrance opera com este modelo: *A World Restored*, de Kissinger, exemplifica. Armstrong, como já discutido, vai de algum modo localizar as revoluções mais centralmente dentro do curso da história internacional, de certa maneira violando o paradigma realista.

Para os behavioristas, como Rosenau, as revoluções são parte do espectro de violência e podem espalhar-se transnacionalmente como um vírus: contudo, esta violência é vista em termos psicológicos, abstraída de sua causa social ou do contexto internacional e, de novo, ela é oposta à alternativa estável e supostamente não-violenta.

O materialismo histórico, presente nas RI em sua variante “estruturalista” domada, presta muito mais atenção às revoluções e as vê condicionando, precisamente, o papel formativo e transicional identificado por Skocpol e Barrington-Moore, e envolvendo uma mudança social e política substancial. Em oposição aos realistas e aos behavioristas, os materialistas históricos consideram as revoluções positivamente e também começam a olhar para os fatores internacionais, definidos pelo capitalismo e pelo imperialismo, como o contexto no qual qualquer revolução individual será localizada. De forma sagaz, Marx criticou as afirmações de uma teoria baseada nos grandes poderes, afirmando que a ordem pentárquica do século XIX, aquela dos cinco poderes, seria varrida pela “sexta grande potência”, a revolução.

Entretanto, por causa de sua ênfase sobre a dimensão internacional da revolução, o materialismo histórico tem dificuldade em explicar porque as revoluções parecem estar confinadas a Estados específicos e a exibir características nacionais e nacionalistas tão distintas. Além disso, a concepção materialista histórica de revolução, na prática e na teoria, reside sobre uma visão da história como se movendo, através de estágios, em direção a um alvo histórico determinado: “teleologicamente” supunha-se que as revoluções eram de alguma for-

ma transições, ou pedágios, de uma evolução unilinear da sociedade humana. Apesar de poder haver espaço para algum conceito de progresso na sociedade humana, esta visão determinista era uma ilusão e constituiu uma grande falha de toda a abordagem marxista. Ao estar presente, mesmo de forma disfarçada nos escritos influenciados pelo marxismo, incluindo Barrington-Moore e Skocpol, esta visão é também uma fonte de debilidade destes trabalhos.

Um exame resumido das três áreas de análise já identificadas, a histórica, a descritiva e a teórica, pode enfatizar melhor estas respectivas anomalias.

A FORMAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Em uma surpreendente passagem no Capítulo 6 de seu *Power Politics*, intitulado “Revolução Internacionais”, Martin Wight observa: “Pode-se muito bem perguntar por que a política internacional não-revolucionária deveria ser considerada como mais normal do que a revolucionária, já que a história da sociedade internacional tem-se dividido quase que igualmente entre as duas”.¹⁶ Em uma nota de rodapé, ele desenvolve este ponto: “Se, tomando datas convencionais, consideramos 1492-1517, 1643-1792 e 1871-1914 como anos não-revolucionários e 1517-1648, 1792-1871 e 1916-60 como revolucionários, então são 256 anos de revolução internacional para 212 não revolucionários”. Aqui ou ali, pode haver alguma discussão sobre datas ou fases, mas o ponto levantado por Wight é convincente: na maior parte da história do sistema internacional, as relações entre os Estados não têm sido determinadas pelos fatores “normais” (Wight cita o direito, o costume e a política de poder), mas pelos anormais, os revolucionários. Nestes fatores, as divisões ideológicas desempenham um papel importante e os Estados objetivam alterar, de uma forma substancial, as ordens políticas e sociais dos demais. Wight argumenta que, no fim, a doutrina dá lugar à política de poder, mas o seu reconhecimento da importância da revolução no sistema internacional, dominante por mais da metade da história do sistema, é marcante. A “anarquia” é produto tanto da ideologia, como do sistema de Estados sem soberania.

Os primeiros exemplos desta diversidade ideológica podem ser mencionados brevemente: no século XVI, os levantes ideológicos e políticos da Reforma, em si mesma um caso de “ligação” transnacional e de interação ideológica; no século XVII, as guerras e as revoluções em 1640, quando não menos do que seis Estados europeus enfrentaram le-

vantes no mesmo ano, 1648;¹⁷ e, no final do século XVIII, começo do XIX, a “Revolução Atlântica” de 1760-1800.¹⁸

A importância da revolução no século XX tem sido imensa. A Revolução Bolchevique de 1917 estabeleceu a fissura fundamental das relações internacionais deste século, uma que, baseada em dois sistemas sociopolíticos competitivos e distintos, respectivamente contribuiu e depois dominou as fricções do período entreguerras e do mundo pós-guerra. Até que ponto foi o antagonismo à Revolução Bolchevique e o medo de seu impacto na Europa central que forneceram o impulso para a ascensão do nazismo é uma questão em aberto: o próprio Hitler tinha outras preocupações, mas a disposição das classes médias alemãs e do exército em apoiá-lo pode ter sido consideravelmente afetada pelo desafio comunista. Tal dúvida não se aplica ao curso da história mundial nas quatro décadas depois de 1945: a divisão já constituída entre os Estados capitalistas e os comunistas era composta por, e em interação com, uma avalanche de revoluções no Terceiro Mundo, cuja própria enumeração corresponde a das crises mais importantes do pós-guerra – China, Coréia, Cuba e Vietnã e, no final dos anos 1970 e 1980, Camboja, Angola, Etiópia, Irã, Nicarágua e Afeganistão.

Como discutido em mais detalhes no Capítulo 7, a Guerra Fria foi um conflito intersistêmico entre dois sistemas sociais e políticos e a sua extensão para (e influenciando) os conflitos do Terceiro Mundo produziu os mais perigosos e violentos episódios da segunda metade do século XX. De 1945 a 1989, foram os conflitos no Terceiro Mundo que mais alimentaram as tensões internacionais: um indicador disto foi a política para as revoluções do Terceiro Mundo que levou os presidentes americanos a dar seus nomes para “doutrinas”.¹⁹ Igualmente, foram os problemas do Terceiro Mundo que mais desafiaram as posições dos presidentes americanos, como bem souberam Truman, Johnson e Carter. Nos anos 1960, o declínio parcial da hegemonia dos Estados Unidos foi, em grande parte, um resultado do Vietnã. A história do mundo, do fim da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 1980 foi quase toda, embora não exclusivamente, uma de resposta do sis-

¹⁷Sobre as revoluções dos anos 1640, ver Geoffrey Parker e Lesley Smith (eds.) *The General Crisis of the Seventeenth Century* (London: Routledge & Kegan Paul, 1978).

¹⁸Ver Palmer, “World Revolution”, e *Democratic Revolution*.

¹⁹Dos oito presidentes americanos entre 1945 e 1988, nada menos do que seis deram seus nomes a doutrinas de segurança formuladas para conter o comunismo e outros desafios radicais no Terceiro Mundo: Truman, Eisenhower, Kennedy, Nixon, Carter e Reagan. Lyndon Johnson pode não ter tido nenhuma doutrina com seu nome, mas certamente ele tinha uma na prática como mostram o Vietnã e a República Dominicana. Somente Gerald Ford, o substituto que ocupou a Casa Branca por dois anos depois da renúncia de Richard Nixon em 1974, foi uma exceção. Ver Fred Halliday, *Cold War, Third World* (London: Radius/Hutchinson, 1989), Capítulo 3, para discussão adicional.

¹⁶Wight, *Power Politics*, p. 92.

tema internacional à revolução. Durante as quatro décadas de Guerra Fria, a revolução forneceu o alicerce histórico para o sistema bipolar, alimentando a corrida armamentista nuclear, fornecendo motivos para a competição dos grandes poderes e ameaçando a estabilidade política doméstica dos principais países.²⁰

O conflito intersistêmico da Guerra Fria foi seguido pelos levantes na Europa oriental de 1989, que desferiram um golpe mortal no mundo bipolar que sobrevivera desde 1945. Em certo sentido, estas revoluções pareceram ir contra o padrão dos levantes dos últimos 200 anos, a concepção de revolução identificada por Griewank: elas aconteceram com relativamente pouca violência e não foram feitas em nome de alguma alternativa heterogênea, mas para, ou pelo menos assim era esperado, alinhar estes países às normas sociais, políticas e econômicas dominantes do ocidente. Na política externa, como na doméstica, elas não buscaram desafiar as normas internacionais dominantes: não somente elas aceitaram as práticas gerais da diplomacia e do direito, mas quiseram ser incorporadas nas principais instituições do ocidente, incluindo a OTAN e a Comunidade Européia (CE).

Como discutido depois, nos Capítulos 8 e 9, estas revoluções são originais em vários aspectos e não se pode questionar sua importância para a política internacional. A Guerra Fria terminou não por causa do entendimento, ou *détente*, entre os grandes poderes, mas pela superioridade de um lado sobre ou outro: em outras palavras, foi a revolução, não o mútuo entendimento, que quebrou o molde do mundo pós-1945 e anunciou um novo período histórico. Além disso, foram estas revoluções que colocaram em movimento uma série de conflitos inéditos ou praticamente esquecidos dentro e entre os Estados: isto os ameaçou e, em alguns casos, os levou a guerras por territórios. Pode ser muito cedo para considerar por inteiro o impacto destes levantes; que eles são revoluções e que eles alteraram o curso da história internacional já é evidente.

OS PADRÓES HISTÓRICOS

As revoluções são eventos internacionais em suas causas e efeitos e, com a exceção parcial daquelas de 1989, elas revelam um grau surpreendente de uniformidade. A generalização com base em exem-

²⁰Fui mais a fundo nesta relação entre o conflito Leste-Oeste e a revolução no Terceiro Mundo em meu *The Making of the Second Cold War* (London: Verso, 1983) e em *Cold War, Third World*. Um reconhecimento interessante, mesmo que atrasado, da ligação é encontrado no relatório do Pentágono *Discriminate Deterrence* (Washington: Department of Defense, 1989).

plos históricos não pode fornecer um substituto para a investigação teórica, mas pode fornecer matéria-prima para identificar inúmeros problemas que afetam o trabalho teórico. No caso das revoluções, existem pelo menos quatro áreas nas quais tais generalizações podem ser examinadas: a causa, até que ponto os fatores internacionais produzem revoluções; a política externa, como os Estados revolucionários conduzem as suas relações externas; as respostas, as reações dos outros Estados; a formação, como, em um período de tempo mais longo, os fatores internacionais e o sistema como um todo constrangem o desenvolvimento interno pós-revolucionário dos Estados e determinam as suas evoluções políticas, sociais e econômicas.

Como já observado, as revoluções ocorrem quando existem duas condições gerais: a revolta dos dominados e a impossibilidade dos governantes continuarem governando. Uma discussão mais intuitiva das causas da revolução aborda o primeiro destes dois fatos, o estímulo à revolta. Os críticos são rápidos em identificar, ou inventar, uma mão externa na subversão e na agitação e, em alguns casos, na promoção das revoluções.

Contudo, como mostraram os trabalhos de Skocpol, Goldstone e outros da “terceira onda”, é quase sempre através da outra dimensão, a do enfraquecimento dos Estados, que os fatores internacionais promovem a revolução. Os fatores internacionais desempenham um papel múltiplo em trazer à tona revoluções, mas é fundamentalmente pelo enfraquecimento dos Estados que eles contribuem para a mudança: através da derrota ou da crise na guerra, através das mudanças econômicas internacionais que destroem as ordens tradicionais, através de confrontos entre os Estados e as sociedades provocados pela mobilização de recursos para a competição internacional, através da remoção das garantias do poder hegemônico. Em outras palavras, enquanto os Estados podem usar a dimensão internacional e os recursos que ela fornece para consolidar a sua posição em casa, eles também podem-se descobrir enfraquecidos internamente como um resultado de suas atividades e alianças internacionais. Isto se aplica a muitos casos anteriores, pelo menos à França, à Rússia e à China e, igualmente, à 1989. Como discutido nos Capítulos 8 e 9, o colapso dos regimes comunistas europeus orientais em 1989 foi, no contexto imediato, um resultado da remoção da garantia soviética de intervir militarmente em seu favor e, no longo prazo, uma consequência da perda de legitimidade destes regimes nas esferas econômica e política.

O outro tipo de causa, o encorajamento dos revolucionários, evidentemente é importante: armas, sustentação política e, acima de tudo, o encorajamento ideológico e a força do exemplo. Entretanto, sem o concomitante enfraquecimento dos Estados, tal estímulo externo tem efeitos limitados: testemunhe-se o exemplo da África do Sul no qual,

apesar de imensa pressão de baixo, o Estado reteve seu poder por muitos anos e somente mudou no final da década de 1980 quando as pressões econômicas externas, especialmente o boicote de investimentos dos Estados Unidos, ameaçaram o regime.

A política externa dos Estados revolucionários do período pré-1989 é uma área ampla e extremamente pouco estudada. Parte da literatura enfatiza a questão da “nova diplomacia”, isto é, o papel da ideologia revolucionária e da ação não-convencional na política externa dos Estados revolucionários.²¹ Contudo, este desafio ideológico às normas de comportamento internacional é, no máximo, uma questão secundária: a ideologia e a interferência também desempenham um papel nas políticas externas dos poderes do *status quo* e os Estados revolucionários têm políticas externas distintas principalmente por causa dos diferentes objetivos que eles perseguem, não tanto pelos métodos que utilizam.

Este último ponto é significativo porque na maior parte da literatura, na realista e na liberal, existe uma suposição de que os objetivos dos Estados revolucionários são semelhantes aos dos outros Estados. Os liberais, por sua parte, argumentam que caso os Estados revolucionários fossem melhor tratados eles não buscariam “exportar” a revolução para alterar as relações dentro dos outros Estados. O registro histórico é muito diferente: todos os Estados revolucionários, quase sem nenhuma exceção, buscaram promover a revolução em outros Estados. O desafio que eles colocam para o sistema internacional não reside em uma nova forma de diplomacia ou de relacionamento interestatal, mas no conteúdo de sua política externa que tem como prioridade, percebida quase que como um direito ou uma obrigação, a transformação das relações sociais e políticas dos outros Estados.

Isto é subestimado pela maior parte da literatura realista e transnacional, assim como por quase todas as políticas concebidas para resolver as diferenças entre os EUA e as revoluções do Terceiro Mundo na época do pós-guerra: com relação à China, Cuba, Irã ou Nicarágua. Dado o compromisso internacionalista presente nas políticas externas destes Estados, nenhuma solução foi possível: estas políticas refletiram os componentes ideológicos das revoluções e as pressões domésticas para a realização de tal política externa.²² Ao longo

²¹Por exemplo, Andrew Scott, *The Revolution in Statecraft: Informal Penetration* (New York: Random House 1965). Der Derian, *On Diplomacy*, tem uma discussão semelhante.

²²Um exemplo de tal argumento com relação à Revolução Iraniana é encontrado nas conclusões de *The Eagle and the Lion* (New Haven and London: Yale University Press, 1988) de James Bill: Bill propõe 12 maneiras pelas quais a política americana em situações revolucionárias pode ser melhorada para reduzir o conflito com o Estado revolucionário. Estes são, em sua maioria, conselhos para aperfeiçoamento.

do tempo, tais compromissos foram sendo moderados, mas continuaram se repetindo nas revoluções modernas, começando pelos gironinos, passando pelo Comintern, Lin Piao e Che Guevara, até chegar aos apelos pan-islâmicos de Khomeini e ao seu patrocínio do *sudur-i inqilab*, ou a “exportação da revolução”: na verdade, neste, assim como em muitos outros aspectos, é surpreendente como a Revolução Iraniana, apesar de sua forma religiosa particular, foi fiel aos parâmetros e convencional.²³

De uma perspectiva histórica, a discussão sobre quem provoca quem, a revolução internacional, a contra-revolução, ou vice-versa, está fora de lugar: os dois processos podem começar de forma autônoma, por razões internas e sistêmicas e, alimentando-se um do outro, levam à confrontação. Se o internacionalismo revolucionário é um resultado quase que universal das revoluções, isso também vale para seu oposto, o internacionalismo contra-revolucionário, a tentativa dos poderes do *status quo* de impedir a disseminação das revoluções, de promover a sua reforma e, onde possível, a sua derrubada.

Esta interação coloca mais duas outras questões que, talvez, são mais recompensadoras e que nos levam ao núcleo do sistema internacional. Uma é a questão da tendência do sistema internacional à homogeneização, isto é, em direção a uma organização similar das relações entre os Estados e de seus sistemas políticos e sociais internos, levantada por Richard Rosecrance e Raymond Aron e depois desenvolvida por Stanley Hoffmann (e discutida nos Capítulos 4 e 7).²⁴ Os internacionalismos revolucionário e contra-revolucionário derivam desta tendência à homogeneização que vai além das considerações específicas de segurança internacional sobre a ameaça militar de um Estado a outro (a questão não era se o regime sandinista na Nicarágua nos anos 1980 desafiava, ou poderia desafiar, os EUA militarmente).

A segunda questão para qual a história destes dois internacionalismos aponta, a despeito das suposições de intervenção, é a da durabilidade do sistema de Estados. Todos os Estados revolucionários tentaram promover a revolução no exterior, “exportá-la”; no sentido direto do termo, nenhum jamais teve sucesso. O fracasso de Khomeini em promover a revolução no Iraque no início dos anos 1980 ou dos

²³Fred Halliday, “Iranian foreign policy since 1979: Internationalism and nationalism in the Islamic Revolution” em Juan Cole e Nikki Keddie (eds.) *Shi'ism and Social Protest* (New Haven and London: Yale University Press, 1986).

²⁴Raymond Aron, *Peace and War* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1966) pp. 373-81. Como discutido no Capítulo 4, este pressuposto de homogeneidade nos arranjos políticos e sociais internos é diferente do encontrado no conceito de “sociedade internacional” da escola inglesa: a última se preocupa somente com a homogeneidade dos valores e das práticas internacionais.

sandinistas em garantir uma vitória da guerrilha em El Salvador no mesmo período são um exemplo perfeito: poucas imagens são mais incorretas nas relações internacionais do que as da "teoria do domínio". A criação de regimes comparáveis em Estados vizinhos ocorre somente por meio de guerras interestatais que, no contexto de guerras mais amplas, então permitem a implantação de regimes homólogos (as *repubiques soeurs* dos anos 1790, as "democracias do povo" no final dos anos 1940). Na mesma linha, a contra-revolução dirigida pelo Estado quase sempre falha, exceto em casos raros, como os das guerras interestatais (França, 1815; Hungria, 1919) ou de uma severa divisão interna dentro do próprio regime revolucionário (Finlândia, 1918; Irã, 1953; República Dominicana, 1965; Granada, 1983). Apesar de todo o bombardeio dos períodos de conflito revolucionário, o sistema de Estados tende a manter-se no curto prazo.

Contudo, este "curto prazo" é significativo, pois a maior parte da discussão realista sobre a "socialização" dos Estados aborda o período imediatamente pós-revolucionário e a aparente domesticação dos Estados. O fato de que eles introduzem tréguas, abandonam a retórica internacionalista e participam da diplomacia não significa, entretanto, que os Estados revolucionários tenham sido "socializados". Uma rápida olhada na história de longo prazo dos Estados revolucionários mostra que, enquanto as suas ordens internas pós-revolucionárias permanecem intactas, eles continuam a representar um desafio ao sistema dos outros Estados. A URSS promoveu efetivamente a revolução no exterior nos anos 1940, no encerramento da Segunda Guerra Mundial, e na década de 1970 quando os EUA enfrentavam uma onda de revoluções no Terceiro Mundo e não nos anos 1920 quando ainda estava enfraquecida. A onda revolucionária cubana fracassou na América Latina nos anos 1960: mas, em 1975, forças cubanas intervieram para consolidar a ala de esquerda do MLPA (Movimento para a Libertação Popular de Angola) em Angola; em 1977, elas ajudaram a expulsar a invasão somália que ameaçava, com certa ajuda externa, a Revolução Etiópe e, em 1979, os sandinistas, em larga medida armados e encorajados por Cuba, chegaram ao poder na Nicarágua. Em Janeiro de 1989, a maioria dos *experts* estava debatendo se a Revolução Iraniana, fragilizada pela guerra e pela crise econômica, agora faria a paz com o ocidente. Um velho homem pensou diferente: sucedeu a crise de Rushdie.

Esta perspectiva de longo prazo sugere que a "socialização" da revolução é menos fácil do que a ortodoxia realista nos faz acreditar e também sugere que este desafio recorrente, mesmo que normalmente frustrado, das revoluções é um produto tanto de fatores internos como de externos. Isto leva à seguinte conclusão: até que ocorra uma reimposição da homogeneidade, isto é, até que as ordens internas dos Estados revolucionários divergentes voltem para as ordens convenci-

onais dos outros poderes, os poderes revolucionários e os não-revolucionários permanecerão em conflito. Não poderia existir exemplo mais óbvio disto que o declínio da URSS: a partir de 1985, uma nova e mais conciliatória política externa evoluiu *pari passu* com uma reforma da política e da economia soviéticas. A expectativa era que, com base em um maior entendimento mútuo, poder-se-ia chegar à *détente* e a um arranjo das disputas internacionais. Todavia, na análise final, esta reconciliação na esfera internacional tornou-se possível somente quando o sistema sociopolítico dentro da própria URSS mudou. Não foi a acomodação pelos tratados ou pela diplomacia que encerrou a Guerra Fria, mas o fim da heterogeneidade dos dois sistemas.

A interação entre as revoluções e o sistema internacional, portanto, levanta questões não somente para o estudo da revolução, mas para o das próprias RI. Um amplo repensamento teórico pode ser produzido a partir da descoberta destas implicações e da identificação de cinco áreas nas quais as revoluções ocupam um lugar central dentro das RI.

AS LIGAÇÕES DOMÉSTICAS E AS INTERNACIONAIS

As revoluções nos forçam a questionar uma das principais afirmações realistas: a de que as estruturas internas/domésticas podem ser excluídas do estudo das relações internacionais. Dentro das RI, os maiores intérpretes dos efeitos internacionais das revoluções – como Rosecrance e Rosenau – reconheceram isto, defendendo a inclusão de fatores domésticos no estudo da formulação de política externa e de seus efeitos; não é um acidente que Waltz, em sua reafirmação do realismo em 1979, argumentaria tão pesadamente contra isto. A sua divisão de teorias em "sistêmica" e "reducionista", embora possa ser muito "elegante", não se sustenta: o mais breve exame de como as revoluções contribuíram para o conflito internacional, para a guerra em seu sentido estrito, mostra como a cadeia interativa – sistema internacional/sistema doméstico/sistema internacional – é uma característica central de como as guerras aconteceram.²⁵

As guerras de 1760 contribuíram para a Revolução Francesa que levou às Guerras Napoleônicas. A pressão sobre o Império Otomano levou à Revolução dos Jovens Turcos de 1908, que precipitou as Guerras dos Balcãs e daí estimulou a Primeira Guerra Mundial. A Primeira Guerra Mundial levou à Revolução Bolchevique, que determinou o papel da Rússia na Segunda Guerra Mundial e além.

²⁵O conceito de Rosenau de "ligação soldada" captura bem esta inter-relação. Sobre a recusa de Waltz em aceitar isto como uma parte legítima da teoria das RI, ver nota 2.

O conflito interestatal, e mais amplamente o conflito intersocietal, levou ao colapso do comunismo no final dos anos 1980. Enfocando somente o “sistêmico”, o modelo de Waltz paradoxalmente minimiza a força do internacional. Depois da competição interestatal e do seu impacto dentro da sociedade, ocorrem mudanças que então levam a mais conflito interestatal. Como discutido em maiores detalhes no Capítulo 4, esta é a interação formativa que tanto moldou a história internacional.

O Capítulo 3 já esboçou uma discussão sobre as diferentes implicações do conceito de “Estado” para as relações internacionais: aqui é possível somente resumir-las para o estudo da revolução. As revoluções se referem aos Estados, todavia, as RI operam com um conceito próprio e cada vez mais problemático de Estado. Tanto quanto outros desenvolvimentos nas RI e nas ciências sociais, as revoluções obrigam a introdução de um novo conceito de Estado, além da categoria político-legal normalmente usada nas RI: uma categoria sociológica que o percebe como uma entidade administrativa-coercitiva.

O conceito de Estado convencionalmente usado (mesmo que raramente definido) nas RI impede, precisamente, uma análise dos processos que tornam as revoluções internacionais: os efeitos da competição interestatal nas relações Estado-sociedade, o enfraquecimento das ligações Estado-sociedade pelo impacto das revoluções em outros Estados e a determinação da política externa revolucionária pelos conflitos Estado-sociedade de períodos pós-revolucionários.

O segundo conceito de Estado é mais restrito e nos permite ver sua personalidade de Janus, como uma entidade de duas faces que olha para dentro em direção à sociedade que busca dominar e, para fora, em direção aos outros Estados e/ou sociedades com as quais interage com o objetivo de fortalecer a sua própria posição interna. Com este conceito de Estado de duas faces também torna-se possível reexaminar uma característica do sistema internacional que a teoria convencional considera como dada e para a qual fornece respostas tautológicas ou axiomáticas: por que os Estados competem. Especificamente, pode-se perguntar por que, como os próprios realistas freqüentemente percebem, a competição entre os Estados ideologicamente antagônicos (heterogêneos) é mais duradoura e abrangente do que aquela entre os Estados de orientação semelhante. As respostas convencionais, em termos de maximização de poder na arena internacional, deixam de fora os determinantes domésticos de tais conflitos intersistêmicos.

O fator doméstico na atividade interestatal leva-nos à questão ainda não respondida colocada por Rosecrance, Aron e Hoffmann e discutida em maior extensão no Capítulo 4: a da homogeneidade e a da heterogeneidade. Em um certo nível, poderia parecer excessivo identificar uma tendência à homogeneidade das ordens internas dentro do sistema internacional. Afinal, Estados com diferentes ordens podem co-

mercializar e trocar embaixadores. Se eles respeitam a não-interferência e concordam com a diversidade do sistema interno, isto é, se “coexistem” pacificamente, então a heterogeneidade não deveria ser a causa do conflito: Kim, por exemplo, com base em seu estudo da Revolução Francesa, vê isto como uma solução viável.²⁶

Além disso, um elemento de heterogeneidade pode ser percebido como benéfico para os Estados, já que fornece um “outro”, um estrangeiro e um objeto ameaçador no mundo externo, a partir do qual os Estados podem mobilizar apoio social e político interno. Estas não são considerações imaginárias: existem muitos casos nos quais a tolerância ou o fortalecimento através da diversidade funcionaram. Entretanto, a evidência histórica indica que o equilíbrio está em outra direção: isto é, a heterogeneidade promove o conflito. Em outras palavras, existe uma suposição de homogeneidade dentro do sistema. Isto é obviamente real em um sentido negativo: se os Estados são organizados em diferentes bases, então, provavelmente, eles se sentem mais ameaçados uns pelos outros.

O mais importante impacto internacional e internacionalista das revoluções reside não nas ações deliberadas dos Estados, mas na força do exemplo: a Revolução Francesa proclamou os direitos do homem, confiscou as terras dos aristocratas e decapitou o rei e a rainha. A Revolução Bolchevique derrubou a monarquia, nacionalizou a propriedade e proclamou um Estado da classe trabalhadora. O impacto do Irã tem sido exemplar e ideológico, muito além do alcance identificável da República Islâmica.

Mesmo quando os Estados não buscam promover o seu modelo, como a maioria o faz – a “caridade maligna” denunciada por Burke – o conhecimento do que fizeram, ou do que se acredita que tenham feito, age como um catalisador: ele perturba as ordens estabelecidas. O colapso serial dos regimes comunistas na Europa oriental em 1989 foi uma instância extraordinária de tal efeito de demonstração. Uma vez que se tornou evidente, em junho daquele ano, que um governo não-comunista seria capaz de chegar ao poder na Polônia, o destino dos outros regimes estava selado.

O problema da homogeneidade vai, entretanto, além desta questão de exemplos alternativos, no que obscurece algo que talvez seja uma questão mais fundamental: o papel positivo da homogeneidade, fortalecendo os Estados, isto é, fortalecendo a interação “normal” e estável entre os Estados. Os Estados não são unidades isoladas: eles existem em um contexto internacional e suas práticas, constituições, ordens sociais e econômicas tiram sua força do fato de que outros Estados comportam-se como eles. Este também não é um desenvolvimento re-

²⁶Kim Kyong-won, *Revolution and International System* (New York: New York University Press, 1970).

cente, como a literatura sobre a “interdependência” facilmente deduz. O capitalismo e o Estado moderno nasceram em um contexto internacional, não o caminho inverso.

Isto aponta para a idéia de que a dimensão internacional é central à explicação da instabilidade e da estabilidade das ordens políticas e sociais dos Estados, respectivamente em situações de heterogeneidade e de homogeneidade. A maior parte da literatura sociológica sobre isto subestima a dimensão internacional: seja no debate durkheimiano sobre a cultura comum e seu papel na coesão social ou no debate marxista sobre a ideologia dominante, existe um reconhecimento inadequado de como a força do exemplo internacional através da similaridade e do fortalecimento serve para consolidar ordens sociais específicas.²⁷ Contudo, o fundamento mais importante de qualquer ideologia, a reivindicação de que os componentes de uma dada ordem social e política são eternos, naturais e imutáveis, depende de tal fortalecimento para a sua confirmação. Uma vez que se torna evidente que podem existir diferentes ordens em outros Estados – que podem existir repúblicas, ou países nos quais as mulheres votam, ou onde as casas podem ser adequadamente separadas –, então a “naturalidade” de qualquer ordem dada entra em colapso.

Em outras palavras, a chave para o entendimento do desafio ideológico da heterogeneidade reside na identificação do papel ideológico preexistente da homogeneidade e de seu fortalecimento. Pelo menos, isto serve para ressaltar a importância do “internacional” na análise de qualquer ordem social ou política: o “internacional” não somente se torna relevante quando as coisas desmoronam – quando existe uma ameaça política de fora, uma invasão, um poder econômico rival –, mas é igualmente importante na constituição e na reprodução de Estados estáveis, aparentemente auto-sustentados e autônomos. O “internacional” (como a saúde) importa quando as coisas “dão certo” tanto quanto quando elas “dão errado”. Como os sociólogos históricos nos lembraram, o “internacional” criou o Estado e não vice-versa.²⁸

²⁷Sobre os poderes contrários das teses da “ideologia dominante” e da “cultura comum”, ver Nicholas Abercrombie, Stephen Hill e Brian Turner, *The Dominant Ideology Thesis* (London: Unwin Hyman, 1980). Estes escritores não discutem como os fatores internacionais, ideológicos e materiais, podem contribuir para a formação, o fortalecimento e o enfraquecimento de ideologias específicas, dominantes ou subordinadas, dentro de qualquer sociedade, mas não é difícil ver como o seu argumento pode ser estendido para mostrar como estes fatores externos são importantes e como podem agir sob uma sociedade específica, como confirmadores e desafiadores. A força do exemplo sozinha desempenha um papel importante. Somente deve-se mapear a disseminação global de um fenômeno como o sufrágio universal ou o respeito pelos direitos humanos, ou de tendências religiosas, sejam estas a reforma ou as sociedades islâmicas contemporâneas, para ver como as forças externas podem moldar os sistemas ideológicos internos.

²⁸Contribuições recentes ao campo incluem John Hall, *Power and Liberties* (London: Penguin, 1986) e Michael Mann, *States, War and Capitalism* (Oxford: Basil Blackwell, 1988).

AS REVOLUÇÕES E A GUERRA

Como indicado na discussão sobre a “ligação” doméstica-internacional, a relação das revoluções com as guerras dificilmente precisa ser destacada, no sentido de que as guerras causam revoluções e vice-versa. Freqüentemente tem sido percebido como as guerras, minando os Estados, levam às revoluções, mas também é importante notar como as revoluções levaram a guerras: 1789 levou às Guerras Napoleônicas e à eclosão da Primeira Guerra Mundial, convencionalmente entendida como um resultado do colapso do equilíbrio de poder, foi precedida por uma enxente de revoluções no mundo semi-periférico, da China ao México e, com consequências mais diretas para o sistema interestatal europeu, na Turquia.

Esta conexão esteve vivamente presente nos conflitos do início dos anos 1980: no Camboja, Afeganistão, Irã, Angola e Nicarágua. Somente o registro histórico sugere que qualquer estudo sobre as causas da guerra e dos meios de prevê-la ou preveni-la dependem da identificação do começo e do impacto das revoluções. Todavia, fazer isso envolve recuperar uma difícil, mas recorrente característica do debate sobre as relações internacionais, qual seja, a relação de segurança entre os Estados: a segurança “vertical” e a segurança dentro de Estados (a segurança “horizontal”). A maior parte da literatura e a Carta da ONU supõem que é possível discutir a segurança vertical, sem considerar a segunda, o que acontece dentro dos Estados. A razão para evitá-la é evidente, com a proximidade da relação podem surgir conclusões políticas e morais indesejáveis e os que se dedicam a prevenir as guerras e os conflitos entre os Estados deveriam também passar a prevenir as mudanças radicais em seu interior. A segurança, então, requer estabilidade e “contra-revolução”.

Aqueles que estabelecem uma ligação próxima entre estes dois tipos de segurança tendem a ser contra-revolucionários consistentes e radicais ou a defender um processo revolucionário mundial permanente, justificando-o segundo a idéia de que o conflito entre os Estados revolucionários e contra-revolucionários é inevitável e que, portanto, não pode haver segurança para os Estados revolucionários enquanto os seus oponentes continuarem existindo. Dentre os que fizeram a primeira conexão, Metternich e Kissinger em seu *A World Restored* foram talvez os mais proeminentes e mais lúcidos, mas a Doutrina Brejnev, insistindo na “soberania limitada” dos países comunistas expressava uma perspectiva similar. Lenin, Stalin e Mao, com sua teoria da inevitabilidade da guerra entre o socialismo e o capitalismo, representaram a segunda conclusão.

Mesmo antes das armas nucleares, entretanto, era evidente que a despeito da próxima ligação entre as duas dimensões de segurança a sua combinação não era inevitável. O consenso tem sido evitar o

problema e negar que as revoluções levam à guerra; o resultado foi que a comunidade internacional estava despreparada para a eclosão das guerras que se seguiriam às revoluções do Terceiro Mundo nos anos 1970. Além de uma consciência mais realista e historicamente informada de como o conflito interestatal pode seguir-se à revolução social, esta ligação recorrente também sugere que deve ser dada maior atenção às formas de flexibilizar o sistema internacional, para que os desafios à segurança dentro dos Estados não levem à guerra interestatal. O maior erro seria manter a idéia de que o conflito na esfera internacional pode ser isolado do conflito interno aos Estados.

Dentro do contexto geral da teoria das RI, estas quatro questões apontam para uma quinta, presente na maneira pela qual os principais paradigmas das RI tratam a questão das dimensões internacionais da revolução: o próprio caráter do sistema internacional. Para o conceito de revolução, assim como para o de sistema internacional, cada um dos paradigmas apresenta suposições que diferem significativamente entre si.

Para os realistas, o sistema é constituído por Estados interagindo. Para os pluralistas e behavioristas, os Estados permanecem importantes, mas o sistema permite outras interações que não passam pelos Estados, categorizadas como as ligações, a interdependência ou os processos transnacionais.

Para os materialistas históricos, o sistema internacional é constituído por um sistema socioeconômico global, o capitalista, sobreposto, no qual as estruturas políticas existem desempenhando vários papéis importantes, mas no final das contas, secundários, derivados ou superestruturais. Durante a Guerra Fria, esta visão ampla englobava as duas abordagens: para a escola ortodoxa dos materialistas históricos, os países comunistas tinham se separado deste sistema; para outros, como Wallerstein, nenhuma fuga parcial havia ocorrido. Nos dois casos, existia um sistema internacional não por causa da interação entre as unidades separadas, como no caso dos realistas e dos transnacionalistas, mas por causa da unidade de um nível determinante, o socioeconômico. Para os estruturalistas, a formação e o desenvolvimento de Estados, depois Estados-nação, ocorrem dentro de um sistema já estabelecido. A política internacional não é a política entre os Estados, mas a guerra civil dentro de um sistema social internacional.

As implicações das revoluções para estes três modelos de “sistema” são consideráveis e acompanham as conclusões dos Capítulos 2-4. Por um lado, os teóricos realistas e transnacionais subestimam o grau em que os Estados e as sociedades distintas foram formadas e continuam a existir dentro de um contexto internacional definido por características sociais, econômicas e ideológicas comuns. Em outras palavras, o seu modelo de “sistema” torna difícil discernir porque as revoluções têm efeitos internacionais.

O modelo marxista convencional sofre do problema contrário, o do exagero, com base nos fatores socioeconômicos, na unidade do sistema internacional e na subestimação de como os Estados (sejam eles artificiais, arbitrários e interativos) e as suas ideologias nacionalistas agem para fragmentar e amortecer os impactos das revoluções em Estados específicos sob o sistema internacional como um todo. A discussão leva, portanto, a um exame de como o caráter internacional geral da economia, da sociedade e da cultura capitalista interagem com a divisão do mundo em Estados e com a resultante fragmentação de territórios, populações, capacidades coercitivas e ideologias particularistas. A escolha se resume a uma teoria que vê as relações internacionais como, no fim, dominadas por Estados, e uma alternativa que olha para este sistema como um de conflito social em escala mundial, mediado e fragmentado pelos Estados.

Pode ser discutido, depois do colapso e do fim do comunismo e depois da diminuição da perspectiva revolucionária herdada da Revolução Francesa, que a questão da revolução deixará de ser central para o curso das relações internacionais. Mesmo se este fosse o caso, isto não eliminaria a necessidade de olhar novamente para a história do sistema internacional nos últimos 500 anos e de examinar as possíveis consequências teóricas e históricas das revoluções. Entretanto, existem razões para sugerir que, a despeito do que o futuro imediato possa trazer, uma certeza de longo prazo com relação a esta questão é imprudente.²⁹

Inicialmente, se aceitamos que as revoluções são improváveis ou impossíveis em Estados democráticos, estamos somente falando de algo em torno de três dúzias de Estados entre os quase 200 no mundo: como o Capítulo 9 sugere, pode existir um intervalo muito grande entre as consequências ideológicas de 1989, “o fim da história”, e a realização do potencial associado à disseminação da democracia através do globo. Além disso, se considerarmos seriamente as implicações do argumento de Goldstone, de que uma crise do poder estatal combinada com o crescimento demográfico provavelmente leva à revolução, e combiná-lo com projeções de crescimento da população global, podemos, então, estar definindo o padrão predominante de crise para o próximo século.³⁰

²⁹Para análises materialistas históricas das dimensões internacionais da revolução, ver: Giovanni Arrighi, Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein, *Anti Systemic Movements* (London: Verso, 1989); Michael Löwi, *The Politics of Combined and Uneven Development: The Theory of Permanent Revolution* (London: Verso, 1981); Jan Pieterse, *Empire and Emancipation, Power and Liberation on a World Scale* (London: Pluto, 1990); Franz Schurmann, *The Logic of World Power: An Inquiry into the Origins, Currents and Contradictions of World Politics* (New York: Pantheon, 1974).

³⁰Este é um dos principais argumentos de Paul Kennedy, *Preparing for the Twenty-First Century* (London: Harper Collins, 1993).

Os sociólogos históricos, os economistas políticos internacionais e os analistas da revolução enfrentam todos a questão do que constitui o sistema, a questão central nas RI. O mínimo que se pode dizer é que até agora não se chegou a nenhuma resposta adequada, com sustentação histórica e teórica. O estudo das revoluções como um fenômeno internacional, além de sua validade intrínseca, pode fornecer um meio de abordar a questão e alguns poucos outros. Além disso, é muito cedo para sugerir que este é somente um problema de interesse histórico ou retrospectivo; levará um século ou dois para que esta questão se resolva. Caso aconteça das revoluções não serem mais relevantes para o estudo das relações internacionais, teríamos que revisar o resumo histórico de Wight: um terço, ao invés da metade, da história do sistema internacional teria então que ser caracterizada como dominada pelo conflito entre os Estados revolucionários e contra-revolucionários. Mesmo assim, isto ainda investiria a questão de uma certa importância.

Capítulo 6

AUSENTE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AS MULHERES E A ARENA INTERNACIONAL

O SILENCIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nos últimos 25 anos, as questões de gênero e particularmente àquelas referentes ao lugar e ao papel das mulheres têm adquirido uma importância muito maior dentro das ciências sociais como um todo. Em resposta à ascensão dos movimentos de mulheres em algumas sociedades ocidentais e à produção de um corpo crescente de literatura analítica com relação à posição da mulher, tem havido um desenvolvimento significativo na agenda e nos conceitos estudados em várias disciplinas acadêmicas. Se isto tem sido especialmente percebido na história e na sociologia, também tem sido evidente na ciência política, na economia e na antropologia e vem adquirindo maior importância na literatura de humanidades mais ideologicamente constituída.¹ Até o final dos anos 1980, existia, entretanto, uma exceção marcante nesta crescente conscientização de questões de gênero: as relações internacionais.

Uma pesquisa em artigos publicados e em livros resenhados pelas principais revistas inglesas e americanas de relações internacionais

¹Dentre muitas outras contribuições a campos individuais das ciências sociais, ver, para estudos de desenvolvimento, Éster Boserup, *Women and Economic Development* (London: Allen & Unwin, 1970) talvez a primeira grande irrupção do feminismo nas ciências sociais, e Kate Young, Carol Wolowitz e Rosalyn McCullough (eds.) *Of Marriage and the Market* (London: CSE, 1981); para teoria política, Anne Philips, *Engendering Democracy* (Cambridge: Polity, 1991) e Carole Pateman, *The Sexual Contract* (Cambridge: Polity, 1988); para antropologia, Henrietta Moore, *Feminism and Anthropology* (Cambridge: Polity, 1988); para história, Sheila Rowbotham, ver nota 3.

durante as décadas de 1970 e 1980 revelará pouco ou nada de questões de gênero e poucas que reflitam uma percepção da expansão desse interesse em áreas relacionadas das ciências sociais.² Examinando-se o conteúdo dos cursos introdutórios-padrão nas relações internacionais, dos principais livros de estudo, das prateleiras de livrarias acadêmicas relevantes, uma ausência similar foi evidente. Na enxurrada de livros publicados sobre a estratégia nuclear, o terrorismo, a dívida do Terceiro Mundo e as outras preocupações dos anos 1980, parece não haver nada, nem um só livro dedicado a esta questão. Tomando emprestada a imagem popularizada no estudo sobre as mulheres e a história de Sheila Rowbotham, as mulheres foram escondidas das relações internacionais.³ É como se as questões levantadas pelo feminismo fossem simplesmente consideradas não relevantes para a esfera internacional e não precisassem formar parte da agenda acadêmica do estudo das relações internacionais.

Superar a invisibilidade das mulheres requer análise de por que ocorre este ocultamento e das várias razões que se combinam para fortalecê-lo. Uma explicação é a inércia institucional dentro da disciplina das RI. À medida que existe um silêncio virtualmente completo sobre a questão, aqueles preocupados com ela são desencorajados de trabalhar ou escolhem fazê-lo em outras disciplinas acadêmicas mais receptivas (ou em contextos extra-acadêmicos). Em seu venerável papel de protetoras, as revistas "indexadas" freqüentemente desempenham o equivalente acadêmico do século XX da Inquisição, excluindo tal material.

Um segundo fator é a separação seletiva das relações internacionais dos desenvolvimentos em outras ciências sociais. As relações internacionais são, em alguns aspectos, importadoras entusiasmadas, pode-se sugerir *compradoras*, de conceitos de outras disciplinas. Entretanto, existem várias áreas de teoria de ciência social que parecem não ser reconhecidas dentro das relações internacionais: como discutido nos Capítulos 3 e 4, os conceitos sociológicos, exceto quando emprestados de uma maneira instrumental (como o de "sociedade"), são quase totalmente ignorados; a economia política internacional, enquanto útil em prover as RI de alguns fatores de produção, como dinheiro e tecnologia, quase não se manifesta a respeito de outro fator das relações internacionais: o trabalho. O crescimento dos estudos sobre mulheres foi, igualmente, por muito tempo ignorado no campo das RI.

²Dentre as raras exceções de discussão relevante da literatura de relações internacionais estão Georgina Ashworth, 'The UN Women's Conference and international linkages in the women's movement' em Peter Willets (ed.) *Pressure Groups in the Global System* (London: Farnces Pinter 1982) e Ellen Bonepath (ed.) *Women, Power and Polity* (New York and Oxford: Pergamon, 1982) parte 4.

³Sheila Rowbotham, *Hidden from History: Three Hundred Years of Women's Oppression and the Fight Against It* (London: Pluto, 1973).

Além disso, existe a definição convencional do que constitui o objeto de estudo das relações internacionais: a *high politics*, as questões de política estatal, especialmente aquelas referentes à segurança e à administração macroeconômica. As questões de gênero têm um lugar pouco aparente nesta hierarquia. Mesmo o alargamento das relações internacionais para abranger mais questões transnacionais, distintas da segurança e não necessariamente mediadas através dos Estados, pouco tem feito para corrigir esta situação. A literatura sobre o transnacionalismo e a sociedade mundial mantém o silêncio sobre as questões de gênero, tanto quanto a da *high politics*.

A reserva acadêmica é composta pelo fato de que o terreno da prática internacional (em ministérios exteriores, ministérios de defesa e órgãos políticos relacionados) é ele próprio um domínio especial masculino, distante, inclusive, das normas prevalecentes em outros corpos de formulação de políticas (como indicado pelo número ínfimo de mulheres em ministérios exteriores ou de embaixadoras pelo mundo). Na ideologia convencional, as mulheres não são "preparadas" para tais responsabilidades e não se pode contar com elas em questões de segurança e crise. Nada poderia estar, parece, mais distante da esfera tradicional das preocupações das mulheres do que a segurança internacional e as outras questões globais.⁴

Existe uma razão mais fundamental para a cegueira de gênero na maior parte das relações internacionais: uma suposição de separação entre as duas esferas, a de gênero e a das relações internacionais. Além do mais, esta suposição é compartilhada pelas RI e pela maior parte da literatura feminista. Por um lado, presume-se no escrito acadêmico que as relações internacionais como tais são pouco afetadas, se o são de alguma maneira, pelas questões relacionadas às mulheres. Colocando isso em termos simplistas, a suposição é de que se pode estudar o curso das relações entre os Estados sem referência às questões de gênero. Além disso, ao negligenciar a dimensão de gênero, as relações internacionais implicitamente apoiam a tese de que os processos internacionais são eles mesmos neutros em gênero; isto é, que eles não têm nenhum efeito sobre a posição e o papel das mulheres na sociedade e sobre o posicionamento relativo de mulheres e de homens. De sua parte, o feminismo, preocupado acima de tudo com o interpessoal, o subjetivo, o privado, analisa as formas de dominação, a ideologia e a divisão do trabalho a partir da estrutura clássica da sociologia e da psicologia ortodoxa: a sociedade em separado, a família ou individual. Portanto, ambas contribuíram para fortalecer o abismo entre as RI e o feminismo.]

⁴Para a discussão desta questão, ver Edward Crapol (ed.) *Women and American Foreign Policy* (Westport, CT: Greenwood, 1987). Na metade dos anos 1980, um conselho de mulheres de política externa foi estabelecido por um grupo de mulheres americanas, incluindo Bella Abzug e Mim Kelber, pedindo uma maior alocação de massa crítica de mulheres em posições sênior de política externa e defesa.

[O fato é que, como em outras práticas sociais, os processos internacionais possuem efeitos de gênero: dos militares e econômicos aos de formação e difusão de imagens sobre as mulheres e de modismos feministas.] A história da política estatal sobre o que pode, à primeira vista, parecer ser a mais privada e individual questão de todas, qual seja, a reprodução humana, está repleta de casos nos quais os Estados buscaram influenciar a taxa de natalidade (até muito recentemente para aumentar o número de nascimentos) como parte da competição interestatal. No século XIX, vários países, a Grã-Bretanha e a França incluídas, perceberam estes nascimentos, no sentido biológico e social, como uma parte central da nova ordem imperial e militarista; nas palavras de um dos eugenistas imperiais, Caleb Saleeby: “A história das nações é determinada não no campo de batalha, mas no berçário, e os batalhões que dão a vitória final são os batalhões dos bebês. A política do futuro será doméstica”. Ou em termos mais gráficos: “Não existe um útero estatal, não existem seios estatais, não existe nenhum substituto real para a beleza da maternidade individual”.⁵ Na França, eram concedidos prêmios estatais às mulheres que tinham dez crianças.

Isto estabeleceu uma ligação entre a competição interestatal e a taxa de natalidade, uma ideologia e política estatal de natalidade, que misturava estereótipos sobre as mulheres e os seus papéis reprodutivo e socializador com concepções de grandeza nacional e de dever patriótico. Ecos de idéias estatais similares podem ser encontrados em muitos Estados nacionalistas do século XX, da Nicarágua dos sandinistas ao Iraque de Saddam Hussein.⁶

[A linguagem da política internacional também sugere um forte conteúdo convencional masculino e freqüentemente homofóbico, com sua ênfase sobre a obstinação e a competição. Se isto era explícito na retórica imperial do fim do século XIX, começo do século XX, com o culto social darwinista das nações “viris”, e seu direito de conquistar os mais fracos, presumivelmente menos viris, tem permanecido presente no discurso e no imaginário do conflito entre os grandes poderes.]

⁵Citado em Anna Davin, “Imperialism and motherhood”, *History Workshop Journal*, n.5, Spring 1978, p. 29.

⁶Sobre os sandinistas, ver Maxine Molyneux, ‘The politics of abortion in Nicaragua: Revolutionary pragmatism—or feminism in the realm of necessity?’, *Feminist Review*, n.29, spring 1988, p. 123. Sobre Saddam Hussein, ver “Saddam Hussein awards medals to women, says their role more important than men’s”, *BBC Summary of World Broadcasts*, parte 4, March 7, 1992, ME/1323/A/4-7.

⁷Sem reivindicar que esta atitude era universal, ou constitua a verdade profunda da expansão hegemônica na época do pós-guerra, é válido relembrar a rendição ficcional da missão americana como trazida pela consideração de Norman Mailer da CIA na Guerra Fria, *Harlot's Ghost* (London: Abacus, 1992), p.734-5. Ruminando sobre as visitas de seu colega Sherman aos bordéis de Montevidéu, o narrador especula: “Ele se via como um bom legionário do império americano possuindo as fêmeas nos países

Na teoria e linguagem política clássica, as virtudes masculinas são consideradas como as mais desejáveis nas relações internacionais; na verdade, como a análise de Maquiavel mostrou, o próprio termo “virtu”, a qualidade do vir ou do masculino, opõe-se à inconstância de sua alternativa feminina, a *fortuna*.⁸ Dentre muitas possíveis citações, as prescrições de Edmund Burke podem servir para ilustrar ainda mais o ponto⁹. Escrevendo em 1796 sobre a necessidade de confrontar a ameaça da França revolucionária, Burke repreende os ingleses por suas crenças em suas próprias fraquezas e por aceitar o argumento que “uma feminilidade frívola tornou-se o caráter nacional”. Ao invés disso, ele argumenta, os ingleses superaram suas fraquezas:

Emergimos do golfo de desalento especulativo; e fomos levados ao mais alto ponto do vigor prático. Nunca o espírito masculino da Inglaterra se mostrou com mais energia, nem o seu gênio se levantou com maior orgulhosa proeminência sobre a França, do que no período quando a frivolidade e a feminilidade desta tinham sido consideradas como o seu caráter nacional, pelo menos tacitamente, pelas boas pessoas deste reino.

Dificilmente precisa-se ser um pós-modernista para desconstruir as camadas do simbolismo de gênero aqui.

No debate político contemporâneo, a linguagem política marcada pelo gênero é freqüente: é insultante ser chamada de uma Poliana, uma chorona ou uma molenga. As mulheres que vieram a ocupar posições políticas no topo tinham, em sua maioria, buscado assegurar a sua contraparte masculina, e às opiniões pública, masculina e feminina, que poderiam ser tão fortes quanto os homens: Golda Meir, Margaret Thatcher, Jean Kirkpatrick, todas se enquadraram nisto. O ditado “Tudo vale no amor e na guerra” sugeriria uma conexão entre estes dois domínios hobbesianos. Na verdade, a análise da linguagem da estratégia militar, e particularmente de sua variante nuclear, revelou uma surpreendente

pelos quais viajava... Ou estava eu, diferenças regionais à parte, perto de descrever também a mim mesmo? Mesmo quando eu estava comprando uma hora de uma garota aquela noite, e uma segunda mulher para uma segunda hora, eu me sentia mais livre com aquelas estranhas do que já havia me sentido em todos meus vinte e cinco anos... talvez a raiz onde minha ganância estivesse guardada, finalmente estivesse se derramando sobre o Século Americano e eu também estivesse lá fora copulando pela bandeira. A própria ganância tinha-se transformado em uma emoção mais nobre e senti o brilho do poder interior como se eu estivesse finalmente ligado à grande mecânica das coisas”.

→ ⁸Sobre Maquiavel, Hanna Fenickel Pitkin, *Fortune is a Woman: Gender and Politics in the Thought of Niccolo Machiavelli* (Berkeley: University of California Press, 1984); Sobre teoria ocidental mais genericamente, Susan Moeller Okin, *Women in Western Political Thought* (Princeton: Princeton University Press, 1979); Diana Coole, *Women in Political Theory* (Brighton: Wheatsheaf, 1988).

⁹“Letters on a Regicide Peace”, Letter 1, em *The Works and Correspondence of Edmund Burke*, v.5, p. 257.

incidência de linguagem com gênero na análise dos armamentos e de sua possível colocação.¹⁰

[A emergência das questões sobre as mulheres dentro das relações internacionais envolve um desafio duplo para qualquer suposta separação dos dois domínios e um desafio para ambas, as RI e o feminismo: se a primeira deveria ter que reconhecer em que grau a disciplina está sujeita à percepção de gênero, o último teria que superar a sua negação da relação entre as relações de gênero e os processos internacionais e formular a sua análise e sugestões para apresentar uma alternativa em termos menos abstratos ou retóricos.]

Um aspecto do desafio é revelar como as questões de gênero e valores poderiam desempenhar, e desempenham, um papel nas relações internacionais; o segundo é analisar as consequências específicas de gênero dos processos internacionais, sejam estes militares, econômicos, políticos ou ideológicos. Esta última modificação teria implicações para o estudo das relações internacionais como um todo, já que reside sobre o argumento, desenvolvido em maior extensão nos capítulos anteriores, de que as relações internacionais deveriam estudar as consequências domésticas dos processos internacionais, o impacto resultante destas mudanças internas sobre as relações internacionais e a esfera dos processos internacionais *tout court*.

UMA PREOCUPAÇÃO EMERGENTE: QUATRO DIMENSÕES

Vinte anos depois da emergência do feminismo dentro das ciências sociais, alguma percepção dentro das relações internacionais da relevância deste tópico tem-se tornado evidente. Pode ser valioso identificar os fatores que levaram à mudança. Tem ocorrido alguma interação entre as relações internacionais e as outras ciências sociais sobre as questões de gênero, de forma que as questões e os conceitos levantados em disciplinas cognatas podem ser vistos como relevantes para o terreno internacional.

O Gênero e a Teoria

O crescimento de uma corrente feminista dentro da teoria política e social produziu análises com evidentes implicações para a teoria das

¹⁰A clássica, e bastante engraçada, consideração disto é Carol Cohn, "Sex and death in the rational world of defense intellectuals", *Signs*, v.12, n.4, Summer 1987. O voyeurismo sugerido pelos vídeos do Pentágono de mísseis de cuzeiro atingindo seus alvos na Guerra do Kuwait não deve ter escapado aos telespectadores.

relações internacionais¹¹. Estas incluem as críticas do poder e de sua simbolização em termos de gênero, assim como discussões das definições específicas de gênero da segurança, dos direitos e da autoridade.

[Os direitos humanos, por exemplo, tornaram-se uma questão muito mais relevante nas relações internacionais e, à medida que adquiriram uma dimensão de gênero, são diretamente relevantes para a análise do papel dos Estados e dos outros atores em promover ou negar os direitos para mulheres. Isto ocorre na arena política mais ampla, assim como em áreas de maior disputa, como o casamento e a lei de família, a contracepção e o aborto, as políticas para o emprego feminino e as respostas para o estupro e as outras formas de violência contra a mulher.]

As discussões envolvendo os problemas associados ao conceito de interesse nacional têm tornado mais evidente o seu caráter freqüentemente partidário e específico de grupo. Enquanto muito da crítica sobre o interesse nacional enfatiza as diferenças envolvendo grupos sociais, interesses burocráticos ou étnicos e grupos religiosos, esta crítica evidentemente poderia ser estendida sobre a questão de se as definições de interesse nacional são específicas de gênero e se beneficiam os homens mais do que as mulheres em circunstâncias particulares. O mínimo que pode ser dito é que políticas diferentes, sejam elas militares ou econômicas, podem ter efeitos variados sobre os homens e as mulheres e que qualquer suposição de neutralidade de gênero é discutível. Se esta crítica das categorias das RI em termos das teorias feministas tem também implicações epistemológicas mais amplas, como algumas feministas sugeriram, que ela possa levar a formas alternativas de racionalidade, conceitualização e expressão é uma outra questão, a qual retornarei mais tarde neste capítulo.

Os Processos Transnacionais

[A segunda dimensão da interação entre as mulheres e a esfera internacional é em que medida as políticas e os processos internacionais, longe de serem neutros de gênero, na prática desempenham um importante papel na determinação do lugar das mulheres na sociedade e na estruturação das relações econômicas, sociais e políticas entre os sexos.] Isto é mais claro e com freqüência brutalmente evidente na

¹¹Para um trabalho geral sobre teoria política e gênero, ver Anne Philips *Engendering Democracy* (Cambridge: Polity, 19??) e Carol Pateman, *The Sexual Contract* (Cambridge: Polity, 1988); e Okin e Coole, nota 7. Para uma visão crítica do escrito feminista nas RI, ver Marysia Zalewski, 'Feminist theory and international relations' em *From Cold War to Collapse: Theory and World Politics in the 1980s* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993). Sobre teoria política internacional, ver o capítulo de J. Ann Tickner em Rebecca Grant e Kathlee Newland, *Gender and International Relations* (Milton Keynes: Open University Press, 1991) e seu *Gender and International Relations* (Oxford: Columbia University Press, 1992).

atividade que é a quintessência das RI e do conflito interestatal: a guerra.

Deixando de lado a questão sobre se existe ou não uma “posição específica” das mulheres a respeito da própria guerra, não pode haver dúvida de que a guerra tem múltiplas implicações para as mulheres: as mulheres vieram a simbolizar muito os motivos da guerra (o país ou a pátria, a sua proteção de ataques) e elas também são mobilizadas e re-alocadas pelo Estado em várias novas atividades reprodutivas, produtivas e, mais limitadamente, militares. Uma das mais reveladoras dimensões desta realocação é o emprego de mulheres em áreas de trabalho que em tempos de paz são reservadas aos homens, como a engenharia e as fábricas de munição, das quais, como o filme *Rosie the Riveter* bem mostrou, são retiradas assim que retorna à normalidade.

As mulheres também são as principais vítimas da guerra não somente como “civis” sem gênero, mas como objetos de estupro. As guerras na ex-Iugoslávia que começaram em 1991 chamaram especial atenção para o papel do estupro, como um símbolo de subjugação e humilhação, um meio de propagar a raça superior e um tema para mobilizar a fúria étnica.¹² O estupro tem sido recorrente nas guerras modernas como efeito secundário e como instrumento de política: a história da guerra mundial como um conflito de gênero, indo do “estupro” japonês (em ambos os sentidos) de Nanking em 1937 até a legitimação do estupro pelo Exército Vermelho quando avançava para o oeste, ainda permanece para ser escrita.¹³

Em contextos não militares, o impacto dos processos internacionais sobre as mulheres é talvez mais óbvio na economia: nas décadas recentes, os processos econômicos internacionais têm afetado profundamente as mulheres nos países desenvolvidos e menos desenvolvidos. Os novos países industrializados assistiram ao recrutamento em massa de mulheres em indústrias de alta tecnologia.¹⁴

¹²Sobre isto, ver os relatórios de Dame Anne Warburton, *EC Investigative Mission into the Treatment of Muslim Women in the Former Yugoslavia*, Report to the EC Foreign Ministers, February 1993; Amnesty International, *Bosnia-Herzegovina: Rape and Sexual Abuse by Armed Forces*, January 1993.

¹³Sobre o Exército Vermelho, ver a troca sintomática entre Stalin e seus interlocutores iugoslavos sobre o assunto em Milovan Djilas, *Conversations With Stalin* (London: Penguin, 1962) p. 87-8. Depois, (p.132) descobrimos que Marshal Zhukov foi despedido de seu posto como comandante das forças soviéticas por roubar jóias na Berlim ocupada: “Você sabe, o camarada Stalin não aguenta a imoralidade”, um de seus assessores confidenciou ao autor.

¹⁴Para uma visão da literatura sobre isto, ver Ruth Pearson, ‘Latin American women and the new international division of labour: a reassessment’, *Bulletin of Latin American Research*, v.5, n.2, 1986 e, para uma análise prévia, Diane Elson e Ruth Pearson, “The subordination of women and the internalisation of factory production” em Kate Young, Carol Wolkowitz e Rosalyn McCullagh, *Of Marriage and the Market: Women's Subordination in International Perspective* (London: CSE, 1981).

Em países do Terceiro Mundo, as mudanças no emprego agrícola, assim como os altos índices de migração masculina para os Estados mais ricos do Terceiro Mundo ou para os países mais desenvolvidos tem tido grande impacto nos papéis e nas responsabilidades das mulheres. As políticas de ajuste estrutural buscadas por inúmeros governos do Terceiro Mundo nos anos 1980, freqüentemente sob os auspícios do FMI e Banco Mundial, tiveram consequências específicas de gênero: à medida que os níveis salariais deterioraram-se, as mulheres são freqüentemente compelidas a trabalhar nas áreas menos remuneradas, enquanto os serviços públicos financiados dos quais mulheres e crianças são particularmente dependentes depreciam-se. Assim, as mulheres parecem sofrer um ônus desproporcional nas estratégias de refinanciamento da dívida.

Nos países desenvolvidos, a mudança industrial promoveu o emprego de mulheres em algumas áreas e o reduziu em outras.¹⁵ O crescimento em alguns países desenvolvidos de uma classe baixa, composta largamente de mulheres e crianças, é em parte um produto das novas formas de competição internacional.

[Na esfera política, a entrada das mulheres na vida política como votantes e sujeitos políticos, um fenômeno internacional, normalmente experimentado e subsequentemente apresentado como um puramente nacional, foi uma das mudanças mais marcantes do século XX.]

Mesmo a mais separada de todas as arenas, as relações familiares tem sido afetada de muitas maneiras pelas transformações internacionais neste século: pelas mudanças na medicina, especialmente na contracepção; pela disseminação de tecnologias domésticas; pela difusão de novos papéis e ideologias das relações homem-mulher, país-criança; pelas, como já notado, políticas estatais, motivadas pelas supostas necessidades da competição interestatal nas taxas de natalidade. A formação da posição das mulheres na sociedade, na economia e em casa (considerado tudo que é privado e sujeito a variações nacionais) deve muito às transformações e tendências que são internacionais e transnacionais.

Não existe dimensão das relações transnacionais mais controvérsia e de longa duração do que a religiosa. Não é difícil ver como as mudanças na política e modismos religiosos tiveram em anos recentes, como também antes, consequências diretas para as mulheres. Isto é verdadeiro para as mulheres nos países islâmicos, nos quais a ascensão dos movimentos islâmicos nos anos 1970 e 1980 afetou muitos aspectos de suas vidas e também se aplica às comunidades católicas nas quais a reafirmação da doutrina tradicional sobre a reprodução tem

¹⁵Haleh Afshar e Carolynne Dews (eds.) *Women and Adjustment Policies in the Third World* (London: Macmillan, 1992); Jeanne Vickers, *Women and the World Economic Crisis* (London: Zed, 1991).

provocado resistência disseminada. Com o risco de algum exagero, é possível estender o *slogan* do movimento das mulheres – que o pessoal é político – para afirmar que o pessoal é internacional, no sentido de que as relações interpessoais e micropolíticas são bastante influenciadas pelos processos transnacionais. Se isto não se aplica de muitas maneiras, existem muitas outras nas quais é real, mais do que o senso comum nos faria acreditar. Os processos internacionais freqüentemente não são neutros de gênero e as relações de gênero, apesar de toda a sua autonomia, não são separadas dos fatores internacionais.

Muitos destes fatores juntaram-se em um processo internacional que começou nos anos 1980 e que marcou todas as mulheres que estavam vivendo nos países afetados: o colapso do comunismo. Este foi, em muitos aspectos, um fenômeno internacional e transnacional: os regimes comunistas entraram em colapso, principalmente por causa de sua inabilidade em sustentar a competição interestatal; as mudanças que então ocorreram dentro deles envolveram a gradual intromissão e, em alguns casos, a imposição de modos ocidentais de comportamento social, político e econômico, e da emergência de formas nacionalistas e religiosas nativas de ideologia. Os efeitos nas relações de gênero foram múltiplos: o fim dos controles comunistas levou a um aumento na prostituição e na pornografia (esta última associada à liberdade e à modernidade ocidental), ao desemprego de milhões de mulheres e ao colapso dos sistemas de bem-estar, incluindo alguns especificamente projetados para ajudar as mães que trabalham. O novo chauvinismo destacou o retorno das mulheres para casa e a necessidade do respeito a valores familiares “tradicionalis”, contra os valores impostos ou cosmopolitas do comunismo.¹⁶

As mulheres não experimentaram a transição do pós-comunismo unicamente como vítimas e em muitos aspectos se beneficiaram, mais obviamente em termos de liberdades políticas. Positivas ou negativas, as mudanças as quais foram submetidas originaram-se de uma crise internacional e tiveram amplos impactos semelhantes em diferentes países.¹⁶

As Mulheres como Atores Internacionais

Terceiro, a despeito da subordinação que as mulheres têm experimentado, e experimentam, em anos recentes elas adquiriram maior proeminência como atores internacionais. Isto tem sido verdadeiro em questões sobre a guerra e a paz, o desenvolvimento eco-

¹⁶Maxine Molyneux, “Marxism, feminism and the demise of the Soviet model” em Grant e Newland (eds.) *Gender and International Relations* e seu “The women question in the age of perestroika”, *New Left Review*, 183, Setember-October 1990; Peggy Watson “The new masculinism in Eastern Europe”, *New Left Review*, n.198, March-April 1993.

nômico e social e no crescimento do próprio movimento de mulheres que, em sua preocupação em alterar a posição e o pensamento em várias questões sociais e pessoais, disseminou-se através do mundo desenvolvido e tem tido considerável ressonância também no Terceiro Mundo.

A disseminação das organizações de mulheres e campanhas através de fronteiras desde o final dos anos 1960 é um exemplo marcante de transnacionalismo. Este é um dos mais claros casos de atores *não-estatais*, já que seguramente pode ser estabelecido que as mulheres como um grupo não detêm poder estatal em qualquer um dos 190 países independentes do mundo. Este desenvolvimento é caracterizado por ambos, o crescente transnacionalismo de organização e de debate sobre as questões de mulheres e pela combinação da mobilização sobre as questões de mulheres com a ação em questões internacionais mais convencionais. Assim como em muitos aspectos do transnacionalismo e do feminismo, esta combinação é menos recente do que freqüentemente se supõe. Um dos mais marcantes movimentos transnacionais dos tempos modernos foi o de apoio ao sufrágio feminino nas duas primeiras décadas deste século.

Enquanto questões de gênero são vistas como questões pessoais ou únicas, por muito tempo elas formaram parte de uma visão política e ideológica mais ampla, como é evidente nas campanhas para promover a igualdade das mulheres e nas que a elas se opunham. A ligação entre as questões de mulheres e a mudança política e internacional estava evidente no tempo da Revolução Francesa, nos escritos de Mary Wollstonecraft, dentre outros. Uma das fundadoras do internacionalismo socialista nos anos 1840 foi a feminista Flora Tristan.¹⁷ Similarmente, oposição à igualdade das mulheres pode freqüentemente ser correlacionada com certas atitudes sobre as questões internacionais. No início dos anos 1980, uma das mais ativas opositoras à Emenda de Direitos Iguais à Constituição dos Estados Unidos era Phyllis Schlafly, uma líder da ala da direita que também tinha escrito três livros sobre a estratégia nuclear nos quais ela exigia que os EUA tivessem a capacidade nuclear do *first-strike* contra a URSS e acusava Nixon e Kissinger de serem marionetes de Moscou.

As Mulheres e a Política Externa

Muitas áreas da política externa tem um componente específico de gênero. Começando com a questão da guerra, o núcleo con-

¹⁷Ela foi uma das fundadoras da teoria do “internacionalismo proletário”. Dominique Desanti, *Flora Tristan: Vie, Ouvre, Mélées* (Paris: Union generale d'éditions, 1973).

vencional do assunto, existe uma riqueza de discussão sobre a contribuição específica das mulheres na prevenção da guerra. Freqüentemente existe uma ambigüidade conceitual aqui, já que, como Ruth Roach Pierson demonstrou, existe uma distinção entre derivar uma posição feminista sobre a paz do papel da mulher como mãe e debater esta posição partindo da constatação que as mulheres são pessoas normalmente separadas do acesso aos meios da guerra.¹⁸ A despeito disso, a discussão sobre as mulheres e a paz tem uma longa tradição analítica e militante. Se esta conexão foi evidente na década de 1980 em campanhas contra as armas nucleares, foi igualmente uma característica das campanhas de paz antes e durante a Primeira Guerra mundial.¹⁹

Adicionalmente, existe discussão substancial sobre o papel das mulheres na guerra – como combatentes em situação de resistência à ocupação e apoiando políticas militaristas.²⁰ Nos anos recentes, a disseminação dentro dos países da OTAN de recrutamento feminino em exércitos regulares em tempos de paz gerou um debate amplo sobre como as mulheres podem se integrar, e se integram, às estruturas militares.²¹ A disputa sobre o papel das mulheres em serviço na invasão dos EUA do Panamá e na Guerra do Golfo (na qual 30 mil mulheres estavam entre os 500 mil soldados americanos enviados) serviu para destacar quanta resistência à mudança ainda existe sobre esta questão

¹⁸Para a discussão destas questões, ver Sharon Macdonald, Pat Holden e Shirley Ardener (eds.) *Images of Women in Peace and War* (London: Macmillan, 1987), especialmente o ensaio de Ruth Pearson que elabora a distinção entre uma crítica feminista baseada sobre as idéias de maternidade e uma derivando da separação das mulheres nos meios da guerra. Uma discussão excelente das questões envolvidas é Micaela di Leonardo, "Morals, mothers and militarism: anti-militarism and feminist theory", *Feminist Studies*, v.11, n.3, Fall, 1985.

¹⁹Ver Anne Wiltsher, *Most Dangerous Women: Feminist Peace Campaigners of the Great War* (London: Pandora, 1985) e Lela Costin 'Feminism, pacifism, internationalism and the 1915 International Congress of Women' em Judith Stiehm (ed.) *Women and Men's War* (Oxford: Pergamon, 1983). Um estudo fascinante da relação entre o movimento das sufragistas, os sindicatos e o movimento de independência irlandesa às vésperas da Primeira Guerra Mundial é apresentado por George Dangerfield em *The Strange Death of Liberal England* (New York: Capricorn, 1961). A tese de Dangerfield é que a combinação destas três forças de oposição ameaçava a derrubada do Estado britânico e que seu desafio somente foi eliminado pela eclosão da guerra.

²⁰Stiehm (ed.) *Women and Men's War: Jean Bethke Elshtain, Women and War* (New York: Basic, 1987). O trabalho prévio de Elshtain tem sido objeto de debate considerável como em Judith Stacey, "The new conservative feminism", *Feminist Studies*.

²¹Judith Stiehm, *Bring Me Men and Women: Mandated Change at the US Air Force Academy* (Berkeley, CA: University of California Press, 1972); Cynthia Enloe, *Does Khaki Become You? The Militarisation of Women's Lives* (London: Pluto Press, 1983); Wendy Chapkis (ed) *Loaded Questions: Women in the Military* (Amsterdam: Transnational Institute, 1981).

no aparato militar e público, assim como a complexidade de questões subjacentes, pelo menos de uma perspectiva feminista.²² Foi por acaso que em 1993, em seu primeiro ano no cargo como Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Les Aspin enfrentou três questões críticas cada uma corporificando uma questão de gênero: mulheres em combate, direitos homossexuais e assédio sexual.

Se existe uma dimensão significativa de gênero no que supostamente é o núcleo tópico das relações internacionais, dimensões comparáveis podem ser encontradas em outras áreas da disciplina. As instituições internacionais devotam muito mais atenção à posição das mulheres dentro das sociedades, assim como nas relações entre elas, e a Década da ONU para as Mulheres (1976-1985) gerou interesse disseminado em questões de direito internacional, políticas de desenvolvimento e políticas nacionais sobre as mulheres.²³ Tanto a ONU como a CE produziram um corpo substantivo de política e análise sobre a posição das mulheres.²⁴ Inúmeras organizações não-governamentais são ativas em questões femininas, variando do geral, como, por exemplo, a Unidade de Gênero e Desenvolvimento da Oxfam, ao específico, como a francesa Mulheres Vivendo Sobre Leis Islâmicas.

As dimensões de gênero da política econômica internacional, sejam estas com relação ao emprego, às divisões sexuais do trabalho, ao desenvolvimento ou à migração também estão, como já destacado, recebendo muito mais atenção. A ajuda externa, um dos aspectos mais proeminentes da política econômica internacional dos Estados desenvolvidos, adquiriu um componente claro de gênero. Desde a metade dos anos 1970, um compromisso em ajudar as mulheres através de programas de desenvolvimento tem-se disseminado nos países da OCDE (Organização para o Desenvolvimento Econômico e Cooperação). Diversos países europeus, mais especificamente a Suécia, incluíram benefícios para as mulheres entre as condições para o envio de seus programas de ajuda. A Emenda Percy, aprovada pelo Congresso dos EUA em 1973, estipulava que os pro-

²²Sobre o uso militar americano de mulheres no Golfo e em outros lugares ver, *inter alia*, Helen Vozelinker, "Women in the military: deceptive feminist gain", *In These Times*, 17-23 April 1991. Discutindo o caso da Capitão Linda Bray que comandou uma tropa de soldados no Panamá, ela escreve: "Gostaria que uma mulher que mata um cônjuge abusivo tivesse tanta publicidade e orgulho quanto a Capitã Bray e as mulheres que serviram no Golfo.

²³Sobre a Década da ONU para as Mulheres, ver Carolyn Stephenson em Stiehm (ed.) *Women and Men's War*. O estudo clássico das mulheres e desenvolvimento permanece o de Ester Boserup, *Women's Role in Economic Development*. Também, Gita Sem e Caren Grown, *Development, Crises and Alternative Visions: Third World Women's Perspectives* (New York: Monthly Review, 1987).

²⁴Sobre mulheres e a CEE, ver Catherine Hoskyns, "Women, European law and transnational politics", *International Journal of the Sociology of Law*, v.14, n.3/4, winter 1986 e "The community of women", *Marxism Today*, January 1987.

gramas da USAID deveriam gastar anualmente pelo menos 10 milhões de dólares em projetos especialmente concebidos para beneficiar as mulheres.

Particularmente, gênero e mulheres desempenham um papel adicional na política externa: como símbolos ou instrumentos de competição interestatal e de superioridade de uma sociedade sobre a outra. Que isto tem pouco ou nada a ver com a preocupação com as próprias mulheres deveria ser evidente, assim como a revelação de que estes discursos de gênero não significam que a política externa ou as relações internacionais são normalmente, ou em algum sentido último, unicamente preocupadas com mulheres. Mesmo assim, ilustra a intercessão adicional de gênero com a política externa de maneiras que até agora tem sido subestimadas.

Enquanto os Estados ocidentais, em oposição a um número de organizações não-governamentais, têm sido cautelosos em fazer declarações oficiais sobre os direitos das mulheres em outros países, os Estados do Terceiro Mundo, em oposição ao que percebem como valores "imperialistas", não tem sido tão reticentes. A República Islâmica do Irã, por exemplo, freqüentemente tem atacado o que considera como o tratamento ocidental errôneo das mulheres. Daí, o relatório de um discurso do presidente iraniano Khamene'i em 1989:

A condição das mulheres na sociedade ocidental é aterrorizante, disse o Presidente Khamene'i e continuou para detalhar a sua opressão histórica como "meros objetos de prazer", a despeito das reivindicações enganosas do ocidente de liberdade para as mulheres e de seus papéis na sociedade. Em oposição marcante com a honra e o respeito accordado às mulheres no Islã, a sociedade ocidental degradou-as ao nível mais baixo, disse o Presidente, e deplorava a "cultura da permissividade e nudez que dá ao homem livre controle para explorar e insultar a sua personalidade".²⁵

Um exemplo marcante desta exploração estatal das questões de gênero vem de um dos mais famosos episódios da Guerra Fria, quando Nixon e Kruschev se encontraram em 1959 na cozinha-modelo de uma exposição americana em Moscou. Este "Debate da Cozinha", conhecido como uma discussão sobre qual sistema era superior ao outro, na verdade girou em torno das questões mais domésticas e de gênero, as mulheres e o trabalho de casa. Isso não significou que a Guerra Fria foi totalmente, ou mesmo principalmente, a respeito da subjugação das mulheres ou da reorganização do trabalho doméstico: mas mostrou como símbolos de gênero foram um dos recursos ideológicos usados nesta competição interestatal.

²⁵BBC Summary of World Broadcasts, part 4, January 1989, ME/0372 A/5.

Um historiador da Guerra Fria fornece os dois lados da história, começando com a consideração de Nixon:

Eles deixaram o estúdio e, com um grande contingente de imprensa brigando para colocar seus gravadores entre os dois homens, eles entraram em um modelo de cozinha americana. A discussão continuou à medida que Nixon apontava as últimas inovações. "Qualquer coisa que faça as mulheres trabalharem menos é bom". Kruschev balançou a sua cabeça, "Não pensamos nas mulheres em termos de capitalismo. Pensamos melhor delas". Nixon disse que uma casa pré-fabricada como esta custaria somente \$ 14 mil dólares na América, bem ao alcance do trabalhador médio...

A versão de Kruschev do famoso debate com Nixon é um pouco diferente. Completamente desconsiderando qualquer coisa dita no estúdio de televisão, ele afirmou que, quando chegou na cozinha, pegou um espremedor de limão e resmungou que coisa idiota aquilo era.

Tudo o que se precisa para o chá são duas gotas de suco de limão. Acho que demoraria mais para uma dona de casa usar esta invenção do que levaria para ela fazer o que fazem as nossas donas de casa, que é cortar um pedaço de limão, colocá-lo em um copo de chá, então espremer algumas poucas gotas com uma colher. Este é o modo como sempre fizemos desde que eu era criança e não acho que este utensílio de vocês é uma melhora em qualquer sentido.²⁶

Sejam quais fossem as suas outras diferenças, com certeza, ambos supuseram que seriam as mulheres que fariam o chá.

Resumindo, existem pelo menos quatro maneiras distintas pelas quais as questões relacionadas às mulheres e à arena internacional têm, através de vários processos, recebido maior reconhecimento nos anos recentes: através do encontro do feminismo com a teoria das relações internacionais; através do reconhecimento crescente das consequências específicas de gênero de vários processos transnacionais; através da emergência das mulheres como atores distintos na cena internacional e através de uma crescente conscientização do componente de gênero nas questões de política externa.

O ESTADO E AS MULHERES: O NACIONALISMO E OS DIREITOS HUMANOS

Muitas das questões levantadas nestes quatro aspectos amplos da dimensão de gênero nas relações internacionais podem ser ilus-

²⁶Jeffrey Robinson, *The End of the American Century: Hidden Agendas of the Cold War* (London: Hutchinson, 1992) p. 290-1.

tradas pelo exame de áreas nas quais as questões de gênero fazem intercessão com valores e políticas estabelecidas. Dentre todos os tópicos, um dos mais disputados e relevantes é aquele referente às mulheres e ao nacionalismo; outro, igualmente difícil, é o lugar dos direitos das mulheres na formulação das relações interestatais. Ambos levam ao que são, em termos convencionais, conclusões inaceitáveis. Isto somente poderia sugerir que eles colocam questões que são importantes em seu próprio direito e que também são relevantes para a identificação e a discussão de suposições subjacentes das relações internacionais como um todo.

A mudança no sentido da palavra “mãe pátria”, pelo menos dentro da língua inglesa, é ela mesma reveladora: em seu sentido original, do século XVIII, significava a terra como “mãe”, isto é, fonte de algo, sejam minerais ou artes, e este foi o sentido até 1840. Entretanto, com a ascensão do nacionalismo no meio do século XIX ela adquiriu um sentido novo, ideológico, qual seja, o do país de origem de uma pessoa.

Esta fusão de uma imagem de maternidade com a identidade nacional serviu a seus propósitos: se existe uma suposição de que a independência e o interesse nacional têm precedência sobre as reivindicações de qualquer grupo específico dentro da nação, também existe uma suposição de que, em geral, a disseminação do nacionalismo é benéfica para as mulheres já que elas são uma parte da nação. O nacionalismo mobiliza as mulheres na vida política, exalta as tradições nacionais particulares com relação às mulheres e por lhes dar direitos políticos como cidadã fornece uma fundação para superar as desigualdades específicas de gênero.²⁷

Existe, entretanto, um outro lado da história. Os movimentos nacionalistas subordinam as mulheres em uma definição particular de seus papéis e lugares na sociedade, reforçam a conformidade com valores que são freqüentemente definidos pelos homens e tornam possível deslegitimar políticas alternativas sob a justificativa de que são estrangeiras. Como o fundador da moderna teoria nacionalista, Mazzini deixou claro, o nacionalismo era, acima de tudo, obediência.²⁸ O uso de argumentos nacionalistas e antiimperialistas para desacreditar e silenciar movimentos feministas nos anos recentes é indicador suficiente disso. Os Estados, não somente os novos Estados independentes, existem para reforçar hierarquias. Por todo o mundo, os homens têm visto

²⁷Para uma visão abrangente, ver Kumari Jayawardena, *Feminism and Nationalism in the Third World* (London: Zed, 1986). Para considerações críticas, ver Jan Pettiman, *Living in the Margins: Racism, Sexism and Feminism in Australia* (Sydney: Allen & Unwin, 1992) e Deniz Kandiyoti, “Identity and its Discontents: Women and the Nation”, *Millennium*, v.20, n.3, 1991; Nira Yuval Davis e Florya Anthias (eds.) *Woman, Nation, State* (London: Macmillan, 1989) e Deniz Kandiyoti, *Women, Islam and the State* (London: Macmillan, 1991).

²⁸ Norberto Bobbio, *Liberalism and Democracy* (London: Verso, 1990) p.68-72.

no Estado e nas ideologias que o legitimam – das quais o nacionalismo é a mais potente – um meio de reforçar seus controles sobre as mulheres: que este controle é freqüentemente exercido via uma retórica de exaltação e respeito, ou através de políticas estatais que “melhoram” a posição das mulheres, não elimina o caráter instrumental e subordinador desta prática.

O nacionalismo está longe de ser neutro de gênero. Ele busca mobilizar as mulheres para apoiar seus objetivos: a independência e a consolidação de um regime pós-independência especificamente definido. Os seus efeitos para as mulheres são contraditórios. Como nacionalismos particulares têm afetado as mulheres em determinados países é um importante tópico para a pesquisa e a análise; assim como a mais ampla questão teórica de até onde uma percepção da posição das mulheres pode levar ao questionamento dos valores predominantes nas relações internacionais, como os de soberania estatal e da primazia da independência nacional. Aqui, certamente, a longa tradição da associação entre o feminismo e o internacionalismo pode ser pertinente, enquanto o último é visto não somente como uma fé na solidariedade internacional, mas como uma posição moral e política a partir da qual podem ser criticadas as reivindicações nacionalistas e a autoridade dos governos.

Já foi feita menção do internacionalismo de Flora Tristan e talvez a mais famosa de todas as declarações do internacionalismo das mulheres seja a de Virgínia Woolf. Escrevendo sobre uma mulher que é chamada a apoiar o esforço de guerra, ela responde:

Ela irá achar que não tem nenhuma boa razão para pedir a seu irmão para lutar em seu nome para proteger “nossa” país. “Nossa país”, ela dirá, “ao longo da maior parte de sua história tem me tratado como uma escrava; tem me negado educação ou qualquer parcela de suas possessões. “Nossa” país ainda deixa de ser meu se eu casar com um estrangeiro. “Nossa” país me nega os meios de me proteger, força-me a pagar a outro largas somas anualmente para proteger-me e é tão pouco capaz de proteger-me, que precauções contra um ataque aéreo estão escritas em minha parede. Portanto, se você insistir em lutar para me proteger, ou a “nossa” país, deve ser entendido, sobriamente e racionalmente entre nós, que você está lutando para satisfazer um instinto sexual que eu não posso compartilhar; para encontrar benefícios que eu não compartilhei e que provavelmente não irei compartilhar; mas não para satisfazer os meus instintos ou proteger a mim mesma e a meu país. Pois, um forasteiro irá dizer, “de fato, como uma mulher, eu não tenho país. Como uma mulher não quero país. Como uma mulher, meu país é o mundo todo”.²⁹

²⁹Virginia Woolf, *A Room of One's Own. Three Guineas* (Oxford: Oxford University Press, 1992) p. 313. A discussão de Woolf sobre a mulher e a guerra opõe-se ao quadro muito diferente de trabalho de literatura produzido no mesmo ano, *Mother Courage and*

Poderoso como é, o argumento de Woolf levanta tantas dificuldades quanto resolve. A sua formulação das razões de por que as mulheres não querem ter país ou não têm é baseada em três diferentes considerações: instinto, exclusão da igualdade em relação aos homens e a proteção inadequada pelos homens. A implicação é, portanto, que nos dois últimos casos pelo menos, a posição das mulheres mudaria se estas dificuldades fossem resolvidas. A sua atração moral também se choca com a história das mulheres no século XX: além do simbolismo feminino do patriotismo, possivelmente desconsiderado como o trabalho de homens, está o próprio modo ativo pelo qual as mulheres se mobilizaram para apoiar os esforços de guerra e os movimentos nacionalistas. As ações de massa de mulheres no conflito iugoslavo de 1991-3, agindo, *como mulheres*, para bloquear os suprimentos de comida para outras comunidades, é uma ilustração gráfica disto. Pode-se sempre fazer uso do conceito de "falsa consciência", mas isto certamente não sugere a identificação política automática das mulheres com o internacionalismo ou das mulheres com outros grupos nacionais. Seja esta relação nacionalista, patriótica ou antinacionalista, ela certamente sugere um número de conexões significativas, e recorrentes, entre as mulheres e a esfera internacional.

Uma maneira possível de abordar a questão mais ampla é pela via do que pode ser classificado de feminismo luxemburgista. Rosa Luxemburgo argumentou que a independência das nações deveria ser vista como condicional, até o ponto em que avançasse os interesses da classe trabalhadora; no caso da Polônia pré-1914, ela debateu que a Polônia deveria, nestes termos, permanecer como uma parte do Estado russo.³⁰ Um argumento semelhante poderia ser levantado em relação às mulheres e à independência nacional: a independência de Estados específicos deveria ser julgada por vários critérios, incluindo até em que medida a independência avançou a posição das mulheres. Em um cer-

Her Children de Brecht (London: Methuen Drama, 1990): no último, a mãe não é contra a guerra, pois ela lhe permite ganhar dinheiro e, na verdade, ela coloca as suas preocupações comerciais, simbolizadas em sua carroça, acima de suas supostamente maternais, incorporadas em suas crianças ou em qualquer compromisso "feminista" com a paz. Em um ponto, quando existem rumores de paz, Mãe Coragem diz: "A paz irá apertar meu pESCOÇO. Fui e segui o conselho de Chaplain, até outro dia estava estocando mantimentos frescos. E agora eles estão desmobilizando-se e eu serei deixada sentada em minhas mercadorias" (p. 63); sua resposta à morte de sua filha é continuar com o seu negócio lucrativo (p. 87). Ambos os trabalhos foram escritos em 1938, à sombra da guerra mundial que chegava e continham ressonâncias estranhas do trabalho clássico de R.I. de E.H., Carr *The Twenty Years' Crisis*, escrito ao mesmo tempo.

³⁰J.P. Nettl, Rosa Luxemburg, edição revisada (Oxford: Oxford University Press, 1969) p.500-19; e Horace B. Davis (ed.) *The National Question: Selected Writings by Rosa Luxemburg* (New York: Monthly Review, 1976).

to sentido, os argumentos luxemburgistas não são mais relevantes: um mundo de Estados independentes foi criado e a questão do apoio, qualificado ou não, para a sua criação não mais se aplica. Porém, é concebível que, em casos nos quais as ideologias nacional e nacional-religiosa subordinem mais as mulheres do que a anterior dominação externa, a autoridade dos Estados independentes e suas culturas oficialmente sancionadas não deveriam ser tomadas como auto-evidentes; as mulheres têm o direito de desafiar a autoridade do Estado que supostamente representa a nação ou mesmo rejeitar totalmente, e desde o princípio, as suas reivindicações. Em países como Irlanda e Malta, onde o divórcio ainda é banido, a identificação da nação com a autoridade do clero tem efeitos especialmente perniciosos.

Como no caso do argumento luxemburgista original, existem muitos contra-argumentos óbvios: que a posição das mulheres como membros de uma nação tem precedência sobre a sua posição como membros de um gênero subordinado; que a independência nacional é um objetivo superior aos direitos dos membros individuais da nação; que não é possível superar as desigualdades setoriais de classe, etnia e gênero dentro de uma nação até que a independência seja alcançada. Todos estes são argumentos poderosos e provavelmente iriam ganhar a discussão em qualquer contexto. Entretanto, a crítica feminista do nacionalismo e da soberania nacional iria, pelo menos, abrir estas questões para a discussão de uma forma que não permitisse a suposição da primazia automática da independência nacional e da soberania. Virtualmente em todos os casos nos quais o nacionalismo tem consequências perniciosas para as mulheres, a discussão de suas implicações tem sido silenciada ou marginalizada pelo apelo a valores supostamente mais elevados. Dado o predomínio de uma estrutura nacionalista para a discussão, as mulheres que se opõem às formas de opressão legitimadas como tradicionais, autênticas e populares e assim por diante tiveram que discutir que tais políticas não são de fato aquelas da nação ou que são historicamente justificadas. Desta maneira, os nacionalistas têm forçado o argumento para seu terreno, negando a legitimidade de uma discussão específica sobre os direitos das mulheres. Deveria ser possível rejeitar, em termos universalistas, idéias e práticas repugnantes, sejam elas tradicionais ou qualquer outra coisa. Certamente, similar distorção nacionalista é evidente com referência a outras questões políticas, como os direitos das minorias étnicas, dos trabalhadores e dos intelectuais.³¹

³¹Estas questões sobre os direitos das mulheres e a "autenticidade" nacionalista têm sido colocadas de forma contundente especialmente em países nos quais a religião define a posição nacional sobre as mulheres: Irlanda, Argélia e Irã são exemplos disto. Uma crítica dura ao "etnocentrismo reverso" e ao uso da ideologia nacional-religiosa para subordinar as mulheres no Irã é oferecida por Azar Tabari, "The women's movement in Iran: A hopeful prognosis", *Feminist Studies*, v.12, n.2, Summer 1986. Questões

Até o momento, tem havido pouca discussão de uma área na qual o gênero poderia desempenhar um papel significativo na política externa: os direitos humanos. Mesmo assim, o alcance para tal modificação é enorme. Vimos, especialmente nos anos 1980, os Estados condicionar o futuro de suas relações com outros países a sua performance doméstica com relação a algumas formas de direitos humanos e imporem, ou ameaçarem impor, sanções de variados tipos se as expectativas não fossem cumpridas. Tais demandas não têm, até o momento, englobado os direitos das mulheres. A princípio, não existe nenhuma razão para que não possam ser levantados argumentos comparáveis. Os países com um compromisso com a igualdade de gênero poderiam moldar suas políticas externas de acordo e poderiam tentar mobilizar coalizões na ONU, como o fazem em outras questões, para colocar pressão sobre os Estados delinqüentes, responsáveis por apartheid de gênero.

No final dos anos 1980, começou a haver uma mudança na definição dos direitos humanos para englobar as preocupações feministas, uma mudança que foi mais evidente, como é freqüentemente o caso, no trabalho das organizações não governamentais.³² Na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos em 1992 realizada em Viena, houve uma considerável participação de grupos apoiando os direitos das mulheres e a declaração final incluiu nove parágrafos sobre “o *status igual* e os direitos humanos” das mulheres.

Inúmeros casos podem, entretanto, ser observados nos quais os Estados, ou a atividade estatal, começaram a fazer dos direitos das mulheres um elemento de política externa. Um caso marcante foi o da República da Coréia que buscou compensação do Japão pelo tratamento das mulheres coreanas como “mulheres de conforto”, as prostitutas para o exército durante a Segunda Guerra mundial: entre 100 e 200 mil mulheres foram envolvidas, segundo noticiado.³³ Subseqüentemente, as prostitutas que trabalhavam nas bases americanas na Filipinas também começaram a exigir compensações pelas doenças sexuais que contraíram.

similares com relação ao Irã são colocadas por Kate Millett, *Going to Iran* (New York: Coward, McCann and Geohegan, 1992). Para um debate sobre o “orientalismo feminista”, ver Mai Ghoussou “Feminism—or the eternal masculine—in the Arab world”, *New Left Review*, n.161, January–February 1981 e os artigos em *The New Left Review*, n.170, July–August 1988.

³²Ver, por exemplo, duas instruções *Focus* da Amnesty International, “Women and human rights”, March 1990, “Against their will: Rape and sexual abuse in custody”, February 1992. O trabalho da rede Change e de sua organizadora Georgina Ashworth também foi importante para influenciar a atividade não-governamental e estatal.

³³*International Herald Tribune*, “Seoul tells Japan: Compensate women”, January 22 1992; “Of sex and lies: Japanese teacher debunks ‘comfort women’ myths”, *IHT*, 29 January 1992; George Hicks “They won’t allow Japan to push the ‘comfort women’ aside”, *IHT*, 10 February 1993. Depois, em 1993, o governo japonês chegou a um acordo com o governo coreano sobre a questão da compensação.

Um segundo exemplo diz respeito a uma importante mudança na política de imigração do governo canadense em 1993: pela primeira vez, permitiu-se que uma mulher (da Arábia Saudita) reivindicasse asilo político nos termos que, como uma mulher, a ela eram negados seus direitos humanos em seu país de origem. Um terceiro caso se refere à pressão sobre o governo irlandês para alterar seu banimento total sobre o aborto, devido ao estupro, seguido de gravidez, de uma garota de 14 anos. Além de ameaçar a associação da Irlanda à CE, isto também gerou considerável animosidade entre a população unionista da Irlanda do Norte que via no banimento uma política medieval, confirmando o medo de que a incorporação ao Sul levasse à dominação da Igreja Católica.³⁴

A mais comum de todas as disputas interestatais com relação aos direitos das mulheres é aquela em torno de disputas maritais sobre o direito de domicílio de mulheres e, mais explosivamente, em torno da custódia de crianças quando ocorre o divórcio. A Grã-Bretanha, a França e a Austrália estiveram todos envolvidos em disputas com os países muçulmanos quando os pais vindos destes Estados tinham, em desafio aberto às instruções da corte destes países, levado as crianças de volta aos seus países de origem e negado acesso razoável às mães. Em nível popular, estas questões, manipuladas pela imprensa, demonstraram, mais do que nenhuma outra, a importância do gênero e das relações internacionais.

O desenvolvimento de uma política internacional sobre os direitos das mulheres não é uma questão simplesmente de reconhecimento do tema: como a Conferência de Viena em 1993 provou, existem grandes diferenças de abordagem dentro de qualquer compromisso geral, especificamente entre uma abordagem baseada nos direitos humanos e outra que enfatiza o *status igual*, preocupada com a pobreza, o emprego e outras formas de discriminação.

Além disso, existem muitos problemas práticos em relação a esta opção de tornar os direitos das mulheres uma questão de política externa, no mínimo os problemas de funcionalidade e de retribuição. Estes perigos, comuns a todas as campanhas de direitos humanos, não deveriam esconder o que provavelmente é a fonte mais profunda de resistência a tais campanhas: a crença de que enquanto algumas formas de violação dos direitos humanos são assuntos apropriados para a política externa aquelas pertinentes às mulheres não o são. Em termos convencionais, é ridículo que as questões de gênero devam desempenhar este papel nas relações entre os Estados soberanos. Haverá, inevitavelmente, muita discussão sobre as diferentes tradições nacionais e porta-vozes oficiais, homens e mulheres, serão produzidos nos países preocupados em denunciar a interferência externa nos assuntos internos de sua sociedade. Os sen-

³⁴“Rape victim’s case stirs unionist fears”, *The Guardian*, 20 February 1992.

timentos nacionais e, onde relevante, os antiimperialistas serão mobilizados para confrontar qualquer desafio externo à dominação masculina e aos poderes estatais que os reforçam e incorporam.

Aqui, existem questões difíceis tanto para a política como para a teoria: o fracasso da emergência de tais políticas e as prováveis respostas a elas ilustram claramente quão importantes são as questões da subordinação das mulheres na constituição total das ideologias nacionais. Também demonstra como um compromisso para com a igualdade de gênero, além de quaisquer consequências domésticas ou de políticas internas, coloca um desafio para as conceções dominantes de autoridade e soberania nas próprias relações internacionais.³⁵

IMPLICAÇÕES E PROBLEMAS

O escopo do que convencionalmente é percebido como a disciplina das relações internacionais tem-se expandido consideravelmente nos anos recentes para abranger novas áreas temáticas e conceituais. Somente nos anos 1980, a ascensão da economia política internacional alterou muito do conteúdo acadêmico do ensino e da pesquisa. No caso das mulheres, foi argumentado aqui, com base em quatro considerações gerais, que a disciplina pode e deve ajustar-se a um conjunto de questões que, até o momento, tem recebido pouca atenção.

Não é como se a consideração de gênero fosse alterar o ensino e a pesquisa das relações internacionais como um todo. Irá, entretanto, fazer mais do que simplesmente adicionar outro assunto à lista de tópicos considerados, já que, em somatória às questões específicas que levanta e às alternativas a valores estabelecidos que sugere, a questão de gênero nas relações internacionais irá reforçar uma mudança já presente na maior parte da literatura sobre o transnacionalismo e a economia política internacional. Esta envolve não somente perguntar como os Estados e as sociedades relacionam-se uns com os outros, mas também como os processos internacionais, sejam estes intergovernamentais ou não, fazem sentir-se dentro das sociedades. A força da literatura da sociologia histórica reside em sua demonstração de como processos considerados como internos aos Estados e economias são em grau considerável produto de fatores internacionais.³⁶

Uma das muitas contribuições potenciais de uma abordagem de gênero e relações internacionais poderia mostrar como as relações de

³⁵Georgina Ashworth, "A Feminist Foreign Policy", palestra dada no Seminário Geral do Departamento de Relações Internacionais LSE, February 1987.

³⁶Ver Capítulo 4.

gênero na economia, na política e na família são moldadas e modificadas por processos externos à sociedade. A questão poderia ser, portanto, parte de uma reorientação ampla das relações internacionais em direção ao estudo não somente do comportamento interestatal, mas também de como os Estados e as sociedades interagem.

Que tal desenvolvimento colocará dificuldades consideráveis para o ensino e a pesquisa é evidente. A fonte mais geral de resistência será a reticência em aceitar uma reorientação geral das relações internacionais, uma rejeição mesquinha das implicações do feminismo para o internacional.³⁷ Mas também existem problemas mais específicos e pode ser válido identificar alguns deles brevemente. A produção de uma literatura sobre o assunto começou, mas levará tempo para se consolidar: apesar disso, alguns materiais estão disponíveis de áreas relacionadas – a sociologia, os estudos de desenvolvimento, a história – e podem ser usados como base para um trabalho inicial. Também existe a questão, recorrente nos estudos sobre as mulheres, do equilíbrio entre a autonomia e a integração. Deveria ser estabelecido um programa distinto de ensino e pesquisa, ou este trabalho deveria ser integrado na estrutura acadêmica mais ampla? Uma resposta inicial pragmática seria que as duas abordagens são necessárias, com opções de especialização e pesquisa reforçando a inclusão do gênero como um item regular em qualquer curso ou livro abrangente de relações internacionais.³⁸

Outros problemas teóricos podem ser vistos como relevantes para este tópico e são pontos bem-estabelecidos do debate em outras áreas da ciência social. Um é o problema do relativismo cultural – a suposição de que valores referentes às mulheres e aos outros atores sociais variam entre as sociedades e que, portanto, é difícil ou impossível fazer afirmações gerais sobre o que constitui discriminação ou dominação em diferentes sociedades. Isto emergiu diretamente das considerações da posição das mulheres em contextos nacionais e religiosos. Com todos os riscos de incompreensão externa, pode ter havido muita concessão

³⁷Para uma variante característica disto, ver Christopher Coker, "Women and International Relations", *The Salisbury Review*, June 1990.

³⁸Alguns dos que estão preocupados com isso também o estão com a questão do título: os argumentos para a defesa de "mulheres e as relações internacionais" assim como para "gênero e relações internacionais" foram bem ensaiados, com o primeiro sugerindo uma marginalização da corrente dominante da disciplina e o último comprometendo-se com a consideração da constituição de gênero além de um exame das próprias mulheres. Na prática, pode existir menos diferença nos cursos e programas de pesquisa destes dois títulos do que parece à primeira vista. Um programa intitulado "Mulheres e Relações Internacionais" talvez prometa um programa menos ambicioso do que um curso reivindicando abranger a ampla variedade de questões levantadas pela análise de gênero, a última englobando as construções e os usos da masculinidade e das sexualidades alternativas dentro da esfera internacional.

sobre isso, ao custo de não serem consideradas e criticadas ideologias e práticas que, em nome de tradições nacionais e da autenticidade, oprimem as mulheres. Uma tendência similar funciona com outras formas de poder, ao longo de linhas de raça, classe ou idade. Enquanto uma percepção da relatividade e da diferença é essencial para uma explicação de como e por que os sistemas de dominação originam-se e são mantidos, tal reconhecimento não necessariamente leva, a não ser a partir de uma malcolocada generosidade antropológica, a negar que as formas de opressão existem e ocorrem em uma grande variedade de sociedades e de contextos históricos.

O outro problema teórico é o que poderia ser definido como totalização precipitada: esta é a tendência, uma vez que foram estabelecidas conexões entre os diferentes níveis de prática social e política, de ver tudo como expressão de um mecanismo ou processo único. Neste contexto, a consideração da relação entre o gênero e as relações internacionais não necessariamente leva à afirmação de que as questões de gênero constituem o *núcleo* dos negócios internacionais (como se fosse necessário haver “um”) ou a chave para o entendimento da arena internacional como um todo. Além disso, também não se pode afirmar que todos os aspectos da localização e da experiência das mulheres podem ser derivados do internacional – as guerras quentes ou a guerra fria, a soberania ou o nacionalismo podem ser mostrados como tendo componentes significativos de gênero sem que isto implique que o gênero os determine ou a todos os aspectos de qualquer evento ou processo internacional relacionados. Defender isto, em algum retrabalho feminista do conceito de totalidade hegeliano, seria distorcer o caso.

Ao mesmo tempo, muito tem sido feito para mostrar que, seja quais forem as distinções que prevaleçam, as questões relacionadas às mulheres têm um lugar no estudo das relações internacionais. Grande parte da resistência a esta ligação provém não de uma visão em particular das relações internacionais, mas de uma recusa em aceitar a validade das preocupações feministas em geral. Assim como em outras disputas sobre as relações internacionais e o método, poderia ser melhor deslocar a discussão para este terreno geral ao invés de tentar resolvê-la no contexto necessariamente restrito das relações internacionais.

Uma terceira questão que diz respeito aos debates metodológicos mais amplos dentro das RI envolve a relação entre este tópico e o debate sobre a epistemologia e o método levantado pelas RI. O pós-modernismo e as abordagens associadas têm, como indicado no Capítulo 1, um significado contraditório: enquanto fornecem ferramentas para um exame inovador dos discursos e das identidades, elas também introduzem uma ética e uma explicação fortuita que são igualmente inimigas da análise substantiva e do engajamento normativo. No contexto de um interesse disseminado pelo pós-modernismo, a teoria feminista tem sido crescentemente influenciada pelo último e isto tem um impacto nas RI com

resultados previsíveis. Enquanto a autoridade das abordagens tradicionais tem sido enfraquecida, a alternativa proposta tornou-se uma nova ortodoxia, de um tipo vago e freqüentemente autoderrotista. As questões metodológicas de ampla relevância são disputadas dentro do contexto das RI; epistemologias alternativas são oferecidas, mas tudo que se traz é confusão; a própria suposição ética a partir da qual o tópico começa, e sobre a qual se iniciou o feminismo, a de um compromisso com alguma forma de emancipação através da igualdade, é rejeitada em um frenesi de prolixidade e de rodeios.

Aqui, além de também considerar as críticas gerais do pós-modernismo como uma fundação analítica ou posição política, é relevante lembrar das críticas particulares feitas a qualquer tentativa de promover o pós-modernismo como uma abordagem geral para as feministas.³⁹ Aqueles facilmente desprezados como apoio epistemologias de gênero ou remédios parciais podem, no fim, ter mais a oferecer do que os protagonistas de uma loquacidade hermenêutica. À sua acusação de que tudo o que tem sido feito é “adicionar mulheres e mexer”, pode ser respondido que a sua abordagem abrange um menu menos produtivo ainda, “adicionar epistemologia e mexer”. Seria de fato catastrófico se, ao integrar-se nas RI, o feminismo, como explicação e prescrição, fosse desprovido de impacto e conteúdo pela submissão às banalidades da moda intelectual: o resultado seria que, tendo superado a negação das RI convencionais, ele estaria “escondido” de novo sob uma nova monotonia.

Se estes perigos são reconhecidos, de nenhuma forma eles impedem um possível ou desejável engajamento feminista nas RI. Sem qualquer exagero, parece que existe bastante trabalho a ser feito sobre as mulheres e as relações internacionais. Espera-se que esta questão encontre reconhecimento como um tópico importante e distinto dentro do programa total da disciplina e que se torne um elemento estabelecido da agenda de ensino. Este reconhecimento há muito lhe é devido.

³⁹Sobre a crítica feminista do pós-modernismo e com especial referência às RI, ver os comentários vigorosos de Marysia Zalewski em “Feminist theory and international relations”, Mike Bowker e Robin Brown (eds.) *From Cold War to Collapse: Theory and World Politics in the 1980s* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993). Mais genericamente, Sabine Lovibond, “Feminism and postmodernism”, *New Left Review*, n.178, November-December 1989, “Feminism and Pragmatism: A reply to Richard Rorty”, *New Left Review*, n.193, May-Juen 1992, e Kate Soper, “Postmodernism, subjectivity and the question of value”, *New Left Review*, n. 186, March-April 1991.

Capítulo 7

O CONFLITO INTERSISTÊMICO: O CASO DA GUERRA FRIA

UMA FORMA DISTINTA DE CONFLITO

A discussão do Capítulo 4 foi baseada na afirmação de que as relações internacionais abrangem mais do que as relações entre os Estados e mesmo mais do que o “transnacionalismo”, a interação e a reunião das sociedades. A variante “constitutiva” do conceito de “sociedade internacional” discutida aqui indica a maneira pela qual as sociedades são afeitas pela própria estrutura interna de outros Estados e são levadas a formas particulares de conflito quando estes sistemas divergem, quando, em outras palavras, a sociedade internacional é caracterizada pela “heterogeneidade”. O propósito deste capítulo é examinar em maiores detalhes o funcionamento de tal conflito, “intersistêmico” no sentido de que ocorre entre duas sociedades, ou grupos de sociedade, baseados em formas de organização política e social radicalmente diferentes e incompatíveis. O foco principal será sobre a Guerra Fria do período pós-1945: mas as implicações são mais amplas e vão ao núcleo do debate sobre a própria sociedade internacional e as relações internacionais.

O conflito intersistêmico é uma forma específica de conflito interestatal e intersocietal, no qual formas convencionais de rivalidade – a militar, a econômica e a política – são compostas por, e freqüentemente legitimadas em termos de, uma total divergência de normas políticas e sociais. As formas convencionais de competição, incluindo a guerra, podem desempenhar um papel, mas a competição de valores é igualmente importante, e pode, repetidas vezes, ser a principal dimensão em que um lado do conflito prevalece sobre o outro. Que tal conflito não é específico à rivalidade soviética-occidental da época pós-1945 é evidente em casos prévios como a rivalidade entre os impérios otomano e manchu em relação ao ocidente e em exemplos adicionais de rivalidades prolongadas em que o militar e o estratégico foram revestidos pelo desafio que era colocado a um sistema de organização social e política. Mesmo nestes períodos

mais antigos, os conflitos entre os poderes estratégicos, ou blocos, definidos em termos religiosos, tinham algumas das mesmas características.

O retrato do conflito entre o “ocidente” e o “islã” no final do século XX é um mito, já que, a despeito de reivindicações diversas do contrário, a religião não mais desempenha este papel; mas a maior parte do período entre os séculos VII e XVI assumiu a forma de um conflito intersistêmico triangular estruturado em termos religiosos, não somente entre a cristandade e o islã, mas entre as duas áreas rivais do mundo cristão – o romano e o ortodoxo – e uma sucessão de impérios islâmicos baseados no leste do Mediterrâneo. As instâncias otomana e manchu, a serem examinadas no fim deste capítulo, fornecem um exemplo para a comparação, mas também contrastes significativos, com o colapso do bloco soviético.

AS TEORIAS DA GUERRA FRIA

À primeira vista, a questão do conflito “intersistêmico” é quase totalmente ausente da discussão da Guerra Fria. Na literatura acadêmica e relacionada à política sobre a Guerra Fria e a rivalidade Leste-Oeste desde 1945, tem havido dois debates principais: o primeiro é uma argumentação histórica, referente às causas e à “responsabilidade” pela Guerra Fria e o segundo é parcialmente estruturado na linguagem do movimento de paz e parcialmente dentro das próprias RI com relação à dinâmica subjacente ao conflito. O primeiro debate se encaixa em três grandes fases: o consenso anticomunista inicial, o desafio “revisionista” e o novo consenso “pós-revisionista”.¹ Embora desenvolvido em torno da Primeira Guerra Fria de 1947-53, o mesmo debate, sobre as causas e a responsabilidade, elaborado simultaneamente, e não seqüencialmente, pode ser identificado com relação à Segunda Guerra Fria de 1979-1985.² Apesar de rico em detalhe histórico, este debate sobre a Guerra Fria sofreu duas limitações óbvias:

¹J.L Gaddis, “The emerging post-revolutionist synthesis on the origins of the cold war”, *Diplomatic History*, v.7, 1983.

²Para uma visão da literatura crítica, ver Michael Cox, ‘Radical theory and the new Cold War’ em Mike Bower e Robin Brown (eds.) *From Cold War to Collapse: Theory and World Politics in the 1980s* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993). Cox têm muitas coisas pertinentes a dizer sobre as pesquisas dos escritores radicais sobre a Guerra Fria, mas ele considera erroneamente duas questões em meus trabalhos: primeiro, apesar de ter discutido as responsabilidades históricas distintas do Leste e do Oeste, meu trabalho foi, precisamente, uma tentativa de analisar a relação dinâmica entre os dois blocos e a contribuição de cada um; segundo, ele parece aceitar, de uma maneira não-crítica, as afirmações sobre o expansionismo soviético no Terceiro Mundo. Mais importante, Cox parece pensar que, no fim, a Guerra Fria terminou através da acomodação mútua, perdendo o fato histórico bastante amplo de que um lado capitulou e que o

por um lado, nasceu de uma conjuntura política específica e foi dominado pelas preocupações desta situação – tanto para os “revisionistas” como para os anticomunistas; segundo, foi conduzido em quase total inocência das questões teóricas, refletindo o empirismo da historiografia anglo-saxã e do próprio debate político fora do centro.

O segundo debate, sobre a dinâmica do conflito Leste-Oeste, continha uma percepção um pouco maior das questões teóricas, mas em nenhum de seus dois contextos, o do movimento de paz e o da literatura das RI, o fundamento teórico foi substancialmente desenvolvido: alguns aspectos específicos do conflito – o papel da ideologia, a corrida armamentista, a administração das crises – receberam tratamento teórico dentro das RI, mas não a Guerra Fria como um todo. A análise do que foi a Guerra Fria permaneceu quase toda no nível pré-teórico, no sentido de ter posições teóricas implícitas ao invés de explícitas e de falhar em perguntar quais poderiam ser as implicações da Guerra Fria para a teoria das RI. Abstraindo-se desta literatura, entretanto, pode-se dizer que este segundo debate abrangeu quatro abordagens principais. A título de conveniência e com o risco de limitação da visão, estas podem ser categorizadas como: a realista, a subjetivista, a internalista e a intersistêmica.³

Para o realismo, e para os sociólogos históricos que recentemente o adotaram, a Guerra Fria foi uma continuação da política dos Grandes Poderes, embora com certos acréscimos como as armas nucleares, a corrida armamentista e a rivalidade ideológica entre o capitalismo-comunismo. A suposição desta continuidade dentro do conflito internacional foi facilitada pelo foco na política externa da própria URSS, que foi percebida como mantendo os objetivos externos do regime pré-1917, e/ou dos EUA que foi percebido como simplesmente um outro poder imperial,⁴ não somente *vis-à-vis* o Terceiro Mundo, ou os europeus e os japoneses, mas também *vis-à-vis* a URSS.

Por “subjetivista” faz-se referência àquelas teorias que analisaram a Guerra Fria em termos de percepção e de percepção errô-

seu sistema sociopolítico entrou em colapso. Sua própria teoria, largamente implícita, traz traços de um trotskysmo residual (“afinal, existem só duas gangues do capitalismo”), evidente em seu trabalho anterior (ver nota 8). Nesses escritos, ainda sob a influência de uma abordagem trotskista ‘estatal capitalista’, Cox apresenta muitos dos argumentos que depois ele ridiculariza em outros escritos, incluindo a tese de que somente a renovação socialista no Leste e Oeste poderia trazer paz ao continente. Entretanto, mais oportunamente, ele argumenta que a União Soviética não apresentava nenhum desafio ao oeste ou vice versa.

³Para uma discussão prévia desta literatura, ver meu *The Making of the Second Cold War* (London: Verso, 1983), Capítulo 2, e “Vigilantism in international relations: Kubalkova, Cruickshank and Marxist theory”, *Review of International Studies*, v.13, n.3, 1987.

⁴Assim, em seu livro de teoria realista, *The Anarchical Society*, Hedley Bull trata o conflito Leste-Oeste no período pós-guerra como uma ilustração e confirmação deste argumento mais amplo. Muitos outros – Morgenthau, Waltz, etc. – fizeram o mesmo. Para os realistas, não existia um problema conceitual.

nea. A literatura de RI sobre a percepção desenvolveu-se nos anos 1960 e 1970 nos escritos de pessoas como Janis e Jervis. Ela sugeriu que a política externa em geral, e erros em política externa em particular, poderiam ser em grande medida atribuídos às percepções possuídas, individual e coletivamente, por aqueles que formulam a política externa e pelas populações que a influenciavam e constrangiam. Este argumento não foi especificamente dirigido para a discussão da Guerra Fria, mas teve implicações para ela. Fosse o argumento explicitamente estendido desta forma ou de outra, ele era paralelo e reforçava uma posição comum entre os escritores liberais sobre a Guerra Fria e as revoluções em geral: o conflito poderia ter sido evitado se somente cada um dos lados tivesse sido melhor informado sobre o outro (uma política “diferente” para a Rússia depois de 1917, China depois de 1949, Cuba depois de 1959, ou neste sentido, França depois de 1789).⁵ Tais discussões tendem a não dar ênfase à necessidade dos compromissos ideológicos em cada um dos lados (com a revolução mundial, a solidariedade/recuo, a intervenção e assim por diante) e a destacar a importância de melhor informação e de contato entre os Estados supostamente, mas não realmente, comprometidos com a transformação mútua.

O termo “internalista” indica as abordagens que localizam a dinâmica da Guerra Fria dentro, ao invés de entre, dos blocos contendores. Esta abordagem tem diversas variantes: pode localizar a fonte do conflito dentro da política doméstica e da estrutura socioeconômica dos próprios dois Estados principais e, por extensão, dentro de outros Estados constituintes; ou dentro de um próprio bloco internacionalmente constituído, percebido como uma totalidade na qual a Guerra Fria é funcional para a manutenção da coesão do bloco e da hegemonia dos Estados dominantes dentro dele.

A versão mais direta disso é a tese das “duas masmorras” de Chomsky, de acordo com a qual os EUA e a URSS buscaram a Guerra Fria para disciplinar suas próprias sociedades e seus respectivos *junior partners*: “A Guerra Fria é um sistema altamente funcional pelo qual as superpotências controlaram seus próprios domínios, é por isso que ela continua e irá continuar”.⁶ O trabalho de Mary Kaldor tem um impulso similar. Argumentos como aqueles de Alan Wolfe que relacionam a Guerra Fria ao funcionamento da política doméstica dos

⁵Como discutido no Capítulo 5, o debate sobre a inevitabilidade do conflito entre os poderes revolucionários e os do *status quo* é encontrado, *inter alia*, com relação à Revolução Francesa em Kim Kyong-won, *Revolution and International System* (New York: New York University Press, 1970) e ao Irã em James Bill, *The Eagle and the Lion*.

⁶Como citado em Cox, “Radical theory and the new Cold War”, p. 44. Para uma tentativa de incluir Chomsky nestas questões, ver nosso debate em Bill Bourne, Udi Eichler e David Herman (eds.) *Writers and Politics* (Nottingham: Russell Press, 1987).

Estados Unidos são uma versão alternativa.⁷ Em vários artigos, Michael Cox tem desenvolvido uma análise que é rica em detalhe diplomático mas que, igualmente, nega que a Guerra Fria seja “sobre” qualquer coisa, além da rivalidade convencional entre dois blocos amplamente similares.⁸

Muitas exposições da tese “internalista” enfatizam a pressão para a confrontação defendida pelos setores econômicos, caracteristicamente pelo complexo “industrial-militar”. A teoria de E.P. Thompson do “exterminismo” é uma das mais elaboradas variantes desta tese, já que percebe a corrida armamentista não somente como um resultado do que os produtores de armas desejam, mas como uma dinâmica que veio a caracterizar genericamente as sociedades em questão. Argumentos “internalistas” tendem a negar a eficácia do conflito Leste-Oeste em si mesmo e implicar um grau de homologia entre as políticas externas e as estruturas internas dos dois blocos.⁹

Embora formulado principalmente nos anos 1980, este trabalho teve antecedentes significativos dentro da abordagem crítica da sociedade e das relações internacionais: uma instância clássica disto foi o trabalho do sociólogo americano C. Wright Mills, cujo *The Origins of the Third World War*, publicado em 1957, argumentava que uma guerra nuclear era cada vez mais inevitável, não por causa das relações entre os blocos ou dos desenvolvimentos no Terceiro Mundo, mas por causa das estruturas de poder dentro de cada país. Desenvolvendo *insights*, primeiro enunciados por Max Weber, sobre o desenvolvimento do Estado burocrático e militarista como um resultado do conflito internacional, Mills, cuja principal contribuição à sociologia foi a teoria da “elite do poder” e do “complexo industrial-militar” discutiu que ambos os campos eram governados por tais elites, o que inevitavelmente levaria o mundo à guerra. O que era sintomático no trabalho de Mills era que, como Weber, ele percebia o internacional como a fonte da degeneração dos Estados e da perda do controle democrático. Segundo, ao tomar uma definição sociológica abstrata das elites do poder, Mills dissolveu quaisquer diferenças substantivas entre os dois sistemas. Assim, Mills, como Thompson, embora lançando um aviso oportuno sobre os perigos da guerra e da influência militar sem controle, falhou em fornecer qualquer análise substantiva sobre por que ou como os dois blocos estavam competindo na esfera internacional e também de quais eram as diferenças políticas e sociais essenciais entre eles.

⁷Mary Kaldor, *The Disintegrating West* (London: Penguin, 1978) e *The Imaginary War: Understanding East-West Conflict* (Oxford: Basil Blackwell, 1990); Alan Wolfe, *The Rise and the Fall of the “Soviet Threat”* (Washington: Institute for Policy Studies, 1979).

⁸“Western Capitalism and the Cold War System” em Martin Shaw (ed) *War, State and Society* (London: Macmillan, 1984); “The Cold War as a System”, *Critique*, n. 17, 1986.

⁹E.P. Thompson, Fred Halliday e Rudolf Bahro, *Exterminism and Cold War* (London: Verso, 1982).

O argumento “intersistêmico” pode ser rapidamente distinto de todas as outras três abordagens:¹⁰ em oposição ao realismo, ele nega que a rivalidade Leste-Oeste seja somente uma continuação da política tradicional dos Grandes Poderes, não somente pelo questionamento da validade deste modelo supostamente universal e clássico, mas pela atribuição de um lugar central no conflito ao caráter diverso e heterogêneo dos Estados competidores, nas esferas nacional e internacional; em oposição às teorias da percepção errônea, ele afirma que os programas políticos em disputa e as perspectivas ideológicas dos dois blocos devem ser consideradas seriamente, embora não unicamente, e que os Estados formando os blocos eram, em termos amplos, comprometidos com a sua realização; contra os internalistas, a abordagem “intersistêmica” afirma que o conflito internacional tinha uma realidade, em outras palavras, que os dois blocos estavam preocupados não somente com questões internas, lucros, hierarquia ou “ordem”, mas também em melhorar sua posição relativa *vis-à-vis* um ao outro e em prevalecer sobre o outro.

A teoria intersistêmica pode ser resumida em três proposições-núcleo: (a) a rivalidade leste-oeste foi um produto do conflito entre dois sistemas sociais distintos; (b) esta competição envolve uma dinâmica competitiva e universalizadora; e (c) somente poderia ser concluída com um dos blocos prevalecendo sobre o outro. O termo “sistema” não é usado aqui para indicar o “sistema internacional” em geral, como designado na teoria convencional das RI, nem a “Guerra Fria como sistema”, no sentido de um reforço mútuo característico dos internalistas, mas para indicar a organização interna das sociedades e políticas de cada bloco.

Existiu, consequentemente, algo específico e necessário, uma contradição subjacente e universalizante na dinâmica das relações Leste-Oeste. A Guerra Fria foi, acima de tudo, um produto da heterogeneidade no sistema internacional – para repetir, da heterogeneidade da organização interna e da prática internacional – e somente poderia ser encerrada pela obtenção de uma nova homogeneidade. O resultado disto foi que, enquanto os dois sistemas distintos existiram, o conflito da Guerra Fria estava destinado a continuar: a Guerra Fria não poderia terminar com o compromisso ou a convergência, mas somente com a prevalência de um destes sistemas sobre o outro. Somente quando o capitalismo prevalecesse sobre o comunismo, ou vice-versa, o conflito intersistêmico se encerraria.

Embora suprimida da maior parte da discussão histórica, e negada pela inclinação realista, esta concepção de Guerra Fria foi re-

¹⁰Para um reconhecimento desta dimensão intersistêmica ver Oyrind Osterud, ‘Intersystemic rivalry and international order: Understanding the end of the Cold War’ em Pierre Allan e Kjell Goldmann (eds.) *The End of the Cold War* (London: Martinus Nijhoff, 1992) p.478-9.

conhecida por alguns dos que nela participaram. Do lado soviético, ela assumiu várias formas: a visão leninista original de um processo contínuo de revolução mundial, a teoria dos “dois campos” de Stalin e a teoria brejneviana da “correlação de forças” (a sua maneira mais diversa e bastante perceptiva).

Do lado ocidental, os políticos não tiveram dificuldades em articular a teoria da disputa entre os mundos “comunista” e “livre”, cuja tendência foi levar a um conjunto de implicações, mais imediatas, usualmente militares, e a um repetido exagero das capacidades soviéticas e da ameaça que elas representavam. Uma exceção é a análise de George Kennan primeiro formulada em seu longo telegrama de Fevereiro de 1946 e então publicada em forma revisada em 1947 na revista *Foreign Affairs*:¹¹ esta análise é melhor conhecida pela política de “ contenção” militar elaborada para impedir os avanços estratégicos soviéticos na Europa ou no Terceiro Mundo. Mas, talvez, em retrospectiva, seu mais importante argumento é o de como, uma vez que a contenção fosse alcançada, trabalhar-se-ia em direção à erosão de longo prazo da confiança soviética e daí do bloco soviético. Na análise de Kennan este objetivo é bastante claro; a contenção estratégica é precondição para o fracasso final do sistema comunista, devendo este objetivo final ser atingido pela força do exemplo e pela confusão do idealismo revolucionário. Ele destaca que o conflito levará um longo tempo:

O Kremlin não está sob nenhuma compulsão ideológica para alcançar os seus propósitos com pressa. Como a Igreja, ele está lidando com conceitos ideológicos que tem uma validade de longo prazo e pode-se dar ao luxo de ser paciente. Não tem nenhum direito de arriscar as conquistas existentes da revolução em troca de vãs ninharias do futuro.

Em resposta, ele propõe uma estratégia igualmente de longo prazo e paciente, mas definitiva em seu resultado:

Na realidade, as possibilidades para a política americana não são de nenhuma forma limitadas em manter a posição e esperar pelo melhor. É inteiramente possível para os Estados Unidos influenciar, por suas ações, os desenvolvimentos internos dentro da Rússia e através do movimento comunista internacional, pelo qual a política russa é amplamente determinada. Isto não é somente uma questão da modesta medida da atividade internacional que este governo pode conduzir na União Soviética e nos outros lugares, embora isto também seja importante. Pelo contrário, é uma questão da medida em que os Estados Unidos podem criar entre as pessoas do mundo em geral, a impressão de um país que sabe o quer, que está lidando com sucesso com os problemas de sua vida interna e com as responsabilidades de um poder

¹¹“The sources of soviet conduct”, *Foreign Affairs*, July 1947.

mundial, e que tem uma vitalidade espiritual capaz de sustentar-se entre as principais correntes ideológicas do tempo. À medida que tal impressão pode ser criada e mantida, os alvos do comunismo russo precisam parecer estéreis e quixotescos, as esperanças e o entusiasmo dos que apóiam Moscou precisam desaparecer e adicionar pressão às políticas externas do Kremlin. Pois a decrepitude paralisante do mundo capitalista é a peça central da filosofia comunista. Mesmo o fracasso dos Estados Unidos em experimentar a precoce depressão econômica que as aves de rapina da Praça Vermelha prevêem com confiança complacente desde que as hostilidades começaram teria repercussões profundas e importantes através do mundo comunista... nenhum movimento místico, messiânico – e particularmente não aquele do Kremlin – pode encarar a frustração indefinidamente sem eventualmente ajustar-se de uma forma ou outra à lógica deste estado de coisas.

Assim, a decisão residirá em larga medida neste próprio país. A questão das relações soviético-americanas é, em essência, um teste do valor geral dos Estados Unidos como uma nação entre as nações. *Para evitar a destruição, os Estados Unidos precisam somente estar à altura de suas próprias melhores tradições e provarem-se dignos de preservação como uma grande nação.* (itálicos adicionados)¹²

Despojado de suas referências específicas aos EUA, e de seu tom vanglorioso, isto apresentou um programa claro para a conduta de um conflito intersistêmico, baseado, acima de tudo, na competição entre dois sistemas e no objetivo, não da paz ou do compromisso, mas de finalmente prevalecer sobre o outro. O que é impressionante é como esta formulação, explicitada em uma das afirmações estratégicas clássicas da Guerra Fria, encontrou tão pouca reflexão na teoria das RI ou em subsequentes reflexões sobre o caráter essencial do conflito.

AS FONTES DE RESISTÊNCIA TEÓRICA

Enquanto presente de uma forma implícita em alguma discussão da Guerra Fria, a teoria do conflito intersistêmico foi pouco representada seja na literatura das RI ou nos escritos do movimento de paz. Se extraí sua inspiração mais óbvia do marxismo, também pode ser vista como uma continuação de uma linha de argumentação dentro das RI que tem pouco ou nada a ver com o marxismo e que destaca a importância da diferença ideológica no conflito internacional.¹³ São várias as razões funcionando contra a sua aceitação.

¹²Em Ewan Luard (ed.) *Basic Texts in International Relations* (Macmillan, 1992) p.478-9.

¹³Duas discussões clássicas sobre a heterogeneidade dentro da corrente dominante da literatura das RI são Richard Rosecrance, *Action and Reaction in International Politics* (Boston: Little Brown, 1963) e Raymond Aron, *Peace and War* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1966).

Colocá-las em itens poderia ajudar não somente a deixar mais claras as suposições da abordagem “intersistêmica”, mas também identificar quais podem ser, dentro da teoria das RI, alguns dos problemas fundamentais levantados por esta questão.

Para a teoria realista convencional, como em Bull e Waltz, a questão da determinação sistêmica da política externa é irrelevante, na verdade, tecnicamente inconcebível: já que tudo o que importa são as relações entre os Estados, nenhuma admissão da relevância dos processos internos, suas causas ou consequências, é permitida dentro de tal teoria. As relações entre os “Estados” podem ser analisadas sem a consideração de seus correlatos internos. Além disso, ao colocar um “sistema internacional” abstrato que determina o comportamento dos Estados e impõe certas regras aos membros componentes, o realismo nega a possibilidade de formas de conflito internacional fundamentalmente variadas.

Discutir a teoria intersistêmica em sua forma completa requer ter um conceito adequado da diferença entre os sistemas, não sómente em termos de alguns *slogans* e objetivos internacionais, mas em termos da constituição das próprias sociedades e da base de seus desacordos. Aqui, a forte resistência da teoria das RI à identificação das características internas e ao conceito de “capitalismo” torna-se relevante: um visitante ingênuo do campo do internacional poderia pensar, que se alguma coisa caracterizou o sistema internacional ao longo dos últimos 500 anos, foi este fenômeno. No mínimo, ele é tão importante quanto a guerra, o nacionalismo, o Estado e outros termos familiares: apesar disso, quase nunca é mencionado, exceto em formulações abafadas sobre o “desenvolvimento da economia internacional” e da “sociedade industrial” e, agora, da “interdependência”. Desenvolver um conceito de teoria intersistêmica envolve, entretanto, ter alguma idéia do que constitui o ocidente em ambos os níveis, o interno e o internacional: o “capitalismo” e o seu desafiador de comparativamente curta-duração, seja qual for o seu nome. Isto é algo que pode ser fornecido pela sociologia weberiana ou pela teoria marxista, precisamente porque, por ora, com o silêncio das RI, é quase que impossível fazê-lo dentro da corrente dominante da teoria internacional.

Mesmo quando o interno é considerado relevante, como na análise de política externa, existe pouca sustentação para a abordagem intersistêmica: por um lado, as “ligações” que são percebidas como transnacionais são formas limitadas e específicas de interação, baseadas em um conceito de sociedade freqüentemente débil e comportamental, bastante diferente da visão abrangente da interação intersistêmica aqui considerada; por outro, as correlações “empíricas” realizadas dentro da análise de política externa não confirmam quaisquer correlações distintas

entre o tipo de sistema político (monárquico/republicano, totalitário/democrático) e o resultado de política externa. Já que sociedades totalitárias podem ser agressivas ou defensivas, a questão da determinação sistemática não emerge. A explicação alternativa seria, certamente, que estavam sendo perguntadas as questões erradas.

Uma teoria baseada no conflito intersistêmico é menos atrativa ainda por causa do que pode aparentar: ela pode facilmente ser assimilada por um, ou por ambos, os paradigmas do velho pensamento sobre a própria Guerra Fria: as concepções soviéticas dogmáticas dos “dois campos” e de um conflito capitalismo-socialismo ou as formulações ocidentais de um conflito entre dois sistemas políticos e econômicos rivais, moralmente opostos, um mundo “livre” contra uma ditadura comunista. A compulsão para o distanciamento dos dois estereótipos explica porque os escritores liberais e do movimento de paz apoiam abordagens envolvendo um grau de simetria causal e ética, a subjetivista e a internalista. Uma preocupação similar pode ser identificada nos escritos liberais que acompanharam o fim da Guerra Fria no final dos anos 1980 quando foi sugerido, face a toda a evidência que, de alguma forma, *ambos* os lados tinham sido exauridos pela Guerra Fria e que, portanto, eram perdedores: certamente os EUA pagaram um preço, mas não foram os banqueiros soviéticos que chegavam para supervisionar a transição dos Estados Unidos para o socialismo. Os que se utilizavam de categorias marxistas para explicar a Guerra Fria foram quase que inevitavelmente assimilados pelas análises ortodoxas soviéticas pré-1985:¹⁴ isto aconteceu não somente por causa da inclinação dos que fizeram a assimilação, mas também porque os fundamentos teóricos da análise marxista não foram deixados suficientemente claros.

Um fator inibidor inicial é que um dos temas centrais da teoria intersistêmica, que a Guerra Fria é um produto da heterogeneidade, não necessariamente gera consenso. Contrária à visão intuitiva de que supostamente a heterogeneidade leva à instabilidade e a homogeneidade à estabilidade, existe uma outra visão, igualmente intuitiva, de que a heterogeneidade leva à estabilidade.

Na teoria realista, isto informa a visão, defendida por Waltz e outros, da estabilidade da bipolaridade. A heterogeneidade sistêmica é a suposição implícita da teoria das “duas masmorras”: ela não é explícita na maior parte da teoria das RI já que tal teoria somente está preocupada com as relações entre os Estados, mas está presente no res-

¹⁴ Vendulka Kubalkova e Albert A. Cruickshank, “The new Cold War” em “Critical international relations studies”, *Review of International Studies*, v.12, n.3, July 1986; e Fred Halliday ‘Vigilantism in International Relations: Kubalkova, Cruickshank and Marxist Theory’, *Review of International Studies*, v.13, n.2, April 1987.

suscitado teórico alemão Carl Schmitt, agora em moda, que defendeu a necessidade de um “adversário” na vida política doméstica e, por extensão, internacional e, anteriormente, na tese geral popularizada por Arnold Toynbee de “desafio e resposta”.¹⁵ Schmitt, como a teoria intersistêmica, sofreu por associação, neste caso com o nazismo: mas, como a presença desta tese dentro dos escritos benignos liberais e do movimento de paz indica, este argumento tem relevância mais ampla ou no mínimo seguidores não conhecidos. Ela reforça a visão, iniciada pela negação de que o capitalismo ou comunismo tiveram qualquer dinâmica universal, que o conflito leste-oeste foi uma miragem e que era funcional para os grupos dominantes dos dois lados.

Colocando de lado as diferentes abordagens teóricas, existem razões históricas comuns, na verdade de senso comum, para negar a validade da abordagem intersistêmica. Por um lado, parece haver pouca razão para estabelecer uma relação entre o conflito e a realidade intersistêmica quando a história moderna está repleta de conflitos entre Estados homogêneos: das explosões intercapitalistas de 1914 e 1939 às disputas e às guerras do bloco socialista. Por outro, o padrão das alianças do pós-guerra, e dos alinhamentos estratégicos informais, sugere que a heterogeneidade não é um obstáculo à colaboração: assim, uma Índia capitalista colaborou com uma URSS socialista, enquanto uma China socialista se alinhou com os EUA.

A PROEMINÊNCIA DA HETEROGENEIDADE

As dificuldades com a abordagem intersistêmica são, portanto, consideráveis: existem pelo menos outras três alternativas principais para analisar a Guerra Fria; existem fortes razões, teóricas e empíricas, para rejeitá-la; ela possui associações políticas pouco agradáveis. Acima de tudo, entretanto, ela é subdesenvolvida em seus próprios termos: aqueles que a patrocinaram lançaram argumentos ocasionais quanto a sua validade e a de seus componentes, ou fizeram implicações de que existe “uma leitura ultrapassada” dentro do marxismo para explicar tal fenômeno. Uma vez que é feita a tentativa de explicitar quais são as reivindicações da teoria intersistêmica então torna-se evidente que em seu interior existem maiores complexidades teóricas que inibem a sua adoção. Contudo, é somente através desta construção e identificação de suas implicações teóricas mais amplas que o argumento pode ser levado adiante. À luz desta discussão, o argumento intersistêmico pareceria residir em cinco proposições-núcleo:

¹⁵ Carl Schmitt, *The Concept of the Political* (New Brunswick: Rutgers University Press, 1976); Paul Hirst, “Carl Schmitt’s decisivism”, *Telos*, n.72, Summer 1987.

(i) A heterogeneidade socioeconômica do “Leste” e do “Oeste”, isto é, das sociedades comunistas e capitalistas. Isto faz referência, no mínimo, aos níveis econômicos e políticos dentro de cada Estado e bloco. O ponto de partida para o argumento intersistêmico é esta diferença, em termos fundamentais e constitutivos, entre os dois tipos de sociedade e política. Esta “diferença” pode ser formulada em termos weberianos ou marxistas, mas envolve alguma concepção do sistema social e político como um todo. As abordagens constitucional, burocrática e behaviorista da ciência política, as teorias baseadas na convergência ou aqueles que vêem a URSS somente como outra forma de sociedade “capitalista” negam esta heterogeneidade e necessariamente impedirão a análise a partir de linhas intersistêmicas, assim como o fazem aqueles que, por razões diplomáticas ou por “justiça”, tratam os dois sistemas simetricamente. Se não é admitido que os blocos soviético e americano eram fundamentalmente diferentes em sua constituição interna, então o argumento não pode continuar.

(ii) Esta composição socioeconômica e política precisa ser mostrada como determinante da política externa e das relações internacionais, em um sentido amplo e genérico. Não existe a “política externa” como tal, mas somente a política externa de tipos específicos de Estados e de sociedades. Esta tese da determinação de algumas formas sobrepõe-se e é teoricamente distinta da encontrada na análise da política externa e no seu exame dos determinantes domésticos no resultado de política externa. A diferença reside na concepção do que constituem os determinantes domésticos relevantes e nas (não declaradas) diferenças do que constitui a relação Estado-sociedade: como na discussão da heterogeneidade, a discussão inevitavelmente leva de volta à concepção geral de sociedade e de política.

(iii) A tese do conflito intersistêmico implica uma dinâmica internacionalista e, na verdade, universalista dentro de cada bloco e sistema: em outras palavras, implica que cada bloco é levado não somente a proteger seu próprio Estado e economia, a maximizar sua vantagem dentro dos constrangimentos de um “equilíbrio de poder” e parecer desafiar o outro por razões de credibilidade ideológica interna, mas também a dominar tanto o quanto for possível do mundo, para minar e, com esperança, abolir o sistema alternativo. Tal argumento vai contra a concepção ortodoxa das RI sobre a tendência de preservação, por objetivo ou por necessidade, de um “equilíbrio de poder”, e também contra a afirmação liberal de que nenhum lado tem quaisquer aspirações ideológicas e que o conflito foi todo em torno da maximização de poder. Até o momento, além de uma quantidade considerável de evidência histórica sobre as motivações do capitalismo, os elementos desta dinâmica universal são reconhecidos nas teorias existentes: a ambição do capitalismo em maximizar mercados e o acesso a matérias-primas, os com-

promissos da URSS com a revolução mundial e a competição por aliados no Terceiro Mundo para melhorar a segurança, a força política e a militar. Como já notado, o longo telegrama de Kennan reconhecia que os dois lados tinham tal aspiração e potencial.

Mas estes são, na melhor das hipóteses, fragmentos de uma teoria mais ampla da universalização, que ainda está obscura.¹⁶ Por exemplo, a motivação do capitalismo não é somente econômica: de outra forma ele estaria bastante feliz em deixar os Estados comunistas com seus sistemas políticos intactos, dado que se realizasse comércio entre eles. Este desejo para a universalização é ligado ao da heterogeneidade: cada sistema, além de quaisquer compromissos imediatos ou obstáculos, estava comprometido com a transformação do outro. O mínimo que pode ser dito sobre o resultado dos anos 1980 é que ele valida isso à primeira vista e um pouco mais adiante. Um lado prevaleceu e subordinou o outro.

(iv) O conflito intersistêmico opera em múltiplas dimensões, não somente naquela das relações interestatais como convencionalmente concebidas: a questão de qual “política externa” os Estados perseguem abrange somente uma parte de como os dois sistemas socioeconômicos operavam internacionalmente. A competição intersistêmica ocorreu em três níveis principais: o das relações interestatais como tal, isto é, a “política externa” convencionalmente concebida; o da interação socioeconômica, mais amplamente interpretada para incluir as ações de outras entidades que não os Estados/governos, mais especificamente os empreendimentos financeiros e industriais; e o da interação ideológica e, em particular, do impacto do exemplo, do efeito demonstrativo, sob uma sociedade comunista de outras capitalistas.

Um exemplo claro desta interação tripla, com o reforço mútuo de cada um dos níveis, foi o das relações RFA-RDA (Alemanha Ocidental-Alemanha Oriental) no final dos anos 1980, através e até o colapso do regime alemão oriental em 1989-90: como um todo, o projeto da RFA foi, no sentido clausewitziano clássico de luta, o de derrotar e não aniquilar, isto é, de “jogar para baixo” (*niederwerfen*) a RDA. Este foi um conflito intersistêmico em sua forma mais crua e operou em todos os três níveis: as políticas de Bonn – minar a RDA, a mobilização de uma maioria pró-unificação dentro dela e o descrédito de qualquer opção socialista ou

¹⁶Uma consideração histórica poderosa da ambição universalizante do capitalismo pode ser encontrada em Eric Hobsbawm, *The Age of Empire* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1987). É surpreendente que esta tese histórica genericamente aceita e a eloquente do *Communist Manifesto* tivessem tido tão pouco impacto na maior parte dos escritos sobre a Guerra Fria nos anos 1980: as afirmações de que o capitalismo possuía uma tendência para ambos, para prevalecer sobre outras alternativas e para estabelecer a hegemonia global, foram manipuladas pela política soviética; ao invés disso, tivemos a simetria discutível dos internalistas.

neutra – foram obtidas pela pressão sobre a RDA nos três níveis. Em oposição ao que a teoria realista convencional, com sua ênfase no conflito interestatal, poderia sugerir, o papel do governo de Bonn foi, talvez, o menos importante, e o dos negócios alemães secundário: o nível mais influente foi o impacto sobre milhões de alemães orientais da imagem que eles tinham do ocidente e, então, uma vez que a fronteira foi aberta, ao visitar o ocidente, houve o *Reiseschok* (“choque de viagem”). Este efeito demonstrativo foi certamente composto pelas pressões dos bancos e empresas alemães ocidentais sob a economia da RDA, fosse ou não esta pressão formalmente coordenada com Bonn, e pelas ações específicas do próprio governo de Bonn: a condicionalidade para a ajuda econômica, o encorajamento através da cidadania automática e dos benefícios do bem-estar para a população da RDA migrar, o incentivo a rumores sobre o iminente colapso da economia da RDA e assim por diante. Teria sido bastante difícil interpretar esta instância do conflito intersistêmico sem alguma referência à tendência do capitalismo em se expandir, uma tendência realizada não somente através das ações dos Estados, mas também através das interações sociais e ideológicas mais amplas.¹⁷

(v) *A heterogeneidade do sistema socioeconômico interno implica a heterogeneidade das relações internacionais, concebidas em termos de objetivos amplos e de mecanismos de internacionalização.* Os interesses dos dois blocos eram fundamentalmente opostos e os tipos de mundo que eles objetivavam criaram divergências na política externa e na extensão internacional destes sistemas. Isto não necessariamente significava que eles perseguiam tipos ou estilos diferentes de política externa, isto é, que os instrumentos, as convenções, os procedimentos operacionais de política externa fossem eles mesmos heterogêneos. Isto é deixado em aberto: os Estados envolvidos no conflito podem, ou não, ter sido socializados no sentido realista do termo. O argumento não pode ser resolvido analisando a “socialização” no sentido formal, se eles tinham os mesmos tipos de convenções diplomáticas ou se respeitavam soberania. O argumento realista sobre a “sociedade internacional” e os efeitos socializadores do sistema é relevante em termos limitados, mas não responde a esta questão mais ampla.

Por outro lado, a heterogeneidade de objetivos em geral, já que emerge da heterogeneidade do sistema, é acompanhada por uma heterogeneidade em pelo menos três outros níveis. Primeiro, a heterogeneidade de causa – as razões subjacentes para a dinâmica universa-

lizadora podem ser diferentes em sistemas socioeconômicos diferentes, sendo mais ou menos econômicas em um, mais ou menos militares e políticas em outro. Segundo, os mecanismos para, e o compromisso com, a criação de um bloco internacional homogêneo em torno de um Estado-núcleo hegemônico podem divergir, assim como está evidente pelo menos nas bastante diferentes políticas e políticas econômicas dos EUA e da URSS dentro de seus respectivos blocos – as formas de integração e os mecanismos de hierarquia eram muito diferentes. Terceiro, os mecanismos para a competição com o outro bloco também podem ser assimétricos – esta assimetria refletindo não somente as diferenças de “poder” (em sua concepção genérica), mas a importância variada dos componentes do *modus operandi* do sistema, o econômico, o ideológico e o militar, como refletidos no nível internacional. O equilíbrio relativo de poder econômico e militar na composição da influência da União Soviética e dos EUA era muito diferente, assim como o era o grau de controle político direto exercido por cada um deles sobre os seus respectivos clientes de bloco. A competição dos blocos pode, portanto, envolver não somente um conflito de objetivos, mas um conflito de razões e de mecanismos pelos quais as relações internacionais são conduzidas.

AS IMPLICAÇÕES ANALÍTICAS

Apresentar este resumo dos componentes da teoria intersistêmica inevitavelmente levanta mais questões do que responde. Dois pontos são imediatamente evidentes. Primeiro, sejam quais forem as suas forças analíticas e teóricas, a teoria intersistêmica está longe de ter alcançado um desenvolvimento adequado; o aparecimento de tal desenvolvimento no prévio dogma soviético escondeu mais do que revelou – no mínimo pela teleologia imanente dentro de seu conceito de “correlação de forças”, que implicava que a história estava se movendo inexoravelmente em direção ao triunfo do bloco soviético sobre o ocidental.¹⁸

Segundo, qualquer elaboração de uma teoria de conflito intersistêmico leva a uma estrutura teórica mais ampla, ligeiramente

¹⁷Para considerações da subjugação da RDA, ver o diário do assessor político de Kohl Horst Teltschik, *329 Tage: Innenansichten der Wiedervereinigung* (Berlim: Siedler Verlag, 1991) e Ulrich Albrecht, *Die Abwicklung der DDR* (Opladen: Westdeutscher Verlag, 1992).

¹⁸O termo soviético “correlação de forças”, uma alternativa supostamente mais dinâmica e materialista ao “equilíbrio de poder” nunca foi levado a sério no ocidente e foi abandonado nos anos 1980 na URSS: na verdade, ele provou sua validade precisamente porque levou os fatores socioeconômicos e ideológicos em consideração na competição internacional e viu a possibilidade de uma mudança decisiva em favor de um bloco. O seu engano sobre qual bloco iria beneficiar-se da mudança na correlação foi, talvez, um descuido secundário. Para uma análise lúcida do conceito, ver Margot Light, *The Soviet Theory of International Relations* (Brighton: Wheatsheaf, 1988); e Julian Lider, *Correlation of Forces: An Analysis of Marxist-Leninist Concepts* (Aldershot: Gower, 1988).

derivada da sociologia weberiana ou do materialismo histórico: conceitos como “Estado”, “sistema”, o “internacional”, enquanto aparentemente moeda comum dentro da corrente dominante das RI e do materialismo sociológico/histórico, não o são ao serem examinados de perto.

Mais importante ainda, como o resumo acima deixa claro, e não por razões de deferência canônica, o ponto de partida de qualquer teoria do conflito intersistêmico não é a diferença genérica entre os objetivos ou os estilos de política externa, ou a divergência derivada da assimetria geoestratégica, mas a diferença na constituição da própria sociedade, em ambas as variantes doméstica e internacional. O ponto de partida de qualquer teoria relacionada das RI é, portanto, o conceito do que é, na teoria marxista, o “modo de produção” e as relações entre estas e o Estado: sem estas, a teoria do conflito intersistêmico é impensável. Uma mistura ecumênica das diferenças entre as RI dominante (que impede tais conceitos) e estas outras teorias socioeconômicas leva à confusão. Não pode existir uma análise do conflito intersistêmico que não admita a categoria “capitalismo” e as suas várias antíteses de nomes diferentes.

Se este argumento é válido, neste caso, somadas ao desenvolvimento de uma teoria do conflito internacional e das relações internacionais genericamente baseadas no sistema social, existem pelo menos três outras áreas de desenvolvimento teórico sugeridas pela teoria do conflito intersistêmico:

(i) Dimensões e Mecanismos de Interação Internacional

Se, como já indicado, o conflito intersistêmico pode ser visto como operando em três níveis – o interestatal, o socioeconômico e o ideológico – então se torna necessário analisar como estes interagem e como o equilíbrio relativo muda de tempos em tempos para um Estado específico e entre os diferentes tipos de Estado.

O que está implícito aqui é nada mais do que uma sociologia adequada das relações internacionais: não no sentido de apresentar alguma teoria ultrapassada das RI a partir da sociologia existente ou de fazer algumas generalizações amplas e possivelmente não apropriadas sobre como as relações internacionais têm aspectos sociais (lei, ideologia, convenção, etc.), mas sim para examinar como dentro de um sistema internacional, constituído por diferentes Estados, o socioeconômico determina duplamente os Estados individuais e, transcendendo os Estados, o sistema como um todo. À luz da história dos últimos 500 anos, e do resultado da própria Guerra Fria, existe uma especial necessidade de reexaminar e elucidar a motivação universalista do capitalismo, tanto em termos do porquê ele busca moldar o mundo a sua imagem, como dos vários mecanismos utilizados para isso: se a música pop e as *t-shirts* são as canhoneiras do final do século XX, existe uma continuidade subjacente à motivação multifacetada e agressiva do capitalismo em destruir e incorporar todos os sistemas socioeconômicos rivais.

(ii) O Conflito Intersistêmico e Os Movimentos Anti-Sistêmicos

O conflito entre os sistemas sociais, incorporado e mediado através dos Estados (EUA, URSS, etc.) na Guerra Fria tem sido acompanhado por movimentos mais amplos dentro e entre os Estados, dirigidos contra os Estados e as ordens internacionais que eles representam. Ao longo deste século, estes assumiram várias formas (revoluções, greves, guerras de guerrilha, mudanças ideológicas, etc.) e têm sido direcionados contra as ordens hegemônicas nos dois blocos.

Três análises-padrão destes movimentos anti-sistêmicos estão disponíveis: a abordagem convencional das RI, que os subordina aos Estados e nega a sua relevância para as relações internacionais, exceto quando recebem o apoio dos Estados – veja-se o quase completo silêncio da literatura das RI sobre as revoluções e os sindicatos;¹⁹ a abordagem soviética ortodoxa que assimilava os movimentos anti-sistêmicos não-estatais aos interesses de Estado da própria URSS, assim dissolvendo as questões de autonomia e de contradição envolvidas nesta relação; e a abordagem dos “sistemas mundiais” (a de Wallerstein, Arrighi e outros)²⁰ que vê os movimentos anti-sistêmicos como o motor da história internacional e como capazes de superar os poderes e a fragmentação dos Estados. No caso do último, e dos escritos análogos do movimento de paz, estes movimentos anti-sistêmicos são vistos como dirigidos contra o que é um sistema ainda homogêneo, com a negação da divergência entre o capitalismo e o comunismo. Assim, os movimentos de trabalhadores na Polônia e África do Sul são parte de uma dinâmica “anti-sistêmica”.

(iii) O Estudo Comparativo do Conflito Intersistêmico

O foco desta análise tem sido sobre o conflito intersistêmico do período pós-guerra, aquele entre os blocos comunista e capitalista. Tal conflito tem certas características específicas não encontradas em épocas anteriores: as dimensões tecnológica e econômica de sua competição militar, as formas ideológicas específicas de hegemonia reivindicadas pelos dois lados, a mobilização de grandes massas da população em atividade sistêmica e anti-sistêmica. Este particular conflito intersistêmico pareceria ter uma outra característica única: um resultado histórico contrário ao dos ciclos, no qual um sistema já estabelecido, o capitalismo, gerou e depois sufocou o seu novo rival emergente.

Além disso, em outros aspectos, o conflito intersistêmico não é de forma alguma específico à época da Guerra Fria: os conflitos das sociedades baseadas no feudalismo e no capitalismo a partir do século XIV na Europa e os últimos redutos do pré-capitalismo no Terceiro Mundo

¹⁹Capítulo 5.

²⁰Giovanni Arrighi, Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein, *Anti-Systemic Movements* (London: Verso, 1989).

no final do século XX poderiam merecer uma análise comparativa, assim como os conflitos mais específicos entre as sociedades escravocratas e as que exploravam o trabalho livre. Os meios pelos quais o capitalismo cercou, minou e então destruiu o bloco soviético têm algo em comum com os primeiros ataques capitalistas aos impérios chinês e otomano, pelo menos na maneira pela qual os reformistas alarmados dos blocos sitiados, ao tentar alterar seu próprio sistema para competir melhor, aceleraram a decomposição de seus sistemas sociais e políticos.

Igualmente, os historiadores da economia mostraram como a interação do mundo mais desenvolvido com o menos desenvolvido pode, afora a conquista e a derrota direta na guerra, minar os Estados mais fracos: este foi o impacto do imperialismo mesmo quando ele não se engajou em conquista colonial direta. Os destinos dos impérios otomano e chinês da última metade do século XIX até o seu desaparecimento final durante a Primeira Guerra Mundial são dois casos clássicos disso. Certamente houve uma derrota na guerra, mas esta não foi, em si mesma, uma explicação para o declínio (embora no caso do Império Otomano a Primeira Guerra Mundial tenha trazido o *coup de grâce*). O processo foi mais complexo: a derrota na guerra às margens do território imperial trouxe pressões para a reforma administrativa e econômica; uma oscilação entre a reforma e a reafirmação tradicionalista marcou a política estatal nas décadas anteriores à morte final; o processo de reforma então provocou maior dissensão interna, dentro do Estado e nas relações Estado-sociedade; a gradual intrusão do comércio externo, via concessões e forças do mercado, também enfraqueceu o poder estatal e promoveu o descontentamento social; regiões remotas provaram-se mais difíceis de governar e gradualmente separaram-se; insurreições (Taiping, os Boxers, os Jovens Turcos) desafiaram a autoridade estabelecida.²¹

É evidente que algumas destas características do declínio otomano e manchu estão presentes no colapso do comunismo. O sistema soviético enfrentou o desafio de um rival que era (*a*) organizado segundo princípios socioeconômicos e políticos fundamentalmente diferentes e (*b*) claramente superior e mais forte que ele em todos os aspectos-chaves, exceto por algumas dimensões do militar. O conflito foi, portanto, duplamente, heterogêneo e desigual: o fato de que a URSS era, diferentemente da Turquia e da China, capaz de competir com o ocidente em algumas áreas selecionadas de atividade estratégica militar (espaço, armas nucleares) e que, como o oeste, tinha aspirações globais, não diminuiu a sua fraqueza global. Como nos conflitos otomano e manchu, o processo de erosão foi gradual, não cataclísmico, e envolveu várias di-

²¹Roger Owen, *The Middle East in the World Economy 1800-1914*, 2.ed. (London: I.B Tauris, 1993).

mensões: a militar, a econômica e a diplomática. Como os antigos impérios, o sistema soviético tentou sustentar a competição militar por meio de uma mobilização mais intensiva, mas permanentemente ineficiente e da concentração de recursos internos enquanto, ao mesmo tempo, separava a sua própria economia dos bens e das práticas de seu competidor.

Entretanto, apesar de todas as similaridades, as diferenças são ainda maiores. Em primeiro lugar, a competição militar e o seu impacto no sistema soviético foi de um tipo diferente, estratégico e tecnológico. As políticas militares otomana e manchu foram construídas para prevenir a gradual erosão de seu império territorial por poderes coloniais hostis e de nenhuma maneira representaram uma ameaça a eles mesmos. No caso soviético, não houve o equivalente das anexações e das conquistas sofridas pelos otomanos em 1770 e pelos chineses em 1840.

A maior perda do sistema soviético, a da China em 1963, apesar de ser em alguma medida um resultado das políticas diplomáticas ocidentais que os separaram, não levou à imediata anexação da China ao ocidente e foi seguida por outros avanços, militares e estratégicos, do poder soviético no Terceiro Mundo. Os aliados soviéticos sobreviveram aos dois maiores desafios enfrentados, a Coréia e o Vietnã e, neste último, eles tiveram uma vitória clara.

No final dos anos 1970 e início dos 1980, os estrategistas americanos começaram a discutir a “erosão do poder soviético pelas beiradas”, isto é, encorajar a revolta nos aliados soviéticos do Terceiro Mundo, especialmente Camboja, Afeganistão, Nicarágua e Angola. Mas, apesar de terem sido exaustivos, não foram nestes conflitos que as fissuras apareceram no final da década de 1980. Em termos militares-tecnológicos, o conflito foi igualmente diferente: aqui, em maior intensidade do que em qualquer outra esfera da competição, a disputa foi igual em alguns aspectos, mesmo com os EUA sendo mais capazes de, em quase todos os pontos, atingir superioridade técnica sobre a União Soviética.

O mais relevante é que, em termos econômicos, as diferenças entre os modelos otomano-manchu e o da URSS foram substanciais. Além de perder os territórios para seus rivais estratégicos, a posição dos impérios manchu e otomano, mesmo no território sobre o qual retinham controle, foi erodida pela intrusão de bens vindos do mundo de fora, que minaram os grupos sociais existentes e os sistemas econômicos; logo, ambos os impérios acumularam dívidas externas que tiveram que honrar por meio de concessões e a supervisão de suas alfândegas por oficiais ocidentais.

Nenhum destes processos ocorreu no contexto soviético. Dado o controle do Estado da atividade econômica nestes países, a introdução de bens externos foi mediada pelo Estado e virtualmente não teve nenhum impacto sobre o emprego e o *status* dos grupos sociais dentro destes países. O papel do comércio externo no sistema soviético e a maneira pela qual ele afetou o sistema foram fundamental-

mente diferentes dos casos otomano e manchu. O fornecimento de crédito e de tecnologia ocidentais, longe de enfraquecer o poder da liderança comunista, serviu para fortalecê-la e, como o ocidente acreditou, melhorar a sua capacidade militar. O controle exercido pelos partidos comunistas foi tal que não existiu a questão de oficiais externos monitorando ou afetando a coleta de receita e outras funções. Considerando-se os ganhos de exportação, nos anos 1970 eles foram elevados pelo aumento dos preços no mercado mundial dos principais produtos de exportação soviéticos, o petróleo e o gás. Se a interação e a competição econômica com o ocidente desempenharam um papel em minar o sistema comunista, não foi através do enfraquecimento do controle do Estado da economia, por permitir maior espaço para os atores econômicos ocidentais operarem dentro dessas sociedades ou pela alteração de padrões domésticos de produção e de distribuição. O mercado não fez isso de forma alguma.

Aqui, o resultado da Guerra Fria, com a rápida morte do poder soviético no final dos anos 1980, mereceu somente menções ocasionais. Isto será examinado em maiores detalhes nos Capítulos 8 e 9. Contudo, pareceria plausível argumentar que, em alguns importantes aspectos, isto sugere uma teoria do conflito intersistêmico: primeiro, o colapso do comunismo não ocorreu por causa do mecanismo convencional de conflito interestatal, a guerra, nem através da erosão do território do bloco soviético por pressão militar e comercial ocidental, mas, pelo contrário, pela corrosão do sistema pelo efeito demonstrativo do sucesso do ocidente nos campos social, econômico e político;²² segundo, a Guerra Fria não terminou por causa do equilíbrio de poder, ou de uma exaustão mútua, mas pela prevalência de um bloco sobre o outro, em outras palavras, por causa de uma vitória sistêmica. Certamente, outras interpretações sobre este resultado e sobre o caráter essencial da Guerra Fria são possíveis: entretanto, precisamos ter esperanças de que, pelo menos algum dia, sejam examinadas as suposições e as implicações teóricas fundamentais da dimensão dominante do conflito internacional pós-45.

²²Para aplicações destas idéias ao colapso do bloco soviético, ver também meu "The ends of Cold War", *New Left Review*, n.180. March-April 1990.

Capítulo 8

UM COLAPSO SINGULAR: A UNIÃO SOVIÉTICA E A COMPETIÇÃO INTERESTATAL

UMA NOVA LUZ SOBRE VELHAS QUESTÕES

O Capítulo 7 apresentou uma discussão sobre a Guerra Fria e a sua dinâmica subjacente. No final dos anos 1980, o colapso do sistema soviético dentro da URSS e internacionalmente, somado as suas muitas implicações para as políticas individuais e globais, levantou várias questões adicionais, estimulantes e não resolvidas, dentro da teoria social e internacional que serão examinadas aqui. A primeira questão a ser enfrentada por qualquer análise deste fenômeno é a da explicação, fornecendo uma consideração que aponte as razões, avaliadas e inter-relacionadas, do porquê um sistema político e socioeconômico específico, praticamente igual a seu rival no campo militar, desmoronou desta forma rápida e inequívoca e na ausência de qualquer conflito militar internacional.¹

Inexoravelmente, esta questão analítica levanta pelo menos mais outras duas. A primeira, pouco expressa nestes tempos, mas que vai além da curiosidade, refere-se à inevitabilidade ou não deste colapso. Neste

¹É surpreendente que o fim da Guerra Fria tenha provocado mais reflexão teórica do que a própria Guerra Fria. Ver Pierre Allan e Kjell Goldmann (eds.) *The End of the Cold War* (London: Martinus Nijhoff, 1992); J.L. Gaddis, "International relations theory and the end of the Cold War", *International Security*, v.17, n.3, 1992-3; Lynn Eden, "The end of U.S Cold War History? A review essay", *International Security*, v.18, n.2, 1993. Ver também meu "The ends of the Cold War", *New Left Review*, n.180, March-April 1990; George Schopflin, "Why communism collapsed", *International Affairs*, January 1990; Gale Stokes, "The lessons of 1989", *Problems of Communism*, v. XL, n.5, September-October, 1991; Daniel Deudney e John Ikenberry "Soviet Reform and the end of the Cold War: Explaining large-scale historical change", *Review of International Studies*, v.17, n.3, July 1991.

sentido, pode-se indagar se o comunismo em sua variante soviética estava destinado a falhar mais cedo ou mais tarde, ou se, com uma sorte, políticas ou liderança diferentes, ele poderia ter continuado, expandido ou prevalecido em uma escala mundial – este foi sempre um beco sem saída ou uma alternativa possível de se criar um sistema não capitalista?² A outra, pertinente para ambas, para a explicação e a avaliação da história geral do comunismo, é quando e como esta crise terminal se iniciou, se ela pode ser datada a partir de decisões específicas, principalmente àquelas da liderança pós-1985 na URSS ou se este declínio foi mais prolongado derivado, digamos, do visível começo de “estagnação” econômica no meio da década de 1970 ou do fracasso em democratizar e reformar a economia no início dos anos 1960, ou se foi, na verdade, uma consequência de longo prazo do sistema de comando e terror criado por Stalin em 1930. Mesmo se argumentado que, no longo prazo, o comunismo nunca poderia ter “funcionado” e que ele estava necessariamente condenado, o *timing* e a forma de sua morte não estavam determinados e requerem uma análise específica.

Desafiadoras e precisando ser sustentadas por suposições conceituais e teóricas (explícitas ou não), estas questões históricas são necessariamente distintas de outro conjunto de preocupações levantado pelo colapso comunista. A própria variedade, a surpreendente velocidade das recentes mudanças e a luz que elas jogam sobre o que acontecera previamente nestas sociedades constituem um laboratório de processos sociais e políticos não controlados, relevantes para a avaliação de teorias conflitantes. Dentre vários, é possível mencionar quatro processos que dizem respeito à interação dos Estados no sistema internacional: eles são, ao mesmo tempo, relevantes para a avaliação dos Estados, das interações sociedade-Estado e das formas e limites das capacidades de Estados. Um destes processos, a natureza da Guerra Fria e o seu caráter intersistêmico já foi considerado no Capítulo 7. Aqui, é possível examinar três outras destas questões amplas: os padrões de transformação vindos desde cima e o papel dos fatores internacionais em moldá-los e limitá-los; as possibilidades e as perspectivas para uma transição até aqui única, aquela do comunismo para o capitalismo; e as várias dimensões da competição internacional e o seu papel no colapso soviético.

²Para o argumento do porquê, na economia, o modelo do Estado socialista não poderia funcionar, a despeito de seus sucessos iniciais e de uma margem para a reforma, ver Włodzimierz Brus e Kazimierz Laski, *From Marx to Market* (Oxford: Clarendon Press, 1989) e Daniel Deudney e John Ikenberry “Soviet Reform”.

A TRANSFORMAÇÃO DESDE CIMA

O destino do comunismo é um caso importante para a avaliação da tese de que a constituição de Estados revolucionários envolveu um fortalecimento do controle estatal – de uma intervenção na sociedade – realizado, em um grau considerável, como uma resposta às pressões internacionais.³ Apesar de, em certa medida, os regimes comunistas terem sido produzidos por movimentos revolucionários e de terem (pelo menos em seus períodos iniciais) sido baseados em mobilizações de massa e em algum consentimento popular, todos eles se tornaram sistemas nos quais a política era decidida por uma pequena elite. As capacidades, métodos e objetivos destas elites eram, em parte, resultado de seus próprios objetivos teleologicamente concebidos, mas também eram bastante condicionados por fatores internacionais: o objetivo de rivalizar e supostamente superar o capitalismo, a imitação e a colaboração com outras lideranças de partidos comunistas, o apoio e o controle da URSS dos partidos locais na Europa oriental depois da Segunda Guerra Mundial e a orientação e a mobilização de recursos domésticos para defender o “campo socialista” contra a ameaça externa, fosse ela real ou inventada.

As lideranças comunistas estiveram, portanto, engajadas em um projeto que era tanto nacional como internacional: era internacional como um resultado da pressão sistêmica de outros Estados, mas também ideológico, em seu próprio direito, como uma tentativa de constituir uma sociedade que era exemplar em uma escala internacional e de promover movimentos similares em outros países. Além disso, se o fracasso total do comunismo precisa incluir a discussão de como ele falhou em se disseminar em escala mundial, o ponto de partida para analisar por que os regimes desmoronaram no final dos anos 1980 precisa ser a história das transformações internas desde cima por eles promovidas.

Estas elites, presentes nos comitês centrais e politburos dos partidos governantes, buscaram transformar as suas sociedades de acordo com um mapa teórico de para onde deveria mover-se a sociedade socialista. Sabemos agora que este projeto é um fracasso: o objetivo para o qual supostamente caminhavam estas sociedades nunca foi alcançado e quase tudo que tinha sido aparentemente conquistado era superficial e pouco duradouro. Se as reivindicações de que o “socialismo desenvolvido” ou de que algum outro tipo de sociedade mais perfeita tinham sido alcançadas eram falsas, também o eram as menos apologéticas reivindicações de que estas sociedades, com todas as suas imperfeições, es-

³Theda Skocpol, *States and Social Revolutions* (Cambridge: Cambridge University Press, 1979); Ellen Kay Trimberger, *Revolution from Above* (New Brunswick, NJ: Transaction, 1978).

tavam, em algum sentido histórico, e implicitamente teleológico, “em transição” para algum novo modelo socioeconômico e representavam algum movimento permanente além do que o capitalismo oferecia ou poderia oferecer.

Esta falta de permanência se aplica tanto às tentativas de criar uma economia planificada viável e auto-sustentada, como às de forjar um sistema unipartidário politicamente factível e para as tentativas de reformar as atitudes em áreas fundamentais de importância ideológica, especialmente o trabalho, o gênero, a religião e a etnia. A explicação mais simples do colapso é dizer que tal projeto foi, em um sentido absoluto, um “fracasso”: esta é a conclusão a que muitos chegam agora nos países comunistas, assim como sempre o fizeram aqueles que negavam a eficácia da “engenharia social”. Existem, entretanto, razões para resistir a tal conclusão. Em termos de avaliar as capacidades dos Estados para transformar as sociedades desde cima, o registro não é tão absoluto.

Primeiro, ainda é muito cedo para prever quanto permanecerá do legado comunista de governo e se, na verdade, algo dele poderá ainda sobreviver. Segundo, seria errado tomar como evidência do fracasso do comunismo a emergência de forças que parecem marcar um retorno a formas pré-comunistas de comportamento, já que muitas destas têm um caráter que está sendo moldado pelo próprio impacto desta mesma transformação – o conflito étnico é um caso óbvio. Similarmente, assim como muitos dos que analisaram a emergência de Gorbachev mostraram, a mudança na sociedade soviética foi, em alguns aspectos, produto das próprias conquistas do comunismo – sendo a expansão em educação e urbanização os fatores que mais obviamente contribuiram.⁴ Terceiro, mesmo se muito, ou tudo, do que está sendo associado ao governo comunista desaparecer, digamos no espaço de 10 ou 20 anos, o fato histórico da conquista comunista ao longo das últimas décadas permanecerá: isto é evidente na transformação socioeconômica, na elevação dos padrões de vida e na implementação de um sistema de bem-estar disseminado, na sustentação e na reprodução de um sistema político e, não menos importante, no relativo sucesso na mais importante e difícil de todas as áreas, a da competição interestatal.

Pode ser que o sucesso nesta última – a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial e depois disso mais quatro décadas de rivalidade com o oeste – tenha alimentado a ilusão da eficácia total do comunismo, em casa e no exterior. Entretanto, somente a história da competição interestatal sugeriria que a caracterização do registro comunista como um “fracasso” é simplista. Tal veredicto chegaria

como uma surpresa para, por exemplo, os 250 mil alemães capturados em Stalingrado, assim como para os planejadores militares do Pentágono que enfrentaram os avanços soviéticos no espaço no final de 1950 e os desenvolvimentos de mísseis durante 1970 e no início de 1980.

A consideração de por que o comunismo “falhou” envolve, portanto, olhar para os seus dois registros, o interno e o externo, mesmo quando é avaliada a performance e a capacidade do Estado. Isto envolve uma separação dos diferentes tipos de competição interestatal e intersocial: na dimensão mais convencional da competição internacional, a militar, o comunismo foi razoavelmente bem-sucedido, não somente na Segunda Guerra Mundial, mas na subsequente corrida armamentista entre os grandes poderes e na competição estratégica no Terceiro Mundo; entretanto, o seu fracasso no nível socioeconômico também foi internacional, já que envolveu não somente um fracasso absoluto, mas um comparativo, percebido na impossibilidade de acompanhar a performance da competição. Será sugerido que uma questão central para a análise do colapso do sistema soviético é como, e quando, esta percepção de fracasso socioeconômico comparativo começou a ocorrer na liderança e na massa. Dada a compulsão de competir inerente à ideologia comunista, e dada a impossibilidade de guerra, o registro doméstico comparativo do comunismo frente às suas principais alternativas capitalistas tornou-se a dimensão-chave da rivalidade e da sua morte final.

A TRANSIÇÃO DO SOCIALISMO PARA O CAPITALISMO

O colapso do comunismo como um sistema socioeconômico envolve o que é, na verdade, a transição de um sistema socioeconômico, em termos marxistas, a transição de um modo de produção para outro.⁵ O que o modo “não-capitalista” foi, e o quanto ele realizou de seu potencial, é assunto para muito debate: tudo o que podemos fazer aqui é usar definições de trabalho; mas se as agoniias da presente transição tornaram algo mais claro é que, pelo menos, este sistema foi, em seus aspectos fundamentais, diferente do capi-

⁴Muito tem-se falado a respeito do conceito de “economia mista” no contexto de ambos os sistemas nos anos 1980. Contudo, em um exame mais preciso, dois tipos de economia mista são indicados – uma variante “socialista” e uma “capitalista”, e.d., uma Iugoslávia e uma Suécia. Uma distinção clara ainda funcionava entre as economias nas quais o Estado desempenhava o papel dominante, com ou sem setores de mercado em algumas áreas da produção e aquelas nas quais o mercado prevalecia na produção e no capital, com ou sem um papel significativo do Estado em termos de propriedade, emprego, regulação fiscal e coordenação política.

⁵Moshe Lewin, *The Gorbachev Phenomenon* (London: Radius, 1988) é uma visão lúcida das precondições sociais e econômicas para a ruptura da ordem brejneviana nos anos 1980.

talismo. Além disso, é evidente que, como no caso de outras transições, a forma, o ritmo e o resultado da “transição” não podem ser decididos unicamente por fatores internos e que, em cada país e no mundo pós-comunista como um todo, os fatores internacionais desempenham um papel central.

O fim do comunismo envolveu uma desilusão dupla: primeiro, a percepção de que a economia centralmente planificada e dominada pelo Estado não poderia permanecer funcionando dadas as suas crescentes dificuldades (o que eram estas “dificuldades” é algo a que retornaremos mais tarde); segundo, ficou claro que este sistema não poderia ser preservado nem em uma versão reformista ou liberalizada – o destino da Iugoslávia e o novo mecanismo econômico na Hungria foram uma indicação disto.⁶

Se a liderança soviética sob Brejnev prendeu-se à primeira ilusão, Gorbachev parece ter acolhido a segunda nos primeiros anos de seu mandato no gabinete, antes de aceitar, em 1990, a impossibilidade de um sistema centralizado reformado, um “mercado regulado” no sentido comunista do termo. Assim como assumiu acreditando em um sistema de partido único, no “papel de liderança” do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e no sucesso da política leninista de nacionalidades, também levou tempo para Gorbachev perceber que o sistema econômico como um todo precisava de transformação e demorou ainda mais tempo para os muitos membros do PCUS chegarem também a esta conclusão.⁷

A mera aceitação desta inevitabilidade não é, entretanto, suficiente para garantir que tal transição ocorreria como seus formuladores gostariam. Não faltam na história casos da transição de um sistema econômico para outro, mas até agora não houve nenhuma deste tipo, de um sistema centralmente planificado para um de livre mercado. Certos fatores favorecem tal processo: as forças educacionais e sociais das sociedades em questão, a relativa vontade dos países capitalistas em fornecer assistência através de canais privados e estatais, o provável decréscimo da competição interestatal e a disponibilidade de um modelo alternativo e comparativamente viável.

As dificuldades são, entretanto, evidentes: falta de capital, contexto legal e administrativo, pessoal empreendedor e outros, assim como as pressões conflitantes da acomodação política e da mudança econômi-

⁶Sobre o fracasso das reformas iugoslava e húngara, ver Brus e Laski, *From Marx to Market*.

⁷As declarações de Gorbachev até o final de 1987, pelo menos endossavam a visão tradicional de que o socialismo tinha um potencial superior ao do capitalismo. Não mais tardar do que no outono de 1989, ele pareceu acreditar que os países da Europa Oriental manteriam o socialismo mesmo depois da retirada dos tanques soviéticos (conversa com Georgi Shakhnazarov, conselheiro de Gorbachev, Moscou, 10 de Junho de 1993).

ca. O fim do governo comunista introduziu um novo período de diversidade política, social e étnica nestas sociedades, produzindo lutas que afetarão como e, em que medida, será criado um sistema pós-comunista: somente os conflitos sociais na Polônia e na RDA na primeira metade dos anos 1990 indicam que nenhuma transição simples, “planejada” ou “administrada”, pode ocorrer. De um ponto de vista limitado, a competição interestatal pode diminuir, mas não o conflito intersetorial.

Se a história tem alguma lição a oferecer é que, além do caráter e da força relativa das forças sociais domésticas destas sociedades, o caráter internacional desta transição também é de grande importância. Em uma escala histórica ampla é possível distinguir entre o que se pode genericamente chamar de transições autodeterminadas, isto é, como a do feudalismo para o capitalismo na Europa, que teve seu ritmo e processos consideravelmente gerados dentro das sociedades em questão; e as transições impostas, resultado do impacto sob as sociedades menos desenvolvidas e mais fracas de outras mais fortes, como aconteceu no encontro colonial.

Dificilmente precisamos lembrar que as primeiras tiveram um caráter freqüentemente prolongado e sanguinário, começando pelas guerras da antiga Europa medieval, até ao que Arno Mayer habilmente denominou de guerra dos “trinta anos” entre 1914-45;⁸ mesmo assim, as transições impostas foram ainda mais custosas e destruidoras, já que envolveram o genocídio, a escravidão dos povos subjugados, o exterminio de sociedades nativas e, não por fim, a aparentemente crônica, senão eterna, prisão dos povos subjugados em uma posição de inferioridade dentro do sistema mundial.⁹

O desejo de muitos na Europa Oriental e na URSS é que eles se tornem como a Europa Ocidental em um relativamente curto período de tempo, de 5 ou 10 anos. Muitos na URSS agora expressam as suas aspirações como sendo as de que seu país se torne, em algum sentido genérico, “civilizado”. A realidade pode ser uma de conflito duradouro, nos terrenos sociais e étnicos, e de um ciclo de instabilidade ao estilo da América Latina nos níveis político e econômico. Se o internacional impede a heterogeneidade no longo prazo, ele simultaneamente inibe uma imitação bem-sucedida. Como resultado dos regimes marxistas, estas sociedades pareceriam vingar a teoria marxista sobre o desenvolvimento capitalista *como* duplamente combinado e desigual.

É aqui que se torna possível considerar uma questão de importância histórica e teórica: em que medida e de que maneiras a compe-

⁸Arno Mayer, *Why Did the Heavens Not Darken?* (London: Verso, 1990), Capítulo 1, no qual a “crise generalizada” do século vinte é descrita.

⁹Immanuel Wallerstein, *Historical Capitalism* (London: Verso, 1986) para uma pesquisa irrefutável deste processo.

tição externa contribuiu para a evolução e o colapso final do sistema comunista. O sistema não foi destruído pela guerra e nem seu colapso foi somente exógeno. Nem o resultado pode ser entendido somente se olhando para os Estados. Entretanto, de formas que requerem maior exame, as forças externas, incluindo as econômicas, contribuíram para o colapso final em 1989. Vários fatores na competição interestatal serão examinados: a conclusão será que, acima de tudo, não foi a competição em nenhum destes campos, mas a percepção da performance econômica e ideológica que determinou o resultado.

No Capítulo 7, já nos referimos à história da competição interestatal entre os Estados comunistas e capitalistas e da necessidade de se distinguir entre as diferentes dimensões desta competição para determinar por que o sistema comunista falhou.¹⁰ À luz do que os sociólogos históricos tem escrito, existem certos pontos de partida óbvios: a própria guerra, a pressão sobre as relações Estado-sociedade devido à necessidade de mobilizar recursos domésticos na preparação para uma possível guerra e a formação e a deformação das instituições domésticas como um resultado da competição externa. Não necessariamente é só a guerra, mas também os custos das guerras passadas e as pressões das perspectivas de novas que podem, como na França de 1763, aumentar as tensões dentro de um sistema político e social, levando-o ao colapso final.¹¹

OS FATORES INTERNACIONAIS E A GUERRA FRIA

Já foram mencionados os fatores internacionais envolvidos no colapso do comunismo e os associados ao destino dos impérios otomano e manchu, isto é, os derivados da história anterior de interações entre sistemas heterogêneos e desiguais. O outro conjunto de fatores internacionais freqüentemente citado em conexão com a queda do comunismo é mais recente e singular, sendo comumente considerado como o responsável pelo colapso dos regimes comunistas e, em particular, pela crise da URSS no final dos anos 1980. Estes giram em torno da discussão de que, de alguma forma ou outra, a pressão que o ocidente colocou sobre o sistema comunista a partir da segunda metade de 1970, corporificado nas políticas da Segunda Guerra Fria, foi tal que o sistema soviético não poderia sobreviver.

Quebrando em partes este argumento geral, três fatores específicos são quase sempre destacados: o ônus da corrida armamentista, os embargos econômicos e tecnológicos da OTAN e os movi-

¹⁰Ver nota 1 para discussão adicional sobre este tema.

¹¹Skocpol, *States and Social Revolutions* permanece uma exposição clássica desta tese.

mentos de guerrilha anticomunista nos aliados soviéticos do Terceiro Mundo. Em si mesmos, ou em algum tipo de combinação, estas foram, como se afirma com freqüência, as formas de competição internacional e de pressão que colocaram a URSS de joelhos.

A Corrida Armamentista

Agora, sabemos o suficiente para sermos capazes de mapear a história e o significado da corrida armamentista Leste-Oeste de uma forma razoavelmente satisfatória. Resumidamente, ela caminhou da seguinte forma:

(i) A partir do final de 1940, a URSS e os EUA estiveram engajados em uma corrida armamentista, convencional e nuclear, envolvendo crescentes gastos e uma corrida tecnológica. Nesta corrida, em todas as dimensões principais, exceto na espacial nos anos 50, os EUA estiveram na liderança no campo tecnológico e mantiveram, na maioria das dimensões, a liderança em termos quantitativos.¹²

(ii) A despeito desta liderança, o ônus relativo sobre os EUA foi significativamente menor, representando entre 5 e 10% do PIB (Produto Interno Bruto), enquanto, para a URSS, os gastos com armas representaram entre 10 e 20% ao longo deste período – alguns oficiais russos agora dizem que este percentual chegou até 25%.

(iii) A despeito da ausência de confrontação militar direta americana-soviética, convencional ou nuclear, esta corrida armamentista representou, em um sentido clausewitziano, uma continuação da política por outros meios: refletiu uma busca por uma ilusória, mas estrategicamente significativa “superioridade”, incorporou a busca dos dois lados de prestígio e *status* na arena internacional e constituiu um meio de pressão sobre o orçamento e, daí, sobre a relação doméstica entre o Estado e a sociedade.¹³

Dado o ônus sobre a URSS, esta inabilidade em competir com os EUA e a evidente racionalidade clausewitziana da corrida armamentista, freqüentemente se defende que foi esta corrida que forçou a URSS ao recuo estratégico na metade dos anos 1980.

Pelo menos três variantes deste argumento podem ser percebidas: a econômica, o nível de despesas com armamentos e o desvio de recursos para o setor militar foram tais que a URSS não poderia continuar a competir e precisava de uma drástica redução de gastos militares para

¹²Sobre a corrida armamentista, ver Fred Halliday, *The Making of the Second Cold War* (London: Verso, 1989) Capítulo 3.

¹³Esta foi convencionalmente conhecida como a “teoria de controle de armas da corrida armamentista”.

poder redirecionar recursos para a reorganização econômica doméstica; a tecnológica, a continuidade da liderança dos EUA, acentuadamente representada no início dos anos 1980 por dois desenvolvimentos, a IDE (Iniciativa de Defesa Estratégica) e o míssil continental, forçaram a liderança soviética a perceber que não poderia continuar a competir; e a política, os perigos e os custos envolvidos na guerra nuclear forçaram o PCUS a abandonar a idéia de um mundo dividido em dois campos, preso ao conflito social, em favor dos valores universais e dos interesses comuns da humanidade.

Em diferentes medidas, todas estas três variantes são encontradas nos trabalhos dos escritores soviéticos e ocidentais e cada uma seguramente deve ter desempenhado um papel. O próprio Gorbachev consequentemente invocava o terceiro argumento, o político: enquanto o apelo a valores "universais" tem uma longa história no pensamento soviético e, antes disso, no russo, o poder das armas nucleares e o acidente de Chernobyl em 1986 certamente serviram para reforçar esta percepção dos perigos da energia nuclear e, por extensão, das armas nucleares.

Apesar de ter sido muito importante, existem razões significativas para qualificar a importância da corrida armamentista como o fator principal por trás do colapso soviético. Sem dúvida, o argumento econômico deve ter uma força considerável: na verdade, a própria figura quantitativa de 10% ou 20% do PIB sendo gasta em defesa subestima o seu impacto qualitativo e distorcido, havendo também a alocação do melhor pessoal administrativo e científico e de recursos materiais chaves para este setor.

Por outro lado, gastos militares de 10% ou mais do PIB estão longe de ser uma explicação adequada para os fracassos da economia soviética. Israel e Taiwan tiveram alocações de defesa comparáveis no mesmo período de tempo, mas experimentaram padrões de vida mais altos e maiores taxas de crescimento.¹⁴ Além disso, este alto nível de gastos militares como uma percentagem do PIB é uma outra forma de dizer que o próprio PIB era bastante baixo – os números do gasto total dos EUA e da URSS mostram que, em termos absolutos, os EUA estavam gastando mais do que a URSS.¹⁵

¹⁴No início dos 1970, Taiwan gastou 10% do PIB em despesas militares, Israel 20%: International Institute of Security Studies, *The Military Balance*, 1972-1973, London.

¹⁵A despesa americana, em 1971, foi de 120 bilhões de dólares contra 94 bilhões soviéticos, em 1980 111 bilhões contra 107. A despesa total da União Soviética e de seus aliados foi somente metade daquela de seus oponentes, a OTAN e os seus aliados do Extremo Oriente (China, Japão): em 1980, 120 bilhões para o Pacto de Varsóvia contra 243 bilhões. Todos os dados SIPRI Yearbook 1981, números fixos de 1978. Convencionalmente, a despesa americana foi subestimada por vários mecanismos de cálculo: um dos cálculos era que o número de 1980, 127 bilhões, deveria ser ajustado para cima, 223 bilhões, i.e., de 5,2 a 9,5% do PIB: James Cypher em *Monthly Review*, November 1981.

A ênfase precisa, portanto, ser tanto na eficiência e nos mecanismos de alocação do setor civil, como no peso dos gastos militares sobre o PIB: fosse o PIB soviético relativamente mais alto e se os restantes 80% da economia soviética tivessem sido mais eficientemente organizados, o "ônus" do gasto militar teria sido menor e teria, dada uma certa eficiência e níveis razoáveis de crescimento, representado, de qualquer forma, uma percentagem mais baixa do PIB.

Problemas similares surgem com a variante tecnológica: a suposição da maior parte da análise sobre a corrida armamentista, e da abordagem soviética convencional antes disso, foi que, mais ou menos, a URSS foi compelida pelas necessidades da competição interestatal a se equiparar aos EUA em termos qualitativos e quantitativos. Previamente, a URSS imitou os avanços americanos – como no desenvolvimento dos mísseis com múltiplas ogivas depois de 1972 e na capacidade de lançamento intercontinental de submarinos: o desafio da IDE e dos mísseis continentais foram tais que a URSS não tinha réplica comparável e não havia antídoto evidente que fosse capaz de produzir.

Apesar disso, a URSS poderia, sem uma rivalidade imitadora, ter produzido contramedidas a estes desafios americanos – mísseis estratégicos de vôo em baixa altitude, somados a um sistema de chamarizes poderiam ter invalidado a IDE, mesmo que ela se mostrasse viável. Uma política que foi definida como de "mínima dissuasão" teria feito substancial diferença e dado condições a URSS de escapar de sua autoderrotista busca de "paridade bruta".

O terceiro argumento relevante para a corrida armamentista, o político sobre a ameaça representada à humanidade pelas armas nucleares, teve grande validade em si mesmo e é crédito de Gorbachev tê-lo articulado mais claramente do que qualquer outro: contudo, ele não leva a todo o processo de mudança política e social dentro da URSS que acompanhou a adoção destes valores universais associados ao "novo pensamento". É concebível que a URSS tivesse optado pela retirada da corrida armamentista como anteriormente perseguida, mas ela insistiu em preservar seu sistema político e socioeconômico distinto. Explicar este último envolve olhar além da esfera da corrida armamentista e de seus custos econômicos, técnicos e políticos.

As Pressões Econômicas

O segundo conjunto de questões comumente citado para explicar o recuo soviético é o econômico e, em particular, o impacto sobre a URSS dos embargos ocidentais e das restrições no campo de tecnologia de ponta. Aqui, é válido repetir que esta linha de argumentação é contrária ao que até aqui é percebido como o impacto do comércio internacional

poder redirecionar recursos para a reorganização econômica doméstica; a tecnológica, a continuidade da liderança dos EUA, acentuadamente representada no início dos anos 1980 por dois desenvolvimentos, a IDE (Iniciativa de Defesa Estratégica) e o míssil continental, forçaram a liderança soviética a perceber que não poderia continuar a competir; e a política, os perigos e os custos envolvidos na guerra nuclear forçaram o PCUS a abandonar a idéia de um mundo dividido em dois campos, preso ao conflito social, em favor dos valores universais e dos interesses comuns da humanidade.

Em diferentes medidas, todas estas três variantes são encontradas nos trabalhos dos escritores soviéticos e ocidentais e cada uma seguramente deve ter desempenhado um papel. O próprio Gorbachev consequentemente invocava o terceiro argumento, o político: enquanto o apelo a valores "universais" tem uma longa história no pensamento soviético e, antes disso, no russo, o poder das armas nucleares e o acidente de Chernobyl em 1986 certamente serviram para reforçar esta percepção dos perigos da energia nuclear e, por extensão, das armas nucleares.

Apesar de ter sido muito importante, existem razões significativas para qualificar a importância da corrida armamentista como o fator principal por trás do colapso soviético. Sem dúvida, o argumento econômico deve ter uma força considerável: na verdade, a própria figura quantitativa de 10% ou 20% do PIB sendo gasta em defesa subestima o seu impacto qualitativo e distorcido, havendo também a alocação do melhor pessoal administrativo e científico e de recursos materiais chaves para este setor.

Por outro lado, gastos militares de 10% ou mais do PIB estão longe de ser uma explicação adequada para os fracassos da economia soviética. Israel e Taiwan tiveram alocações de defesa comparáveis no mesmo período de tempo, mas experimentaram padrões de vida mais altos e maiores taxas de crescimento.¹⁴ Além disso, este alto nível de gastos militares como uma percentagem do PIB é uma outra forma de dizer que o próprio PIB era bastante baixo – os números do gasto total dos EUA e da URSS mostram que, em termos absolutos, os EUA estavam gastando mais do que a URSS.¹⁵

¹⁴No início dos 1970, Taiwan gastou 10% do PIB em despesas militares, Israel 20%; International Institute of Security Studies, *The Military Balance*, 1972-1973, London.

¹⁵A despesa americana, em 1971, foi de 120 bilhões de dólares contra 94 bilhões soviéticos, em 1980 111 bilhões contra 107. A despesa total da União Soviética e de seus aliados foi somente metade daquela de seus oponentes, a OTAN e os seus aliados do Extremo Oriente (China, Japão): em 1980, 120 bilhões para o Pacto de Varsóvia contra 243 bilhões. Todos os dados *SIPRI Yearbook* 1981, números fixos de 1978. Convencionalmente, a despesa americana foi subestimada por vários mecanismos de cálculo: um dos cálculos era que o número de 1980, 127 bilhões, deveria ser ajustado para cima, 223 bilhões, i.e., de 5,2 a 9,5% do PIB: James Cypher em *Monthly Review*, November 1981.

A ênfase precisa, portanto, ser tanto na eficiência e nos mecanismos de alocação do setor civil, como no peso dos gastos militares sobre o PIB: fosse o PIB soviético relativamente mais alto e se os restantes 80% da economia soviética tivessem sido mais eficientemente organizados, o "ônus" do gasto militar teria sido menor e teria, dada uma certa eficiência e níveis razoáveis de crescimento, representado, de qualquer forma, uma percentagem mais baixa do PIB.

Problemas similares surgem com a variante tecnológica: a suposição da maior parte da análise sobre a corrida armamentista, e da abordagem soviética convencional antes disso, foi que, mais ou menos, a URSS foi compelida pelas necessidades da competição interestatal a se equiparar aos EUA em termos qualitativos e quantitativos. Previamente, a URSS imitou os avanços americanos – como no desenvolvimento dos mísseis com múltiplas ogivas depois de 1972 e na capacidade de lançamento intercontinental de submarinos: o desafio da IDE e dos mísseis continentais foram tais que a URSS não tinha réplica comparável e não havia antídoto evidente que fosse capaz de produzir.

Apesar disso, a URSS poderia, sem uma rivalidade imitadora, ter produzido contramedidas a estes desafios americanos – mísseis estratégicos de vôo em baixa altitude, somados a um sistema de chamarizes poderiam ter invalidado a IDE, mesmo que ela se mostrasse viável. Uma política que foi definida como de "mínima dissuasão" teria feito substancial diferença e dado condições a URSS de escapar de sua autoderrotista busca de "paridade bruta".

O terceiro argumento relevante para a corrida armamentista, o político sobre a ameaça representada à humanidade pelas armas nucleares, teve grande validade em si mesmo e é crédito de Gorbachev tê-lo articulado mais claramente do que qualquer outro: contudo, ele não leva a todo o processo de mudança política e social dentro da URSS que acompanhou a adoção destes valores universais associados ao "novo pensamento". É concebível que a URSS tivesse optado pela retirada da corrida armamentista como anteriormente perseguida, mas ela insistiu em preservar seu sistema político e socioeconômico distinto. Explicar este último envolve olhar além da esfera da corrida armamentista e de seus custos econômicos, técnicos e políticos.

As Pressões Econômicas

O segundo conjunto de questões comumente citado para explicar o recuo soviético é o econômico e, em particular, o impacto sobre a URSS dos embargos ocidentais e das restrições no campo de tecnologia de ponta. Aqui, é válido repetir que esta linha de argumentação é contrária ao que até aqui é percebido como o impacto do comércio internacional

sobre um sistema distinto: no último caso supor-se-ia que o crescente comércio minaria o outro sistema e então contribuiria para a sua derrota, na disputa Leste-Oeste considerava-se que o comércio beneficiaria o bloco rival e que a sua morte seria apressada pela negação de tal interação. A maior parte da discussão do pós-guerra sobre a relação entre o comércio e a segurança no contexto Leste-Oeste funcionou dentro da suposição de que a maior interação comercial entre os dois blocos contribuiria para a estabilidade do bloco soviético: a discussão, desenvolvida nos anos 1970, foi entre os que acreditavam que maior comércio, ao tornar a União Soviética mais segura, reduziria as áreas de conflito entre ela e o ocidente, e os que pensaram que isto encorajaria um comportamento combativo. Se a primeira visão, fazendo uso das teorias da "interdependência" dominou o início dos anos 1970, foi a última que prevaleceu no período da Segunda Guerra Fria.

Com base na evidência parcial disponível, pareceria que a interação econômica e as pressões de vários tipos contribuíram duplamente para o colapso do sistema comunista. Entretanto, o mais importante fator não foi a vulnerabilidade do sistema centralmente planificado, mas a sua inabilidade em fazer uso das vantagens que o comércio com o mundo capitalista proporcionou.

No caso de certos países europeus orientais – a Polônia é o exemplo mais marcante –, a abertura para o ocidente no início de 1970 teve ganhos de curto prazo em termos de disponibilidade de bens de consumo e de investimento, mas levou a uma crise de longo prazo, com a dívida externa e a pressão crescente sobre os ganhos domésticos, uma vez que o refinanciamento da dívida tornou-se necessário. O sistema econômico centralmente planificado não pode fazer uso do apoio externo adequadamente para desenvolver a sua própria economia e terminou aprisionado por seus compromissos internacionais.

No caso da URSS, toda a evidência sugere que a interação comercial direta com o mundo capitalista teve como efeito fortalecer o sistema existente no curto prazo: mais obviamente, os altos preços do petróleo ganharam-lhe tempo nos anos 1970 e as importações de trigo forneceram o meio de apagar os fracassos na agricultura. A elevação do preço do petróleo em 1970 deu a URSS lucros inesperados na maior parte da década: entretanto, como os escritores soviéticos recentemente apontaram, as consequências de longo prazo destes lucros foram inibidoras, já que permitiram aos planejadores centrais e aos administradores adiar mudanças que de outra forma poderiam ter sido introduzidas mais rapidamente.

O mesmo se aplicou ao caso da tecnologia: o registro da inovação tecnológica na URSS não é de nenhuma maneira tão desanimador como frequentemente é sugerido, mas não há dúvida de que a maioria das inovações tecnológicas em décadas recentes originaram-se no ocidente.

Aqui, a URSS esteve em desvantagem em dois aspectos e o segundo deles provavelmente foi mais importante do que o primeiro. É evidente para a própria URSS que ela não promoveu nenhuma grande inovação tecnológica e foi, portanto, compelida nas esferas civil e militar a copiar, ou simplesmente a roubar, as novas tecnologias do mundo capitalista. O grau de isolamento soviético do mercado internacional nunca foi tão grande quanto sugerem as imagens convencionais: a industrialização em 1930 dependeu pesadamente da importação de bens de capital da Grã-Bretanha e da Alemanha; a história aeroespacial soviética é uma de reprodução das aeronaves e das tecnologias ocidentais. Mesmo assim, a URSS esteve sempre atrás na busca deste desenvolvimento tecnológico.

Mais importante ainda, ela não foi capaz de fazer uso apropriado das tecnologias das quais dispunha: existiu pouca interação entre os setores militar e civil; era inerente ao sistema de planificação centralizada a falta de incentivo para a inovação, além de serem encorajados o uso de métodos de produção ineficientes e tradicionais; os constrangimentos políticos e ideológicos inibiram o uso da tecnologia da informação através do sistema. O padrão de "modernização conservadora" identificado como endêmico às economias centralmente planificadas funcionava neste sentido.¹⁶ Acima de tudo, foi por isso que a terceira revolução industrial do início dos anos 1970, a da microtecnologia e da precisão da engenharia computadorizada, permitiu ao ocidente ultrapassar a URSS mais do que nunca.

O papel da pressão econômica e do seu impacto político tem dois lados quando se consideram os embargos. Aqui, defende-se que o comportamento soviético na arena internacional foi afetado pelas restrições ocidentais sustentadas por preocupações de segurança nacional através do CoCom (o Comitê Coordenador do Comércio Leste-Oeste) e dos embargos políticos mais amplos anunciados na esteira do Afeganistão. A primeira, dizia-se, tornaria mais difícil para a URSS competir na corrida armamentista, a última agiria como retirando o incentivo para ações não bem-vindas da política externa soviética. Dado o grau em que a URSS protestou sobre estas restrições, pareceria que seu impacto fora considerável.¹⁷

Contudo, em si mesmas, estas pressões dificilmente podem explicar a mudança na orientação soviética a partir da metade da década de 80: a URSS, face a um terrível atraso tecnológico na esfera militar, po-

¹⁶Ver Brus e Laski *From Marx to Market*.

¹⁷Para visão soviética do embargo ocidental, ver Igor Artemiev "International Economic Security" em *International Economic Security: Soviet and British Approaches*, Chatham House Discussion Paper, n.7, 1988.

deria ter feito concessões substanciais, tais como a retirada dos SS-20 ou o cancelamento dos mísseis estratégicos SS-18, sem colocar a sua estratégia global em questão; no curto prazo, pelo menos, eles não responderam às sanções políticas do ocidente fazendo grandes concessões de política externa e, na verdade, até 1985, eles foram muito mais intransigentes do que antes. Os mesmos fatores que diminuíram a importância do impacto comercial e tecnológico ocidental serviram para diminuir o impacto de sua retirada: o sistema político e econômico centralizado poderia absorver os choques, assim como poderia inibir a difusão de novas tecnologias.

A Erosão do Bloco

Um terceiro fator adicional citado para explicar o recuo do poder soviético foi o custo de apoiar econômica e militarmente os seus aliados no Terceiro Mundo. Inúmeras razões sugerem-se para tal explicação: os próprios escritores soviéticos reclamaram abertamente sobre os custos, econômicos e diplomáticos deste apoio e reverteram a sua prévia visão krushevitziana de que a libertação nacional e os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo tinham uma contribuição positiva para o poder da URSS;¹⁸ o conceito de “superextensão imperial” pareceria se aplicar aqui e fornecer uma perspectiva comparada sobre o recuo soviético; o próprio caráter das relações soviéticas com o Terceiro Mundo, residindo em substanciais subsídios econômicos em troca de recompensas políticas e estratégicas, tornou este conjunto de relacionamentos especialmente custoso; para os estrategistas americanos, no início de 1980, o elo mais frágil do sistema soviético residia no Terceiro Mundo e por isso formulou-se a “Doutrina Reagan” de apoio aos movimentos de guerrilha anticomunista.

Entretanto, um exame mais detalhado revela que a pressão dos compromissos do Terceiro Mundo pode ter sido diferente e, em alguns aspectos, menor do que parece à primeira vista. O maior custo destes compromissos para a URSS foi no campo diplomático: o apoio soviético aos aliados e movimentos revolucionários piorou as relações com os EUA e a invasão do Afeganistão criou condições para que o ocidente rompesse os relacionamentos entre a URSS e o Terceiro Mundo como um todo.

¹⁸Galia Golan, *The Soviet Union and the National Liberation Movements in the Third World* (London: Unwin Hyman, 1988); Jerry Hough, *The Struggle for the Third World: Soviet Debate and American Options* (Washington: Brookings Institution, 1986); Fred Halliday, *Cold War, Third World*, Capítulo 4 para o repensamento da política soviética em direção ao terceiro mundo.

Os outros fatores normalmente citados, o econômico e o militar, podem também ter sido menos significativos. Em primeiro lugar, os números da “ajuda” soviética ao Terceiro Mundo englobam várias formas de apoio, incluindo, no caso do maior compromisso – Cuba – grandes acordos comerciais de longo prazo que garantiam termos comerciais muito melhores do que poderiam ser conseguidos no mercado mundial (preços mais altos para o açúcar, baixos para o petróleo). Porém, estas não eram transferências totais de recursos no sentido comum. No caso de Cuba, existiram benefícios para a URSS – obter açúcar e níquel que poderiam ser pagos em rublos, ao invés de moeda real; em outros casos, o aliado do Terceiro Mundo foi capaz de abastecer a URSS com importações de valor – gás afegão sendo um exemplo. Segundo, e a despeito das superestimativas soviéticas de seu registro de ajuda, o montante de ajuda, mesmo em uma definição ampliada, foi, em termos comparativos, muito baixo – 0,25% do PIB, bastante distante do valor americano.¹⁹ Apesar de Ter-se tornado politicamente conveniente dentro da URSS culpar os aliados do Terceiro Mundo (que certamente administraram mal as suas economias devido aos atrativos econômicos da URSS), este dificilmente foi um fator central na crise econômica do sistema soviético.

Da mesma forma que no caso dos gastos militares, o foco da crítica precisa avançar por todo sistema de planejamento e produção e por suas ineficiências que eram, incidentalmente, reproduzidas pelos programas de ajuda soviéticos dentro dos Estados do Terceiro Mundo. Em 1980, o custo estratégico de sustentar aliados no Terceiro Mundo estava certamente subindo como um resultado da “Doutrina Reagan”: mas se o propósito dos movimentos anti-comunistas foi o de enfraquecer a URSS em seu ponto mais vulnerável, este acabou não sendo o caso. Uma das principais razões para o envolvimento soviético e ocidental no Afeganistão foi o efeito demonstrativo da derrubada de um partido comunista governante: o impacto da queda de Kabul na Europa Oriental seria, acreditavam os dois lados, potencialmente enorme. Mesmo assim, no fim, não foi na Nicarágua, nem no Afeganistão que os aliados soviéticos foram primeiros derrubados, mas na própria Europa Oriental. Foram os acontecimentos de Varsóvia, Berlim e Praga que afetaram consideravelmente Manágua, Aden e Kabul, e não o inverso.

¹⁹De acordo com números da OECD DAC.

UM FRACASSO COMPARATIVO

Até este ponto, a discussão identificou duas categorias de fator externo, a tradicional-imperial (discutida no Capítulo 7) e a mais recente e específica Leste-Oeste da Guerra Fria (aqui abordada) que podem ser consideradas como tendo desempenhado um papel na erosão e na destruição do poder soviético. Apesar de ambas terem algum poder explicativo, foram sugeridas razões que podem torná-las inadequadas. Desta maneira, o argumento é, então, empurrado adiante, levando a um reexame das razões do colapso do poder soviético nos níveis histórico e teórico: a um reexame duplo do que aconteceu na realidade e de como a nossa concepção de competição interestatal pode precisar de modificação à luz do caso soviético.

O fenômeno que requer explicação é como um sistema internacional de Estados entrou em colapso na ausência da mais evidente das formas de ameaça: não foi derrotado na guerra (mesmo no Afeganistão); não enfrentou desafios políticos vindos de baixo que foi incapaz de conter (a Polônia sendo a única exceção parcial); a despeito de vários problemas econômicos e sociais, ele foi capaz de atingir os níveis econômicos aos quais a sua população estava acostumada. Portanto, ele não “entrou em colapso”, “falhou” ou “desmontou” em qualquer sentido absoluto. O que ocorreu, pelo contrário, foi que a liderança do Estado mais poderoso no sistema decidiu introduzir um conjunto radicalmente novo de políticas dentro da URSS e do sistema como um todo: não foi o caso de que os governados não pudessem continuar sendo governados da antiga maneira ou de que os governantes não pudessem continuar assim governando. Deve-se perguntar o que foi que levou estes governantes, que não podem ser acusados de não terem desejado o poder no passado ou de terem sido defensores disfarçados do ocidente, a introduzir as mudanças da forma como o fizeram.

Dois tipos de razões, uma endógena e outra exógena, parecem ter levado a este resultado. Elas podem ser denominadas, em forma resumida, de paralisia socioeconômica e de falta de competitividade internacional. A paralisia foi evidente em muitas esferas variadas: as taxas de crescimento em queda, os problemas sociais crescentes, o aumento da corrupção e da desilusão e a crise ecológica. Não somente o sistema não pôde continuar reproduzindo as taxas de crescimento e de melhora no fornecimento do bem-estar características de suas primeiras fases (1930, 1950) como também parecia ter perdido o gás de uma maneira geral. Na literatura soviética dos anos 1980, freqüentemente faz-se referência a estes fenômenos como a “estagnação”. Porém, este é, de muitas maneiras, um termo simplista:²⁰ ele subesti-

²⁰Sobre a “estagnação”, ver Mikhail Gorbachev, *Perestroika: New Thinking for Our Country and the World* (London: Collins, 1987), Capítulo 1.

mou o grau em que houve progresso contínuo em algumas esferas, pelo menos na política, e ainda continha a suposição teleológica de que o sistema poderia, sob outras circunstâncias, ter continuado a crescer e a se desenvolver.

Mais importante, a “estagnação” deixou de fora o fator vital que foi, de muitas maneiras, o mais importante para forçar a liderança soviética a introduzir mudanças ao ser confrontada com esta tendência: a percepção do fracasso comparativo do sistema *vis-à-vis* o ocidente. Acima de tudo, foi na percepção da falta de habilidade do sistema soviético em acompanhar, quanto mais superar, o oeste, que pode ser percebido o aspecto central do colapso do sistema soviético. Foi o fracasso em competir internacionalmente que levou às mudanças pós-1985 na URSS: uma vez iniciada, a tentativa de reformar o sistema para melhor sobreviver e competir, rapidamente afundou no insucesso de salvar o Estado como tal.

Dentre os vários estágios da perda de esperança, o último foi a percepção da inabilidade do sistema em competir em 1980. O primeiro desapontamento histórico ocorreu imediatamente depois de 1917, quando os Bolcheviques perceberam que a sua revolução não seria reproduzida na Alemanha. Esta percepção levou a uma dupla redefinição de estratégia: o abandono temporário do objetivo de uma revolução mundial e a proclamação da idéia de que um regime socialista *poderia* ser construído na URSS. Com as vitórias na Segunda Guerra Mundial e o aumento no número de aliados pró-soviéticos no Terceiro Mundo, em 1950 e 1960 parecia que este isolamento inicial poderia ser superado junto com o desenvolvimento do socialismo dentro da própria URSS. Os sucessos da reconstrução do pós-guerra e da tecnologia espacial em 1950 pareciam confirmar isto: daí o novo programa de Kruschev, secularmente otimista, que combinava a rivalidade duradoura com o ocidente no Terceiro Mundo com uma política de desenvolvimento social planejada para “alcançar e superar” o oeste em duas décadas. Apesar de ser difícil de acreditar nisto agora, parece que esta perspectiva, modificada por Brejnev, dominou o pensamento soviético até o início dos anos 1980: houve avanços contínuos no Terceiro Mundo, a URSS alcançou a “paridade estratégica” com os EUA na corrida armamentista e, em casa, a política oficial era afirmar que a URSS atingira um novo patamar de Estado, um estágio de “socialismo desenvolvido”.

Entretanto, a realidade era bastante diferente como cada uma das principais áreas de competição interestatal e entre os blocos mostrou. Na mais pública e privilegiada área de competição, a militar, a URSS foi, como vimos, sempre inferior, em números e qualidade, exceto por sua força convencional na Europa Oriental. No início dos anos 1980, ela enfrentou novos desafios, aos quais foi forçada a aceitar e inerentemente incapaz de responder, e faltou-lhe algo parecido às capacida-

des de projeção de poder global dos EUA e de seus aliados. Se era nesta área que a União Soviética podia melhor competir, evidentemente ela não o estava fazendo bem o suficiente.

Em segundo lugar, o sistema internacional criado pela URSS era marcadamente mais fraco quantitativa e qualitativamente do que o ocidental. O mercado capitalista não somente era muito mais forte em termos de resultados econômicos e de número de países incluídos dentro dele, como também era maior o seu nível de integração: um dos paradoxos do planejamento dentro da URSS, e do sistema internacional soviético mais genericamente, era a sua inabilidade para integrar setores, além de fornecer-lhes alvos de produção separados, supostamente coordenados. Na esfera militar, uma disparidade similar e inferioridade qualitativa prevaleceu na comparação entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Apesar de toda a retórica de construção de uma nova ordem mundial, a ordem soviética era menos integrada e muito mais fraca no todo.²¹ Em muitos aspectos, no mínimo nos da inovação e de preço, ela permaneceu dependente do sistema capitalista e como sua imitadora ineficaz.

Em si mesmo, este fracasso em competir internacionalmente seria um problema central, já que a rivalidade Leste-Oeste e a Guerra Fria eram uma tentativa dos dois lados de fornecer uma nova base para a ordem internacional e de demonstrar a superioridade de um sobre o outro. Mas este bloqueio externo, que data desde 1917 e que somente foi escondido pelos triunfos internacionais subsequentes, era composto pelos limites internos do sistema em muitas esferas: o fracasso em igualar os níveis de produção do ocidente, o crescente *gap* nos padrões de vida entre os Estados socialistas e capitalistas desenvolvidos e a oposição entre o grau substancial de sucesso democrático no oeste e o controle político centralizado do leste, obscurecido pela retórica da democracia "socialista". Tivesse sido a URSS capaz de rivalizar com sucesso com o ocidente em outras esferas, estas deficiências internas, indicadas pela "estagnação", poderiam ter sido escondidas por mais tempo, mas foi o fracasso no nível internacional que forçou a liderança a enfrentá-las.

Aqui, chegamos a uma característica central do colapso: embora possa ser quase impossível acreditar nisso agora, até o início de 1980 parecia que esta diferença entre as conquistas internas estava escondida, ou pelo menos não reconhecida, pela maioria dos observadores soviéticos dentro da liderança ou em qualquer parte. A autoconfiança inherente ao sistema soviético, um produto das reivindicações

²¹Sobre a comparação OTAN-Pacto de Varsóvia, ver nota 15. O grau de integração econômica entre os membros do Comecon do leste europeu era muito menor do que aquele dentro da CEE: a maioria do comércio era em uma base bilateral, entre os soviéticos e o leste-europeu.

históricas da revolução e da vitória na Segunda Guerra Mundial, parece ter durado até este momento, mas em algum ponto no início da década de 1980 ela começou a desmoronar, primeiro entre a liderança e depois entre a população como um todo. A percepção de como a maioria das pessoas vivia no oeste, e do enorme *gap* entre os padrões de vida, produziu uma situação na qual a autoconfiança que havia durado desde 1917 evaporou no espaço de alguns poucos anos. Não é possível separar o econômico das dimensões políticas, mas a evidência sugere que foi o econômico que desempenhou um papel principal no encaminhamento do processo. Uma vez que o *gap* dos padrões de vida tornou-se evidente então a legitimidade do sistema político foi varrida e aquela do sistema alternativo, a variante ocidental de pluralismo, foi aumentada.

Neste ponto, é válido notar o mecanismo pelo qual esta mudança de atitude parece ter ocorrido. A separação da sociedade soviética foi tanto física – falta de comunicação, interferência no rádio, ausência de viagem, punição daqueles que buscavam o contato com o mundo externo – quanto psicológica – uma crença que a despeito do que desse errado "*u nas luchse*" –, "as coisas são melhores conosco".²² Aqueles que viajaram para o exterior ou tiveram acesso a dados comparados eram condenados ao silêncio, mesmo quando percebiam a verdade. Nestas circunstâncias, a mudança nas idéias da liderança foi de crucial importância e abriu as comportas do descontentamento popular: a quebra da autoconfiança secular no topo da liderança deve certamente ter sido encorajada pelos fracassos na competição econômica e militar, mas parece que a própria percepção dos contrastes nos padrões de vida, destacando a realidade da paralisia interna no final dos anos 1970, desempenhou o papel crucial. No caso de Gorbachev, por exemplo, parece que suas visitas ao Canadá forneceram tal ocasião: bastaram cinco minutos em um supermercado canadense médio para a questão ficar clara e para que a experiência das deficiências e dos problemas específicos que ele tivera governando a região de Stavropol fossem colocados em seu contexto decisivo e internacionalizado.

Uma vez que esta mudança ocorreu, seguiu então um processo de conscientização mais ampla. A liberalização do sistema político sómente dentro da URSS permitiu uma maior quantidade de informação sobre o mundo capitalista, quase toda ela favorável, quando não sem críticas, e uma consideração mais negativa do registro da URSS.

Também é visível como, em discursos feitos depois de 1985, Gorbachev fazia ele mesmo comparações com o mundo capitalista no campo dos indicadores sociais – a mortalidade infantil, as condi-

²²Hedrick Smith, *The Russians* (London: Sphere Books, 1976), fornece uma evocação poderosa desta atitude no período anterior ao colapso da confiança soviética.

ções hospitalares, o alcoolismo e a disponibilidade de alimentos básicos – assim como no dos indicadores macroeconômicos e políticos gerais.²³ Seu próprio processo de auto-educação parece ter seguido tal caminho: já insatisfeito com a performance socialista, ele assumiu em 1985 aparentemente acreditando que o sistema socialista poderia reformar-se pela aplicação de tecnologia de um modo mais intensivo, percebida como a melhor maneira de “acelerar” a produção; mas, em 1989, ele havia avançado muito mais nas frentes econômica e política, face à inabilidade do sistema em se reformar dentro dos parâmetros políticos e econômicos socialistas ortodoxos. Em outras palavras, a comparação internacional que o levava ao ponto de iniciar as principais reformas em 1985 o empurrou, depois de 1985, a vislumbrar uma reforma muito mais radical do sistema. O fato dele ter forçado esta comparação ao povo soviético, liberando uma insatisfação adicional e disseminada, somente serviu para confirmar esta tendência.

Como indicado acima, ainda está em aberto a questão se este projeto poderia ter sido ou não bem-sucedido dadas as dificuldades internas da transição e da posição internacional subordinada ocupada pela URSS. Entretanto, está claro que a decisão da liderança para a mudança foi produto desta combinação de pressões internacionais e, especificamente, da percepção do *gap* entre os padrões de vida.

Aqui, é possível fazer uma distinção entre as duas fases amplas do colapso: a primeira, consciente e controlada, de 1985 a 1989, e a segunda, descontrolada, quando a situação na Europa Oriental e na própria URSS ficou fora de controle, culminando no golpe fracassado de Agosto de 1991 e na subsequente dissolução da própria URSS.

A primeira fase levou à segunda não porque Gorbachev e seus associados previram que ela aconteceria, mas precisamente porque não o fizeram: eles acreditaram que algum sistema socialista modificado, reformado, humanizado e “acelerado” poderia funcionar e, além disso, que os regimes da Europa Oriental poderiam resistir depois da remoção da garantia militar soviética. Tivessem eles percebido a fragilidade do sistema comunista, na própria URSS assim como na Europa Oriental e, mais ainda, se as elites militares e políticas tivessem percebido a impossibilidade de sustentar tais regimes, então é possível que os acontecimentos não tivessem tomado o rumo que tomaram: os regimes comunistas poderiam, com crescente desmoralização e entropia, ter sobrevivido por mais alguns anos ou mesmo uma ou duas décadas.

²³A *Perestroika* de Gorbachev está repleta de chamados para a economia soviética elevar-se aos “padrões mundiais”, i.e., aos do ocidente.

Uma vez que as garantias militares foram removidas, os regimes da Europa Oriental desmoronaram. Dentro da URSS, uma vez que as restrições à informação e ao contato com o mundo exterior foram removidas e uma vez que o papel da confrontação e da rivalidade com o oeste terminou, a coesão política do sistema desmoronou. Em ambos os casos, a remoção dos componentes internacionais da estabilidade do sistema levou ao resultado final.

A tudo isto precisa ser somado um outro fator adicional – os cálculos políticos e as iniciativas seletivas de líderes ocidentais: particularmente, este foi o caso da Alemanha no qual Helmut Kohl, percebendo a sua oportunidade histórica de reunificar o país e de abolir o sistema comunista na Alemanha Oriental, aplicou uma mescla de pressão e de sedução para atingir o seu objetivo. Esta intervenção política consciente foi decisiva no curso dos eventos depois que o Muro de Berlim veio abaixo em Novembro de 1989, mas foi possível somente no contexto criado por um outro conjunto de circunstâncias internacionais.²⁴

OS TRÊS NÍVEIS DE COMPETIÇÃO INTERNACIONAL

Esta análise da competição Leste-Oeste até o final de 1980 e do subsequente colapso da URSS e do sistema comunista mais genericamente tem algumas implicações para a teoria das relações internacionais em geral e para as teorias da competição interestatal e intersocietal em particular que retomam as conclusões dos Capítulos 3, 4 e 7. Ninguém estudando o conflito Leste-Oeste pode negar a relevância, dentro dele, de preocupações que seriam definidas na linguagem das RI como “realistas”, ou seja, com relação às formas interestatais convencionais de competição nos níveis militar, econômico e político. A rivalidade entre os sistemas soviético e americano no período pós-guerra envolveu uma competição abrangente na qual o fator de inovação não foi o papel dos Estados, mas, ao invés disso, a maneira pela qual esta competição interestatal desenvolveu-se em novos terrenos – por um lado, a corrida armamentista nuclear e, por outro, a mobilização abrangente de recursos ideológicos.

Dada a sua forte posição no campo econômico, foi natural que o ocidente buscasse usar a sua força econômica para, por razões de segurança, pressionar a URSS: a economia política internacional das relações Leste-Oeste foi, em essência, a do uso de instrumentos eco-

²⁴Sobre as avaliações de Kohl neste período, ver o diário de seu conselheiro político Horst Teltschik, *329 Tage: Innenansichten der Einigung* (Berlim: Siedler Verlag, 1991).

nômicos para fins políticos e militares pelo bloco mais forte, o dos Estados ocidentais. Na fase final do conflito, e uma vez que os Estados comunistas abriram as portas para a influência ocidental em suas políticas e demais áreas, a pressão, então, foi muito mais clara com prescrições gerais sobre a liberdade econômica sendo ligadas a condições específicas sobre o papel do Estado na economia.

Isto esteve mais evidente no programa de dez pontos anunciado por Kohl depois da queda do muro de Berlim: apesar de apresentado como um conjunto de acordos entre os dois países, ele foi, na verdade, um programa para a subjugação da República Democrática Alemã. Os pontos um e dois falavam da cooperação entre os dois Estados, mas o ponto três tornava tudo isso condicional à “mudança fundamental no sistema político e econômico da RDA” que deveria ser irreversível, isto é, a capitulação. Como seu assessor deixou claro, Kohl usou o termo “estruturas confederativas”, não confederação, de forma a impedir que a relação entre os dois Estados adquirisse um caráter duradouro.²⁵

A despeito de sua abrangência, esta competição interestatal não é suficiente para explicar como, porque e quando o sistema comunista desmoronou, como o oeste teve sucesso em prevalecer sobre o leste. Casos prévios de conflito intersistêmico – os casos otomano e manchu – fornecem, na melhor das hipóteses, pontos parciais de comparação: apesar de algumas similaridades, as histórias foram fundamentalmente diferentes. Os instrumentos de competição interestatal específicos à Guerra Fria – a corrida armamentista, os embargos, o assédio ao Terceiro Mundo – não explicam porque a liderança soviética tomou as decisões que tomou depois de 1985. Para analisar a rivalidade é necessário tomar a percepção Leste-Oeste como um todo, abrangendo a competição de sistemas, dentro da qual a competição estatal desempenha um papel importante, mas não exclusivo.

Nesta perspectiva, torna-se possível aplicar as três dimensões de competição inter-relacionadas, mas analiticamente distintas, que foram discutidas no Capítulo 7: os níveis de atividade dos Estados, das entidades sociais e econômicas (especialmente das firmas), os da ideologia e os da cultura – ou seja, as dimensões interestatal, socioeconômica e ideológica. Ao se considerar a questão de “como” o oeste pressionou o leste, esta distinção pode ser útil.

Atuando no primeiro nível, a ação estatal ocidental teve efeitos, mas não foi somente esta a história. A habilidade dos Estados ocidentais em pressionar diretamente tornou-se maior do que nunca como mostrou a ligação entre a assistência econômica e a mudança socioeconômica dentro da URSS e da Europa Oriental: a perestroika criou condições para, e

²⁵Teltschik, 329 Tage p. 54-6.

não resultou da, intervenção socioeconômica do G-7. No caso da Europa Oriental, as firmas ocidentais (as indústrias, os bancos) também desempenharam um papel, especialmente nas negociações com a Polônia no início de 1970 e na administração da produção soviética de petróleo. Na abertura que aconteceu a partir do final de 1989, as empresas alemãs ocidentais assumiram um papel e uma liderança de alguma forma coordenada com, mas separada, do próprio governo de Bonn. Uma vez que o muro veio abaixo, foi a pressão do Estado alemão ocidental, mais o impacto destas firmas que se combinaram para tornar impossível qualquer regime reformado no leste. Seria analiticamente enganoso reduzir a política estatal nas relações Leste-Oeste aos desejos das corporações multinacionais ou ver as últimas agindo somente dentro dos parâmetros colocados por, ou em nome, dos Estados ocidentais. Suas ações são paralelas e normalmente (embora nem sempre) convergentes: a resposta dos setores da comunidade de negócios aos embargos políticos sobre os Estados comunistas foi evidência suficiente da divergência a este respeito.

Porém, a dimensão ideológica e cultural foi ainda de maior importância: o seu papel no colapso do comunismo e na anterior rivalidade Leste-Oeste foi decisivo de algumas maneiras. Acima de tudo, o que forçou a liderança do PCUS a mudar de curso e o que destruiu o apoio ou a aquiescência dos povos da Europa Oriental e da URSS ao comunismo foi o contraste percebido entre os padrões e condições de vida entre o leste e o oeste. Esta dimensão ideológica certamente é algo que os Estados ajudam a promover e a regular, que seus órgãos de informação e propaganda disseminam e que reside na performance econômica, nos resultados e nas políticas de vendas das corporações. Durante a Guerra Fria, as estações de rádio ocidentais transmitindo para o leste estavam, de uma forma geral, conscientes de que os programas sobre a cultura e o estilo de vida ocidentais destruiriam gota a gota a confiança e a legitimidade dos regimes do leste.²⁶ Contudo, este processo é de alguma forma distinto do governamental, abrangendo a cultura popular, a mídia, a moda e, em termos mais amplos, a imagem do que constitui uma boa vida – ele combina o tradicional conceito de ideologia com o de consumismo. Além disso, esta disseminação de imagens não resulta simplesmente da ação e da decisão do Estado ou das empresas: ela acontece de uma maneira não coordenada, mas penetrante. Através da televisão e dos filmes, da música popular, de impressões obtidas em viagens e encontros pessoais. Ela é informal e difusa, mas constitui a mais poderosa interface entre as duas sociedades. O abandono de qualquer crença em um modo

²⁶Seminário de Gerald Mansell, antigo chefe da BBC Overseas Broadcasting, LSE, Novembro 1992.

ou entidade socialista separada pela maioria dos habitantes da Alemanha Oriental é, acima de tudo, um produto deste encontro: anos de exposição às imagens da Alemanha Ocidental na televisão, seguidos pelo próprio encontro direto, o *Reiseshock*.

A medida que esta distinção é válida, e a importância dos fatores ideológico-culturais nas relações internacionais é aceita, então sugere-se uma outra interpretação da Guerra Fria, de seu fim e das relações internacionais mais genericamente e que envolve as pressões para a homogeneidade e a força do exemplo já discutidas no Capítulo 4. As relações de conflito e de mobilização de recursos permanecem sempre abertas à análise em uma base contingente. A negação da eficácia do Estado e a prematura redução de seu papel é enganosa, assim como a insistência realista de que todas as relações internacionais podem ser vistas, ou consideradas, como ocorrendo entre os Estados.

Ao mesmo tempo, a competição internacional envolve duas outras dimensões principais: a não oficial, socioeconômica, e a ideológica. A última tem sempre funcionado – seria impossível seguir a história da cristandade, de sua difusão e divisão, sem ela. Mas a dimensão ideológica tem uma importância considerável em um mundo no qual o bem-estar material, a moda e o consumismo ocupam um papel especial na constituição de sociedades específicas e em uma situação internacional caracterizada pela transmissão imediata de sons e imagens. Existe claramente uma relação entre o poder e o poder ideológico, concretizado pelo controle da imagem e dos meios de difusão. Nunca a concepção de hegemonia de Gramsci, no sentido de fatores ideológicos e culturais como instrumentos de dominação, foi tão relevante como é hoje na análise do sistema internacional. Se o comunismo se rendeu, quase sem disparar nenhum tiro, foi porque o instrumento de competição internacional no final do século XX foi tanto a *t-shirt* como a canhoneira.

Capítulo 9

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O “FIM DA HISTÓRIA”

Os dois capítulos anteriores examinaram a Guerra Fria e o seu resultado à luz de dois dos temas que atravessam este livro: o papel da “heterogeneidade” dos valores no conflito internacional e a contribuição de fatores socioeconômicos e ideológicos para o colapso do modelo soviético. Este capítulo parte de uma visão mais ampla da evolução do sistema internacional, incluindo o colapso do comunismo, para sugerir algumas maneiras pelas quais estes eventos podem iluminar as questões levantadas nos capítulos precedentes e o grau em que estas novas questões e prioridades são por eles levantadas.

No final dos anos 1980, início dos 1990, o mundo passou por um terremoto estratégico e intelectual, cujos efeitos são comparáveis aos causados pela Primeira e Segunda Guerras (mas, pelo menos inicialmente, não ao seu sofrimento humano). Um sistema hegemônico e a sua correspondente distribuição de poder desmoronaram. O mapa dos Estados foi redesenhadado e cerca de 20 novos Estados soberanos foram criados. Um grau de incerteza sem paralelos desde a década de 1930 prevaleceu na arena internacional. O mundo criado por este conjunto de mudanças não correspondeu a nenhum modelo simples e, certamente, provocou considerável confusão. Neste capítulo, depois de algumas observações gerais sobre o que ocorreu no período, são examinadas diferentes interpretações sobre estes eventos e algumas das respostas contemporâneas. Se evita a predição, ele espera, mesmo assim, oferecer algumas análises sobre para onde está indo o sistema internacional e a respeito das possibilidades para o futuro.

O DEPOIS DA GUERRA FRIA

Os contornos históricos e, por esta razão, a originalidade do que aconteceu no final da década de 1980 podem ser resumidos brevemente.¹ Um bloco de Estados, dominado pela URSS, que, desde 1940, estava engajado na competição dos grandes poderes com o ocidente e que, na forma da própria URSS, vinha desafiando o mundo ocidental desde 1917, desmoronou. A originalidade do colapso deste sistema precisa ser reconhecida: como discutido no Capítulo 8, ele ocorreu sem uma guerra interestatal, em um espaço muito curto de tempo, sem a presença de formas evidentes de vanguarda ou de organização política e sem derramamento de sangue significativo. Além disso, em oposição a outras revoluções desde 1789 que, em algum grau, reivindicaram desafiar a norma internacional ou propor algo “novo”, os que propunham a mudança neste contexto não queriam, como até aqui tem sido quase sempre o caso, a criação de alguma coisa “nova”, uma alternativa à ordem mundial dominante, mas, pelo contrário, eles queriam a conformidade àquela ordem, um recrutamento e uma incorporação tão rápida e sem dor quanto possível no que foi considerado como sendo a norma prevalecente, seja ela a “civilização”, a “democracia”, o “ocidente” ou a “modernidade”.²

Algumas importantes qualificações são necessárias neste quadro: a maioria dos que eram governados pelos partidos comunistas em 1988 (1,7 bilhões) ainda o são (1,4 bilhões); não existe certeza sobre quais tipos de governos aparecerão na antiga União Soviética ou em muitos de seus antigos aliados; o futuro padrão da política externa russa é obscuro. Apesar disso, um cataclisma de grandes proporções ocorreu e trouxe um fim não somente à Guerra Fria e ao desafio da Revolução Bolchevique, mas também a um longo período da história internacional no qual um movimento de contestação da forma capitalista hegemônica foi identificável.

¹Para breves avaliações, ver Mike Bowker e Robin Brown (eds.) *From Cold War to Collapse: Theory and World Politics in the 1980s* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993); Robin Blackburn (ed.) *After the Fall: The Failure of Communism* (London: Verso, 1991); Michael Hogan (ed.) *The End of the Cold War, its Meanings and Implications* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992); Gabriel Partos, *The World that Came in from the Cold* (London: BBC World Service/Royal Institute of International Affairs, 1993); Horst Teltschik, *329 Tage: Innenansichten der Einigung* (Berlin: Seidler Verlag).

²Como no termo usado por Jürgen Habermas, *die Nachholende Revolution*, o “alcançar” ou “recuperar” a revolução: “What does socialism mean today? The revolutions of recuperation and the need for new thinking” em Blackburn (ed.) *After the Fall*. Habermas pode ter tido a intenção de oferecer uma oposição à visão comunista ortodoxa anterior sobre a revolução socialista como *überholten*, “superando” o ocidente capitalista.

Com o risco do que alguém poderia chamar de “megalopresentismo”, poder-se-ia sugerir que 1989 trouxe um fim ao período da história que começou em 1789 com a Revolução Francesa. Neste sentido, o argumento de Fukuyama de que a novidade na situação contemporânea era a existência de um único conjunto de respostas aceitável em escala mundial é, em certa medida, válido. É nisso, acima de tudo, que reside a importância histórica de 1989: um ano que produziu tantas surpresas (ou o que Hegel teria chamado de “habilidade da razão”) quanto qualquer outro período dramático da história humana, mas que se havia iniciado em meio às opiniões nervosas da elite de políticos e jornalistas ocidentais que, às vésperas do bicentenário da Revolução Francesa, anunciam que os levantes e as mudanças revolucionárias não poderiam ocorrer e que as “massas” não mais faziam história, se algum dia o tinham feito.³

Nesta perspectiva, o “fim da Guerra Fria” foi um fenômeno composto, envolvendo várias tendências históricas amplas, que, segundo as probabilidades, demorariam um longo tempo para funcionar. Em primeiro lugar, e de muitas maneiras o fato mais importante, o fim da Guerra Fria marcou o fim do conflito interestatal que dominara o mundo desde 1945 e o fim da confrontação nuclear soviético-americana. Duas questões futuras óbvias foram, primeiro, se isto marcara o fim da rivalidade militar entre os grandes poderes como um todo (pelo menos por uma geração ou mais) e, segundo, se um novo padrão de blocos interestatais e de hegemonia emergiria para substituir o velho.

O argumento para sustentar a primeira pareceria ter considerável força histórica – por um século, desde a guerra sino-japonesa de 1894, os grandes poderes estiveram envolvidos em uma confrontação militar fundamental ou na ameaça de uma. Agora, a perspectiva para isto parece ter definitivamente diminuído: apesar de existirem os que prevêem novos conflitos entre os grandes poderes para um futuro próximo, pareceria que o padrão do século passado fora quebrado.⁴

Existiram especulações sobre novos conflitos emergindo em torno de blocos comerciais – um bloco de dólar, um bloco de yen e um bloco de ecu. Apesar destes blocos comerciais em um sentido frágil estarem claramente se formando e de ocorrerem fricções sobre o comércio, o mundo estava muito longe das guerras comerciais ou dos sistemas exclusivos que prevaleceram antes da Segunda Guerra Mundial e era difícil vê-los se formando. Além disso, mesmo se existisse um conflito sobre o comércio e um fluxo de nacionalismo dirigido contra os competi-

³Para uma perspectiva interessante, ver Gale Stokes, “The lessons of 1989”, *Problems of Communism*, vol. 40, n.5, September-October 1991.

⁴ Richard Rosecrance, “A new concert of powers”, *Foreign Policy*, vol. 71, n.2, Spring 1992; John Mearsheimer, “Back to the future: Instability in Europe after the Cold War”, *International Security*, v.15, n., summer 1990.

dores comerciais, não havia a inevitabilidade, ou inicialmente muita probabilidade, de que isto levasse a uma confrontação militar.

Quanto à hegemonia e aos perigos de um novo imperialismo, existe agora uma situação de grande fluidez em que nenhum bloco de Estados pareceria emergir para se equiparar aos EUA, mas onde os próprios EUA pareceriam relutantes em desempenhar o papel “romano” que o colapso da URSS lhes atribuiu. A idéia de que a guerra entre os Estados é quase sempre evitada quando existem os Estados democráticos liberais, bem-explicada nos escritos de Michael Doyle, é bastante interessante, embora venha sendo utilizada como uma apologia para esconder como os Estados democráticos declararam guerra contra os não democráticos:⁵ apesar de verdadeiro em um sentido pontual, ele deslocaria nossa atenção para o renascimento de regimes autoritários em alguns grandes Estados e para a questão da possibilidade de que alguns poderes tenham divergido deste modelo no longo prazo, como a Rússia ou o Japão, ou os EUA, a Grã-Bretanha e a Alemanha tomados pela depressão.

A segunda dimensão do fim da Guerra Fria foi o fim do comunismo como uma força política. Como já indicado, isto foi, inicialmente, um fenômeno confinado às regiões européias e asiáticas da antiga URSS; entretanto, a tendência dentro da China pareceria indicar uma mudança em direção ao capitalismo, se não ao liberalismo, e os Estados comunistas remanescentes seriam incapazes de fornecer uma alternativa internacional (Cuba, Vietnã e Coréia do Norte). Duas questões amplas surgem aqui: primeiro, qual futuro existiria agora para uma alternativa ao capitalismo (ou se pelo menos haveria alguma) e, segundo, qual fora a importância histórica de toda a experiência comunista.

Com relação à primeira, parece que nenhum programa de desafio político revolucionário ao capitalismo liberal vindo da esquerda teria hoje qualquer crédito ou apoio sério: o desafio comunista está agora esgotado. O que permaneceu foram as variantes de adaptação social-democrata dentro do capitalismo avançado, mas que são cada vez mais restritas pelas condições internacionais e pelas configurações sociais e políticas em mudança dentro dos países individuais. Convencionalmente se afirma que o colapso da social democracia foi, em parte, um resultado do fracasso do comunismo: o reverso pode, entretanto, ser o caso – a dinâmica da democracia social, e de suas equivalentes, foi quebrada nos países mais avançados em 1970 (Grã-Bretanha, EUA, Austrália e Alemanha). A própria falta de uma terceira via mediana e factível signi-

⁵ "Liberalism and world politics", *American Political Science Review*, v.80, n.4, December 1986 e em duas partes "Kant, liberal legacies and foreign affairs" em *Philosophy and Public Affairs*, vol. 12, summer 1983 e autumn 1983. Para uma crítica profunda dos maus usos ideológicos, ver o argumento de Doyle, mas não o núcleo do próprio argumento, ver Benedict Anderson, "The new world disorder", *New Left Review*, n.193, May-June 1992.

ficou que as escolhas disponíveis para os reformadores comunistas no final dos anos 1980 estavam completamente fechadas.

A questão do que foi o comunismo, ainda muito próxima para permitir uma perspectiva confortável, tem várias candidatas à resposta: uma tendência ditatorial na qual as elites revolucionárias tomaram o controle das sociedades, um movimento fracassado de autodemocracia de uma classe trabalhadora, uma expressão de messianismo judeu-cristão, um produto de despotismo oriental, um projeto desenvolvimentista fracassado.⁶ Um autor criterioso sugeriu que o comunismo poderia terminar sendo comparado ao experimento jesuíta no Paraguai: uma tentativa racional de separar uma parte do mundo das pressões internacionais, de sustentar um caminho de desenvolvimento alternativo, muito idealizada pelos intelectuais de seu tempo, mas que, no fim, desapareceu sem deixar traços.⁷

Alguma explicação envolvendo diferentes elementos desta lista acima pode ser muito apropriada: em retrospecto, é fácil dizer que o comunismo "nunca funcionou", mas esta tentativa de escapar ao caminho convencional de desenvolvimento capitalista foi bastante bem-sucedida por algum tempo, no mínimo no desafio ideológico e militar colocado para o oeste, mesmo que no fim ele tenha sido forçado a capitular e a fazê-lo quase sem qualquer resistência. Embora o seu fracasso agora pareça inevitável, o experimento comunista não foi percebido assim durante muitas décadas: tanto entre os que o apoiaram como entre os que o temiam havia uma crença na eficácia da intervenção do Estado socialista, desmentida pelos eventos subsequentes. Pelo menos, como sugerido no Capítulo 8, o colapso comunista merece um estudo cuidadoso a partir da perspectiva dos que acreditavam no desenvolvimento social-econômico dirigido pelas elites ou ditado pelo Estado.

O terceiro elemento do fim da Guerra Fria foi a quebra da URSS e de seu sistema de alianças. No final de 1991, ainda não era muito claro se o processo estava completo, não somente na Europa Oriental, como também na própria Rússia: a Federação Russa esteve sujeita a substanciais forças centrífugas e até mesmo poderia ter-se quebrado em três partes sob pressão internacional e interna. Mesmo se este processo de fragmentação já estivesse completo, ele liberou mudanças poderosas na arena internacional. Ele criou uma situação na qual, com a quebra da ordem preexistente, novas alianças regionais e novos países hegemônicos potenciais emergiram: na Europa, a Alemanha; no Cáucaso, Mar Negro e Ásia Central, a Turquia. No Extremo Oriente, os reali-

⁶ Para uma localização perceptiva, ficcional, do comunismo na corrente mais ampla do pensamento racionalista e messiânico, cristão e judaico, ver George Steiner, *Proofs and Three Parables* (London: Faber & Faber, 1992).

⁷ Perry Anderson, *A Zone of Engagement* (London: Verso, 1992), pp. 367-9.

nhamentos foram menores: o poder soviético já estava mais fraco, mas isto incentivou e coincidiu com o aumento dos poderes chinês e japoneses. Na verdade, o Extremo Oriente foi a área com maior margem de manobra política e econômica e prometia ser o sustentáculo do século XXI: se ela poderá conter estas mudanças sem um grande conflito militar não ficou ainda evidente. O impacto sobre a Indochina, com a remoção do papel soviético no Camboja e no Vietnã e no nordeste da região asiática, foi, todavia, substancial e contínuo.

Algumas destas mudanças regionais levaram o mundo de volta a uma situação anterior à 1914, sendo o padrão das alianças nos Balcãs e no Báltico os casos em questão. Outros padrões foram novos – a disputa turco-iraniana na Ásia Central, descendendo apenas remotamente das anteriores. Pareceria provável que alguns destes poderes assumiriam maiores responsabilidades e papéis internacionais no século seguinte: a Alemanha e o Japão, politicamente muito diferentes do que eram antes da Segunda Guerra Mundial, estavam relutantes em desempenhar tal papel, especialmente no campo militar, mas, no fim, seriam forçados a fazê-lo. Alguns viram esta reticência somente como um reconhecimento justo de seus passados criminosos: mas não era na política externa contemporânea que estavam os seus problemas com o passado. O mais preocupante sobre estes países não era o perigo próximo de se tornarem novamente poderes militares agressivos, mas sim a evasão e o eufemismo que ainda prevaleciam em suas vidas domésticas. Um reconhecimento mais saudável do passado lhes teria permitido um papel internacional mais adequado nas dimensões econômica e de segurança.

A quarta consequência ampla do colapso do comunismo foi a quebra de um “regime” que prevalecera desde o fim da Segunda Guerra Mundial e, a partir do qual, mantinha-se o existente mapa do mundo, com suas desigualdades e arbitrariedades. A despeito de toda retórica sobre a cisão e a unificação que marcaram a época pós-1945, é surpreendente como, até 1989, este mapa mais ou menos se manteve. Estados tornaram-se independentes, alguns perderam partes de seu território, mas a atual divisão em 170 Estados foi mais ou menos congelada. A unificação ou a fusão ocorreram somente pela força e em momentos de incerteza nascendo da descolonização (Palestina, Saara ocidental, Timor e, pode ser discutido, Tibet) ou através de fusões voluntárias, novamente no momento da independência de entidades coloniais formalmente separadas (Camarões, Somália). A secessão somente ocorreu no caso de Bangladesh em 1971, mas ele já era uma entidade geograficamente separada do resto do Paquistão.⁸

⁸Sobre a secessão, ver James Mayall, *Nationalism and International Society* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990) e Alexis Heraclides, *The Self-Determination of Nationalities and International Politics* (London: Frank Cass, 1991).

Depois de 1989, ambas, a fusão e a divisão, reapareceram na ordem do dia: era esperado que a fusão dos Yemens e das Alemanhas fosse seguida, embora com algum atraso, pela das Coréias e, provavelmente, de uma forma ou de outra pela das (três) Chinas. Por outro lado, a divisão foi o destino dos Estados multi-étnicos do antigo sistema comunista (URSS, Iugoslávia, Etiópia, Checoslováquia). Como resultado, no espaço de dois anos, mais de vinte novos Estados soberanos passaram a existir.

Ninguém ainda podia dizer quais seriam os efeitos demonstrativos deste processo, mas não deve haver dúvida de que a quebra do regime pós-1945 encorajaria muitos outros a pensar que eles também poderiam alcançar um *status* separado de Estado. Algumas áreas foram mais afetadas do que outras e, aparentemente, a fragmentação somente ocorria em Estados nos quais os regimes comunistas foram desalojados: entretanto, partes da Europa e da África, assim como da Índia, provavelmente também estavam sujeitas a tensões crescentes, agora que se mostrou que a secessão era permitida. Por esta razão, principalmente, foi essencial que os Estados e os organismos internacionais desenvolvessem alguns meios mais adequados para avaliar e regular este processo. O comportamento da comunidade internacional sobre a questão da secessão tem sido um exemplo marcante da lacuna entre o ideal e a prática: enquanto o sistema é fundado sobre a suposição de que os povos são soberanos e de que têm direito a seus próprios Estados, a prática tem sido a de opor a secessão até o último momento, exceto quando prevalece um auto-interesse direto (freqüentemente de um tipo expansionista). A quebra da URSS e de seus três Estados multiétnicos associados no período de 1989-93 ocorreu a despeito de, não por causa do, encorajamento internacional. A resposta internacional foi uma aceitação relutante e atrasada, bem resumida na observação informal do Secretário do Exterior da Grã-Bretanha, Douglas Hurd, em Junho de 1993: “Espero que não vejamos a criação de mais nenhum Estado-nação”.

VARIEDADES DE AVALIAÇÃO HISTÓRICA

Em termos amplos, existiram três tipos de resposta a estas mudanças. Uma foi o pessimismo secular, uma sobriedade melancólica da direita, que via a quebra da ordem da Guerra Fria como, em muitos aspectos, um retorno ao mundo anterior ao de 1914 ou àquele entre as duas guerras mundiais, levando a um maior conflito interestatal, à proliferação nuclear e ao hipernacionalismo. A segunda foi o pessimismo da esquerda que afirmava que estávamos em uma nova época imperialista – que o Norte era incapaz de ajudar no desenvolvimento do Sul, que a destruição ecológica estava continuando e que os

EUA iriam, sozinhos, ou em associação com seus antigos aliados, usar as novas oportunidades para dominar o mundo. A terceira abordagem foi a otimista, que viu o mundo como se tendo movido decisivamente adiante e como sendo um período no qual certos objetivos desejáveis – a paz, a democracia e a maior prosperidade – estariam agora disponíveis para todos. Embora estas abordagens tenham tido o mérito de fornecer interpretações abrangentes, elas eram deficientes em alguns aspectos óbvios.

A perspectiva pessimista de um retorno a 1914 parecia sustentar-se nas novas formas de conflito interestatal e na ascensão do nacionalismo, mas levou a analogia muito longe: os principais poderes não estavam se atracando em um nacionalismo dirigido um contra o outro e estavam relativamente desinteressados em preparar-se para a ação militar; houve uma torrente de nacionalismo, mas ela tornou uma forma comunal e interétnica, muito distinta da estratégica.⁹ Muito foi dito sobre o destino cruel de Sarajevo com a piada de humor negro de que somente as guerras mundiais que se iniciam em anos pares começam lá. Mas, apesar de todo o horror e sofrimento, e das diferenças de posição entre os membros do Conselho de Segurança, este não foi um conflito que ameaçou provocar uma guerra entre os grandes poderes. Os próprios Estados envolvidos na arena internacional tinham mudado dramaticamente desde 1914, principalmente pela universalização da democracia (nenhum dos Estados mais importantes tinha sufrágio universal em 1914) e pelo crescimento da prosperidade econômica. A Alemanha, por exemplo, não era o Estado que fora em 1914, ou em 1939: a juventude neonazista era repugnante, mas ainda não era perigosa para os outros Estados, como o foram o Kaiser ou Adolf Hitler.

No espírito da analogia histórica, alguns compararam este período da história ao da *belle époque*, as décadas anteriores a 1914, quando a Europa industrial pareceria estar em um novo pico de sucesso econômico, político e cultural, somente para depois mergulhar nas guerras do século XX. Existem semelhanças com a *belle époque*, pelo menos na crença complacente de que os Estados ricos do ocidente haviam resolvido os seus problemas e na elegância das várias formas de irracionalismo.

Contudo, existem diferenças marcantes, no mínimo tudo o que aconteceu no século interveniente. Poucos nos países industrializados agora acreditavam, como muitos o faziam séculos atrás com graus variados de presunção social darwinista, que a guerra era um meio viável, quanto mais desejável, de resolver os conflitos entre os principais

⁹Para uma correção da visão predominante sobre o nacionalismo como a ideologia dominante da época, ver Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism Since 1870* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990).

Estados. Igualmente importante, o mundo não estava em um período no qual estavam emergindo novos desafios ideológicos em situações de conflito social e político: uma das mais marcantes, e em sua maneira, deprimentes, características do conflito internacional pós-1989 era que ninguém estava falando nada novo e que muitos estavam fazendo os mesmos tipos de suposições que haviam sido escutadas um século antes. As verdades do nacionalismo nos Balcãs ou a conflitante aspiração em torno de Nagorno-Karabagh não eram, sejam quais fossem os outros problemas, o comunismo ou o fascismo do dia. Na verdade, o que foi de muitas formas desanimador a respeito de todo este fracionamento e clamor estridente é como ele era extremamente familiar. Sabemos que o Sr. Karadzic, o líder bósnio-sérvio, terapeuta de grupo para um time da segunda divisão de futebol tornou-se um demagogo: o encontramos muitas vezes antes. Portanto, em muitos aspectos, o mundo se encontrava em uma nova situação internacional, tanto com relação ao período do pós-45, como no geral.

A posição contrária, a do pessimismo da esquerda, fortaleceu-se com a Guerra do Golfo e existiram muitos que buscaram tirar lições gerais sobre o mundo pós-comunista a partir daquele evento.¹⁰ Deixando de lado a freqüentemente autocentrada análise de por que a guerra ocorreu, os seus críticos estiveram, em muitos aspectos, e não somente na consideração do significado de longo prazo do conflito, errados. Primeiro, e por toda a destruição feita no Iraque, o custo foi muito menor do que sugerido na época: o total de iraquianos mortos, 10 mil, era 1/20 do que fora suposto e, a despeito de toda a retórica do Iraque sendo bombardeado de volta à Idade da Pedra, quase todo o estrago da guerra tinha sido reparado em pouco mais de um ano.¹¹ A despeito do sonho imperial da direita, e da especulação sobre o caráter de uma nova ordem mundial na esquerda, os EUA não foram capazes de usar a vitória para colocar pressão sob seus rivais econômicos ou sob outros países do Terceiro Mundo; não ocorreu um aumento no sentimento militarista nos EUA como George Bush, para seu desapontamento, descobriu; existiram movimentações em várias questões do Oriente Médio, incluindo a árabe-israelense e a liberdade de expressão, pelo menos para os kuwaitianos, no Kuwait. A Guerra do Golfo foi um capítulo importante, mas essencialmente diversivo, nos assuntos mundiais.

A crítica dos pessimistas da esquerda teve mais força em outras partes: primeiro, com relação à marginalização da discordância orga-

¹⁰Ver Capítulo 10, nota 3.

¹¹Para uma visão geral da guerra, ver Lawrence Freedman e Efraim Karsh, *The Gulf Conflict 1990-1991: Diplomacy and War in the New World Order* (London: Faber & Faber, 1992). Sobre mortes ver John Heindrich, "The Gulf War: How many Iraqis died?", *Foreign Policy*, n.90, Spring 1993.

nizada e da crítica radical dentro do mundo desenvolvido e subdesenvolvido e, segundo, sobre o problema das relações econômicas internacionais e como a riqueza dos países mais ricos pode, dados os trânsitos históricos e novos, ser difundida de uma maneira razoável para o resto da humanidade. Esta questão será discutida mais adiante neste capítulo e se trata de uma na qual as certezas convencionais da direita e da esquerda parecem não mais prevalecer.

Os dois pessimismos, o da esquerda e o da direita, compartilham uma visão comum sobre o papel reduzido do Estado e sobre a crescente globalização do mundo nos níveis econômico, político e cultural. No nível teórico, a questão mais desafiadora a ser enfrentada é a de produzir uma resposta às mudanças no mundo de fora, mudança que tem se refletido em um corpo crescente de literatura acadêmica: ou seja, como conceber a crescente internacionalização do mundo. Aparentemente, a internacionalização pode ser vista por todos: no comércio internacional, no crescimento das comunicações, no encurtamento das distâncias, na criação de um sistema financeiro global e no decréscimo das localizações nacionais de empreendimentos específicos.¹² Dentro da Europa, temos um processo de crescente transferência de poderes para as instituições da União Econômica e a introdução de um mercado único em 1992. Este quadro de crescente internacionalização é normalmente acompanhado por duas outras preocupações: as crenças de que a posição do Estado como previamente estabelecida está desmoronando e de que a natureza do poder no mundo contemporâneo está mudando, deixando de ser confinada ao poder militar, para ser mais baseada em fatores econômicos e mesmo culturais. O mundo está, somos levados a acreditar, tornando-se mais e mais internacional.

Ao mesmo tempo, existe um forte argumento pessimista a ser feito sobre as tendências globais (a demográfica, a tecnológica e a ecológica) e as suas diferentes implicações nacionais: um exemplo contundente desta abordagem é a de Paul Kennedy em seu *Preparing for the Twenty First Century*.¹³ Ele é um profeta qualificado e pouco entusiasta da ruína: em oposição a Fukuyama, ele negligencia a política e o papel das idéias quase que completamente, enfocando somente a mudança econômica e científica. Por outro lado, seu pessimismo é de um tipo nocivo e resignado, liberto do peso nietzschiano ou do darwinismo social encontrado em escritores anteriores.

¹²Para uma excelente visão das questões envolvidas, ver Joseph Camilleri e Jim Falk, *The End of Sovereignty? The Politics of a Shrinking and Fragmenting world* (Aldershot: Elgar, 1992). Sobre a internacionalização das finanças, ver Susan Strange, *Casino Capitalism* (Oxford: Basil Blackwell, 1986).

¹³*Preparing for the Twenty-First Century* (London: Harper Collins, 1993).

Kennedy começa com a análise de Thomas Malthus, primeiro publicada em 1798, segundo a qual o aumento da população mundial iria superar o crescimento na produção de comida. Ele argumenta que, em sua época, Malthus estava enganado, por pelo menos três razões: a imigração retirou o excedente populacional dos países com as taxas mais rápidas de crescimento; a produtividade agrícola aumentou mais rapidamente do que esperado; a industrialização forneceu novas formas de emprego. Sua suposição agora é que, dois séculos depois, um pessimismo comparável ao de Malthus é muito mais válido: a população mundial está crescendo mais rapidamente do que nunca; as pressões demográficas, econômicas e sociais estão criando maiores tensões ainda no Terceiro Mundo; a mudança tecnológica, através da robotização e da revolução da biotecnologia, está reduzindo o número de empregos disponíveis e promovendo maiores desigualdades de riqueza e produtividade.

Portanto, ele não está dizendo, como Malthus o fez, que o mundo ficará sem comida, mas, ao invés disso, que um conjunto de outras contradições irá provocar conflito interno e internacional: a população está crescendo onde a crise ecológica é mais extrema, a mudança tecnológica é separada da explosão demográfica, o número de empregos disponíveis está sendo reduzido. Apesar de destacar, em um conjunto de análises sobre países e regiões, que a performance e o potencial variam enormemente entre os países, ele alerta contra qualquer idéia de que os Estados mais ricos do mundo possam ser protegidos das tensões no Terceiro Mundo: a migração, os levantes políticos e militares, os conflitos econômicos e, acima de tudo, a degradação ambiental, garantem que este seja um conflito global.

Kennedy não é fatalista sobre estas tendências, mas destaca que a maioria delas não poderá ser evitada ao longo das próximas décadas e que o Estado, apesar de permanecer como o instrumento principal para administrá-las, é cada vez mais inadequado para a tarefa de confrontar os problemas globais. Ele não tem nada a dizer sobre a solução freqüentemente proposta, a governança global e as instituições internacionais, e ele consegue pintar um quadro horrível sem discutir o renascimento dos nacionalismos e dos conflitos étnicos. Kennedy não diz que o mundo está fadado a se deteriorar da forma que ele indica, e ele sugere, como Malthus o fez antes dele, que existe algo que os Estados podem fazer. Mas ele está longe de saber se todos, ou se de fato quaisquer, Estados irão responder ou se, mesmo se eles fizerem tudo que estiver a seu alcance, isto será suficiente.

Existe, portanto, uma considerável quantidade de verdade nesta suposição da globalização, mas ela precisa ser qualificada. Primeiro, vários temas aos quais as pessoas se referem – a migração e os movimentos religiosos transnacionais, por exemplo – ameaçam o mundo contemporâneo há muito tempo. Segundo, as tendências indiscutíveis em

direção à globalização em alguns terrenos, mais do que em outros, coincidem e, na verdade, estimulam, maiores divisões: a política da etnia é uma resposta óbvia. Mais importante ainda, ambos sugerem, para o melhor e para o pior, freqüentemente para o pior, que o poder dos Estados está sendo erodido por estas forças transnacionais e que cada vez existem menos governos eleitos, ou de fato não-eleitos, capazes de administrar os negócios de seus países. Aqui, deve haver cautela considerável. Primeiro, como discutido no Capítulo 3, a própria globalização é, em uma medida considerável, trabalho dos Estados, que dirigem, estimulam e ajudam as companhias a fazer o que eles querem que elas façam: ninguém acredita que os negócios japoneses ou alemães operem independentemente dos Estados, nem isso se aplica a seus competidores franceses e anglo-saxões. Além disso, existe muito que os Estados podem fazer para estimular a competição no plano interno, mesmo quando eles perderam parte de seu controle dos fluxos de capital e das taxas de juro.

Na verdade, podemos ter de fazer uma distinção entre duas questões: primeiro, pode qualquer forma de representação humana – baseada no Estado ou em alguma outra instância – dar conta dos problemas que enfrentamos?; segundo, caso seja possível alguma resposta estratégica intencional a estas questões, estas precisam ser baseadas no Estado ou em algum organismo internacional? Recentemente, o conceito de “governança global” tem ganho importância e, despojado de aspirações não realistas, pode ser visto como tendo vários componentes: o fortalecimento das instituições globais e regionais existentes, a evolução da lei e das normas prevalecendo sobre o comportamento internacional, a proteção e a promoção internacional dos “bens públicos”, sejam estes o meio ambiente, o espaço, os minerais ou os oceanos. A despeito do quanto ainda podemos avançar, e avancaremos, nesta estrada, os componentes da estrutura de governança serão, fundamentalmente, os Estados e as considerações que movem os políticos ou o público a aceitá-la deverão abranger um interesse baseado tanto no Estado (“nacional”) quanto no global.¹⁴

O mesmo se aplica ao terreno da competição internacional legítima e das principais tendências globais ameaçando a sociedade pesquisadas por Paul Kennedy. Se tomarmos os três fatores que ele considera como sendo as chaves da competitividade internacional de longo prazo – a qualidade da educação, o *status* das mulheres e a qualidade de liderança política –, então os Estados e as sociedades retêm uma larga medida de liberdade em todas estas e somente tem a si mesmos para culpar (ou às pressões externas) se falharem em agir. O mesmo se aplica às gran-

¹⁴Sou grato a Meghnad Desai e a outros colegas no Centre for the Study of Global Governance na LSE por estimular a discussão sobre esta questão.

des ameaças ecológicas e demográficas que Kennedy corretamente aponta como pairando sobre o próximo século: estas não serão consideradas, contidas ou resolvidas por uma comunidade internacional ou por forças transnacionais. Os Estados, e somente os Estados, embora impelidos e ajudados por órgãos não oficiais, têm o poder de fazer algo sobre isso. No mínimo, os desafios identificados por Kennedy e outros tornam ainda maior a necessidade por Estados: as disciplinas e os custos das políticas de ajuste somente podem ser impostos por eles.

Portanto, a crescente importância do internacional, tanto real como aparente, é um processo historicamente mais complexo e de dupla face, muito além do que nos levaria a suspeitar a afirmação de que o mundo está-se tornando mais internacionalizado. Simultaneamente, o mundo está se movendo em pelo menos duas direções contraditórias. Isto já estava evidente no processo amplo de mudança que está ocorrendo: é ainda mais claro no mundo no qual entramos recentemente, como um resultado das mudanças da última metade dos anos 1980.

Isto nos leva à última das perspectivas sobre o mundo contemporâneo, a otimista de que, de alguma maneira, encontramos uma resposta, tanto internacional como doméstica, e que as coisas serão melhores. Se concordarmos que a competição militar entre os grandes Estados é, pelo menos por um tempo, improvável, isto não significa que o conflito nas relações internacionais declinará ou que qualquer coisa se aproximando de uma “nova ordem mundial” foi, ou poderá, ser criada. Por um breve período, entre 1988 e 1989, quando os EUA e a URSS estavam trabalhando juntos para reduzir os pontos de tensão, o termo “nova ordem mundial” tinha um sentido real, mesmo que limitado. O colapso da URSS tirou-lhe o significado e a proliferação dos conflitos, não somente no Terceiro Mundo, como também nos Balcãs, mostra como esta visão onírica era infundada. Mesmo em sua forma liberal internacionalista, de acordo com a qual os grandes poderes farão o seu melhor para ajudar o mundo, ela é enganosa, já que superestima a vontade dos governos ou das populações do mundo desenvolvido de assumir as suas responsabilidades globais.

O “FIM DA HISTÓRIA”

O colapso do comunismo e a aparente disseminação das formas políticas liberais democráticas a vários países, pós-comunistas e do Terceiro Mundo, levou alguns a sugerir que uma nova era de democracia global estava próxima. Este é, em essência, o argumento de Francis Fukuyama, apesar dele ser cuidadoso em afirmar que distingue entre a suposição de que não existe nenhum outro modelo viável à disposição e a idéia de que a consolidação deste modelo em todos

os países é iminente ou mesmo plausível. A discussão do fim da Guerra Fria pode, portanto, servir como uma introdução ao último dos temas levantados por esta pesquisa – a questão de se agora nos confrontamos com o que Fukuyama chama de o fim da história.¹⁵ Por história, Fukuyama denomina um período no qual a humanidade está em conflito em torno de valores fundamentais e orienta as suas forças na arena internacional para tal competição. Tem estado na moda denegrir Fukuyama, mas existem inúmeras partes de seu argumento que merecem atenção mais séria.

A primeira é a sua afirmação sobre a importância do progresso na história contemporânea: Fukuyama não está dizendo que o progresso é sem custo, nem que está destinado a continuar, mas afirma que a humanidade como um todo tem feito progressos de um tipo significativo ao longo dos séculos recentes e que tem a capacidade, deixando de lado os desastres ecológicos e nucleares, de assim prosseguir. Desta forma, ele rejeita os dois pessimismos: o da direita, que considera que a história é circular, ininteligível ou diretamente decadente, e o da esquerda, baseado nas várias formas de romanticismo histórico ou, no caso de Wallerstein, em uma afirmação combativa a respeito do declínio global humano desde 1400.¹⁶ Esta nota cautelosa, embora confidentemente otimista, é válida, não somente porque existe algo reconhecido como progresso pela maioria das pessoas (um conceito que, como os de “imperialismo” e de “patriarcado” deixa muito a desejar, mas que, *faute de mieux*, precisamos continuar usando), mas também porque, para que possamos discutir sobre o progresso (e, aceitemos isso ou não, ele ocorreu) precisamos de alguns critérios analíticos e morais universais. No clima intelectual contemporâneo do particularismo nacionalista e religioso e da confusão pós-modernista generalizada, esta afirmação herdada do século XVIII sobre a possibilidade da existência de critérios universais, sejam quais forem as suas origens históricas, sociais ou geográficas, deve ser bem recebida. Neste sentido, os que negam a existência de qualquer progresso, Wallerstein incluído, são eles mesmos aliados dos que dizem que nada podemos conhecer.

Segundo, Fukuyama tem algo importante a dizer sobre a Guerra Fria. Sua avaliação de porquê e como o comunismo desmoronou é contestável, mas seu julgamento do fim, que um lado ganhou e ou-

¹⁵Sobre Fukuyama, ver Perry Anderson, ‘The ends of history’ em *A Zone of Engagement*; Workshop de História, *After the End of History* (London: Collins & Brown, 1992); Gregory Elliott, ‘The cards of confusion: Reflections on historical communism and the “end of history”’, *Radical Philosophy*, n.64, summer 1993.

¹⁶Immanuel Wallerstein, *Historical Capitalism* (London: Verso, 1983, p. 98): “Simplesmente não é verdade que o capitalismo como um sistema histórico representou um progresso com relação aos vários sistemas históricos anteriores que destruiu ou transformou”.

tro perdeu, precisa ser considerado. Isto pode parecer bastante óbvio e sem dúvida o é para os que estavam no lado perdedor e que estão lutando para tirar do capitalismo tanto quanto puderem. Mas deve-se ressaltar que o mesmo não se aplica a maior parte dos discursos da esquerda e dos liberais ocidentais. Como foi discutido no Capítulo 7, antes de 1989, a visão dominante era de que a Guerra Fria não era, de forma alguma, um conflito ideológico ou intersistêmico – este era um mito do Pentágono, da KGB e de pessoas estranhas como eu que tentaram dizê-lo –, mas sim um *pas de deux* de dois sistemas hegemônicos. Cada um deles pretendia rivalizar com o outro, mas, na verdade, usavam a idéia do conflito para subjugar os seus próprios povos, para lucrar com uma produção militar sem utilidade e assim por diante. Tal análise partiu de suposições perfeitamente justificáveis de que algumas pessoas, como os fabricantes de armas, beneficiaram-se da Guerra Fria e da contínua corrida armamentista, e de que muitas das reivindicações ideológicas dos mundos livres e das democracias socialistas eram falsas. Além disso, segundo este ponto de vista, a Guerra Fria permitiu que fossem preservadas outras formas de hegemonia intrabloco, chegando-se à bastante diferente e injustificada conclusão de que o conflito intersistêmico fora uma ilusão. Mesmo depois de 1989 houve um debate isolado, considerando que, enquanto o antigo sistema soviético desmoronou e fracassou, o mesmo aconteceu, de muitas maneiras, no ocidente, citando-se a crise social e econômica nos EUA: como se fosse possível imaginar que qualquer um pudesse lutar e ganhar uma guerra sem algumas perdas ou que, no fim de um conflito de titãs, seja ele a Segunda Guerra Mundial ou a Guerra Fria, não mais restariam conflitos futuros.¹⁷ A realidade, como destaca Fukuyama, é que o mundo capitalista avançado ocidental ganhou a Guerra Fria.¹⁸

A terceira questão de interesse em Fukuyama é a da democracia liberal. Certamente, sua invocação deste conceito é seletiva e histórica. Ele não reconhece que a maioria dos liberais clássicos não acreditava no sufrágio universal, ou na igualdade das nações, e defendia um Esta-

¹⁷Um exemplo disto pode ser encontrado na, de outra forma comedida, consideração de Martin Walker, *The Cold War and the Making of the Modern World* (London: Fourth Estate, 1993), Capítulo 14, “The Superlosers”. Um crítico liberal da política americana, Christopher Lasch pôde escrever (*International Herald Tribune*, 13 July 1990): “Apesar do ocidente ter ganho a Guerra Fria, os Estados Unidos dificilmente poderiam afirmar que compartilharam os frutos da vitória. Seria mais próximo da verdade dizer que a União Soviética e os Estados Unidos destruíram-se mutuamente como grandes poderes”.

¹⁸Sobre o debate com o movimento socialista a respeito do significado da Guerra Fria, ver as contribuições de Mike Davis e minha a *Exterminism and Cold War* (London: Verso, 1983), Capítulo 2 do meu *The Making of the Second Cold War* e as trocas em Robin Blackburn (ed.) *After the Fall* (London: Verso, 1991).

do intervencionista. Ele parece aderir à visão de que os “mercados” podem, de alguma maneira, produzir a mudança social, negligenciando o fato de que os mercados, assim como as casas e as lingüísticas, são feitos pelo homem: não pode haver uma história dirigida pelo mercado, tanto quanto pode haver uma dirigida por uma casa, ou neste sentido, uma teoria dirigida por uma lingüística.

Além disso, o principal motor de seu argumentação se inclina em direção à complacência: uma solução foi encontrada na “democracia liberal” e ela irá, mais ou menos, durar para sempre. Mas existe outra leitura possível de Fukuyama, pelo menos nesta época do autor destronado: apesar da democracia liberal manter-se como a solução dominante para a política no mundo contemporâneo, ela será internamente instável e passível de autodestruição. Esta discussão, eminentemente hegeliana e pré-marxista, sustenta-se sobre os efeitos desestabilizadores do *thymos*, considerado por ele como o desejo humano por reconhecimento e respeito, nas relações dentro e fora do Estado. As razões que Fukuyama apresenta para justificar por que talvez este modelo não venha a marcar o fim da história devem ser questionadas, mas elas são menos importantes do que esta afirmação convincente a respeito dos limites inerentes e do futuro problemático desta forma política agora percebida como a solução dos problemas da humanidade. Mesmo os marxistas que ainda acreditam na inevitabilidade da revolução socialista à medida que o capitalismo cava o seu próprio túmulo precisam ser lembrados de que existe um caminho alternativo que pode ser seguido pela democracia liberal: a regressão a várias formas de barbarismo, nacional e internacional, caso se concretize a reincidência de tendências capitalistas-autoritárias, nucleares, ecológicas e racistas.

A quarta área em que a argumentação de Fukuyama deve ser bem recebida diz respeito a sua análise da tendência em direção à universalização no mundo contemporâneo, o tema do Capítulo 4. Aqui, de novo, sua tese pode parecer auto-evidente, não fosse o fato de que substancial resistência teórica a ela pode ser detectada em várias vertentes. Uma fonte desta resistência, já mencionada com relação à discussão da Guerra Fria, vem da parte dos que negam que o comunismo soviético e o capitalismo ocidental buscaram prevalecer um sobre o outro. Presente nesta visão, está uma crença que sobrevive mesmo em uma situação de pós-Guerra Fria: de alguma maneira, o capitalismo “precisa” de um inimigo.

A importância teórica desta idéia foi discutida no Capítulo 7. Aqui é válido detalhar suas consequências práticas: com o fim do comunismo, sugere-se que algum outro mal, como as minorias étnicas ou o Islã, precisa ser invocado. Em alguns casos, isto é usado para explicar a gênese da Guerra do Golfo. Na verdade, como Marx e Engels destacaram tão bem na seção 2 do *Manifesto Comunista*, o capitalismo não precisa de nenhum inimigo, ele busca tornar o mundo como ele, “à beira de ex-

tinção” – mais ou menos o que aconteceu com a Revolução Bolchevique. Raramente articulado, este argumento do “inimigo necessário” sustenta a maior parte da literatura crítica sobre a Guerra Fria, em sua reticência em ver por que e como o capitalismo desenvolveu uma dinâmica universalista, não somente na esfera do mercado e das relações produtivas, mas também na das formas políticas e dos padrões culturais.

Também pode-se encontrar resistência a esta idéia em uma escola teórica que Fukuyama critica (insuficientemente): o “realismo” da teoria Estado-cêntrica das relações internacionais, epitomizada por Waltz e discutida no Capítulo 1, de acordo com a qual tudo o que importa são as relações entre os Estados, devendo-se desconsiderar o seu caráter interno como “reducionista”. Fukuyama critica o realismo como sendo irrelevante em uma situação de pós-Guerra Fria na qual a interdependência está crescendo.¹⁹ Aqui, entretanto, ele falha em perceber a importância da totalidade desta discussão: o realismo nunca foi uma explicação adequada das relações internacionais. Sempre existiu um elemento universalizador no sistema, desde que o capitalismo começou a se desenvolver transnacionalmente no século XVI.

AS PERSPECTIVAS PARA A DEMOCRACIA LIBERAL E A PAZ

Os problemas com a argumentação de Fukuyama são muitos, mas sugerem, por sua parte, o que poderia ser um programa de futuro trabalho teórico e histórico. Ausente do artigo de 1989, existe aqui um componente psicológico poderoso baseado no termo grego *thymos*: a sua interpretação disto tanto pode levantar quanto resolver problemas.²⁰ Muito tem sido dito sobre como as extrapolações confiantes de Fukuyama estão supostamente erradas – as guer-

¹⁹Capítulo 23, “The ‘Unreality’ of realism”.

²⁰Para Fukuyama, os homens demandam reconhecimento de seu valor e se revoltam, ou lutam, quando não o conseguem. Por isto eles não estão satisfeitos somente com o bem-estar econômico, que uma ditadura próspera pode fornecer, mas necessitam de democracia e também de uma certa medida de igualdade. Aqui, ele toca em alguma coisa: ninguém pode negar que este é um fator na atividade política dos homens nas esferas interpessoal, nacional e internacional. Entretanto, como examinada em seu livro, esta suposição de *thymos* é forçada. Primeiro, mesmo considerando a existência de um instinto de *thymos* como descrito, similar aos demais instintos – sorrir, comer, tocar, etc. – ele somente adquire um sentido em um contexto social. Além disso, o que constitui a dignidade aceitável ou o reconhecimento varia de um período histórico para o outro e entre as sociedades: o que é tolerável em um lugar e tempo não o é em outros (sem considerar as variações de gênero). *Thymos* é uma construção social: não pode existir a invocação de *thymos* com sentido se esta não levar em consideração as diferenças entre os contextos sociais.

ras irão continuar, o Islã é uma ameaça, que 1,4 bilhões de pessoas ainda vivem sob o governo comunista em oposição aos 1,7 bilhões de antes de 1989 e assim por diante. Estes não desafiam o seu tema central, já que nem a modernização pós-maoísta, nem o fundamentalismo islâmico, são desafios em um palco global: a “ameaça islâmica” nada mais é do que uma combinação maligna de clero bom-bástico e de paranóia ocidental. O desafio real do “ocidente” (uma abstração da qual podemos prescindir) é o Japão e não o Irã ou a Argélia: onde, pode-se perguntar, está o desafio tecnológico ou o investimento destes dois últimos Estados?

Em termos empíricos, Fukuyama é mais frágil em outros dois aspectos: primeiro, em sua crença de que o capitalismo pode elevar todo o mundo aos presentes níveis de desenvolvimento; segundo, no grau em que ele acredita que a democracia liberal está agora se disseminando. No primeiro, uma reafirmação, em termos da Rand Corporation, da convincente visão expressa por Bill Warren, ele está certo em criticar os mitos da teoria da dependência, mas ignora os fatos que todos os anos nos chamam a atenção na Tabela 1 do *World Bank Re-*

ração a socialização de pessoas em grupos e coletividades e, infelizmente, podemos denominá-lo somente como o *antithymos*, q.v Dostoevsky.

A aparente autoridade do conceito de *thymos* é derivada da leitura da República de Platão de Fukuyama, via Allan Bloom, mas esta parte da operação é, na verdade, deficiente. Para o marxista, ela não lembra nada além do que uma tentativa de espremer uma teoria geral da política socialista de algumas passagens descontextualizadas de Marx, Lenin ou Mao. No grego clássico, a palavra *thymos* significa fúria, ou luxúria (por comida ou bebida) e é uma qualidade associada aos animais e aos cavalos vivazes. De maneira interessante, em seu sentido original, ela se aproxima da palavra árabe *thawra*, árabe contemporâneo para revolução, mas, em sua origem, é uma palavra indicando a falta de espírito dos touros e outros animais. No próprio Platão, ela tem um sentido mais específico próximo ao auto-respeito – “a parte que ama a honra e a vitória”. Mas mesmo o uso de Platão não se equipara ao de Bloom/Fukuyama, como a leitura de outros comentadores indica. Além disso, ele está lendo erroneamente Platão ao implicar que a alma tenha “partes” de alguma forma – o que Platão quis dizer com “partes da alma” foi que as pessoas são complexas. Para diferentes considerações do *thymos* em Platão, ver R.C. Cross e A.D. Woozley, *Plato's Republic: A Philosophical Commentary* (London: Macmillan, 1964) p.120-1; e Julia Annas, *An Introduction to Plato's Republic* (Oxford: Clarendon Press, 1981) p.126-8. *Thymos* é identificado com o irracional, já que é a morada da raiva e da fúria, similar ao espírito ou ao coração, e é algo que se aproxima, embora Fukuyama evidentemente não perceba isto como apropriado, do conceito psicanalítico de id. A história-chave que Fukuyama invoca de Platão para ilustrar o conceito aponta em outra direção: refere-se a Leontius, o filho de Aglaion que, ao caminhar próximo às paredes de Atenas vê alguns corpos deitados sob a parede, primeiro ele desvia seus olhos e, então, por curiosidade olha. Ele depois se envergonha e se enfurece consigo mesmo, sofrendo um ataque de *thymos*. Qualquer um pode entender esta história, mas ela dificilmente ilustra o conceito de *thymos* de Fukuyama que é tanto relacional, envolvendo o que os outros pensam de nós, como ligado ao reconhecimento e não à raiva. Independentemente da validade dos insights sobre o papel do reconhecimento na política, tudo sugere que derivá-lo a partir de uma agitação de fundo textual é inconclusivo.

port: apesar de poucos países fora da África estarem ficando mais pobres, o gap entre os Estados ricos e os pobres está aumentando. Além disso, como Giovani Arrighi bem apontou,²¹ a associação ao clube dos Estados ricos permaneceu constante ao longo do último século – ninguém saiu e, embora os membros tenham trocado de lugar na ordem dos mais fortes, somente um Estado entrou, o Japão.

A crença na democracia liberal subestima o grau em que a democracia capitalista é precária: ela precisa durar por pelo menos uma geração antes de supor-se que ela permanecerá. Somente precisa-se pensar na República de Weimar ou em Estados como Sri Lanka, Libéria, Argentina, Líbano nos anos 1960 para ver como a ditadura pode ser restabelecida. A partir desta perspectiva mais historicamente cautelosa, existem somente duas dezenas de democracias liberais estabelecidas no mundo de hoje, em um total de quase 180 Estados independentes.

Esta visão historicamente superficial da democracia é ligada a uma consideração idealista e bastante enganosa de como a democracia se concretizou. As datas que ele apresenta para o estabelecimento da democracia liberal – 1790 para os EUA, 1848 para a Grã-Bretanha, etc. – são as do mito constitucional. A realidade que Goran Therborn bem mostrou é a de que a democracia completa, incluindo, dentre outros critérios, uma pessoa, um voto, e somente um voto por pessoa, chegou a estes dois Estados em 1960 e como resultado da ação política, da luta, e não de uma evolução idealista do sistema.²²

Aqui, chegamos ao problema teórico central do trabalho de Fukuyama: o que constitui a história e, mais especificamente, a ação histórica (e não a questão de se a história chegou ao fim). Por trás de todas estas teorias do fim da história reside uma teoria da ação. Que a maioria das pessoas tenha alguma resposta funcional a esta questão é evidente se somente listarmos alguns dos candidatos a motor da história que apareceram nos últimos séculos: Deus, os deuses, as estrelas, a Razão, o equilíbrio de poder, a classe trabalhadora, a burguesia, o campesinato, a *intelligentsia*, as teorias da conspiração em todas as formas e tamanhos, a economia e, como vimos mais recentemente, o mercado (na verdade, virtualmente todas as classes foram consideradas à exceção de uma que pode ter feito mais do que qualquer outra para moldar o século XX, a pequena burguesia). Sem dúvida, mais estão por vir.

A resposta de Fukuyama é idealista. Para ele, o motor da história ou, como ele define, “o Mecanismo”, é uma combinação do desenvol-

²¹Giovanni Arrighi, “World income inequalities and the future of socialism”, *New Left Review*, n.189, September-October 1989.

²²Goran Therborn, “The rule of capitalism and the rise of democracy”, *New Left Review*, n.103, May-June 1977.

vimento econômico científico e da evolução da liberdade humana. Aqui, existe muito a discordar. A sua consideração da evolução da ciência singularmente ignora os estudos kuhnianos, e outros institucionais, de como as relações de poder determinam os progressos científicos – compare a quantidade de dinheiro gasta em armas com a das pesquisas da AIDS. Ele parece atribuir-lhe uma direção independente da intenção e do interesse humano. Mais especificamente, ele ignora aquele que é o principal motor da história humana, neste e no século passado: a ação política coletiva, a ação dos grupos, sejam estes classes, nações ou Estados. O tempo percorrido pela história mundial desde Hegel e Marx e, no mínimo, até o colapso do comunismo, encoraja-nos a repensar como a ação coletiva funciona, a aumentar o número de tais possíveis atores e, também, a reavaliar a prioridade e o papel histórico designado pela teoria socialista, com muita facilidade, ao proletariado.

Na verdade, é a reteorização desta questão que constitui o maior desafio do livro de Fukuyama. Ao nos confrontarmos com o evidente descrédito da teleologia e da ação na maior parte teoria marxista, não é necessário reverter simplesmente à afirmação idealista de um espírito mundial, agora apresentado como a ciência e o *thymos* moldando o curso dos eventos, ou nos abandonarmos na vacuidade e frivolidade pós-modernista. O problema com a teoria de Fukuyama, e com a sua consideração da história, é fundamentalmente o mesmo de Hegel. Existe, certamente, uma solução clássica para este problema: fazer com Fukuyama o que Feuerbach fez com Hegel, virá-lo de cabeça para baixo.

Nas relações internacionais, temos sido muito cavalheiros com esta questão, movendo-nos entre os Estados e o sistema, ignorando outros candidatos. Temos sido particularmente recatados com a palavra “capitalismo”, um termo que não provoca timidez entre os sociólogos e que, supõe-se, possa caracterizar o sistema internacional dos últimos séculos tão bem quanto qualquer outro. Na verdade, as relações internacionais se comportam como se a ação fosse uma categoria marginal, comparada às várias determinações do sistema interestatal ou da hierarquia global que normalmente são percebidas como os seus objetos adequados de estudo. Responder a Fukuyama envolve, entretanto, uma resposta a esta parte de seu argumento, com a apresentação de uma teoria alternativa da ação nos negócios internacionais e, por esta razão, de uma alternativa passada e de uma alternativa presente. Face à história um tanto deplorável da maior parte do século XX e aos assustadores problemas que confrontam o mundo à medida que ele caminha para o fim deste século, esta pareceria ser uma tarefa com certa urgência normativa e analítica. Também é uma tarefa que insere as relações internacionais na órbita das outras ciências sociais. Abstrações exculpatórias sobre a história, o sistema, a estrutura e coisas afins têm tão pouca validade de quanto a invocação do divino ou do astrológico. Somos todos participantes da construção do futuro.

Capítulo 10

CONCLUSÃO: O FUTURO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este livro preocupou-se com idéias de como o internacional tem sido, ou pode ser, mudado e também sugeriu processos e mecanismos para esta mudança, sejam eles o transnacionalismo da sociedade e da ideologia, as forças “emancipatórias” de classe e de grupo ou a construção de formas de governança global. Qualquer empreendimento deste tipo levanta questões não somente de eficácia, mas também de origem ética. Os capítulos anteriores enfatizaram outras dimensões, a relação entre a política doméstica e a internacional e as suas implicações para a análise do funcionamento do sistema internacional. Na conclusão, entretanto, parece apropriado voltar às questões morais levantadas pela mudança nos eventos internacionais do final de 1980 e oferecer o que qualquer abordagem teórica deveria oferecer, um programa para trabalho futuro.

O DESAFIO DO NORMATIVO

Os negócios internacionais são, notoriamente, a área na qual as considerações morais menos se aplicam e chegamos a aceitar diferentes critérios morais para os Estados e para os indivíduos. Mas, ao mesmo tempo, o internacional é um terreno repleto de reivindicações e contra-reivindicações morais, no mínimo dos nacionalistas e, inclusive, a aceitação de uma suposta realidade é assumir uma posição moral. Também é válido notar que, em anos recentes, algumas questões morais separadas das reivindicações das nações e dos Estados passaram a desempenhar um papel cada vez maior na discussão e na justificação pública: a justiça econômica, os direitos humanos e a responsabilidade ecológica. O “deve” não irá embora. O que se revela menos desenvolvido é o conjunto de critérios e discriminações que somos capazes de construir neste terreno.¹

¹Para uma discussão das questões éticas no terreno internacional, ver *inter alia*: Janna

Duas questões normativas levantadas mais diretamente pela recente crise internacional, e indiretamente pela queda do comunismo, referem-se ao nacionalismo e à intervenção. Recentemente, a maior parte do trabalho dedicada ao nacionalismo vem sendo sobre os seus aspectos históricos e sociológicos. Até agora, as suas reivindicações normativas vem atraindo muito menos atenção: todos pertencemos a uma nação e, a nação, corporificada em seus líderes tem uma reivindicação sobre nós e nos dá identidade. Proximamente relacionada, e brutalmente presente nas Guerras dos Balcãs no início de 1990, é a suposição normativa adicional de que as nações, definidas por seus líderes, têm direitos sob um território dado por Deus, por deuses ou pela história.

É utópico, no mau sentido, vislumbrar um mundo no qual os direitos das nações, sobre as pessoas ou sobre o território, não tenham nenhuma importância. Todavia, é importante notar como estas duas reivindicações são triviais: existe pouco além de um utilitarismo casual para justificar porque alguém deve ter lealdade a uma coleção heterogênea de pessoas no meio da qual aconteceu de nascer ou porque se pode afirmar uma reivindicação particular por território quando toda parte da superfície da terra comporta reivindicações múltiplas, se não dos vivos, então dos mortos. Aqui, existe uma força considerável nas visões de Ernest Gellner, que destacou a contingência da identidade nacional e da existência das nações, e do finado Elie Kedourie que viu na disseminação destes princípios — a reivindicação da comunidade sobre o individual e das comunidades autodefinidas sobre o território — a ruína do mundo moderno.²

Contudo, estes princípios agora prevalecem e temos de encontrar maneiras de moderá-los e reduzi-los. Porém, muito do que aspiramos introduzir no sistema internacional ainda reside na aceitação de ambos como características válidas e permanentes das relações internacionais. As pessoas têm o direito de viver em comunidades e de uma forma compatível com os seus desejos — normalmente isto significa viver em comunidades nacionais e, esperançosamente, com um Estado e um território para refleti-las. Mas fomos muito longe ao aceitar quaisquer um destes princípios como supremos, dada a irracionalidade étnica e as consequências nefastas que os acompanham.

A questão da intervenção apóia-se não tanto na questão da etnia e dos direitos nacionais, mas na da soberania estatal e foi direta-

Thompson, *Justice and World Order: A Philosophical Enquiry* (London: Routledge, 1992); Terry Nardin e David Mapel (eds.) *Traditions of International Ethics* (Cambridge: Cambridge ipr, 1992); Charles Beitz, *Political Theory and International Relations* (Guildford, Surrey: Princeton University Press, 1979); Mervyn Frost, *Towards a Normative Theory of International Relations* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986).

²Ernest Gellner, *Nations and Nationalism* (Oxford: Blackwell, 1983); Elie Kedourie, *Nationalism* (London: Hutchinson, 1960).

mente levantada pelo fim da Guerra do Golfo e pelos demais eventos da Bósnia e da Somália. Indiscutivelmente, esta é a maior mudança na agenda internacional nos anos recentes e coloca um conjunto de questões morais, assim como práticas, para todos nós.³

No caso da Guerra do Golfo, ela foi colocada não tanto pelo Kuwait, como pelas decisões tomadas, depois da guerra e do levante da população iraquiana, para estabelecer um “refúgio seguro” no norte do Iraque.⁴ Na situação do pós-guerra, os EUA, a GR e a França intervieram para estabelecer uma forma de Estado separado dentro do norte do Iraque e em apoio à população curda nativa.

Não existe precedente para isto na história do pós-guerra e a ação foi percebida em algumas partes do mundo árabe como uma forma de colonização ou da antiga política imperialista de partição. Apesar disso, ela estava de acordo com a vontade dos próprios curdos, cujos líderes eleitos subsequentemente manifestaram abertamente o seu desejo pela manutenção da política do refúgio seguro. Esta foi uma implementação prática e inovadora da política de intervenção humanitária, não significando com isto que os poderes que intervinham tinham somente motivos humanitários (um requisito que seria impossível cumprir), mas que, em parte, eles tinham uma motivação humanitária e que as consequências de suas ações possuíam um benefício claro e substancial para as populações envolvidas. Esta ação constituiu um desafio direto à soberania do Iraque e uma inovação dramática no campo da política dos direitos humanos. As questões morais levantadas foram muitas e eram colocadas em sua forma clássica por John Stuart Mill: primeiro, que grau de tirania ou opressão justifica ou obriga a intervenção; segundo, a que custo a intervenção deve ser promovida; terceiro, se ela pode ser promovida somente em apoio a um grupo étnico identificável ou mais genericamente. Uma vez que o princípio é admitido como razoável, e geral, podem ser elaboradas respostas a estas indagações.⁵

Em uma certa escala, a intervenção não envolve normas, mas prudência. Apesar disso, existe, aqui, uma questão normativa referente à soberania e às obrigações dos Estados. A maior parte da discussão ocidental não se preocupou com as consequências da não-intervenção, elas mesmas considerações de caráter moral, mas com a questão de se “nós”, a Grã-Bretanha e os outros Estados, devemos intervir. De onde vem este

³Para discussão adicional, ver Fred Halliday, “The Gulf War and the study of International Relations”, *Review of International Studies*, v.20, n.1, January 1994.

⁴Sob o levante e o seu resultado, ver Kanan Makiya, *Cruelty and Silence* (London: Century Hutchinson, 1993).

⁵James Mayall, “Non-intervention, self-determination and the new world order”, *International Affairs*, v.67, n.3, July 1991; Christopher Greenwood, “Is there a right of humanitarian intervention?” *The World Today*, v.49, n.2, February 1993; Hedley Bull (ed.) *Intervention in World Politics* (Oxford: Clarendon Press, 1984).

“deve”? De onde, na verdade, vem este “deve” com relação à pobreza do Terceiro Mundo ou aos casos individuais de direitos humanos? A resposta é, em primeira instância, vem da Carta da ONU, parágrafo 24, que obriga os membros do Conselho de Segurança a “assumir responsabilidade primária pela manutenção da paz internacional e da segurança”.

Aqui, chegamos a uma questão que é muito discutida na literatura das relações internacionais, mas que o debate público esconde por razões compreensíveis: o papel dos grandes poderes. Juridicamente, todos os Estados são soberanos e iguais, porém, na realidade, eles não o são e são muito mais desiguais do que os indivíduos dentro de um Estado. Na maior parte do século passado, o sistema internacional foi dirigido pelos grandes poderes através dos mecanismos do imperialismo que sujeitaram os povos e que os levaram a discutir e a brigar uns com os outros por vários motivos. O imperialismo, no sentido de dominação formal ou de colonialismo, mesmo na muito peculiar forma soviética está acabado e, da mesma maneira, poder-se-ia pensar, qualquer papel proeminente para os grandes poderes.

Como argumentei, o conflito *entre* os grandes poderes pode não ser mais o motor da política internacional e as opiniões públicas dos Estados mais importantes relutam em correr riscos que antes eram aceitáveis. Entretanto, isto somente coloca, de forma mais aguda, o dilema da diplomacia internacional: já que estes poderes não irão assumir a liderança quem irá? O registro da crise do Golfo é claro e desacredita esta postura: sem os EUA liderando nada teria acontecido. No caso dos Balcãs, um dos motivos pelo qual quase nada aconteceu e pelo qual os sérvios acreditavam, corretamente, que poderiam continuar com suas campanhas, é que os EUA pareciam considerar este como um problema europeu. Uma das razões usadas pelo Congresso para recusar a ratificação do apoio de Woodrow Wilson à Liga das Nações foi, precisamente, a preocupação com o envolvimento nas Guerras dos Balcãs.

Contudo, algum papel de liderança dos grandes poderes parece ser inevitável e, na verdade, desejável, assim como é desejável e necessário um papel dos principais poderes econômicos e financeiros na condução da economia internacional. A questão não é se eles irão ou não desempenhar um papel, mas ao invés disso se este papel será unilateral, competitivo e de curto prazo ou se será multilateral, mais cooperativo ou de longo prazo. A alternativa ao artigo 24 não é a harmonia internacional, mas um mundo no qual ninguém assuma a responsabilidade primária pela manutenção da paz internacional e segurança. Os habitantes dos Balcãs passaram muito por isto em 1991-4: pode-se duvidar se eles o recomendariam para o mundo como um todo.

Estas duas questões, a do nacionalismo e a da intervenção, e as relacionadas aos grandes poderes, tocam em algo que talvez seja a mais penetrante e difícil de todas as questões normativas confrontando o mundo no momento: a disputa entre os valores universais e

os particulares. Desde o século XVIII existe uma corrente no pensamento ocidental que afirmou a validade de certos princípios morais, universais e racionais para a vida política – os direitos do indivíduo, o secularismo e a democracia em alguma de suas formas. Nos anos recentes, tais princípios foram ampliados para incluir um reconhecimento mais explícito da igualdade de gênero e de raça. De forma alguma, estes valores são apoiados universalmente ou permitem interpretações inequívocas. Entretanto, hoje eles estão conservados em documentos políticos nacionais e internacionais e fazem parte de uma visão de mundo otimista do pós-Guerra Fria, parecendo que, agora, eles estariam destinados a prevalecer. Já foi sugerido no Capítulo 7 que, em nenhum sentido imediato, eles estão destinados a prevalecer porque as condições nas quais, digamos, a democracia pode sustentar-se não estão dadas na maioria dos países do mundo.

Além disso, cada vez mais existem outros desafios: estes valores são questionáveis em si mesmos e outros sistemas de valores de outras procedências têm igual, ou mesmo maior, valor. Os proponentes do fundamentalismo religioso estão na linha de frente com relação a isto, mas existe uma corrente mais ampla, evidente no Leste Asiático, que contesta o que é dito como sendo um sistema de valores ocidental e etnocêntrico. Por simpatia, ou por apoio a uma posição frouxamente denominada de pós-modernista, muitos no ocidente também aderiram a este desafio relativista a qualquer código normativo único.

Historicamente existe muita validade nesta crítica: estes códigos foram produzidos em países particulares, refletindo o seu passado e os seus valores, e não foi por acidente que estes países são, em larga medida, os mesmos que ocuparam e dominaram uma grande parcela do resto do mundo.⁶ O aumento da liberdade em casa coincidia com maior espoliação no exterior. Também tem havido um alto grau de hipocrisia nas reivindicações de integridade normativa feitas pelos poderes ocidentais dominantes: eles fizeram mais do que quaisquer outros para violar a soberania ao longo dos dois últimos séculos; os maiores crimes contra a humanidade foram cometidos neste século em solo europeu.

Contudo, estas reservas não invalidam a reivindicação mais ampla de que em questões primárias de preocupação normativa e política existe um certo consenso internacional em torno de um conjunto de valores que, independentemente de sua origem, podem ser baseados na razão e que retém, por motivos que os cientistas sociais podem animadamente discutir, alguma relação com a prosperidade econômica e a paz doméstica e internacional. É uma pena, e de fato é muito pe-

⁶Para o debate no mundo árabe, ver Kevin Dwyer, *Arab Voices* (London: Routledge, 1991) e Anne Mayer, *Islam and Human Rights: Tradition and Politics* (London: Pinter, 1991). Mayer é particularmente intrigante a respeito da manipulação da crítica do Terceiro Mundo por grupos interessados dentro dos Estados islâmicos.

rigoso, que, justamente no momento em que emerge uma nova situação internacional, exista falta de vontade política nos países com maior influência internacional para definir o que constitui ou não um sistema político desejável. Isto pode agradar os mais críticos nestas sociedades, mas podemos duvidar que isto ajudará o restante do mundo que, quando perguntado, deseja mais (e não menos) destes princípios universais, tomados como certos nos países mais felizes. No debate internacional, freqüentemente, os que estão no poder e os que se beneficiam das variações correntes na norma internacional são os primeiros a nos dizer que os critérios universais não se aplicam: os governos, os cleros, na verdade, os homens em geral proclamam o excepcionalismo normativo. Entretanto, a independência, o secularismo, a igualdade, a regra da lei e vários privilégios econômicos e sociais constituem uma boa vida como internacionalmente definida.

Aqui, voltamos à questão da intervenção, dos limites e das formas que estão à disposição da comunidade internacional para buscar o cumprimento destas normas nas relações entre e dentro dos Estados. Não podemos explicar as relações internacionais, ou o papel dos grandes poderes, primeiramente em termos de uma política de força normativa: todavia, podemos perceber que quaisquer políticas realistas e cooperativas concebidas para aumentar o respeito a estes princípios são desejáveis e devemos desenvolvê-las. Se não o fizermos, isto representará uma grande abdicação, mesmo se for defendida em nome da individualidade, da anti-hegemonia ou do capricho pós-modernista.

AS ALTERNATIVAS EM PESQUISA

A negligência do normativo na maior parte da literatura das relações internacionais da época pós-1945, seja em suas variantes norte-americana ou britânica, é parcialmente atribuída ao medo de repetir os erros dos “utópicos” do entreguerras e também devido à identificação entre a disciplina, as prioridades e a disposição dos Estados. A orientação metodológica, neste caso uma complacência de valor, é tão subordinada quanto uma explicação apologética do poder. Além disso, mais do que qualquer outra, a omissão do normativo é favorecida pela incerteza que veio a prevalecer na discussão pública, acadêmica ou não, no encerramento da Guerra Fria, havendo o cruzamento entre as preocupações a respeito da direção geral da vida política com as vacuidades do pós-modernismo e o relativismo ético. A única resposta adequada a esta crise dupla, da análise internacional e dos meandros éticos, é oferecer um conjunto alternativo de temas para sustentar a pesquisa e a análise.

O que esta pesquisa particular de relações internacionais sugere é esta agenda para o estudo das relações internacionais, sustenta-

da em uma maior percepção de vários conceitos que até aqui têm ocupado um lugar secundário e marginal na disciplina e em uma orientação metodológica que abandone o culto da quantificação, da predição e da “cientificidade” em favor de um compromisso com a explicação teórica e histórica. Sob esta luz, os capítulos anteriores podem ser resumidos para sugerir o seguinte programa de pesquisa:

(1) as formas de expansão do sistema capitalista a partir do século XV, seu impacto contraditório no mundo pré-capitalista, a evolução das formas de relação intercapitalista e o conflito do capitalismo com o bloco transitório não-capitalista do comunismo do século XX;

(2) o exame de como o capitalismo opera como um sistema internacional e das formas políticas específicas que produziu e manteve no presente, o Estado soberano e a ideologia do nacionalismo e, no atual contexto, uma consideração equilibrada das formas de interação em mudança entre os Estados e os processos globais;

(3) a forma pela qual a ação, incluindo a de classe (só que não exclusivamente), opera transnacionalmente na constituição e na influência do sistema, considerando-se o impacto de atores não-estatais informados e ativos (ecologia, direitos humanos) na organização internacional dos grupos sociais hegemônicos e nas fragmentadas, mas recorrentes, ações internacionais de grupos subordinados;

(4) o estudo do conflito em seu contexto social e político e a análise da guerra, além do fetichismo da corrida armamentista e dos equilíbrios de poder, e o papel de ambas, da mobilização étnica e da revolução social, em fraturar e constituir o sistema internacional;

(5) a formulação e a potencial implementação de princípios morais e, nos casos em que o acordo não for possível, uma forma consensual mínima de debate moral legítimo em questões pertinentes ao internacional – dentre outras, a lealdade, a identidade, a segurança, a igualdade e a liberdade.

Dada a combinação de distúrbio político e confusão teórica que parece estar acompanhando o fim do século XX o desafio, e as responsabilidades, de uma disciplina preocupada com o internacional, pareceriam maiores do que antes. O maior dos perigos seria o agnosticismo, analítico ou moral, ou uma recaída às conformidades dos dois lados do Atlântico. Agora, estas conformidades parecem estar esgotadas tanto quanto o contexto internacional em que se originaram. Entretanto, seria igualmente errado confundir o que é, sem dúvida, um ponto de mudança fundamental na história mundial com uma suposta necessidade de derrubar todos os sistemas conceituais estabelecidos. O “presentismo” dos negócios internacionais não precisa, embora possa, levar a uma revisão das abordagens teóricas, analíticas ou morais. O mínimo que pode ser dito é que as duas questões, a de mudança na história mundial e a de mudança na orientação filosófica e teórica, precisam ser mantidas separadas: o colapso do Muro de Berlim ou a

internacionalização do capital e do trabalho não implicam que não existe mais uma distinção entre o “deve” e o “é” ou que as formas básicas de racionalismo estão agora invalidadas, mas do que isso significaria que a terra é chata ou que a lua é feita de queijo. O programa de pesquisa aqui esboçado e desenvolvido através dos capítulos críticos deste livro sugeriria que existem muitas ferramentas conceituais disponíveis para analisar e fornecer orientação moral no mundo pós-Guerra Fria.

Se existe validade na reivindicação de que, como cidadãos, como políticos, como acadêmicos, temos “sonambulado” através da história, então, a conclusão, evidente o suficiente, é que precisamos estar um pouco mais alertas e acordados. Ouviremos, e na verdade já estamos ouvindo, muita reflexão sobre o fim do século e o começo de um novo milênio. Tudo isto pode ser de uma irrelevância solene, pelo menos porque para a maior parte do mundo o milênio corresponde a um diferente sistema cronológico: até agora, podem ser encontrados pelo menos seis outros sistemas de contar os anos – o judaico, o muçulmano, o persa-zoroastriano, o etíope, o chinês e o japonês – e seus milênios vêm e vão em tempos diferentes. Não existe nada mais etnocêntrico do que o ano 2000. Mas, se a idéia do milênio, como a dos exames, nos ajuda a pensar, melhor.

Os líderes políticos, eleitos e não eleitos, têm uma performance bastante pobre ao longo dos últimos cem anos, mas os cientistas, naturais ou sociais, também possuem registros confusos. O perigo dos cientistas sociais não é o de estar *muito* afastados das preocupações do poder, político ou empreendedor, mas o da falta de um distanciamento suficiente, eles não se empenharam para estar acima do senso comum de sua época e se consolam com o vazio e o insignificante: daí o esforço das ciências naturais dedicado às armas de destruição em massa e o fracasso, até o último momento, de prever o impacto da humanidade sob o meio ambiente, distorções amplamente reproduzidas nas ciências sociais, incluindo as relações internacionais. Neste ponto, mais do que em qualquer outro, os cientistas sociais vem freqüentemente falhando em mostrar independência e empreendimento intelectual. O mínimo que pode ser dito de todos, dos políticos e dos acadêmicos, dos cientistas naturais e dos sociais, é que o registro dos séculos passados não tem sido muito bom e que o enorme sofrimento que se abate sobre a humanidade pode nos ensinar a melhor considerar as questões que enfrentamos. Muitas das forças que irão moldar o próximo século e o próximo milênio, e que também irão moldar a agenda dos políticos e dos cientistas sociais, já foram liberadas: é melhor analisá-las agora. Talvez não seria muito irreal esperar que um trabalho melhor do que aquele feito neste último século possa ser feito no próximo.

APÊNDICES

Este é um ensaio exploratório sobre o mais crucial aspecto da segurança internacional contemporânea, a rivalidade soviético-americana no Terceiro Mundo. Ele enfoca as várias políticas e ideologias produzidas por cada um dos grandes poderes para conduzir esta rivalidade e as ilusões por elas geradas. Os capítulos seguintes examinarão estas políticas em seu próprio direito: entretanto, elas foram desenvolvidas, e são percebidas, dentro de um contexto mais amplo de mudança cultural e política. Já que este é um trabalho dirigido a um público geral, não confinado a especialistas em relações internacionais, pode ser apropriado começar por algumas observações resumidas de como este contexto se relaciona com o assunto desta investigação.

Os anos 1980 foram um período de profunda deterioração nas relações internacionais: a Guerra Fria entre os grandes poderes, o desemprego internacionalizado no mundo capitalista desenvolvido, a miséria no Sul e, no campo ideológico, o renascimento e a reelaboração do darwinismo social, disfarçado sob os nomes de empreendimento e liberdade. O clima cultural no mundo desenvolvido foi marcado pelo narcisismo de massa e pela amnésia histórica: isso nunca esteve mais claro do que na crença de que estávamos vivendo em um mundo de cultura política "moderna" e universal cada vez mais livre e de um sistema político unificado e melhor. Sob o pretexto de fornecer uma cultura mais realista e atualizada, esta ideologia suprime e rejeita alternativas, especialmente aquelas de natureza crítica ou radical. Se existem razões para aceitar que o mundo tornou-se mais integrado durante estes anos, e as tendências nas comunicações, na economia e na administração dos problemas globais fornecem alguma evidência disso, também existem razões poderosas para reconhecer as desigualdades dentro desta unificação e os processos contrários de fragmentação. Durante esta década, a distância entre os países mais ricos e mais pobres do mundo aumentou, uma divisão que em termos estritamente econômicos resulta dos novos métodos de aperfeiçoamento desenvolvidos pelo capitalismo avançado, havendo a inovação sempre às custas de outro alguém: estes incluem a internacionalização do turismo sexual, o depósito de lixo tóxico no Terceiro Mundo e a destruição, para o uso do Norte, de vastas áreas ambientais do Sul.

Dentro das próprias economias capitalistas desenvolvidas, houve muita retórica sobre a derrubada de barreiras e a integração econômica. Não cabe discutir se este processo é ou não uma ilusão, mas sim que ele está ocorrendo por meio de uma crescente concentração de poder e de uma epidemia de monopólios em cada vez menos mãos. Além disso, se esta internacionalização e mobilidade se aplicam a alguns dos fatores de produção, principalmente o capital e a tecnologia, elas são totalmente contrárias à crescente imobilidade de outro "fator", o trabalho. As economias avançadas que, durante séculos e sem convite, ocuparam e saquearam o Terceiro Mundo, percebem como apropriado, em sua retíude pós-imperial, dificultar o quanto possível os fluxos de trabalho Sul-Norte: a liberdade de movimento para uns se opõe à restrição para outros. A alternativa de uma alocação planejada de recursos, com base em necessidades internacionalmente determinadas, é assim excluída. Se isto é óbvio na Europa, onde o mercado metapatriótico voltado para dentro de 1992 está chegando, é igualmente evidente no abandono pelos EUA do compromisso de fornecer refúgio para os pobres do mundo, em uma época onde os mercados financeiros americanos se tornaram mais internacionais do que nunca: a Estátua da Liberdade poderia, com alguma justiça, ser transportada para as margens do Rio Grande. O Japão nunca permitiu a imigração com exceção da comunidade da Coréia subjugada odiosamente, mas ele tem, como qualquer outro poder capitalista, feito uso da violência e da interferência para a exploração de seus vizinhos (a pilhagem da China e da Coréia e, mais recentemente, a bordelização da maior parte da Ásia do sudeste).

Na esfera da cultura, em suas dimensões política e estética, tem havido um desabrochamento de particularismos, muitos dos quais do tipo mais mesquinho e historicamente limitado. Nos países capitalistas desenvolvidos, isto tem envolvido os palavreados da "herança" da indústria de massa, freqüentemente gabando-se do quase totalitário conceito de "comunidade", o racismo penetrante e o chauvinismo em direção aos novos grupos de imigrantes, os excessos dipsomaníacos e a violência populista em eventos esportivos internacionais e, nos EUA e no Japão, a intoxicação religiosa-nacionalista em várias formas (cristãos renascidos, xintoísmo). Mesmo o Terceiro Mundo tem sido inundado por seus próprios conflitos nativos e regressões nacionalistas: das autodestrutivas proclamações do fundamentalismo islâmico, que tem dividido mais o mundo muçulmano do que qualquer ataque imperialista, ao crescimento do chauvinismo hindu e budista no sul da Ásia, à hedionda disseminação do comunalismo e dos conflitos étnicos através da Ásia e da África: Líbano, Punjab, Sri Lanka, Filipinas, Sudão e Burundi.

O "segundo" mundo socialista certamente não se tem saído muito melhor: um dos aspectos mais louváveis do agora desacreditado "velho pensamento" era a importância atribuída ao internacionalismo, à fraternidade entre Estados semelhantes, à igualdade entre os grupos étnicos dentro das nações e ao imperativo, herdado da melhor parte do iluminismo, de adotar uma atitude crítica, e onde apropriado, corrosiva frente às presunções de superioridade de uma determinada cultura e história nacional. A maior abertura e o pluralismo libertaram as águas represadas em uma onda de frenesi nacionalista e ódio, tanto dentro dos Estados (URSS, China, Romênia, Iugoslávia), como entre eles. Ao lado de vários outros aspectos mais recomendáveis, apesar de inadequadamente implementados, do programa de modernização dos partidos comunistas tradicionais (a exclusão da religião da vida pública e política, a emancipação das mulheres, a limitação da apropriação privada, o desenvolvimento econômico planejado e a solidariedade com o Terceiro Mundo) este compromisso com o entendimento internacionalista parece ameaçado no presente repensamento (em muitos outros aspectos positivo, se atrasado), do modelo socialista que vem sendo realizado na URSS, na Europa Oriental e na China. Como revelou a liberação dos controles políticos, nada nestes países esteve mais "estagnado" do que o mito nacionalista.

Este carnaval de divisão e preconceito, enquanto se alimentando de uma história artificial, é formado por uma negação da história real, das causas passadas e dos problemas e tendências presentes. Os países desenvolvidos esqueceram muito facilmente que durante a primeira metade deste século, e antes, eles atacaram ou ocuparam a maior parte do Terceiro Mundo quase que à vontade, escravizando povos inteiros e violando direitos nacionais e humanos em uma escala global: a indignação justificada do público britânico frente à ameaça de morte do Aiatolá Khomeini contra o escritor Salman Rushdie precisa ser complementada pela percepção da indignação iraniana ao fato de que em duas ocasiões neste século a Grã-Bretanha interferiu no país. Primeiro, em associação com sua aliada Rússia, ela invadiu o Irã e, depois, no início dos anos 50 conspirou com os EUA para assassinar oficiais iranianos e derrubar o governo eleito do país. É parte da cultura política dos anos 1980 perder-se em uma negação, em um tipo de auto-virtuosidade pós-imperial, quando tais questões são levantadas: isto é evidente na auto-indulgente discussão americana sobre o Vietnã; no encobrimento europeu do império e de sua cultura racista; no eufemismo japonês sobre questões controversas, em um grau que envergonharia mesmo a classe governante britânica e, no caso de seus livros escolares, a falsificação direta da história. A embriaguez militarista que fascinou a Grã-Bretanha durante a guerra do Atlântico do Sul foi uma expressão

adequada deste vírus globalizado, assim como o foi a exultação nos EUA dos bombardeios repentinos sobre a Líbia, nos quais dezenas de civis foram mortos. A morte do criminoso de guerra Hiroito em 1989 forneceu aos japoneses, que temporariamente haviam repudiado o militarismo, a oportunidade de se deliciar com suas próprias fantasias imperiais. Em uma época na qual existe forte apoio popular na URSS para a construção de um memorial para as vítimas da repressão de Stalin, pode-se perguntar quanto tempo demorará (se algum dia) para que sejam erguidos monumentos às vítimas do colonialismo nas capitais que o comandaram – em Paris, Londres, Bruxelas, Haia, Berlim, Roma, Madrid, Lisboa, Washington e Tóquio.

Um acompanhamento essencial desta cultura política autocentrada tem sido a crença em uma “modernidade” nova e cosmopolita. Esta ideologia, longe de ser universal, reflete valores selecionados de alguns dos Estados mais ricos do mundo e apresenta várias opções que são específicas e exclusivas. Muito do que é bom no passado é rejeitado, no mínimo a própria percepção da história. Definições alternativas sobre o que a “modernidade” poderia constituir, sobre as opções étnicas, técnicas e políticas disponíveis são eliminadas da discussão. Os componentes da “modernidade” podem ser organizados tanto para a hierarquia, como para a democracia – como está mais evidente no campo do controle da mídia. Ao mesmo tempo, a disseminação da tecnologia da informação, o fetiche da época, envolve uma confirmação adicional do domínio do inglês às custas das outras 4 mil línguas do globo. Em países como a Espanha e a França, e também a Grã-Bretanha, o culto da “modernidade” é saturado por uma reverência à competição e ao “empreendimento”, uma ganância oficialmente sancionada que tem exacerbado as distâncias entre os ricos e os pobres e reintroduzido a mendicância de massa nas ruas das capitais europeias ocidentais em uma escala não vista desde 1940. Além de ostentar uma rejeição do carinho e da compaixão em casa, a cultura política da “modernidade” envolve um abandono da preocupação com o Terceiro Mundo e de várias questões que marcaram quase toda a cultura da esquerda em 1970: a ajuda para o desenvolvimento, o subdesenvolvimento, a solidariedade, a transformação social intencional. A exceção mais notável a esta tendência foi o sucesso do Bandaid, a mobilização para fornecer ajuda ao Terceiro Mundo organizada por Bob Geldof em 1985: mesmo assim, a despeito de seu enorme sucesso humanitário, o resultado material do Bandaid, 70 milhões de dólares, foi uma esmola comparada ao declínio, em termos reais, das transferências de ajuda Norte-Sul e ao que os países desenvolvidos e as suas corporações estavam tirando do Terceiro Mundo de inúmeras maneiras, no mínimo através do reembolso da dívida e dos termos declinantes de comércio.

Similarmente, o amplo apoio para campanhas ecológicas como as do Greenpeace pouco tem feito para impedir a destruição dos rios, das florestas, dos mares e da atmosfera do planeta.

O antiterceiro mundismo tornou-se um marco característico desta versão do “modernismo”, similar ao “realismo” da antiga *intelligentsia* de esquerda nos países desenvolvidos. Na Europa, os antigos defensores dos movimentos revolucionários vietnamita e chileno agora entoam os louvores dos EUA e denunciam antigos aliados, em uma atitude comparável ao recurso à irracionalidade e ao arcaísmo na crítica artística e literária: a admiração pelo império e os valores “cristãos” e uma reverência a Edward Elgar e John Betjeman. Nos EUA, existe uma disposição esquálida, epitomizada pelos antigos escritores da “Nova Esquerda” e apoiada por Wall Street, que zomba de seus antigos aliados e que valida retrospectivamente a Guerra do Vietnã. Em uma questão acima de todas, na qual o governo americano tem um papel central a desempenhar, a da Palestina, a maioria da *intelligentsia* americana adotou um conformismo tímido, oferecendo “compreensão” aos israelenses, os dominadores que tiveram seu próprio estado nacional, e “ultraje” aos palestinos, as vítimas, que não tiveram. Mais do que em qualquer outro país desenvolvido, esta tendência foi associada a uma adesão arrependida à ideologia nacional, a um “americanismo” fabricado que nega a rica história e o potencial radical do país.

Esta traição política tem sido fortalecida por uma aspereza difusa de atitudes culturais com o Terceiro Mundo. Tanto com relação aos países do Sul, como com os pobres em casa, tornou-se comum culpar as vítimas por sua falta de iniciativa e empreendimento. Novos modelos estão em ação agora. Nos EUA, esta degeneração alcançou a sua apoteose na figura de Rambo, um cataléptico assassino de massa elevado a herói nacional. Na Grã-Bretanha, existiu uma tendência cultural paralela, um ressurgimento da nostalgia colonial, em nenhum lugar mais evidente do que na recaída insidiosa da nomenclatura dos restaurantes indianos: o *Moti Mahal* (O Palácio da Pérola) e o *Nur-i Jahan* (Luz do Mundo) de duas décadas atrás se tornaram *Bengal's Bertie* e *The Last Days of the Rajah*. Nenhum drama erótico agora parece legítimo, a não ser que tenha lugar em uma plantação ou culmine sob um *punkah*. Os líderes políticos japoneses, menos constrangidos em expressar atitudes racistas, têm abertamente proclamado a inferioridade de outros povos, especialmente dos negros. Talvez, se estes processos continuem, possamos aguardar ansiosos por novelas sobre os agentes do genocídio colonial, por restaurantes chamados *Coolies*, *Petit Colon*, *Le Pied Noir*, e *Banzai* e bares de vinhos lembrando o ambiente do tráfico de escravos – *Houseboy*, *The Middle Passage*, ou simplesmente *Chains*.

Esta embalagem de modernidade, e a hostilidade correspondente ao Terceiro Mundo, são um cenário essencial ao que pode, em si mesmo, parecer ser um desenvolvimento separado e bem-vindo à torrente de negociações entre os grandes poderes sobre as questões do Terceiro Mundo. É tentador, mas prematuro, discutir que estas trouxeram um fim à rivalidade entre os sistemas socialista e capitalista e, consequentemente, de sua rivalidade no Terceiro Mundo. A impressão geral no fim dos anos 1980 era de que uma nova era de reconciliação havia começado. O ano de 1988 foi, com justiça considerável, saudado como um ano em que a paz irrompeu por quase todo o mundo. O período de negociação e do “novo pensamento” que se seguiu à emergência de Gorbachev levantou muitas esperanças: também conteve incertezas, principalmente para o Terceiro Mundo.

Muitos afirmaram, de Gorbachev a Thatcher, que esta mudança de eventos marcou o fim da Guerra Fria. Como discuti em outro trabalho, o termo “Guerra Fria” pode significar duas coisas diferentes. Como um período de conflito intenso entre o leste-oeste que envolveu a confrontação e uma intensiva corrida armamentista, então certamente é o caso que a Segunda Guerra Fria terminou em 1985-1987. No outro sentido mais amplo, o da rivalidade entre dois sistemas sociais e políticos opostos (a competição histórica foi o sustentáculo da política mundial desde 1945), a Guerra Fria permanece bastante presente. Em nenhum lugar, isto é mais evidente do que no Afeganistão.

No final dos anos 1980, a URSS e os EUA argumentaram que estavam encorajando o compromisso nos conflitos do Terceiro Mundo e um desengajamento das forças externas – incluindo as suas próprias. Escritores soviéticos falaram com carinho de não haver “perdedores” nos arranjos regionais. Em realidade, tais garantias não foram confirmadas pelos países envolvidos. No Afeganistão, o acordo de Genebra de Abril de 1988 levou à implementação de um só lado: os russos retiraram suas forças em 15 de Fevereiro de 1989, o ocidente (particularmente os EUA e a GB) e o Paquistão não levaram o acordo em consideração e continuaram a suprir os contra-revolucionários islâmicos com armas. O resultado foi que, quando as forças soviéticas se retiraram, uma nova fase na guerra afegã, uma guerra civil intensa, começou: ninguém no Afeganistão duvidou de que existia uma contínua busca pela vitória da parte da guerrilha e de seus defensores externos.

Na verdade, foi irônico que, no meio de Fevereiro de 1989, quando o mundo ocidental estava unido em indignação contra os chamados do fundamentalismo islâmico para a morte do escritor Salman Rushdie, que os protagonistas deste mesmo fundamentalismo devessem, disfarçados de “defensores da liberdade”, estar se reunindo nos portões de Cabul, incitados pela totalidade do mundo ocidental e brandindo seus mísseis fornecidos por Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Poucos se preocuparam em perguntar o que o

“Estado islâmico” proposto por estes *mujahidin* traria. Os defensores deste movimento estavam por todos os lados – normalmente, jornalistas presos a suas mesas, posando para câmaras em chapéus da *swat* e xales *patás*, garotos de uma escola pública inglesa animados por um mundo sem mulheres do tipo de John Buchan, aventureiros americanos e veteranos da Indochina alegres em vingar-se da URSS e, talvez, também cativados pela prática afgã de mutilar os corpos de suas vítimas como os soldados faziam no Vietnã. Se a implementação ocidental do acordo da ONU significou alguma coisa, foi mostrar que não havia trégua, e nenhum terreno comum, nos conflitos do Terceiro Mundo.

O papel dos Estados europeus ocidentais neste processo foi, em seu todo, conspiratório. Na Europa, o novo e menos provocativo intervencionismo americano foi muito bem recebido, assim como o distanciamento da política americana das sérias preocupações com o Terceiro Mundo. É válido notar, por exemplo, que, quando no poder, os partidos social-democrata da Europa ocidental pouco fizeram de concreto para ajudar a Nicarágua a resistir à pressão americana: Mitterrand e Gonzalez rapidamente se encaixaram à etiqueta do clube atlântico. A invasão americana de Granada em 1983 gerou alguma crítica da Grã-Bretanha, mas esta, em parte motivada pela preocupação com as propriedades da Comunidade, passou rapidamente. Na verdade, houve considerável colaboração entre os EUA e os seus aliados europeus em ações secretas no Terceiro Mundo e na política “pró-insurreição”: entre os EUA e a França contra a Líbia no Chade, entre a Holanda e os EUA na organização da revolta no Suriname, entre os EUA e a Grã-Bretanha no fornecimento de armas aos *mujahidin* afgãos, assim como, na Ásia do sudeste, existiu colaboração sino-americana no Camboja. Quando os EUA enviaram forças navais ao Golfo Pérsico em 1987, navios europeus se juntaram, em uma operação de “manutenção da paz” espúria, reminiscente do Líbano e da Coréia, contribuindo para uma escalada na guerra e para o seu prolongamento por mais vários meses. Quando a marinha americana derrubou um avião civil iraniano em Julho de 1988, matando todos os seus passageiros e a tripulação, os europeus ficaram mudos. Os países da CEE desejavam muito desenvolver uma política externa comum; sua tentativa mais destacada de fazê-lo, a declaração de Veneza sobre a disputa árabe-israelense, esgotou-se e nenhum dos principais Estados da CEE estava preparado para arriscar um confronto com Washington nesta questão.

A despeito das modas passageiras do final dos 1980, nem a rivalidade leste-oeste nem o desafio político do Terceiro Mundo podem ir embora. Como foi demonstrado tão claramente no Afeganistão, existirão vencedores e perdedores nos conflitos do Terceiro

Mundo, no Camboja, em Angola e na Nicarágua, e o rumo destas disputas é, em grande medida, ainda definido pela rivalidade leste-oeste. Este livro foi escrito como uma contribuição preliminar ao entendimento desta inter-relação e para determinar como os EUA e a URSS chegaram ao ponto de mudança no final de 1980.

Fred Halliday
Londres, 1º de Março, 1989

Traduzido de HALLIDAY, Fred. "One World, One Myth", Introdução à *Cold War, Third World: An Essay on Soviet-US Relations*. London: Hutchinson Radius, 1989, por Cristina Soreanu Pecequilo.

OS FINAIS DA GUERRA FRIA

Os eventos da segunda metade de 1989 representam um profundo abalo na política mundial. Eles restabeleceram, de forma dramática, a faceta mais negligenciada da vida política, tanto no leste como no oeste, caracterizada pela capacidade da massa da população de atuar em política de forma súbita, rápida e original depois de um longo período de algo que parecia ser indiferença. Por sua velocidade, importância e pelas incertezas que liberaram, eles podem ser comparados a uma guerra, na qual todas as expectativas e planos estabelecidos são varridos perante novas e irrefutáveis realidades. Nem a esquerda, nem a direita podem reclamar créditos por esses eventos, ainda que ambas pretendam reivindicá-los. A direita começou, em 1989, o ano dos aniversários revolucionários, proclamando que as revoluções eram coisa do passado. A esquerda confundiu-se pela rejeição popular ao socialismo, e pela adoção do nacionalismo, nos estados do leste. Esta é, não só uma época propícia às grandes mudanças na situação mundial, mas também para que o movimento socialista reexamine seus (muitas vezes implícitos) fundamentos.

Neste contexto, incerto e confuso, ouvem-se vozes dos dois lados proclamando que a Guerra Fria acabou e que estamos entrando em uma época de grande segurança e, usando o termo em voga, de interdependência. Maior atenção tem sido prestada na Europa, onde, inicialmente separados, os processos de integração a oeste, concluídos em 1992, e de desintegração no bloco soviético a leste, agora uniram-se ligados pela geografia na busca de uma nova arquitetura de segurança e vinculados pelo tema da unidade alemã. Qualquer que seja o significado de Guerra Fria, os acontecimentos dos últimos meses sublinharam o fato de que ao longo das quatro décadas "congeladas" que se passaram, o tema fundamental, o terreno central da rivalidade, tem sido a Europa e o seu sistema sociopolítico.

Apesar de toda a ênfase atual em temas europeus, este processo envolve mais do que a Europa: ainda que na sua forma mais simplista, a constatação do fim da Guerra Fria envolve mais do que o colapso do sistema político da Europa do leste e das expectativas geradas pela perestroika. O 1989 europeu foi precedido por outro ano de transição, talvez de igual importância, o 1988 do Terceiro Mundo. Neste ano, em uma dezena de conflitos na Ásia, África e América Latina, os processos de negociações, encorajados pelos

grandes poderes começaram a fazer efeito: no Camboja, Afeganistão, Golfo Pérsico, norte da África, Angola, Saara, Nicarágua e outros. A importância do Terceiro Mundo nesse processo e nas perspectivas para as relações leste-oeste nos anos 90 é óbvia: enquanto a Europa desfruta de paz desde 1945, mais de 140 conflitos anticoloniais, intra-estatais, de classe ou étnicos eclodiram no Terceiro Mundo. Trieste e Berlim à parte, as maiores crises leste-oeste deram-se no Terceiro Mundo: começando com o Azerbaijão em 1946, passando por China, Coréia, Indochina, Suez, Congo, Cuba, até os conflitos regionais da década de 1980. O número de vítimas fala por si mesmo. Acredita-se que mais de 20 milhões de pessoas morreram nesses conflitos. Na Europa, o único confrontamento violento nos mesmos moldes foi a guerra civil grega na qual cerca de 80 mil pessoas pereceram.

Os Significados da Guerra Fria

Antes de examinar essas mudanças, seu lugar na história moderna e a questão do fim da Guerra Fria, pode ser esclarecedor colocar duas questões anteriores: qual o significado do termo Guerra Fria e qual foi a sua dinâmica subjacente. Apesar de sua proveniência moderna, acadêmica e jornalística, o termo tem uma curiosa pré-história. Criado por Don Juan Manuel, um escritor espanhol do século XVI, para caracterizar a interminável rivalidade entre cristãos e árabes na Espanha, ele foi reinventado pelo financista e diplomata Bernard Baruch que declarou tê-lo ouvido de um mendigo sentado num banco do Central Park em algum momento do ano de 1946. Esta origem casual não favorece a precisão e o termo Guerra Fria pode ser usado pelo menos em duas acepções. Uma para referir-se aos períodos de intensa confrontação entre os dois maiores blocos do pós-guerra e, em particular, aos anos entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950, a "Primeira Guerra Fria", e o final da década de 1970 até 1988, a "Segunda Guerra Fria". O outro uso do termo Guerra Fria refere-se à rivalidade essencial entre o comunismo e o capitalismo que começou em 1917 e que, como resultado da Segunda Guerra, converteu-se na divisão dominante e constitutiva dos assuntos mundiais.

Este segundo uso do termo sugere questões mais amplas de interpretação e de análise nas relações internacionais. De forma geral, pode-se dizer que na literatura sobre a Guerra Fria e o conflito leste-oeste existem quatro explicações gerais sobre por que os dois blocos se confrontaram como o fizeram. Para uma escola, associada ao realismo convencional e ao pensamento estratégico,

a rivalidade leste-oeste é apenas outra versão do conflito entre os grandes poderes a ser explicado pelo equilíbrio de poder e por outras considerações. A ideologia é vista apenas como uma expressão desta interação estratégica e diferenças nas composições internas destas sociedades são analiticamente irrelevantes. Uma segunda orientação, comum entre os escritores liberais, atribui o conflito aos erros políticos, às oportunidades perdidas e às percepções inadequadas de ambos os lados. Desse ponto de vista, o conflito era evitável: uma melhor comunicação no período pós-1945 e no final da década de 1970 poderia ter evitado tanto a Primeira, quanto a Segunda Guerra Fria. Uma terceira escola argumenta que sob a aparência de rivalidades internacionais, ocultam-se fatores inerentes a estas sociedades, ou seja, fatores políticos e econômicos levam os Estados em questão a competir um com outro. Particularmente, muitas análises da Segunda Guerra Fria enfatizam o alcance dos fatores políticos nos Estados Unidos e na URSS e a dinâmica não controlada da corrida armamentista como causadores da maturação desse conflito. A aparência de conflito interbloco ou intersistêmico mascarou uma homologia que as duas partes usaram e da qual se beneficiaram dentro de seus próprios domínios. Esse argumento, em suas variantes, é comum entre os escritores de esquerda, tanto nos Estados Unidos, quanto na URSS, como E. P. Thompson, Mary Kaldor, Michael Cox, Noam Chomsky e Andre Gunder Frank. Para eles, a Guerra Fria é, em si mesma, um sistema, mais do que uma competição entre dois sistemas.

Não se pode negar que cada uma destas três explicações ilumina o andamento das relações leste-oeste: havia elementos de rivalidade tradicional entre os grandes poderes, erros de percepção e determinantes domésticos. O argumento da rivalidade intersistêmica foi enfraquecido por sua percepção como uma mera diferença ideológica: à direita, sob a forma da rivalidade anticomunista, liberdade *versus* totalitarismo; e, no bloco soviético, a dogmática concepção dos "dois campos". Um dos incentivos poderosos para os críticos da Guerra Fria negarem seu caráter intersistêmico têm sido o desejo de romper com essas simplificações rivais, mas homólogas. Mas o argumento sugerido aqui é de que estas três explicações, por si mesmas, não são suficientes para explicar o caráter, a duração e a profundidade da Guerra Fria. O que lhe deu força peculiar, para além das formas convencionais de conflito internacional, foi o seu caráter intersistêmico, o fato de expressar a rivalidade entre dois sistemas social, econômica e politicamente diferentes. Cada um pretendia prevalecer em escala mundial, produzir uma ordem intra-estatal homogênea e cada um negava a legitimidade do outro, ainda que fossem compelidos a entrar em negocia-

ções diplomáticas ou outras, em grande parte pela ameaça das armas nucleares.

É necessário mencionar que se, no início dos anos 1980, esse argumento poderia ser apresentado em nível abstrato ou imanente, os acontecimentos dos últimos anos o confirmaram na prática. O que se segue é a afirmação de que 1989 foi o ano de teste das teorias da Guerra Fria: já não se trata mais de julgar. Em um sentido amplo, o fim da Guerra Fria representou a homogeneidade sistêmica e o seu objetivo fora definido pela natureza socioeconômica e política dos Estados centrais de cada bloco que buscaram prevalecer um sobre o outro durante o conflito.

Um Triplo Contexto Histórico

Considerar que a Guerra Fria terminou, portanto, é uma idéia ambígua, que depende da acepção em que o termo é utilizado. Para responder se, e em que sentido, a Guerra Fria acabou, é necessário o exame dos três contextos históricos dentro dos quais ocorreram as mudanças de 1988 e 1989. O primeiro, mais evidente para os conflitos do Terceiro Mundo e da corrida armamentista, compreende a detente do final dos anos 1980 que marca o término do que vem sendo denominado de Segunda Guerra Fria, ou seja, o período de intensa rivalidade e hostilidade entre os Estados Unidos e a URSS que se iniciou por volta de 1979 e que durou até a ascensão de Gorbachev em 1985, mais precisamente até a cúpula da Islândia em 1986. O termo Guerra Fria foi usado nesse contexto por analogia com a Primeira Guerra Fria do final dos anos 1940 e início dos anos 1950 para denotar um período sem uma guerra quente e sem uma paz normal, mas de confrontação e alerta próximo a um enfrentamento militar total. Há vários pontos em disputa no que diz respeito à Segunda Guerra Fria. Mas ela é razoavelmente comparável à Primeira Guerra Fria e, como esta, envolveu a confrontação não violenta na Europa e múltiplos conflitos sangrentos no Terceiro Mundo.

O segundo significado do final de década de 1980 é de que ele marca o término do sistema pós-guerra prevalecente na Europa. Isso se aplica mais obviamente à divisão da Europa e, por extensão, da Alemanha. O Pacto de Varsóvia e mesmo a OTAN reduziram consideravelmente as suas funções. Com razoável confiança pode ser afirmado que no curso dos anos 1990 as revoltas correntes produzirão uma nova ordem a oeste da fronteira soviética. A Alemanha será reunificada, provavelmente em questão de meses, e sistemas multipartidários e economias capitalistas irão se desenvolver na Europa

do leste. Sejam quais forem as incertezas internas que esses países possam enfrentar, as pressões internacionais – diplomáticas, financeiras – irão impulsioná-los nessa direção e conduzi-los à transição. A transição será mais complicada do que nas anomalias da Europa ocidental da década de 1970, Espanha e Portugal. As alterações no sistema político são obviamente mais fáceis do que na estrutura socioeconômica e ideológica. Mas há poucas dúvidas de que essa transição possa e vá ocorrer.

A mudança na Europa oriental é acompanhada e, em si mesma integra, outra alteração no sistema pós-guerra que compreende o fim do sistema bipolar e, em particular, do sistema dominado pelas duas superpotências. O resultado de 1989, simbolizado na cúpula de Malta realizada em meio ao naufrágio dos regimes comunistas da Europa do leste, é o da existência de uma só superpotência: os Estados Unidos. A URSS perdeu sua margem de manobra na Europa, com o colapso do Pacto de Varsóvia. Além disso, encontra-se enfraquecida e preocupada com a crise econômica e social e não mais apta a competir com os Estados Unidos ou com o ocidente nas esferas militar e econômica. A URSS é agora pouco mais do que uma potência continental, sem o suporte do sistema de alianças. A ilusão da “paridade”, como denominava Brezhnev, não é mais sustentável.

O sistema percebido como o do pós-guerra é, em geral, o de Yalta, estabelecido na cúpula da Criméia em fevereiro de 1945. Foi a partir deste referencial que os que rejeitaram este sistema responsabilizaram as potências ocidentais por “concordarem” com as demandas soviéticas. Na realidade, contudo, o modelo de uma Europa pacificada fora estabelecido dois anos antes e mais a noroeste nas batalhas de Stalingrado e Kursk, quando o Exército Vermelho finalmente rompeu a formação das forças de Hitler. Não houve nenhuma “discussão” com Stalingrado: Yalta simplesmente reconheceu o equilíbrio de forças então na Europa. Roosevelt e Churchill não poderiam alterar a situação mais do que o atual governo britânico poderia garantir o sistema de governo em Hong Kong pós-1997. Os críticos de Yalta tendem também a ignorar o significado do poder militar soviético de uma outra perspectiva: a derrota de Hitler não só garantiu o controle soviético da Europa oriental, mas também possibilitou o restabelecimento de governos democráticos na Europa ocidental. Em um tempo em que todo o passado soviético é visto com desprezo, dentro e fora da URSS, é preciso recordar precisamente o que refletia a aritmética estratégica de 1944-1945: as 80 divisões alemãs na frente oriental contra apenas 20 na ocidental, para não mencionar as cifras comparativas de vítimas dos exércitos soviéticos e ocidentais. Foi a partir desta base histórica que ambas as partes da moderna Europa foram estabelecidas. Sem Stalingrado, um regi-

me nazista poderia ainda estar no poder, não apenas em Berlim e Varsóvia, mas também em Paris e Amsterdã. Todas as coisas boas que podem seguir-se a 1992 – o Mercado Comum Europeu, o mundo onírico dos festivais da canção do Eurovision – estão sendo construídas sobre as bases deixadas pelo Exército Vermelho.

O Modelo de Versalhes

Não são, entretanto, apenas os sistemas e os conflitos pós-1945 que parecem estar em questão. Os eventos de 1989 colocaram em questão não apenas Yalta e Potsdam, mas também o que fora estabelecido em uma conferência anterior, a de Versalhes. Mais do que qualquer coisa, a explosão na Europa nos leva de volta ao período da Primeira Guerra e, em alguns aspectos, a épocas anteriores. Há, pelo menos, três aspectos de Versalhes que estão agora em questão. O primeiro, em geral negligenciado hoje em dia, é o que diz respeito à realocação de territórios coloniais. Pelo menos dois destes permanecem áreas de conflito, a Namíbia e a Palestina. A Namíbia parece agora ter alcançado uma resolução, ao tornar-se o 170º Estado soberano no mundo contemporâneo. A questão da Palestina permanece em aberto, apesar das mudanças nas opiniões tanto dos israelenses, quanto dos palestinos. O segundo aspecto significativo de Versalhes foi o estabelecimento de uma ordem pós-imperial na Europa. Quatro impérios perderam seus domínios europeus: o Otomano, o Russo, o Austro-Húngaro e, em um processo separado, mas relacionado aos outros e freqüentemente esquecido nas ilhas, o Britânico. O resultado foi a independência de diversas novas nações europeias, dentre elas, os três países bálticos, a Finlândia, a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia, a Albânia, a Irlanda. A Alemanha foi subjugada e em parte desmilitarizada. Em meados dos anos 1980 parecia que muito deste sistema permanecia: a Alemanha, que temporariamente havia quebrado suas amarras na década de 1930, permanecia subjugada, e os Estados nacionais que sobreviveram à Segunda Guerra, com a exceção dos três bálticos, estavam seguros.

Os acontecimentos do final da década de 1980 alteraram esse panorama. Como em outras ocasiões, a Irlanda foi a primeira nação a desafiar as fronteiras pós-1918 com a reemergência da questão de Ulster no final da década de 1970. O que Ulster representa, numa perspectiva comparada, é a falência do arranjo pós-Primeira Guerra e o ressurgimento, em novas bases, de dificuldades econômicas e perspectivas políticas das inimizades que eclodiram naquele período. Hoje, outras questões alcançaram Ulster no desafio às decisões de 1918-1920 e com consequências que prometem ser

ainda mais violentas. Kosovo, Bulgária, Cáucaso – esse último, apesar de sua localização longínqua ainda faz parte da Europa geográfica... Quem sabe quanto tempo há de passar antes que os habitantes de Fermanagh ou do Tyrol, do leste e centro da Europa, sejam novamente notícia: Macedônia, Epiro do Norte, Silésia e leste da Ucrânia. De Fall Roads a Rosenheim e além, os solenes compromissos de Helsinki de respeito às fronteiras pós-1918 e pós-1945 estão cada vez mais débeis.

Versalhes não esteve, contudo, relacionado somente à realocação de colônias e à nova divisão do mapa europeu. Como Arno Mayer muito bem demonstrou em *The Politics and Diplomacy of Peace-making*, Versalhes esteve também relacionado com um outro legado da Primeira Guerra Mundial – a Revolução Bolchevique. Grande parte da estratégia ocidental anticomunista para a URSS – desde a primeira intervenção, passando pelas doutrinas de Riga até a contenção pós-guerra – foi prenunciada nesse primeiro enfrentamento das potências imperialistas. A colisão entre os dois sistemas mundiais que, mais tarde, resultaria no conflito bipolar da década de 1940 em diante, tem suas origens em 1919. Entre as ruínas da guerra para terminar com todas as guerras, 1919 assistiu a constituição de dois sistemas políticos internacionais rivais, cada qual baseado num misto de idealismo e cálculo: a Liga das Nações e a Internacional Comunista. Ao construir um sistema político e social totalmente diferente e militante contra o capitalismo ocidental, Lênin estabeleceu os parâmetros de uma divisão do mundo e de seus conflitos inerentes. O fato desse modelo não ter adquirido relevância mundial antes de 1945 deve-se à debilidade da URSS até a Segunda Guerra. O período entreguerras foi ainda dominado pelo conflito intercapitalista. Mas a rivalidade subjacente entre o capitalismo e o socialismo já existia e perdurou até os anos 1980. Stalin dissolveu o Comintern em 1943 para apaziguar os líderes ocidentais. Mas ele o fez somente quanto possuía um instrumento mais eficiente para ampliar a influência soviética: o Exército Vermelho.

As mudanças dos últimos cinco anos parecem, todavia, ter encerrado essa fundamental assimetria entre capitalismo e comunismo. O recuo da URSS como potência mundial foi acompanhado por um crescente questionamento de sua organização interna e ideologia. O futuro da URSS é mais incerto do que o da Europa oriental. Contudo, uma fissura maior e provavelmente irreparável, produziu-se no sistema econômico e político vigente na URSS desde a década de 1920. Em política internacional, Gorbachev abandonou o compromisso de competir e opor-se ao capitalismo ocidental, renunciando à luta de classes em nome de valores humanos universais. Os soviéticos hoje negam qualquer conflito entre os dois sistemas ou a

validade de qualquer conceito tradicional de imperialismo. Não há mais, como lamenta Fidel Castro, um campo socialista. O espectro de sistema comunista internacional, que sobreviveu à disputa sino-soviética da década de 1960, não mais se sustenta. A política soviética no Terceiro Mundo, sem descartar compromissos prévios, tornou-se cada vez mais conciliatória ao ocidente. As autoridades soviéticas agora dizem aos aliados do Terceiro Mundo que o termo "solidariedade" foi substituído por "interesses recíprocos". Mas as mudanças internas são ainda mais importantes: não só por que anunciam uma inexorável aproximação soviética das práticas e dos valores ocidentais – e, em termos ocidentais, também por que inserem mais completamente a sociedade e a economia soviéticas dentro da ocidental. Em suma, o novo caminho trilhado por Gorbachev, por mais incerto que seja o seu futuro, representa uma ruptura com o legado da Revolução Bolchevique interna e externamente. Significa nada menos do que a reorganização da URSS em parâmetros capitalistas, tanto socioeconômicos quanto políticos. Dentro do espaço de uma geração, pouco restou do impacto de 1917, fora uma difusa nostalgia popular por distribuição igualitária e um papel internacional residual. O PCUS, ainda que permaneça o partido governante, assemelha-se mais ao PRI mexicano, do que a seu modelo anterior.

A Luta de Classes em Escala Internacional

Agora é possível retornar à questão com a qual começamos, ou seja, se a Guerra Fria terminou ou não. É evidente que isso depende de qual significado de Guerra Fria se está usando. No primeiro sentido, é plausível afirmar que a Guerra Fria acabou. Desde meados da década de 1980, as relações entre a URSS e o ocidente melhoraram a tal ponto e em uma variedade tão ampla de temas, que é difícil prever um regresso ao clima de 1950 ou de 1983. Poderia haver uma mudança considerável de políticas, se Gorbachev fosse deposto por um grupo nacionalista pró-Brezhnev ou se um Dankworth Quayle, por alguma desventura pessoal ou eleitoral, viesse a ocupar o Salão Oval. Poderia também eclodir uma crise, muito mais perigosa por não poder ser antecipada, envolvendo um tema regional: uma repetição de Suez em 1956 ou Cuba em 1962. Mas o grau de relacionamento, diplomático ou de outras ordens, e confiança entre os dois lados é tal que mesmo se uma crise desse tipo ocorresse, talvez nos Balcãs ou no Irã, as chances de contenção seriam altas. E a possibilidade de minar a detente atual, desencadeando uma Terceira Guerra Fria, seria remota.

Quando examinamos o segundo significado da Guerra Fria, a situação é bastante diferente. Há uma tentação difusa em reconhecer que a Guerra Fria está acabando, mas que esse é um processo simétrico, convergente. Os dois blocos enfrentaram dificuldades na Segunda Guerra Fria e foram incapazes de prevalecer como desejavam: os Estados Unidos procurando sobrepujar a URSS na corrida armamentista incorreram no maior déficit orçamentário da história, tornando-se a maior nação deveadora do mundo e perdendo, continuamente, competitividade para os japoneses e alemães. Há os que sugerem, no ocidente e na URSS, que tendo diminuído as diferenças entre o capitalismo e o comunismo, as mudanças internas no bloco soviético que acompanharam a detente são um processo evolutivo. O capitalismo mudou e continuará mudando. Mas seria ilusório considerar que ambos os sistemas foram igualmente debilitados ou que as mudanças em curso foram simétricas. O final da Guerra Fria, na primeira acepção, e o clima prevalecente de detente na Europa e no Terceiro Mundo foi alcançado, não pela convergência dos dois sistemas ou de uma trégua negociada entre eles, mas pelo colapso de um lado perante o outro. Isso significa nada menos do que a derrota do projeto comunista tal como foi conhecido no século XX e o triunfo do capitalismo. O caso é tão evidente que parece uma validação retrospectiva da interpretação intersistêmica da Guerra Fria. A ligação entre a mudança internacional e o relaxamento de tensões com o colapso interno do comunismo e a expansão de relações capitalistas no antigo bloco do leste ilustram justamente como a dinâmica da realidade interestatal relaciona-se com as diferenças internas e sistêmicas. Mais ainda, a direção dos recentes acontecimentos deveria sublinhar para os que duvidaram que existiu nos países comunistas um sistema baseado em critérios sociais e econômicos diferentes. Se tudo tivesse sido capitalismo ou estivesse sujeito ao mercado capitalista internacional, não teria havido necessidade de um conflito leste-oeste e da reorganização radical das sociedades pós-comunistas.

Este processo não está, de forma alguma, concluído. Ainda não sabemos como será o mapa pós-eleitoral do leste. Mas poucos crêem que os partidos comunistas existentes permanecerão no poder ou sobreviverão como uma das principais forças políticas. Uma marginalização eleitoral, com 5 a 10% dos votos, pareceria o mais provável. A situação da URSS ainda está evoluindo, mas o espantoso é, não só a sua inabilidade em manter seu sistema de alianças internacionais – o outro campo socialista –, mas também a falta de qualquer futuro plausível para o socialismo soviético. Que o desenlace dure 5 ou 50 anos, que ocorra na base da "união", com a sustentação da URSS, ou com a separação das repúblicas constituintes,

que seja pacífico ou sangrento – tudo isso não podemos saber. Mas não seria imprudente temer o pior. A realidade é que o sistema soviético perdeu sua autoconfiança, qualquer senso de direção e os fundamentos históricos e éticos de seu papel internacional. A URSS está engajada num saudável, por muito tempo adiado e público, exame de seu passado e dos problemas atuais da sociedade soviética. Mas isto não é tudo. A presente política soviética também se caracteriza por uma abjeta negação das conquistas passadas, mesmo na Segunda Guerra Mundial, por um exagero ingênuo das virtudes do capitalismo ocidental, pela capitulação a todo o tipo de ideologias retrógradas de caráter nacionalista, familiar e religioso e pelo abandono de compromissos internacionais que foram um dos aspectos mais luminosos da Era Brezhnev. Gorbachev está, com muita habilidade e convicção, conduzindo o barco para um porto cuja localização não conhece. Está fazendo o melhor que pode para proporcionar à Revolução Bolchevique uma aterrissagem suave. As alternativas – o rígido retrocesso de Ligachev e a insípida demagogia de Yeltsin – são menos do que uma resposta.

No Terceiro Mundo, muitos Estados que na década de 1970 eram considerados socialistas ou, pelo menos, de “orientação” socialista estão agora imitando a URSS em economia e política. Gorbachev forneceu-lhes uma contraditória prescrição: seguir seu próprio caminho em direção ao socialismo e, ao mesmo tempo, “aprender com o significado internacional da perestroika”. Hoje a sua condição pode ser descrita como de “Estados de desorientação socialista”. Num cálculo recente, apenas cinco países no mundo ainda professam na vida política um modelo ortodoxo: Cuba, Albânia, Vietnã, Coréia do Norte e China. Todos os cinco, é claro, distinguem-se pelo fato de terem abrigado movimentos revolucionários nativos, com bases sociais e caráter nacionalista, devendo pouco ao Exército Vermelho. Os quatro menores estão cada vez mais na defensiva, incapazes de tomar iniciativa frente à crescente pressão externa. Cuba, Albânia e Coréia do Norte estão em paralisia política, de tipo perverso. O Vietnã está se ajustando e, com uma solução no Camboja, poderia acertar-se. O último dos cinco, a China, suscita os maiores problemas, especialmente depois da Praça da Paz Celestial. É fácil culpar pelo massacre os velhos dirigentes, que logo morrerão. A organização, fuzilamento e a repressão pós-massacre foram promovidos pelos novos quadros que se apegaram à manutenção do sistema. Mas será duro para a China resistir à pressão internacional a longo prazo, especialmente quando seu modelo parece cada vez mais inadequado pelos desenvolvimentos na URSS. No que diz respeito aos partidos do Terceiro Mundo comprometidos com o comunismo ortodoxo que ainda não estão no poder, eles estão condenados a

fracassar ou ajustar-se. O Novo Exército do Povo das Filipinas, o Sendero Luminoso – esse último adorando as virtudes imaginárias de um Mao dos primeiros anos e uma idealização de Enver Hoxha – parecem estar fadados ao fracasso. Já o Partido Comunista Sul Africano, e, talvez, a Frente de Libertação Tigre parecem ter optado pelo ajustamento. Na Índia, a maior democracia burguesa do mundo, o Partido Comunista Índio (Maoísta), PCI(M), inicialmente baluarte da linha independente revolucionária, selou seu desaparecimento, celebrando o massacre em Pequim.

O fracasso do modelo comunista em constituir um bloco internacional distinto e viável, e o reverso histórico do processo que se iniciou em 1917, não parece estar em dúvida. A Guerra Fria, em sentido amplo, continua, mas com o colapso de um de seus dois protagonistas. Nesse sentido, a aparente generosidade com que se proclama no ocidente o fim do antagonismo entre os dois oculta uma atitude triunfalista. Para falar na linguagem do “velho pensamento”, o que agora estamos presenciando é uma luta de classes em escala internacional, na qual as forças superiores do capitalismo ocidental abriram sociedades parcialmente fechadas à sua influência por quatro ou mais décadas. Basta observar o rápido, decisivo e metódico estrangulamento da República Democrática Alemã pela serpente do capitalismo da Alemanha Ocidental, para perceber como funciona esse processo – ou as compras de fábricas húngaras e polonesas que o empresariado ocidental realizou a preços irrisórios.

As Complexidades da Estagnação

O reconhecimento desse fato não facilita muito, entretanto, as respostas a outras questões: o que produziu essa virada na Guerra Fria e, em particular, por que aconteceu nesse momento? A resposta convencional é de que o sistema comunista falhou, que a sua economia perdeu qualquer dinâmica, que perdeu seu apelo político por não ser democrático, que não poderia igualar-se ao ocidente nas áreas de competição internacional. Há algo de verdadeiro nisso. Mas é preciso situar esta falência em um contexto. Em primeiro lugar, há, numa perspectiva histórica, pouca correlação entre o apelo político do comunismo e o seu caráter democrático. O período de maior repressão na URSS não foi a década de 1980 e sim a década de 1930. Foi quando Stalin assassinou milhões, diretamente ou por negligência. O sucesso militar e industrial do sistema soviético foi também alcançado nesse momento pela mobilização e apoio do povo soviético. E foi também nesse momento que o comunismo soviético gozou de maior prestígio no ocidente. Isso também é válido para o

Terceiro Mundo, como provam as revoluções na China e no Vietnã nos anos 1940. Mesmo na década de 1970, quando a "estagnação" havia-se instalado na URSS, o modelo soviético gozou de amplo apoio nos recém-independentes Estados revolucionários africanos. A ironia histórica é que o comunismo perdeu seu apelo justamente no momento em que demonstrou um novo potencial político, uma habilidade para a mudança que fora posta em dúvida pelos teóricos do totalitarismo e por muitos outros na URSS.

Na esfera econômica, surgiu um problema similar. É conveniente agora afirmar que as economias de tipo soviético são um fracasso e os escritores soviéticos absorveram isso com termos como "estagnação", *zastoi*, e "desaceleração", *zamedlenie*, empregados para a Era Brezhnev para cobrir uma gama de temas inter-relacionados: taxas de crescimento decrescente, inferioridade tecnológica, paralisia industrial, deterioração social, desastre ecológico. De todas as formas, essa caracterização é exagerada. O fato é que no período pós-guerra, em seu conjunto, as taxas de crescimento na URSS e a provisão de uma gama de serviços sociais – incluindo moradia, saúde e educação – melhoraram substancialmente. Em termos globais, os níveis de vida na URSS duplicaram entre o fim da Segunda Guerra e meados da década de 1970. Considerando o nível de vida da maior parte da população mundial, a população soviética vive comparativamente bem: tem habitação, calçado, vestuário, transporte, saúde, lazer em níveis maiores do que os da maioria da população latino-americana, sem mencionar a Ásia e África. As populações do leste europeu viviam ainda melhor, em parte, é claro, pelo subsídio sistemático de suas economias pela URSS.

Em nível internacional, a situação é também ambivalente. É válido recordar que quando a Segunda Guerra Fria começou, no final dos anos 1970, havia uma opinião generalizada no ocidente de que ela era resultado de um novo poder soviético no mundo, manifestado, sobretudo, num fortalecido poder estratégico-militar e numa posição reforçada no Terceiro Mundo. Os mísseis soviéticos, os estratégicos SS-19 e os de alcance intermediário SS-20, fizeram a balança pender para o lado de Moscou. No Terceiro Mundo, a onda de revoluções da segunda metade da década de 1970 marcou o fim da *pax americana* e uma nova presença soviética internacional. O Afeganistão foi visto como o apogeu desse novo poder soviético. O fato de muitas autoridades soviéticas, incluindo Brezhnev, acreditarem nessa força conferia-lhe credibilidade adicional. A América estava fraca. O ocidente encontrava-se no mesmo caminho. Havia muita discussão, à direita e à esquerda, sobre o fim da hegemonia norte-americana. Uma mudança parcial na posição relativa dos Estados Unidos em algumas esferas foi convertida em uma perda absoluta

de poder, tanto em relação a outros competidores capitalistas, como o Japão, quanto em relação à URSS.

Muito disso era *nonsense*, um exagero deliberado do poder soviético e uma representação distorcida dos desenvolvimentos do Terceiro Mundo e no campo nuclear. Isto serviu tanto para difundir o alarmismo, quanto para, à esquerda, obscurecer a continuidade da dominação americana, e, à direita, para justificar a ofensiva ocidental contra a URSS. De qualquer forma, a imagem de uma força internacional soviética crescente na década de 1970 não era totalmente mítica ou imaginária. Correspondia a avanços reais nas capacidades soviéticas. Numa perspectiva histórica, não foi Khrushchev, Lênin ou mesmo Stalin que causaram as maiores dificuldades ao ocidente fora da Europa: o mais maligno foi Brezhnev. Foram as armas e o apoio soviético que permitiram o triunfo dos vietnamitas e que muito facilitaram as vitórias em Moçambique, Angola e, via Cuba, na Nicarágua. Mesmo no final da década de 1980, as consequências desses compromissos internacionais eram visíveis: apesar das tentativas dos governos ocidentais de reivindicar o crédito pelo acontecido, a dramática virada na África do Sul em 1990 muito deve ao apoio militar de longo prazo dado aos governos nacionalistas contra Lisboa e Pretória durante a década de 1960 e início de 1970. É de Brezhnev, mais do que de qualquer outra figura fora da África do Sul, o crédito pela ruptura com o bloco racista.

A Crise Terminal

A questão que surge, portanto, é por que foi na década de 1980, quando o sistema soviético estava em uma posição aparentemente sustentável, que a crise eclodiu. Esse é um tema que afeta as análises da Segunda Guerra Fria produzidas há uma década, uma vez que era muito raro perceber o quão vulnerável a posição da URSS tornaria-se. Em retrospecto, é essa, na minha visão, a maior falha de minha própria análise em *The making of the Second Cold War*. A hipótese era de que, mesmo se as afirmações ocidentais de um novo e agressivo poder soviético fossem infundadas, o sistema soviético como um todo era suficientemente viável para continuar a reproduzir-se, tanto na URSS, quanto em outros países do bloco. Em parte, esse julgamento era acertado. O sistema soviético não faliu em termos absolutos: não houve revolta popular, sua economia proporcionava uma oferta de bens adequada, embora restrita. Os níveis de desigualdade econômica e de crime eram menores do que os dos países desenvolvidos. Seu registro histórico era razoável. Estava mostrando considerável habilidade de adaptação política. Sua força

internacional era maior do que nunca. Mesmo assim, o fato é que no final da década de 1980 a URSS parece afetada por uma crise terminal, incapaz de desafiar o capitalismo internacionalmente ou de reproduzir-se internamente.

Como em qualquer processo desse tipo, e ainda mais com a falência de Estados depois de uma longa guerra, é possível voltar-se para o que parecem ter sido anos de estagnação e prognosticar a origem do colapso. Há duas razões óbvias para o colapso. A primeira, a marxista clássica facilmente esquecida nos tempos atuais, foi de que no início da década de 1980 o ocidente lançou uma ofensiva para debilitar e paralisar a URSS. No campo nuclear, os Estados Unidos buscaram explicitamente a superioridade sobre a URSS. O ocidente investiu em novos programas eufemisticamente descritos como "modernização" e Reagan pressionou profundo e ameaçando com o desenvolvimento de um sistema estratégico defensivo que encerraria a política de dissuasão até então em vigor. No Terceiro Mundo, a intervenção norte-americana, em diversos níveis, encerrou a onda de revoluções: depois do Zimbabwe, em 1980, não houve mais revoltas, seja em função de repressão direta, como em El Salvador, ou através da dispersão dos processos revolucionários com candidatos reformistas, como no caso nas Filipinas, Haiti e Coréia do Sul. Ao mesmo tempo, a "doutrina Reagan" foi desenvolvida para justificar as pressões sobre os Estados revolucionários do Terceiro Mundo: havia venda de armas para guerrilhas opositoras a regimes pró-soviéticos em quatro Estados – Camboja, Afeganistão, Angola e Nicarágua. Washington desenvolveu a política de promover a erosão do poder soviético "nas margens", referindo-se aos aliados socialistas do Terceiro Mundo. Centenas de milhares de pessoas morreram e milhões foram deslocadas de seus lares como resultado dessas guerras contra-revolucionárias dos anos 1980. O resultado das eleições de 1990 na Nicarágua foi, acima de tudo, um resultado desse tipo de pressão: representou a exaustão do povo, depois de 30.000 mortes nas mãos dos *contras*. Essa contra-revolução diferiu daquelas do Chile, Guatemala e Indonésia não só porque foi pacífica, mas porque os massacres ocorreram antes, e não depois, da derrota do regime revolucionário.

O segundo argumento, encontrado tanto em análises soviéticas, quanto ocidentais, enfatiza o processo interno, a entropia. Isso quer dizer que, de alguma forma, o modelo se esgotou na década de 1980, exaurido depois de quatro a oito décadas de dinamismo. Os sinais mais evidentes disto foram o estrangulamento econômico que parecia haver debilitado a URSS e outros países do COMECON e os problemas sociais e ecológicos concomitantes. As fontes de crescimento previamente disponíveis foram consumidas: o

excedente de populações rurais, as formas iniciais de industrialização, os empréstimos ocidentais e a aplicação seletiva de tecnologia. Concomitantemente com essa estagnação econômica, os problemas ecológicos produzidos por décadas de pilhagem intensiva da natureza manifestaram-se, da poluição dos rios no sudeste da República Democrática Alemã até a inexorável contração do Mar de Aral. Problemas sociais também emergiram depois de décadas de negligência: taxas de natalidade decrescente, expectativa de vida declinante, criminalidade crescente. Acima de tudo, houve um esgotamento de crédito político: historicamente, o movimento comunista extraiu seu ímpeto de eventos específicos – a Revolução Bolchevique e a derrota do fascismo. Sucessos posteriores – a liderança inicial na exploração espacial depois de 1957, a expansão dos ideais comunistas e socialistas no Terceiro Mundo – pareciam confirmar a marcha para adiante. A partir da década de 1960, contudo, essa perspectiva de avanço histórico foi freada. A construção do Muro de Berlim em 1961, o esmagamento da Tchecoslováquia em 1968, marcaram o fim do otimismo.

Foram necessárias talvez duas décadas ou mais para que ficasse evidente, não apenas que o sistema comunista perdera a sua dinâmica, mas, e esse é o ponto crucial, que ele não iria recuperá-la. A última grande expressão do otimismo comunista deu-se com Khrushchev, com suas perspectivas triunfalistas de coexistência pacífica proclamadas no 22º Congresso do Partido em 1961. Três décadas depois, aquela visão parece vazia, baseada no exagero do potencial da sociedade soviética e na crença infundada no determinismo histórico. A "transição" não só fracassou, como foi incapaz de reter o território conquistado.

Um Fracasso Internacional

Somente esses fatores, implícitos no termo "estagnação" de Gorbachev, não explicam adequadamente o colapso do comunismo no final da década de 1980. "Estagnação" é um termo simplista que implica um grau de homogeneidade dos Estados comunistas que não é aceitável. O grau de estagnação não era tão grande ou tão abrangente para ter gerado esse resultado. De fato, com base em critérios internos, era muito plausível imaginar que o sistema soviético, na URSS e no bloco, poderia ter continuado por anos e décadas, liberalizando até um certo grau, mas mantendo as características essenciais da ortodoxia doméstica e internacional. Em outras palavras, fatores endógenos não podem explicar o colapso final. O que foi determinante, e coloca a estagnação num outro

patamar, foi o contexto global, e, em particular, o desenvolvimento relativo do comunismo em comparação com o seu competidor, o capitalismo avançado. Isso, acima de tudo, determinou os eventos do final dos anos 1980.

Em termos teóricos, os partidos comunistas operaram com duas hipóteses que provaram ser falhas: uma foi a inevitável crise e o declínio secular do capitalismo; a outra foi a habilidade dos países comunistas em constituir uma alternativa, rival e auto-suficiente, independente do mundo capitalista. Foi nestas bases que muitos comunistas que reconheciam a aparente superioridade do capitalismo no pós-guerra, mantinham seu otimismo original, na crença de que o sucesso capitalista era uma miragem, um resultado da manipulação (que certamente existe) ou um *boom* temporário em processo de esgotamento. Se o campo socialista pudesse sustentar-se por tempo suficiente, eles argumentavam, o mundo capitalista entraria em crise, uma nova dinâmica socialista eclodiria, e o cenário inicial, atrasado e distorcido, desempenharia seu papel.

Com efeito, o período pós-guerra refutou ambas as hipóteses e, assim, expôs a falha central do marxismo. É lugar-comum afirmar que o grande erro do marxismo foi subestimar o nacionalismo. É uma consideração duvidosa, já que o liberalismo também o fez e depreciou o justificado ceticismo sobre o nacionalismo que corre junto com a tradição socialista. O menosprezo de Marx pelas ilusões nacionalistas e a denúncia de Lênin das “contendas nacionalistas” parecem bem mais oportunos hoje. O grande erro do marxismo e do pensamento socialista não foi o de subestimar o nacionalismo, nem de superestimar o socialismo e seu potencial, mas o de subestimar o capitalismo, tanto em termos de seu potencial para a expansão contínua como em termos de sua carência de uma teologia catastrofista. Nas palavras muito apropriadas de Bill Warren: “capitalismo tardio? tarde para que?”. Em termos de desempenho econômico, os países capitalistas avançados gozaram um período de crescimento sem paralelo no pós-guerra e as quedas foram curtas e relativamente superficiais. Embora as desigualdades de renda continuassem e crescessem, a maioria da população nesses países teve seu padrão de vida elevado. O sucesso econômico combinou-se com o sucesso político: a extensão do sufrágio universal nos países capitalistas avançados, a aceitação da grande maioria da população da legitimidade da democracia capitalista e o desaparecimento, em um período muito curto, do controle colonial formal sobre a Ásia, a África e o Caribe. Enquanto o capitalismo visivelmente falhava na contenção da miséria de parte da população do Terceiro Mundo, especialmente da África e do subcontinente asiático, a expansão da democracia para a maior parte do Terceiro Mundo construiu outra

dimensão de sua força. Além das limitações dos regimes revolucionários do Terceiro Mundo, a capacidade evidente da economia e da política capitalistas reduziu o apelo do socialismo mesmo naquelas regiões que, no pós-guerra, haviam gozado de maior êxito.

O vínculo entre o político e o econômico foi consolidado por uma mudança no caráter da hegemonia capitalista, como nos mecanismos pelos quais o domínio do capital foi mantido e produzido e, em particular, nos valores e instituições que incorporavam a legitimidade do sistema. À medida que velhas barreiras sociais e identidades pulverizavam-se, um papel crescente foi assumido por formas de atividades associadas com as comunicações e cultura de consumo: o poder da TV, da música pop e da moda sempre foram dependentes de outras formas de poder, mas, mesmo assim, adquiriram grande peso relativo nas sociedades ocidentais em conjunto. Essa foi uma combinação econômico-política na qual a massa das necessidades do dia-a-dia satisfazia-se pelo sistema e na qual prevalecia um grau de liberdade de escolha, que era de todo modo exagerado e manipulado. A imagem do socialismo “alcançando e ultrapassando” o capitalismo estava duplamente equivocada. Em primeiro lugar, ele não foi capaz de alcançá-lo mesmo nos mais estreitos e tradicionais parâmetros quantitativos como a produção industrial e de alimentos. Além disso, os termos da competição, os critérios pelos quais seria julgado pelas populações governadas por partidos comunistas estavam mudando.

Esse sucesso do capitalismo foi, portanto, de um tipo ao qual a sociedade comunista estava especialmente vulnerável. Ela não pode competir economicamente, em termos de produto e mudança tecnológica. Pode competir menos ainda nos novos domínios do consumo e da cultura popular. A maior preocupação dos líderes soviéticos foi com a área mais vital de competição, a competição militar. Igualar-se ao ocidente na quantidade, deixando de lado a qualidade técnica, foi cada vez mais difícil. O comunismo não pode competir politicamente, uma vez que seu sucesso revolucionário inicial falhou no desenvolvimento de sistemas funcionais e alternativos de democracia. A ditadura da “politburocracia”, para usar a expressão de Bahro, prevaleceu sobre o sistema. Pode competir menos ainda nos novos campos pioneiros do capitalismo avançado: a cultura de consumo, por um lado, a terceira revolução industrial e a expansão da tecnologia de informação, por outro. As sociedades comunistas, tampouco, puderam constituir um bloco internacional alternativo e esse foi o ponto crucial. Em termos de atividade econômica, o bloco soviético nunca constituiu um bloco comercial dinâmico, capaz de rivalizar com o ocidente. Ele sempre ocupou um espaço defensivo, subalterno na economia internacional. Acossado,

estava condenado a copiar no campo tecnológico. O bloco soviético era muito fraco e seus mecanismos internos muito rígidos para permitir tal desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, os países do bloco não podiam isolar-se do mundo capitalista. No campo mais óbvio de todos, o das comunicações, tornou-se cada vez mais possível para os povos dos países socialistas ver e ouvir o que estava acontecendo no mundo. O impacto da TV da Alemanha Ocidental na maior parte da República Democrática Alemã e na Tchecoslováquia, ou da TV da Finlândia na Estônia são exemplos disso. A música pop tornou-se um meio direto de alcançar os jovens do mundo comunista. Com altos níveis de educação e crescentes oportunidades de viajar, a comparação entre o padrão de vida e as condições políticas nos países comunistas e nos países capitalistas avançados tornou-se mais evidente. Foi essa diferença comparativa, muito mais que absoluta, que proporcionou as bases para o colapso do final da década de 1980. Não apenas fomentou o descontentamento com um sistema falido, mas também destruiu a crença de que em algum sentido secular mais amplo o comunismo poderia igualar-se, se não ultrapassar, o ocidente.

O resultado internacional da crise não foi, contudo, somente o produto da falência do bloco soviético em competir: a própria crise teve dimensões internacionais chaves. Em primeiro lugar, a derrocada dos partidos comunistas governantes na Europa oriental, mesmo com todo o movimento “desde baixo”, não teria sido possível sem a mudança na política soviética proposta no final de 1988, de acordo com a qual a URSS não interviria para manter esses regimes no poder. Os velhos “politburos” não poderiam continuar governando no velho estilo: a mudança na política realizada por Gorbachev foi a condição indispensável para as mudanças que iriam ocorrer. Em segundo lugar, como em outras situações revolucionárias, o efeito demonstrativo de casos bem-sucedidos foi de grande importância, com cada país levando o processo mais adiante. Primeiro, a liberalização húngara pelo alto; depois a eleição do governo do Solidariedade na Polônia; depois, a lenta (comparativamente) erosão da República Democrática Alemã através da emigração em massa no verão e as posteriores manifestações; mais tarde, o rápido levante na Tchecoslováquia; e, finalmente, a súbita e sangrenta mudança na Romênia. A dimensão internacional foi, mais ainda, significativa, numa terceira, e distinta maneira: no estímulo que as revoltas receberam do bloco capitalista. A maioria das revoluções do pós-guerra foram contra o ocidente e pagaram o preço de desafiar o bloco hegemônico. As revoltas de 1989 foram contra os governos dos partidos comunistas e foram facilitadas no seu andamento e posterior estabilização pelo apoio e boas-vindas diplomáticas, militares e fi-

nanceiras que receberam ou que as populações pensaram que iriam receber do ocidente.

Alternativas Reais e Imaginárias

Esse fracasso comparativo do experimento comunista teve muitas consequências. A primeira foi que a alternativa convencional à ortodoxia brezhnevista, denominada de “socialismo com face humana” (no sentido utilizado por Dubeck em 1968) não é, e nunca foi, plausível. O que o “socialismo com face humana” pretendia era a manutenção do partido comunista no poder, mas seguindo políticas mais humanas e democráticas. A crença na democracia com controle partidário é uma constante nas políticas comunistas liberais: de Khrushchev à Primavera de Praga na década de 1960, à alternativa de Bahro na década de 1970, às formulações iniciais da perestroika depois de 1985. Em um mundo onde existe a atração alternativa do sistema capitalista com seu sistema multipartidário e com a possibilidade do partido comunista ser expulso do poder pelo voto, essa opção é insustentável. Todas as considerações sobre economia mista e similares no ocidente obscurecem o fato de que a alternância política ocorre num sistema socioeconômico relativamente imutável: é possível variar uma vez a cada quatro ou cinco anos; não é possível alterar um sistema socioeconômico da mesma forma. O partido comunista, com face humana ou não humana, teve de insistir em governar sozinho ou permitir sua remoção do poder para sempre. Isso implica que os argumentos de que o sistema poderia ter sido salvo na década de 1960 são de validade duvidosa. Entretanto, mesmo que Khrushchev tivesse prosseguido e sido mais consistente, mesmo que Brezhnev não tivesse invadido a Tchecoslováquia, o sistema ainda estaria sujeito às pressões do exterior que teriam impedido uma trajetória comunista estável e reformada.

A segunda consequência diz respeito ao comunismo fora do bloco soviético e, em particular, na Europa do leste. Há muito tempo, os partidários do comunismo liberal ou reformista proclamam que a imposição de uma ditadura política em nome do socialismo no leste teria impedido o desenvolvimento do comunismo no ocidente. Uma abertura política no leste, afirmava-se, facilitaria a expansão do Eurocomunismo e de outras correntes. O registro histórico contradiz isso: como já foi afirmado, os partidos comunistas estiveram no auge de sua influência no ocidente na época de Stalin e sofreram esvaziamento desde então, *pari passu* às liberalizações de Khrushchev e Gorbachev. De qualquer forma, a crise final da ortodoxia comunista no leste europeu em 1989 parece ter reeditado a

crise dos partidos comunistas na Europa ocidental. As razões para esse paradoxo não são difíceis de compreender. Não é tanto pelo fato do comunismo no ocidente estar baseado na admiração, oculta ou aberta, pelas ditaduras beligerantes no leste, um *frisson* provocado pela identificação autoritária (embora poucos possam negar que isso desempenhou um papel), mas sim pela permanência da crença numa alternativa viável e historicamente progressista. Foi a destruição dessa crença na década de 1980 que minou a credibilidade do comunismo no ocidente. A outra razão para o aparente paradoxo dos partidos comunistas é mais difícil de especificar: está relacionado ao fato de que a precondição essencial para qualquer socialismo viável no ocidente é o seu grau de combatividade contra o sistema que desafia, o capitalismo. Qualquer que fossem seus outros defeitos, os partidos comunistas tradicionais possuíam essa qualidade. O mais marcante nos partidos comunistas da Europa Ocidental hoje não é a sua postura crítica com relação ao passado soviético, mas a falta de qualquer tipo de hostilidade radical em relação ao capitalismo.

Nova Era, Velhos Problemas

Esse ponto de inflexão na história moderna, derivado das consequências da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais, tem sido recebido com regozijo tanto no leste quanto no oeste. O fim da Guerra Fria, o início de uma nova era de harmonia internacional, e, mesmo em um sentido neo-hegeliano, o fim da história está sendo prometido. O mínimo que pode ser dito é que, se vamos retornar ao mundo pré-1914, existem alguns perigos óbvios. Este mundo foi aquele do conflito intercapitalista, não barrado pela existência de um rival socialismo, que originou décadas de pilhagem colonial e a Grande Guerra. Ele introduziu o que alguns denominaram de guerra civil europeia de 1914-1945, mas que foi, como muitos vietnamitas e chineses assinalaram, mais do que isso. As ansiedades manifestadas em torno do poder alemão e japonês dificilmente pressagiam um século XXI tranquilo. Em termos mais imediatos, há um outro desafio à paz internacional, menos evitável ainda, denominado de conflito étnico e communal. O colapso do poder soviético foi acompanhado pela explosão do nacionalismo e dos conflitos étnicos na Europa do leste e na URSS. Simultaneamente, a maior parte do Terceiro Mundo pós-colonial também está mergulhada na mesma violência étnica que não mostra sinais de esgotamento. De fato, se uma das marcas registradas dos finais dos anos 1980 foi o final da Guerra Fria, a outra é o ressurgimento do sentimento nacionalista tanto no mundo desenvolvido, quanto no mundo em desenvolvimento: os

excessos chauvinistas em eventos esportivos na Inglaterra até o renascimento da arrogância de grande potência, nos Estados Unidos, Japão e Alemanha, converteram-se em lugares comuns da política do mundo desenvolvido. Também causa apreensão em outros contextos a indulgência descabida pela intolerância religiosa que se disfarça de anti-racismo em alguns setores da *intelligentsia* liberal e a busca das tradições nacionais por parte de partidários do movimento comunista internacional.

Subjacente a esses conflitos e tendências políticas repousa o aspecto mais importante de todos, aquele pelo qual o movimento comunista foi fundado para combater e está agora ameaçado pelo fim da Guerra Fria e pela extinção do bloco comunista. É a questão das possibilidades políticas e, em particular, o grau em que o capitalismo avançado agora em ascensão está aberto a críticas em nome de uma alternativa deseável e plausível. A crítica ao capitalismo foi o ponto de partida do marxismo e socialismo e é o ponto ao qual, muito apropriadamente, essa tradição pode regressar. É surpreendente que em meio ao triunfo do capitalismo consumista e do colapso do comunismo, a possibilidade de desvios está sendo agora submersa em nome de uma nova conformidade internacional, política e cultural; todos aspiram, e supostamente endossam, uma utopia transnacional, composta e definida pelos estilos de vida da Califórnia, do Reno-Westfália e de Surrey. Que essa nova utopia contém profundas estruturas de desigualdade, definidas segundo classe, sexo e regiões, é evidente, mas isso se encontra reprimido na maior parte dos discursos públicos. A determinação com a qual essa utopia é anunciada e defendida – desde o relato de sucessos até a apresentação de estatísticas – só sugere que é uma construção artificial e vulnerável. Sua prevalência significa, de todas as maneiras, que as alternativas estão excluídas e desprestigiadas.

Nesse retrocesso precipitado desde o comunismo ortodoxo, muito do que era positivo e necessário foi abandonado: um compromisso com a justiça social, a insistência na exclusão da religião da vida pública, a promoção pelo Estado da igualdade do homem e da mulher, o internacionalismo e a solidariedade, para citar somente quatro elementos. A necessidade de intervir para planejar e dirigir a atividade econômica é agora quase que universalmente rejeitada, num momento em que a destrutividade cósmica da produção é mais evidente do que nunca. Nos países comunistas, o que está ocorrendo nessas frentes não é um avanço, mas um retrocesso de proporções de uma época. É possível percorrer as colunas do, em outros aspectos refrescante, *Notícias de Moscou* sem encontrar menção de algo digno de mérito na tradição bolchevique. No mundo capitalista avançado, tem desaparecido a credibilidade social e política de

promover mudanças. A classe trabalhadora encontra-se marginalizada e fragmentada, tendo-se reduzido seus poderes organizacionais e legais. Os “novos movimentos sociais”, forças que identificaram e denunciaram diversas formas de opressão, mas cuja coerência e potencial foram superestimadas, dispersaram-se. Novas forças sociais da direita radical, tanto política quanto religiosa, são marcan tes na maioria desses Estados. Igualmente, há uma escassez de idéias sobre como a sociedade contemporânea deveria, e poderia, ser organizada em bases sociais e políticas diferentes. Não surge uma crítica clara e plausível ao capitalismo nem da parte dos partidos sociais-democratas ocidentais, nem da parte do leste reformado.

O triunfo da simplificação ideológica é um desenvolvimento curioso e perverso. No final das contas, foi o capitalismo que nos trouxe o massacre das populações indígenas de três continentes no século XIX, duas guerras mundiais nesse século. O capitalismo francamente fracassou em difundir a sua riqueza para reduzir a lacuna entre os ricos e os pobres em escala mundial e ainda conduz seus negócios num mercado baseado no frenesi adolescente, que agora chega o tempo todo até nós na forma das “notícias financeiras”. O movimento comunista constituiu uma tentativa de desafio a esse sistema para construir uma alternativa, mais desejável e viável, que substituiria a anarquia e a perversidade do capitalismo por uma forma mais humana de gestão das atividades econômicas. Por sete décadas, o comunismo representou esse desafio, mas, ao final, parece ter se esgotado. A forma que emergiu, não é aos olhos das populações do leste e do oeste, nem mais desejável, nem mais viável do que a do capitalismo avançado. A implacável fuga de jovens da República Democrática Alema n para o ocidente, rechaçando a opressão identificada ao socialismo, contém uma lição histórica transcendental. Mesmo na área dos maiores êxitos, a competição militar, o comunismo só foi capaz de competir parcial e intermitentemente.

Talvez seja prematuro fazer, a partir do materialismo histórico, um balanço acerca do que representou o experimento comunista. Foi um desafio parcial e impaciente ao sistema dominante de nossa época, cujo desenvolvimento e desaparição só confirmam a tese inicial de Marx de que um desafio ao capitalismo, para ter êxito, devia irromper e consolidar-se em nível global. Em nome de um potencial econômico e político exagerado, e de uma teologia errônea, as sociedades comunistas apresentavam-se como uma forma social superior e historicamente mais adiantada do que as capitalistas. Certamente, elas foram “não-capitalistas”, mas certamente também não foram pós-capitalistas. Em muitos aspectos, estas sociedades pareciam formas imaturas de capitalismo com a sua confiança no poder militar e repressivo, seu insucesso em gerar mudança tecnológica e

a sua falta de mecanismos funcionais de integração econômica internacional. Depois de décadas de sucesso parcial, ela hoje parece haver sucumbido a um modo de produção e a um sistema político muito mais forte e que não parece estar fadado a nenhuma crise ou esgotamento predeterminado.

É necessária (e deve-se aproveitar a oportunidade) para uma reavaliação e para o realinhamento não só do marxismo e dos movimentos socialistas, mas também das tradições revolucionárias e radicais da sociedade ocidental em sua totalidade. Sendo um estudioso entusiasta das revoltas da Alemanha e um crente na determinação dos fatores socioeconômicos, Marx não se surpreenderia frente aos fatos dos últimos meses. Depois de seu longo e doloroso desvio histórico, a tradição comunista pode hoje retornar a seu ponto de origem, a crítica e o desafio à economia política capitalista. A questão é se existe uma alternativa ao modelo capitalista predominante e, nesse caso, que instituições sociais podem ser mobilizadas democraticamente para criá-la e mantê-la. A maior parte das reelaborações do marxismo clássico tomou a forma de construção ou restabelecimento de vínculos com formas contemporâneas de resistência, até agora separadas da tradição marxista, a social-democracia marginalizada em 1914, e as correntes pós-1945, entre outras, o feminismo, a ecologia e o anti-racismo. De igual importância, entretanto, é o reconhecimento de quão relevantes as correntes pré-marxistas radicais podem ser, especialmente em face dos ressurgimentos dos desafios daquela época, o clericalismo, o nacionalismo, o irracionalismo. É preciso recuperar tanto os esquecidos primos do século XX quanto os ancestrais Aufgehobene do século XVIII. Se o fim da Guerra Fria iluminar essa questão e libertar o socialismo das respostas falsas e deterministas e das lealdades condenadas ao fracasso, ele terá preparado uma importante agenda para o século XXI. A tarefa de reflexão, teórica e política, sobre os acontecimentos dos finais dos anos 1980, recém-começou e é provisória. A única coisa que não pode ser subestimada é o desafio que esses acontecimentos sugerem.

Traduzido de HALLIDAY, Fred. *The ends of Cold War*. In: BLACKBURN, Robin (ed.). *After the Fall – the failure of communism and the future of socialism*. London/New York: Verso, 1991, p. 78-99, por Cíntia Vieira Souto.

FUNDAMENTALISMO E O MUNDO CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS POLÍTICOS E ÉTICOS

O fundamentalismo é uma das questões mais controversas na atual discussão das relações entre o Oriente Médio e a Europa. Neste texto, espero jogar alguma luz explicativa e comparativa sobre esta questão e sugerir algumas respostas possíveis. Esta discussão do “fundamentalismo” pretende examinar criticamente e de uma perspectiva secular, democrática e racional um fenômeno político central de nossos tempos e não confinado aos países islâmicos: o fundamentalismo requer compreensão, mas também coloca desafios à paz e à liberdade de muitas sociedades. O próprio termo “fundamentalismo” originou-se como uma resposta à ciência e à razão, em particular ao trabalho de Darwin. Se a reação deveu-se especialmente à descoberta da origem e da evolução das espécies, ela respondeu mais genericamente à reivindicação da ciência natural e do pensamento crítico de reinterpretar e, na verdade, de desafiar as escrituras sagradas: esta batalha, que explodiu nos anos 1920 dentro dos EUA, e que resultou no termo fundamentalismo e em sua doutrina associada do criacionismo, ainda está conosco. Este conflito permanece tanto em sua forma particular, vis-à-vis às origens da raça humana, mas também vis-à-vis às questões intelectuais mais amplas em jogo. O fundamentalismo islâmico, não menos do que os outros, desafia a ciência e a razão.

Abordo a questão do que é definido como “fundamentalismo” em forma comparativa. Quero oferecer algumas considerações sobre porquê e como este fenômeno é tão importante no mundo moderno e também destacar a sua contemporaneidade em dois outros aspectos: um é discutir que, apesar de toda a sua invocação de tradição e de seus chamados para o retorno a algum passado, os fundamentalismos são respostas ao mundo contemporâneo e são, em grande medida, estruturados em termos de idéias e preocupações contemporâneas; segundo, quero examinar alguns aspectos de como o mundo contemporâneo que habitamos, a Europa Ocidental, pode e precisa responder a este fenômeno e algumas das escolhas políticas e morais levantadas pelo fundamentalismo – se passamos, com atraso, a reconhecer a necessidade e o direito a uma “política da diferença”, este direito à diferença deve se aplicar tanto *dentro* como *entre* as culturas, as religiões e as comunidades étnicas.

Mesmo que vivamos fora de sociedades que são governadas, ou significativamente afetadas, por movimentos fundamentalistas, a sua ascensão, portanto, coloca difíceis questões para a política externa e a avaliação ética. Na verdade, uma das coisas que eu gostaria de sugerir aqui é que se nossas respostas políticas foram incertas, as morais o foram ainda mais. O fundamentalismo promete ter um impacto central sobre o mundo nos anos à frente e certamente não irá embora ou se apaziguará. Poderíamos fazer pior do que começar agora a nos engajar em uma discussão mais extensa deste fenômeno e reconhecer até que ponto não estamos preparados para ele. Os fundamentalistas têm uma visão bastante clara e determinada do que são. Está na hora, para aqueles de nós que não somos fundamentalistas, de produzir uma resposta que seja igualmente clara e determinada. Em meio a todos os outros, este é um fenômeno que não deve ser subestimado.

A Ascensão do Fundamentalismo: Programa e Explicação

Quando falamos de fundamentalismo no mundo contemporâneo, referimo-nos a uma variedade de movimentos, em diferentes países, que compartilham certas características comuns e que são, em particular, caracterizados por uma combinação de dois elementos, sem relação necessária um com o outro, mas que são, no caso dos fundamentalismos, eventualmente relacionados. Um é a invocação de um retorno aos textos sagrados, lidos de uma maneira literal, o outro é o chamado para a aplicação destas doutrinas na vida social e política. Estes dois elementos estão presentes no fundamentalismo e o distinguem de outros dois movimentos de política autoritária e de casos nos quais movimentos não-fundamentalistas ou não-literários buscam aplicar as doutrinas religiosas à política (como na influência do catolicismo sobre o nacionalismo polonês e irlandês ou da Igreja Radical na América Latina). Esta definição inacabada tem aplicações amplas o suficiente: podemos pensar primeiro no movimento islâmico no Irã, que chegou ao poder em 1979 e que tem governado o país desde então. Mas também podemos pensar nos movimentos fundamentalistas em outros países muçulmanos – no Egito e na Argélia em particular – que similarmente buscam estabelecer o que eles definem como um Estado islâmico. Eles não fazem referência a si mesmos como “fundamentalistas” embora a tradução do árabe do termo ‘usūliyya seja usada, ao lado de outros termos, na linguagem política de hoje – respectivamente, *mujāhidūn* e defensores do *jihad* por seus aliados, e *mutatarrifūn* e extremistas por seus opositores. No caso dos

movimentos islâmicos, a França *intégriste* (sugerindo uma reivindicação para legislar por toda a atividade social) e o termo inglês islâmico (indicando a aplicação do islã à política) são no mínimo igualmente apropriados. Apesar de toda a ênfase sobre o mundo islâmico, o termo fundamentalismo aplica-se muito mais amplamente. Ele engloba a tendência já mencionada na cristandade das facções protestantes evangélicas que emergiram nos 1920 e pediam um retorno a uma leitura literal da Bíblia.

Como qualquer outro termo, fundamentalismo pode ser parcialmente entendido examinando-se o seu oposto, neste caso a “modernidade” cristã, com referência à leitura dos textos sagrados. Na terceira das grandes religiões monoteístas, o judaísmo, também existem tendências que são convencionalmente categorizadas como fundamentalistas. Tais tendências envolvem, em algum grau, uma combinação similar, mas não idêntica, de lealdade às escrituras e um programa sociopolítico, já presentes no islã e no cristianismo. Isto é mais evidente entre os partidos da direita religiosa em Israel, os *haredim*, e também entre os mais novos militantes religiosos, especialmente *Gush Emumin* e outros: por vários caminhos, eles buscam estender a autoridade da lei judaica dentro de Israel e estabelecer um Estado baseado nos textos legais apropriados, neste caso o Halakha. Apesar do fundamentalismo ser em sua origem um produto das religiões monoteístas, no mínimo porque elas têm a idéia mais clara do escrito sagrado para o qual retornar, ele não é peculiar a elas. Nas últimas duas décadas, emergiu na Índia um forte fundamentalismo hindu, que busca estabelecer Hindutva, um Estado hindu, e Ramraja, um Estado baseado nos ensinamentos do deus Ram: o objetivo declarado é reviver o Estado sagrado de Bharat que por séculos tem sido aviltado pelos inimigos dos muçulmanos-Bharat, judeus, sikhs e, bem no último lugar, os britânicos. Nem o budismo tem sido imune a tal fenômeno como mostrou a política de Sri Lanka.

Como com qualquer termo político – comunismo, fascismo, populismo, nacionalismo – não estamos lidando com um objeto único; estes movimentos não se assemelham em todos os aspectos. Na verdade, além das diferenças teológicas pelas quais eles se definem, existem outras fundamentais de contexto, conteúdo e objetivo. O cristianismo, por exemplo, tem menos a dizer sobre os problemas de higiene e dieta pessoal, o que os antropólogos chamam ortopraxia, do que tem o judaísmo, o islamismo ou o hinduísmo. O alcance da lei sagrada também é bastante diferente – o Torah e o Sharia tendo mais a dizer sobre Lei Canônica. O cristianismo e o islã têm séculos de poder político e de conquista imperial para invocar, enquanto o judaísmo nunca gozou de tais sucessos temporais. Em alguns contextos, é o clero que desempenha um papel de liderança – isto se

aplica ao judaísmo, ao protestantismo e ao islamismo xiita iraniano – enquanto, em outros, é muitas vezes uma liderança espiritual, na verdade uma liderança política invocando a religião que subiu ao poder – como nos movimentos islâmicos do Norte da África e nos hindus. Desnecessário dizer, os protagonistas de todos estes movimentos teriam fortes objeções a quaisquer comparações entre os seus próprios retornos a valores “verdadeiros”, supostamente únicos, e o fanatismo dos demais.

Neste sentido, a questão da comparação depende em alguma medida das questões sendo perguntadas; assim, já que estamos olhando para estes movimentos como movimentos sociais e políticos no mundo contemporâneo, é válido destacar algumas de suas características compartilhadas. Aqui, mencionaria quatro. Em primeiro lugar, todos estes movimentos buscam derivar sua autoridade de um chamado para o retorno aos textos sagrados, para escritos supostamente derivados de Deus. Este é, em seu sentido literal, o significado do termo fundamentalismo. Para os cristãos, judeus e muçulmanos, estes textos são claros o bastante – a Bíblia, o Torah e Talmud, o Corão, Hadith e *fiqh* ou textos legais. Para os hindus, a quem falta tal texto e um deus monoteísta, o trabalho tem sido mais difícil, mas agora começa a estar disponível: o hinduísmo está passando por uma reforma concebida para torná-lo mais como as religiões monoteístas – com um deus único, Ram, cuja identidade sexual até aqui androgina foi masculinizada, um conjunto de textos sagrados, as lendas de Ram, a adoração em congregação e, uma parte essencial do conceito monoteísta de uma religião adequada, a subjugação das mulheres. O argumento de todos estes movimentos é que estes textos fornecem em si mesmos a base para definir uma vida apropriada e, o que é mais pertinente nas presentes circunstâncias, para definir a forma como a sociedade e o Estado devem ser organizados. Não obstante, o que ocorre na prática é uma leitura, por autoridades contemporâneas, e para usos contemporâneos, destes textos. Daí, os debates intermináveis sobre interpretação, o que no Islã é chamado de *tafsir*, como se a erudição renovada e a autoridade pudessem de qualquer forma nos dizer o que estes textos “verdadeira” ou autenticamente prescrevem sobre a posição das mulheres, ou a forma correta de governo, ou o que comer ou beber, quando o mundo chegará a um fim ou quando começou.

A segunda característica relacionada desta volta aos “fundamentais” é a reivindicação de que dentro deles pode ser identificada a constituição de um Estado perfeito no mundo contemporâneo. Os fundamentalistas muçulmanos fazem muito uso do *shari'a*, a despeito do fato de que *shari'a*, no sentido estrito das prescrições legais contidas no Corão, representa somente algo em torno de 80 li-

nhas e sobre alguns poucos tópicos de legislação potencial: o próprio termo, literalmente “a maneira certa”, é mencionado poucas vezes. A invocação dos muçulmanos do prévio governo Islâmico do Profeta é igualmente forçada: mesmo supondo que um sistema de governo que se desenvolveu para as cidades árabes do século séptimo fosse apropriado para hoje, é preciso perguntar quão válido ele era dado que três dos quatro sucessores iniciais de Muhammad tiveram mortes inconstitucionais e violentas. A invocação judaica do passado bíblico é um pouco mais substancial: os reinos de Saul, David e Salomão duraram, no todo, algo em torno de 80 anos, antes de dar lugar às guerras entre Israel e a Judéia. Dificilmente esta é a autoridade histórica para reivindicar um território pela eternidade ou uma base suficiente sobre a qual legitimar um Estado restabelecido mais de dois mil anos depois.

A terceira característica comum é que, apesar de toda a sua aparente prolixidade sobre outros assuntos, eles aspiram a uma coisa acima de todas: o poder político e social. No caso do judaísmo, não está claro até que ponto os *haredim* aspiram controlar o Estado diretamente: mas, através de sua participação na arena política, através do uso do sistema de representação proporcional, dos partidos e de outras atividades, eles buscam estender o controle do poder dos rabinos por quase toda a sociedade, assim como *Gush Emumim* busca marcar a sua posição em algumas questões-chaves, especialmente a terra. No caso das outras três – cristianismo, islamismo, hinduísmo –, esta reivindicação política é muito mais clara: eles não são movimentos de conversão, nem movimentos de inovação teológica, mas sim movimentos que objetivam ganhar poder, através das eleições, da força ou da insurreição e estabelecer Estados apropriados. Fundamentalismo é, neste sentido, um meio de obter e, uma vez obtido, de manter o poder político: com certeza, é por esta razão que ele preocupa a todos nós.

Isto me leva à dimensão final compartilhada por estes movimentos, qual seja, a sua intolerância e, em uma medida considerável, o seu caráter antidemocrático. Embora eles digam falar em nome do povo e que perseguem seus objetivos através de meios democráticos, eles são grupos políticos, por ideologia e por organização, autoritários e potencialmente ditatoriais. Eles rejeitam as premissas da política democrática, incluindo a tolerância e os direitos individuais e reivindicam uma autoridade que não é derivada daquela dos povos: é derivada da vontade de Deus, herdada das escrituras e interpretada pelos líderes auto-indicados, exclusivamente homens, sejam eles do clero ou não. Todos incluem como uma importante parte de sua ideologia a hostilidade para os que não são de sua fé e, quase mais importante, para os de sua fé que não compartilham sua

orientação particular. Todos são felizes em condenar o resto de nós, como “descrentes” (e similares) à dor horrível e sem fim. Dada a maneira pela qual a identidade religiosa se entrelaçou com a etnicidade no século XX, os movimentos fundamentalistas também passaram a incluir visões racistas dentro do todo de suas ideologias contra os judeus (da parte de muçulmanos e cristãos), contra os árabes (da parte dos judeus), contra os muçulmanos (da parte dos hindus) e assim por diante.

Na sociedade que eles imaginam, normalmente existe um lugar para aqueles que não aceitam suas visões, mas este é, na melhor das hipóteses, um *status ambíguo* e subordinado, e a imposição das práticas sociais defendidas por estes fundamentalistas é considerada legítima sobre todos os que vivem naquela sociedade. Ao lado das afirmações sobre a tolerância existe, freqüentemente em sua literatura, a agressão e o desprezo para com aqueles que são diferentes – seja o ódio dos cristãos fundamentalistas por seus cidadãos seculares contemporâneos, a crítica dos islâmicos contra a corrupção do ocidente, as “conspirações” dos judeus, a *jahiliyya* ou a ignorância do mundo contemporâneo, o ácido derramado pelos fundamentalistas hindus sobre os muçulmanos na Índia, como traidores, imigrantes ilegais, perpetradores de uma violação histórica do Bharat e assim por diante, ou a hostilidade dos fundamentalistas judeus para os assimiladores, os judeus seculares, os cristãos, os árabes e semelhantes.

Todos estes movimentos fazem muito barulho sobre a agressividade e as conspirações de seus inimigos e como eles próprios são vítimas. Mas freqüentemente existe uma forte dose de projeção em tudo isso. No momento, o mundo ocidental, cristão e pós-cristão, está dizendo muito sobre quão agressivo o “Islã” é e como ele ameaça o ocidente: mas o estudo mais elementar da história do mundo ao longo dos últimos três séculos sugeriria que a bota, pelo contrário, está no outro pé, permanecendo assim em muitas partes do mundo. Na Bósnia, foram os antimuçulmanos, os sérvios ortodoxos e os católicos croatas, que mais fizeram para envenenar as relações intercomunais. Mas os islâmicos têm sua própria parcela de culpa. A retórica islâmica sobre os judeus é freqüentemente racista. Recentemente, os muçulmanos têm praticado sobre a questão da blasfêmia, mas talvez todos os preocupados com esta questão deveriam estudar o Corão mais cuidadosamente: ele nos diz que Cristo não foi o filho de Deus, que não foi crucificado e que não se levantou dos mortos – todas proposições que se constituiriam em blasfêmias no mundo cristão convencional. Na Índia, os chauvinistas hindus extravasando sobre o que os muçulmanos fizeram com a Índia, cunharam sua própria retórica intolerante: *Muslim-*

nan ke do-hi shtan, pakistan aur kabristan ('para os muçulmanos só existem dois lugares, o Paquistão ou o túmulo'). Este chamado para os muçulmanos serem expulsos para o Paquistão se enquadra muito facilmente com a demanda de que o Paquistão seja abolido e reincorporado à Índia. Também existe algo estranhamente não nativo no argumento hindu de que os muçulmanos são bastante livres para viver em seu Estado desde que eles aceitem a cultura, a religião hindu, o caráter de Bharat e o seu sistema político. Todos acusam o outro de fanatismo e extremismo, quando não de terrorismo: no presente e no passado, todos os fundamentalismos mencionados podem ser um bom exemplo disso.

Explicações Alternativas: Escritura e Contingente

Se agora pudermos nos voltar à questão da explicação, existem, em termos amplos, duas abordagens possíveis, as que eu definiria de "escritura" e "contingente". Por escritura, refiro-me às abordagens que olham para os fundamentalismos principalmente em termos de sua relação com os textos sagrados e com os argumentos religiosos que seguem da interpretação e da organização de um movimento religioso. Esta abordagem pode ser encontrada dentro da teologia, mas também emerge nos debates de ciências sociais sobre o significado e a influência determinante das crenças religiosas no comportamento social e político. Max Weber, por exemplo, tinha muito a dizer sobre isto. Assim, examinar estes movimentos em termos do impacto, digamos, da jurisprudência ou de uma visão de mundo islâmica, ou de uma ética protestante ou tradição judaica ou hindu, seria adotar esta abordagem. O fundamentalismo deve, portanto, ser visto como um retorno, um renascimento de algo que já estava lá. Tal retorno é explicado pelo interesse renovado nos textos sagrados, freqüentemente provocado pelo medo da corrupção ou da inovação dentro de uma dada comunidade religiosa. De muitas maneiras, esta abordagem fundamentalista da escritura equipara-se à abordagem tradicionalista ou permanente do nacionalismo: as idéias, a doutrina e o passado determinam o presente. Desnecessário dizer, esta é explicação dos próprios fundamentalistas, todos eles reivindicam estar retornando a uma interpretação "verdadeira" e ao passado que sempre foi, em um sentido quase que arqueológico, o "lá", esperando para ser redescoberto. Daí também segue que o fundamentalismo não é específico ao mundo contemporâneo: além dos períodos e doutrinas originais e autoritárias invocadas pelos fundamentalistas, existiram muitos movimentos através da história das principais religiões nos quais aconteceram o retorno às escrituras e

às doutrinas – o wahhabismo no islã e o metodismo no cristianismo para mencionar pelo menos dois.

A abordagem alternativa, que classifiquei de "contingente", enfatiza a modernidade e a contingência destes movimentos. Primeiro, ela chama a atenção para as suas causas contemporâneas que, embora variem de país a país e de religião à religião, são características do mundo moderno. Assim, a ascensão dos fundamentalismos em muitos países do Terceiro Mundo origina-se como uma reação aos fracassos do Estado modernizador secular percebido como corrupto e incapaz de resolver os problemas econômicos e sociais e que freqüentemente é ditatorial. Isto vale tanto para o Xá do Irã, como para a FLN na Argélia ou para o Partido do Congresso na Índia. Igualmente, estes movimentos são respostas a questões muito reais que confrontam estes países – a urbanização em massa, o desemprego e a percepção da continuidade da dominação estrangeira. Muitos surgem em países que experimentaram, ou continuam a experimentar, a dominação externa – além disso, eles podem incluir elementos de nacionalismo e antiimperialismo no Terceiro Mundo. Eles oferecem uma solução simples, aparentemente clara, para os problemas do mundo moderno. Também emergem em um contexto próprio de modernidade: o Estado-Nação, o aparato modernizado do Estado, as reivindicações sociais e legais do Estado sobre os seus cidadãos. Em alguns casos, o fundamentalismo é associado a grupos sociais que estão em decadência, em outros às novas massas urbanas, ou como no caso do Afeganistão depois de 1978, às populações rurais ameaçadas, reagindo às crescentes imposições do Estado centralizado. No caso de Israel, o fundamentalismo, para todos os que questionaram a possibilidade de um Estado judeu antes da chegada do Messias, envolve uma campanha para determinar certas políticas deste Estado e para moldar o caráter de sua nova população composta de imigrantes.

Esta modernidade é bastante evidente na linguagem e na ideologia dos fundamentalistas. A despeito de toda a invocação do passado e dos símbolos tradicionais, a linguagem e as políticas dos fundamentalismos podem ser vistas como uma forma de ideologia contemporânea que ecleticamente faz uso de temas tradicionais ou clássicos para propósitos contemporâneos e de empréstimos das ideologias seculares modernas – daí minha designação desta abordagem como "contingente". As funções gerais das ideologias políticas são bem conhecidas: estabelecer uma identidade, quem "nós", o povo ou a comunidade somos e, igualmente importante, quem não é; o oferecimento de uma história legitimadora, incluindo atos heróicos, traições e opressões; uma moralidade de luta e freqüentemente de sacrifício; um programa para mobilizar e assumir poder; e, como

estágio final, fornecer um modelo de como construir uma nova sociedade, dentro da qual são colocados um conjunto de princípios concebidos para legitimar a negação do poder aos que desejam desafiar a nova ordem. Por volta do século passado, vimos muitos casos disso – o liberalismo, o fascismo e o comunismo em suas várias formas –, mas talvez a abordagem mais apropriada, como apontaram vários escritores, dentre eles Sami Zubeida e Ervand Abrahamian, seja a do populismo.

O populismo é uma ideologia transclasse abrangente destacando a “virtude” do povo e a corrupção, financeira e moral, dos opressores. Igualmente central ao populismo é uma forma de nacionalismo e de hostilidade aos estrangeiros definida de várias formas, e uma simpatia por teorias da conspiração. A sociedade secular moderna, e não somente a sua ideologia constitutiva, o “liberalismo”, são objetos de escárnio particular. Tudo isto, e mais, é encontrado nas ideologias do fundamentalismo. Tais ideologias são, particularmente em suas variantes islâmica e hindu, programas para a mobilização de apoio político, para a conquista e a manutenção do poder político. No caso do judaísmo e do cristianismo, a ênfase é menos sobre a dominação externa e mais sobre a necessidade de lutar contra os elementos perigosos, corruptos e seculares dentro de suas próprias sociedades. Não obstante, estas duas tendências também têm um elemento nacionalista muito forte: os movimentos cristãos e judeus estão entre os mais patrióticos e intransigentes e os que, demonstrando virtuosidade religiosa, estiveram entre os mais fortes defensores do uso da força e da destruição de seus inimigos. Não é à-toa que, ao contemplar a guerra nuclear, tantos escritores americanos durante a Guerra Fria fizeram uso da idéia religiosamente sancionada do Armageddon.

Nenhuma idéia moderna, ou contexto, é mais influente que a da nação e do nacionalismo: em muitos casos, uma identificação aparentemente religiosa representa uma ética, uma mobilização de religiosidade (de idéia, adoração, vestimenta e identidade), em um contexto de conflito nacional. Isto se aplica tanto aos muçulmanos da Palestina e da Bósnia, como aos hindus na Índia. Mesmo assim, é o nacional que define e mobiliza a religião, e não vice-versa. Na verdade, no caso indiano, o que temos visto claramente a partir de 1920, com a fundação da RSS, é a elaboração de um programa, baseado nas idéias européias de *status* nacional, para a criação da nação hindu e de uma raça e cultura arianas derivadas do sânscrito que resgatarão Bharat das corrupções dos séculos.

Isto me leva à questão da interpretação e do uso da escritura. Talvez haja maior divergência entre as abordagens escritura e contingente na análise de como estes movimentos usam os textos. Para

a primeira, o fundamentalismo constitui um “retorno” aos textos, para a última, significa usar os textos e moldar a interpretação para servir a necessidades contemporâneas. Mesmo o mais devoto concederia que os textos sagrados contêm muitas ambigüidades e possibilidades para interpretação alternativa, o que os mais seculares dentre nós chamariam de contradições. A maior parte dos grandes trabalhos do pensamento e da literatura humana as possuem. Entre os cristãos, “dar a outra face”, “olho por olho, dente por dente”, e assim por diante. O Corão ordena que não deva existir compulsão na religião (*lā ikrāhā fi al-din*), mas também deixa claro em termos bem punitivos o que acontecerá aos descrentes. O judaísmo é ambivalente nas atitudes com o gentio. O hinduísmo contém muito que pode ser usado para ordenar uma não-violência ética e tolerância, como Gandhi percebeu; também tem uma mitologia e linguagem repleta com a guerra e a sede de sangue, como os militantes de hoje são rápidos em nos dizer.

O que a interpretação ideológica sugeriria é que a terminologia, as injunções, o próprio conteúdo destes textos são um recurso que os movimentos populistas, conscientemente ou não, usam para propósitos contemporâneos. Não existe, neste sentido, nem um “verdadeiro” islã, ou cristianismo ou judaísmo. É possível no Islã justificar, por exemplo, qualquer forma de sociedade – não só o capitalismo ou socialismo, mas o feudalismo e a escravidão. É possível citar partes do Corão que favorecem a igualdade de homens e mulheres – também é possível citar várias passagens que favorecem a supremacia masculina. Muita energia tem sido gasta dentro do judaísmo com a interpretação do termo “Zion” – seja ele um Estado mental ou de espírito ou, se um lugar, uma parte de, ou o todo, de Jerusalém ou do Estado-Nação com fronteiras particulares. O importante é que nas circunstâncias modernas são os desejos contemporâneos que determinam o uso dos textos e não alguma interpretação imanente da verdade; por esta razão, Zion veio a significar para os judeus algo que não é de forma alguma específico a eles: o Estado-Nação, com um território claro, população e língua. Igualmente, pode-se analisar os textos religiosos e ver como palavras, de procedência aparentemente antiga, são usadas para propósitos contemporâneos. Elas não “significam” o que significaram no uso dos homens de mil ou 2 mil anos atrás, mas sim o que os ideólogos de hoje querem que elas significuem.

Deveria estar evidente que, entre estas duas formas de interpretação, a escritura e a contingente, eu prefiro a última. Elas não são necessariamente exclusivas: mesmo o mais ardente defensor da escola contingencial deveria conceder que parte da energia e caráter destes movimentos deriva de seu caráter teológico. A energia e o

dinheiro investidos na educação religiosa – em madras, yeshivas, classes de bíblia e encontros no templo – são evidência suficiente. Não obstante, nem as causas, nem o conteúdo, quanto menos os programas e as consequências dos fundamentalismos podem ser adequadamente explicadas por isto. Estamos olhando para movimentos políticos bem organizados, modernos, determinados, para os quais o todo poderoso é uma legitimação adequada e possivelmente adorada com bastante sinceridade.

O Caso Iraniano

Neste ponto, gostaria de abandonar a discussão comparativa geral dos fundamentalismos para examinar em maiores detalhes o caso do Irã, o mais proeminente de movimento fundamentalista e o país no qual este movimento radical está no poder desde 1979. Estive no Irã antes e depois da revolução e entrevistei muitos de seus líderes. Fiquei parado nas ruas de Teerã e vi dezenas de milhares de pessoas marchando gritando *Marg bar liberalizm* (“Morte ao Liberalismo”). Não foi uma visão feliz.

Não há necessidade de repetir longamente a originalidade desta revolução, comparada a outras na tradição que começou na França em 1789. Não somente ela foi feita por uma liderança do clero, que clamou por um retorno a um modelo de governo derivado do século sétimo, mas em outros aspectos também parecia rejeitar as suposições de todas as outras revoluções pós-1789: rejeitava o desenvolvimento material (Khomeini uma vez disse que a economia era uma preocupação de ignorantes), negou a soberania do povo (esta vinha de Alá) e rejeitou qualquer legitimação em termos de antecedentes corruptos, decadentes, *jāhil* ou ignorantes – somente o Profeta e seus sucessores imediatos importavam e tudo que havia acontecido antes deveria ser renunciado, com algumas pequenas exceções. Não poderia haver exemplo mais dramático da quebra aparente entre o fundamentalismo e a modernidade.

Entretanto, em um exame próximo, não é bem assim. As causas da revolução iraniana incluem vários fatores mais ou menos seculares e, na verdade, materiais, que levaram à queda do regime do Xá: o crescimento de uma situação explosiva nas cidades, com migração em massa, corrupção desmedida e inflação; o fracasso do regime em permitir formas legítimas de descontentamento político e a anterior supressão das forças de massa seculares, a nacionalista e a comunista, que dominaram a cena política do Irã na década depois da Segunda Guerra Mundial; o sucesso de Khomeini em liderar e organizar um movimento político de massa, sustentado em um

conjunto de objetivos simples, amplamente apoiados – a derrubada do Xá e o encerramento da influência ocidental, particularmente da americana, no país. Mesmo com toda a aparência de que o Irã sofreu uma volta ao passado e de que sua revolução era “tradicional”, em alguns aspectos ela foi moderna, na verdade a mais moderna revolução social vista em qualquer país. Ela ocorreu não entre os camponeses, mas entre as classes urbanas pobres e médias e atingiu os seus objetivos não através da violência (principalmente), mas por meios políticos: o protesto de massa da oposição e uma greve política geral. Paradoxalmente, a Revolução Iraniana foi *ambas*, a mais tradicional e a mais moderna das revoluções sociais.

Isto é evidente também nas próprias idéias, na ideologia política, que Khomeini defendia. A visão religiosa de Khomeini não era baseada somente em uma leitura literal do Corão, mas em certas tendências dentro do xiísmo iraniano: por um lado, *īrfān*, ou misticismo, que trazia um certo desprezo pelo imediato e o material e, por outro, a interpretação do xiísmo, historicamente a seita dos que se opõem ao governo, para significar não tanto a abstenção do mundo e da política, mas um engajamento contestador com eles. Isto incluía algo que a maioria dos teólogos rejeitara previamente: a idéia de que pudesse haver um governo islâmico sobre a terra mesmo antes do retorno do 12º Imam. A teoria de Khomeini do *hokumat-i islami*, ou governo islâmico, reposava sobre o que era na prática uma solução inovadora do problema de como o muçulmano sincero podia afetar a política na ausência do Imam: a teoria da vice-regência da autoridade legal ou jurisconsulto, *velayat-i faqih*. Nesta teoria, o intérprete legal, em primeira instância Khomeini, era autorizado a exercer a autoridade religiosa e a estabelecer um governo islâmico, com uma autoridade vinda de Deus.

Puramente teológica na aparência, esta solução devia, certamente, ser entendida não somente como uma revelação, mas como algo que servia a uma preocupação muito mais imediata e material: como adquirir e manter o poder político – ela justificava a tomada do Estado iraniano pelo clero e a depreciação ou a negação de outras formas de autoridade. Se observamos a história subsequente da revolução iraniana não como uma de retorno às escrituras, mas de um ponto de vista político-pragmático, com a ideologia sendo usada para justificar o objetivo mundial e universal de manter o poder estatal, muitas coisas ficam claras. Os mulás conquistaram e mantiveram o controle através de mecanismos preexistentes – a mobilização para a guerra, o uso arbitrário do bem-estar, a repressão de oponentes internos, a demagogia sobre as ameaças e as conspirações externas. Ações dramáticas como o seqüestro do pessoal diplomático americano em 1979 ou a conde-

nação de Salman Rushdie em 1989 não devem ser vistas como aberrações ou irrationalidades, mas como atos calculados de um regime dirigido para maximizar apoio. A lógica política da questão Rushdie pode ser mais evidente se colocada no contexto da história de tais condenações: vale lembrar que talvez os mais importantes julgamentos da história ocidental foram todos por acusações de blasfêmia – Sócrates, Jesus Cristo, Galileu e Spinoza.

Este conjunto de preocupações material e moderno também está presente na própria ideologia do regime. Se observamos a terminologia e as políticas enunciadas por Khomeini, tudo começa a parecer mais familiar, particularmente à luz dos movimentos populistas do Terceiro Mundo da época do pós-guerra. O conjunto central de conceitos de Khomeini, *mustakbarin* e *mustaz'afin*, literalmente o arrogante e o fraco, correspondem à dupla povo/elite encontrada em outros populismos. Todos os termos populistas usados para desacreditar a elite podem ser encontrados em Khomeini – corrupta, ligada aos estrangeiros, decadente, parasita. Os *slogans* políticos principais de Khomeini – república islâmica, revolução, independência, auto-suficiência econômica – são os objetivos-padrões do nacionalismo terceiro-mundista. Seu termo para imperialismo, *istikbar-i jahani*, arrogância mundial, é imediatamente reconhecido por todos e não é uma má descrição. A denúncia dos oponentes como “liberais” foi tirada dos comunistas. Pode-se supor que estes empréstimos seriam subordinados a uma perspectiva teológica, mas o que Khomeini de fato disse e fez uma vez que chegou ao poder ilustrou, se nada mais, a primazia da *Realpolitik*. Assim, embora ele começasse renunciando ao patriotismo e à identidade iraniana, ele começou invocando o Irã e o conceito de terra pátria, uma vez que a invasão do Iraque começou em 1980. Mais interessante de tudo, nos últimos meses de sua vida, ele enunciou um novo princípio de comportamento político baseado na primazia do *maslaha* ou do interesse: o que importava eram os interesses do povo e do Estado, não as prescrições formais da religião. Em situações de conflito entre os dois, eram os interesses do Estado que prevaleciam: não poderia ser dada nenhuma manifestação mais clara do, aparentemente implícito, princípio secular da *raison d'état*.

Respostas e Questões

Até aqui, esta discussão buscou analisar a disseminação do fundamentalismo e sugerir certas causas e características comuns deste fenômeno. Seria errado exagerar a importância destes movimentos. A maioria dos países muçulmanos não está em vias de ser assolado

pelo fundamentalismo e a onda de fundamentalismo cristão tem tido uma história intermitente: nos EUA, perdeu na grande questão da escolha no período entre guerras (a da proibição do aborto) e a influência atual da chamada Moral Majority dos 1980 é menor do que muitos temiam, no mínimo por que seu líder, um septuagenário casado pela segunda vez, somente tinha interesses eleitorais e logo fez a paz com o Anti-Cristo. Na Europa Oriental, o movimento de protesto mais influenciado pela religião, o Solidariedade, de forma alguma um movimento fundamentalista segundo a definição usada aqui, chegou ao poder na Polônia, somente para perdê-lo de novo para os comunistas reformados e para ver a sua legislação sobre reprodução ser largamente ignorada pela população. Entretanto, alguns destes movimentos, devido à crise dos países em que se originaram e a sua própria determinação, podem ficar conosco por um bom tempo. No Irã e no Sudão fundamentalistas islâmicos, estão no poder. Eles bem podem chegar ao poder na Argélia e poderiam fazê-lo no Egito. Na Índia, ninguém pode ter certeza se o BJP e os seus aliados fascistas podem ser mantidos longe do poder, embora as coisas pareçam um pouco melhores do que estavam há um ano atrás. Em Israel, o fundamentalismo judaico certamente pode ter um impacto nefasto. Nas sociedades ocidentais, o fundamentalismo ainda tem sua presença mais forte nos EUA onde, em sua forma evangélica, supostamente comanda a lealdade de cerca de 40 milhões de pessoas: ele pode não estar próximo de chegar ao poder, mas continua a fazer bastante barulho tentando legislar sobre o que as mulheres podem e não podem fazer e em questões “específicas” relacionadas. Na Europa, até aqui, a direita radical e os movimentos de esquerda, vem sendo seculares, na verdade anticristãos, mas poucos podem prever como as coisas irão se desenvolver no leste daqui há alguns anos.

Aqui, chegamos à questão da resposta, em dois níveis, no político e no filosófico. Politicamente, não é possível ignorar a ameaça que estes movimentos colocam aos cidadãos dos países em que vivem e, por extensão, ao mundo. A revolução no Irã e a ascensão do fundamentalismo por todos os lados levou à morte de muitas pessoas, assim como, talvez em maior escala, a vitória do FIS na Argélia. Uma resposta política precisa ser desenvolvida com base em pelo menos três princípios. Primeiro, temos que reconhecer as fontes do protesto, na verdade a legitimidade destes movimentos e considerar as questões sociais, econômicas e políticas as quais eles respondem. Não pode haver uma solução para a crise na Argélia sem a mudança na economia, para gerar empregos e a reforma do Estado cada vez mais corrupto. Igualmente, precisamos reconhecer como inúmeras questões aguçam a militância nacional e religiosa dos povos: no caso

do mundo islâmico, a negligência do ocidente sobre as questões da Palestina e da Bósnia, para mencionar duas, estimulou o antiimperialismo religioso. Em muitos casos, a ascensão do fundamentalismo, seja em Gaza ou na Bósnia, ou entre as comunidades muçulmanas na Europa Ocidental, é uma resposta às opressões sentidas por estas comunidades e à aparentemente inadequada atenção dedicada pelas forças seculares dentro e fora dos países envolvidos. Os racistas e os alarmistas referem-se constantemente à quinta coluna fundamentalista dentro da Europa Ocidental: primeiro devemos olhar como e porque estas pessoas que foram encorajadas e convidadas a se deslocar e a trabalhar na Europa se voltaram para uma definição mais religiosa e militante de sua identidade face aos problemas que encontraram. O problema do "Islã" na Europa ocidental é, acima de tudo, um problema de seus companheiros cidadãos cristãos e governos e não de uma ameaça muçulmana à sociedade: existem cerca de 6 milhões de muçulmanos em uma Europa Ocidental de mais de 250 milhões.

Segundo, precisamos, em nossa própria análise e abordagem, escapar da simplificação e do estereótipo que equaciona os muçulmanos aos islâmicos: a maioria dos muçulmanos não é islâmica, mais do que os hindus, judeus ou cristãos são fundamentalistas. O "Islã" não é, em nenhum sentido sério, uma ameaça ao ocidente, militar ou economicamente. Os Estados islâmicos não têm sido uma ameaça militar desde o século XVII e se existe algum desafio econômico hoje ele vem do Extremo Oriente e não do Oriente Médio. Não existe "um" Islã ou, não por isso, um cristianismo, nem o termo "muçulmano" deve ser usado para indicar etnicidade. Na discussão contemporânea, freqüentemente perde-se a própria diversidade e a variedade existente entre estas religiões em suas possíveis leituras dos textos sagrados e em suas culturas, literaturas e significados. Se a civilização islâmica, por exemplo, tem uma vertente dogmática, ortodoxa, severa, algo que compartilha com outras religiões, ela também pode ser bastante cética, hedonista, cosmopolita, irônica e humana. Os patriarcas de cada religião conspiraram com os seus inimigos estereotipados para confundir isso, tanto quanto os dogmáticos do passado discutiram que o socialismo "real" era só o de Joseph Stalin ou o de Enver Hoxha. Somente quando, e se, esta diversidade e multiculturalismo forem reconhecidos dentro e entre as comunidades é que as reivindicações dos fundamentalismos como expressões autênticas da cultura nacional poderão ser rejeitadas.

Entretanto, além das questões políticas, existem outras filosóficas e morais que são dignas de nota e preocupação, pois, no momento da emergência de um novo conjunto de movimentos dogmáticos auto-affirmativos, existe confusão no campo dos que eles não

abrangem. Por isto, quero dizer, em termos amplos, o campo dos que estão comprometidos com um conjunto de valores individualistas, críticos, democráticos, de necessidade e seculares. Esta confusão assume pelo menos três formas: uma, derivada da crítica da dominação ocidental e do etnocentrismo pode amplamente definir a crítica baseada no relativismo cultural – "que direito temos de impor 'nossos' valores sobre outros povos?"; a segunda, muito à la mode no momento, mas esperançosamente desaparecendo, é a pós-modernista dos que argumentam que não podemos estar certos de quaisquer valores racionais do iluminismo – eles advogam a "desconstrução" sem descanso, a indeterminação da análise e da ética, a política da diferença; finalmente, dentro do campo da filosofia moral contemporânea, ouvimos o argumento de que não podemos estar certos sobre quaisquer princípios morais gerais, quanto menos sobre os que deveriam ser universalmente defendidos entre as tradições e as comunidades e tudo o que podemos fazer é recorrer a procedimentos para julgar disputas- este é o argumento de Alasdair Macintyre, Stuart Hampshire, Raymond Plant, todos nomes de peso.

No contexto do que está acontecendo nas sociedades e comunidades ameaçadas pelo fundamentalismo, ou nesta linha, pela ditadura ou pelo nacionalismo militante, estas ruminações incitam um grau de perplexidade e irritação. Se você está definhando nas cadeias da guarda islâmica no Irã ou sendo forçado a usar roupas medievais nas ruas de Teerã, ou tendo seus genitais mutilados por algum bando de matriarcas e parentes homens no Sudão, ou sendo alvejado por seu comprometimento ao secularismo no Egito e Argélia, ou sendo tirado de sua casa e possivelmente morto em Bombaim, ou tendo a sua terra roubada por pessoas que dizem que ela lhes foi dada por Deus, traz-lhe pouco consolo, enquanto você protesta em nome de valores universais, ser-lhe dito que você é etnocêntrico, ou não suficientemente engajado no pós-modernismo, ou que, infelizmente, no final das contas, não podemos estar certos de que os direitos que você pede que sejam defendidos estejam adequadamente fundamentados. Existe, nesta atmosfera de agnosticismo, um fracasso em compreender as questões em jogo na maior parte do mundo e uma irresponsabilidade que se aproxima de uma versão de final do século XX do *trahison des clercs*.

Certamente, é evidente que o projeto modernista de iluminismo, como elaborado antes neste século, foi com freqüência realizado de maneira pobre e inadequada. Não estamos vivendo em mundo no qual não seja inevitável algum progresso diferenciado ou no qual a secularização e o desencantamento são universais. Muitas das reivindicações da razão são superestimadas, quando não impostas repressivamente. Os maiores crimes do século XX não foram come-

tidos por fundamentalistas religiosos. O próprio termo que se encontra no âmago deste debate, o “secularismo”, também pode beneficiar-se de um re-exame: originalmente formulado nos anos 1840 como uma alternativa à autoridade religiosa e eclesiástica, ele deixou muito de barato dentro das sociedades democráticas. Porém, estes conceitos do iluminismo permanecem uma fundação sobre a qual é possível, e eu defenderia, necessário construir, tanto quanto é possível também fazê-lo a partir de nossos conceitos de democracia, individualismo, direitos e tolerância. Deveríamos estar preparados para redefinir-los e defendê-los. Sejamos bastante claros sobre isto: os fundamentalismos de todos os matizes são inflexíveis e determinados na perseguição de seus objetivos e estão bastante preparados para silenciar, em alguns casos matar, os que estiverem em seu caminho, assim como também para, seja lá o que isso importa, mandar-nos todos para o inferno. Do lado daqueles que não são fundamentalistas, deveria existir maior elemento de clareza, intransigência e, na verdade, de combatividade, antes que seja muito tarde. Na Europa, deveríamos ser autocríticos frente ao nosso próprio passado imperial, à nossa relação com o mundo não-europeu e aos crimes cometidos em nome da ciência e da razão. Mesmo assim, a ciência, a razão, a tolerância e a universalidade são valores comuns à sociedade democrática moderna e devemos desenvolvê-los e defendê-los. O maior erro seria se, no curso da auto-avaliação apropriada, falhássemos em reconhecer e avaliar o inimigo.

Traduzido de HALLIDAY, Fred. “Fundamentalism and the contemporary world: political and ethical challenges”, in WESSELING, Henk, *et alii*. Islam and Europe in Past and Present. Wassenaar: Netherlands Institute for Advanced Study in the Humanities and Social Science, 1997, por Cristina Soreanu Pecequilo.



Esta série está voltada à publicação de obras destinadas ao estudo do cenário internacional contemporâneo, do sistema mundial, da política externa brasileira, dos processos de integração, particularmente o Mercosul. Sua abrangência tem o caráter multidisciplinar, abarcando estudos teóricos, empíricos ou históricos. Visa contribuir para a retomada da discussão sobre um projeto nacional para o Brasil, no plano da análise de opções estratégicas para a inserção internacional do País, repensando o tema a partir de uma perspectiva do Sul.

TÍTULOS PUBLICADOS

- Relações internacionais e política externa do Brasil (2.ed.)**
Paulo Roberto de Almeida
- A política externa do regime militar brasileiro (2.ed.)**
Paulo Fagundes Vizentini
- Repensando as relações internacionais (2.ed.)**
Fred Halliday
- Quinhentos anos de periferia (4.ed.)**
Samuel Pinheiro Guimarães
- El Mercosur y su contexto regional e internacional**
Jacques Ginesta
- O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926) (2.ed.)**
Eugenio Vargas Garcia
- A China e o Sudeste Asiático**
Paulo Antônio Pereira Pinto
- A política externa dos Estados Unidos (2.ed.)**
Cristina Soreanu Pecequilo
- Da substituição de importações à substituição de exportações**
Heloisa Conceição Machado da Silva